

Antropologia

Uma Introdução

Marina de Andrade
Marconi
Zelia Maria Neves
Presotto

The illustration depicts several pieces of ancient pottery and a figurine. In the foreground, there is a large, wide-mouthed bowl with a complex geometric pattern of interlocking lines. Behind it, a smaller jar with a similar pattern sits on a wooden surface. To the left, a tall, narrow vessel with a handle and a spiral pattern is visible. In the background, another jar with a spiral pattern and a large, rounded handle stands. To the right, a dark, textured figurine of a human figure is shown. The entire scene is set against a dark, textured background with a warm, golden-brown light source from the right, creating soft shadows and highlights on the pottery's surfaces.

editora
atlas

7^a Edição



ANTROPOLOGIA

Marina de Andrade Marconi
Zelia Maria Neves Presotto

ANTROPOLOGIA

Uma Introdução

7ª edição

© 1985 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 1985; 2. ed. 1987; 3. ed. 1992; 4. ed. 1998;
5. ed. 2001; 6. ed. 2005; 7. ed. 2008; 3. reimpressão 2010

Capa: Roberto de Castro Polisel

Composição: Lino-Jato Editoração Gráfica



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marconi, Marina de Andrade

Antropologia : uma introdução / Marina de Andrade Marconi, Zelia Maria Neves Presotto –
7. ed. – 3. reimpr. – São Paulo : Atlas, 2010.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-5217-0

1. Antropologia social I. Presotto, Zelia Maria Neves. II. Título.

91-3072

CDD-306

Índices para catálogo sistemático:

1. Antropologia cultural 306
2. Antropologia social 306

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.

Rua Conselheiro Nébias, 1384 (Campos Elísios)

01203-904 São Paulo (SP)

Tel.: (0_ _11) 3357-9144 (PABX)

www.EditoraAtlas.com.br

UPE - Campus Arcoverde BIBLIOTECA	
/ /	
Acervo	

BIBLIOTECA	
UPE / Campus Arcoverde	
431	13.02.12

À memória de meus pais
Augusto Esteves de Andrade e
Theodósia Ribeiro de Andrade

M. A. M.

A meus pais, esposo e filhos
Ciulina e Antônio
Ângelo, Ângelo Jr. e Esmeralda

Z. M. N. P.

Sumário

Apresentação, xxi

Prefácio, xxiii

1 Antropologia, 1

1.1 Conceituação, 1

1.2 Objeto de estudo, 2

1.3 Objetivo da Antropologia, 3

1.4 Divisões e campo da Antropologia, 3

1.4.1 Antropologia Física, 4

Paleontologia humana, 4

Somatologia, 4

Raciologia, 4

Antropometria, 4

Estudos comparativos do crescimento, 4

1.4.2 Antropologia cultural, 4

Arqueologia, 5

Etnografia, 5

Etnologia, 6

Linguística, 6

Folclore, 6

Antropologia social, 7

Cultura e Personalidade, 7

1.5 Ciências afins, 8

1.5.1 Sociologia, 8

1.5.2 Psicologia, 9

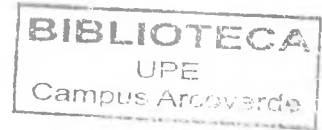
1.5.3 Economia e Política, 9

- 1.5.4 Outras ciências, 10
- 1.6 Origem dos dados, 10
- 1.7 Métodos da Antropologia, 11
 - 1.7.1 Método histórico, 12
 - 1.7.2 Método estatístico, 12
 - 1.7.3 Método etnográfico, 13
 - 1.7.4 Método comparativo ou etnológico, 13
 - 1.7.5 Método monográfico ou estudo de caso, 13
 - 1.7.6 Método genealógico, 14
 - 1.7.7 Método funcionalista, 14
- 1.8 Técnicas de pesquisa da Antropologia, 14
 - 1.8.1 Observação, 15
 - 1.8.2 Entrevista, 15
 - 1.8.3 Formulário, 16
- 1.9 Antropologia aplicada, 16
 - 1.9.1 Relativismo cultural, 17
 - Direito à autonomia tribal, 17
 - Valores culturais, 17
 - Etnocentrismo, 18
 - 1.9.2 Aplicações da Antropologia, 18
 - Colonialismo, 19
 - Projetos de desenvolvimento, 19
 - Coexistência populacional, 19
 - Industrialização, 19

LITERATURA RECOMENDADA, 20

2 Cultura, 21

- 2.1 Natureza da cultura, 21
 - 2.1.1 Conceituação, 21
 - 2.1.2 Localização da cultura, 24
 - 2.1.3 Essência da cultura, 25
 - Idéias, 25
 - Abstrações, 25
 - Comportamento, 25
 - 2.1.4 Classificação da cultura, 26
 - Cultura material (Ergologia), 26
 - Cultura imaterial (Aspectos animológicos), 26



- Cultura real, 26
- Cultura ideal, 27
- 2.1.5 Componentes da cultura, 27
 - Conhecimentos, 27
 - Crenças, 27
 - Valores, 28
 - Normas, 29
 - Símbolos, 30
- 2.1.6 Relativismo cultural, 31
- 2.1.7 Etnocentrismo, 32
- 2.1.8 Função da cultura, 32
- 2.2 Estrutura da cultura, 33
 - 2.2.1 Traços culturais, 33
 - 2.2.2 Complexos culturais, 34
 - 2.2.3 Padrões culturais, 34
 - 2.2.4 Configurações culturais, 36
 - 2.2.5 Áreas culturais, 36
 - 2.2.6 Subcultura, 37
- 2.3 Nível de participação, 37
 - 2.3.1 Universais, 37
 - 2.3.2 Especialidades, 38
 - 2.3.3 Alternativas, 38
 - 2.3.4 Peculiaridades individuais, 39
- 2.4 Qualidades da cultura, 39
 - 2.4.1 Social, 39
 - 2.4.2 Seletiva, 40
 - 2.4.3 Explícita ou manifesta, 41
 - 2.4.4 Implícita ou não manifesta, 41
- 2.5 Processos culturais, 41
 - 2.5.1 Mudança cultural, 42
 - Inovação, 43
 - Aceitação social, 44
 - Eliminação seletiva, 44
 - Integração cultural, 44
 - 2.5.2 Difusão cultural, 45
 - 2.5.3 Aculturação, 45
 - Assimilação, 45
 - Sincretismo, 46
 - Transculturação, 46

2.5.4 Endoculturação, 47

LITERATURA RECOMENDADA, 47

3 Origens da Humanidade, 49

3.1 Evolução humana, 49

3.2 Eras e Períodos geológicos, 49

3.2.1 Períodos, 50

3.2.2 Clima, 51

3.2.3 Glaciações, 51

3.3 Classificação zoológica do homem, 52

3.3.1 Primatas, 53

O homem e os antropóides, 54

3.3.2 Fósseis humanos, 54

3.3.3 Processos de datação, 55

3.4 Fases do desenvolvimento humano, 55

3.4.1 *Australopithecus*, 56

Australopithecus africanus, 56

Fóssil de homínídeo, 57

Australopithecus robustus, 57

Australopithecus anamensis, 58

Australopithecus afarensis, 58

Australopithecus boisei, 58

Crânio preto, 58

Homo habilis, 58

3.4.2 *Homo erectus*, 59

Características do *Homo erectus*, 61

Fóssil de homínídeo, 61

3.4.3 *Homo sapiens* primitivo, 62

3.4.4 O *homo sapiens* de Neanderthal, 62

3.4.5 *Homo sapiens sapiens*, 67

Artefatos de antepassados do homem, 68

Tese sobre a origem do homem, 68

3.5 Raças humanas, 69

3.5.1 Conceituação, 69

3.5.2 Critérios de classificação, 72

3.5.3 Fatores de diferenciação, 72

Seleção natural, 73

Mutação, 73

- Isolamento, 73
- Pendor genético, 73
- Hibridação, 73
- Seleção sexual, 74
- Seleção social, 74

LITERATURA RECOMENDADA, 74

4 Passado Cultural do Homem, 76

- 4.1 Fases evolutivas do homem, 76
 - 4.1.1 Fases de transformações da humanidade, 76
 - 4.1.2 Ser humano adaptável culturalmente, 76
- 4.2 Desenvolvimento biológico do homem, 77
- 4.3 Desenvolvimento cultural do homem, 77
 - 4.3.1 O tempo, 78
 - 4.3.2 Evidências fósseis, 78
 - 4.3.3 Manifestações culturais, 78
 - 4.3.4 Estágios da evolução humana, 79
 - Pleistoceno inferior e médio, 79
 - Pleistoceno superior, 80
 - Holoceno, 80
- 4.4 Culturas do passado, 80
 - 4.4.1 Culturas do Paleolítico, 80
 - Paleolítico inferior, 81
 - Paleolítico médio, 82
 - Artefatos de 90 mil anos, 83
 - Artefatos no Zaire, 83
 - Paleolítico superior, 84
 - 4.4.2 Culturas do Mesolítico, 86
 - 4.4.3 Culturas do Neolítico, 87
 - Arqueologia, 89
 - Restos humanos antigos, 89

LITERATURA RECOMENDADA, 91

5 Família e Sistema de Parentesco, 92

- 5.1 Família, 92
 - 5.1.1 Conceituação, 92
 - 5.1.2 Tipos de Família, 93
 - Elementar, 93
 - Extensa, 93
 - Composta, 94

- Conjugada-fraterna, 94
- Fantasma, 94
- 5.1.3 Funções da família, 95
 - Básicas, 95
 - Subsidiárias, 96
- 5.2 União e casamento, 96
 - 5.2.1 Conceituação, 96
 - 5.2.2 Regras de união, 97
 - Endogamia, 97
 - Exogamia, 97
 - Pré-marital, 97
 - 5.2.3 Modalidades de casamento, 98
 - Monogamia, 98
 - Poligamia, 98
 - 5.2.4 Formas de casamento, 98
 - 5.2.5 Obtenção da noiva, 100
 - 5.2.6 Regras de residência, 101
 - 5.2.7 Divórcio ou dissolução, 102
- 5.3 Sistema de parentesco, 102
 - 5.3.1 Primeiros estudos, 102
 - 5.3.2 Conceituação, 103
 - 5.3.3 Elementos de parentesco, 103
 - Tipos de parentes, 104
 - Diagrama de laços de parentesco, 105
 - Conjunto de denotações, 105
 - Símbolos e abreviaturas, 105
 - Precisão na terminologia, 108
 - 5.3.4 Critérios de classificação, 108
 - Critério de uso, 108
 - Critério lingüístico, 109
 - 5.3.5 Critérios de identificação, 109
 - 5.3.6 Tipos de sistema de parentesco, 110
 - Geração dos pais, 110
 - Parentes paralelos e cruzados, 112
 - Geração de ego, 112
 - 5.3.7 Princípios de descendência, 115
 - 5.3.8 Grupos de parentesco unilinear, 116

6 Organização Econômica, 119

6.1 Conceituação, 120

6.2 Técnicas de sobrevivência, 120

6.2.1 Coleta, 121

6.2.2 Caça e pesca, 121

6.2.3 Forragem intensiva, 122

6.2.4 Agricultura incipiente, 122

6.2.5 Pastoreio, 123

6.2.6 Agricultura intensiva, 123

Origem dos grãos, 124

6.3 Características dos sistemas econômicos primitivos, 124

6.4 Organização da produção, 125

6.4.1 Divisão do trabalho, 125

Sexo, 126

Idade, 126

Status ou classe social, 126

Especialidade ou aptidão, 127

6.4.2 Organização das unidades de produção, 127

6.4.3 Sistema e meios de troca, 127

Modalidades de trocas, 129

6.4.4 Controle da riqueza e do capital, 130

6.4.5 Distribuição e consumo, 130

6.5 Organização da produção, 131

6.5.1 Recrutamento, 131

Recompensa e motivações, 131

6.6 Propriedade, 132

6.6.1 Natureza da propriedade, 132

6.6.2 Direitos de propriedade, 133

6.6.3 Posse da terra, 134

6.6.4 Aldeamento, 135

Padrões de aldeamento, 135

LITERATURA RECOMENDADA, 136

7 Organização Política, 137

7.1 Conceituação, 137

7.2 Elementos da organização política, 138

7.2.1 Parentesco, 138

7.2.2 Religião, 138

7.2.3 Economia, 138

7.3 Natureza da organização política, 138

7.3.1 Estado, 139

7.3.2 Sociedade e Estado, 139

7.3.3 Governo, 140

Características, 140

Formas de governo, 141

7.4 Níveis de desenvolvimento, 142

7.4.1 Bandos ou hordas, 142

7.4.2 Tribos e nações, 142

7.4.3 Chefaturas, 143

7.4.4 Estados, 143

7.5 Tipos de organização política, 143

7.5.1 Sociedades sem Estado, 144

Organização indiferenciada, 144

Linhagem segmentária, 144

Organização em grupos de idade, 144

Conselhos de aldeias e associações, 144

Aldeias com chefes, 144

7.5.2 Sociedades de Estado, 145

Chefias, 145

Reinos, 145

Conselhos, 146

Associações, 146

7.6 Processo político, 146

7.6.1 Funções, 146

7.6.2 Atributos, 147

7.6.3 Chefias e lideranças, 147

LITERATURA RECOMENDADA, 148

8 Religião e Magia, 150

8.1 Religião, 150

8.1.1 Crenças e rituais, 151

Crença ou fé, 151

Ritual ou prática, 151

8.1.2 O sobrenatural, 152

8.1.3 Cultos, 153

Objetos sagrados, 153

Formas de ritual, 154

Tipos de ritos, 155

Métodos, 156

Oficiantes, 157

Santuários, 158

Lugares sagrados, 158

8.1.4 Funções da religião, 159

8.1.5 Teorias da religião, 160

Teorias psicológicas, 160

Teorias sociológicas, 161

8.2 Magia, 162

8.2.1 Tipos de magia, 163

8.2.2 Religião e magia, 164

8.2.3 Tabu, 164

LITERATURA RECOMENDADA, 165

9 Cultura Material, 167

9.1 Habitações, 168

Aldeia neolítica, 168

9.1.1 Cavernas, 168

9.1.2 Anteparos, 169

9.1.3 Tendas, 169

9.1.4 Abrigos semi-subterrâneos, 170

9.1.5 Cabanas, 170

Técnicas de construção primitivas, 171

9.2 Transportes, 171

9.2.1 Transportes terrestres, 171

9.2.2 Transportes aquáticos, 172

9.3 Indumentária, 173

9.3.1 Vestuário, 173

9.3.2 Adornos, 174

9.4 Alimentos e estimulantes, 175

9.4.1 Alimentos, 175

9.4.2 Bebidas, 176

9.4.3 Estimulantes, 176

9.5 Recipientes e têxteis, 176

9.5.1 Cestaria, 177

9.5.2 Cerâmica, 177

9.5.3 Tecidos, 178

Origem da tecelagem, 178

9.6 Instrumentos e armas, 179

9.6.1 Ferramentas, 179

9.6.2 Armas, 180

LITERATURA RECOMENDADA, 180

10 Cultura e Personalidade, 182

10.1 Introdução, 182

10.2 Indivíduo, sociedade e cultura, 183

10.2.1 Indivíduo, 183

10.2.2 Sociedade e cultura, 185

10.3 Personalidade, 186

10.3.1 Componentes da personalidade, 186

Biológico, 187

Sociocultural, 188

Ambiental, 189

10.4 Cultura e personalidade, 191

LITERATURA RECOMENDADA, 193

11 As Artes, 195

11.1 Conceituação, 195

11.2 Arte e simbolismo, 196

11.3 As artes, 197

11.3.1 Origem, 197

11.3.2 Tipos, 198

11.3.3 Significado e funções da arte, 199

11.4 Arte pré-histórica, 200

Pinturas em cavernas, 201

11.4.1 Arte do paleolítico superior, 201

Arte móvel, 201

Arte rupestre ou parietal, 202

11.4.2 Arte do Neolítico, 204

Arte pré-histórica, 205

11.4.3 Civilização Megalítica, 205

Sítio arqueológico, 206

11.5 Arte indígena no Brasil, 206

11.5.1 Arte plumária, 207

11.5.2 Pintura corporal, 208

11.5.3 Cerâmica, 209

LITERATURA RECOMENDADA, 211

12 O Índigena Brasileiro, 212

12.1 O índio e a realidade brasileira, 212

12.2 Origens, 213

12.2.1 Antigos povoadores americanos, 213

12.2.2 Antigos povoadores do Brasil, 214

12.3 Culturas e famílias lingüísticas, 215

12.3.1 Conceituação de índio, 215

12.3.2 Diversidade indígena, 216

Biológica, 216

Lingüística, 216

Cultural, 216

12.3.3 Troncos ou famílias lingüísticas, 217

12.4 Índios e brancos no Brasil, 219

12.4.1 Os primeiros contatos e o escambo (Século XVI), 219

12.4.2 A interiorização do Brasil (Séculos XVII e XVIII), 220

12.4.3 O Século XIX, 221

12.4.4 População indígena no Século XX, 222

12.5 Aculturação indígena, 224

12.5.1 Aculturação interétnica, 224

Frentes de expansão da sociedade nacional, 225

Integração dos grupos tribais à sociedade nacional, 226

12.5.2 Aculturação intertribal, 228

12.6 Política indigenista brasileira, 229

12.6.1 Antecedentes, 229

12.6.2 Serviço de proteção aos índios, 231

12.6.3 Rondon e as missões religiosas, 233

12.6.4 Conquistas recentes, 234

12.7 O índio brasileiro: passado e presente, 234

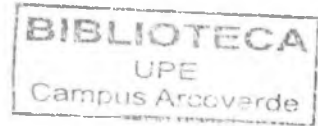
12.7.1 História da etnologia brasileira: do empirismo à sistematização, 235

Período colonial: relatórios e descrições, 235

Primeira metade do século XIX: início da investigação científica, 237

Segunda metade do século XIX: expedições científicas ao interior do Brasil, 237

Século XX: contribuições científicas nacionais e estrangeiras, 237



- 12.7.2 A questão indígena: atualidade e abrangência, 238
 - Áreas indígenas: o direito de posse, 238
 - Áreas indígenas: as riquezas do subsolo, 239
 - Identidade étnica e cidadania, 240

LITERATURA RECOMENDADA, 241

13 Teorias da Cultura, 243

- 13.1 Evolucionismo cultural, 243
 - 13.1.1 Primeiros evolucionistas, 244
 - 13.1.2 Representantes, 244
 - 13.1.3 Postulados básicos, 247
 - 13.1.4 Aspectos negativos e positivos, 248
 - 13.1.5 Neo-evolucionismo, 248
- 13.2 Difusionismo, 250
 - 13.2.1 Origem, 250
 - 13.2.2 Difusionismo inglês, 250
 - 13.2.3 Difusionismo alemão-austriaco, 251
 - 13.2.4 Difusionismo norte-americano, 252
 - 13.2.5 Postulados básicos, 254
 - 13.2.6 Aspectos negativos e positivos, 254
- 13.3 Funcionalismo, 255
 - 13.3.1 Representantes, 256
 - 13.3.2 Postulados básicos, 258
- 13.4 Configuracionismo, 259
 - 13.4.1 Caracterização, 259
 - 13.4.2 Representantes, 260
 - 13.4.3 Críticas e contribuições, 261
- 13.5 Estruturalismo, 262
 - 13.5.1 Principal representante, 262
 - 13.5.2 Estrutura e relações sociais, 263
 - 13.5.3 Estrutura e modelos, 263
 - 13.5.4 Natureza e história, 264
 - 13.5.5 Culturas simples e complexas, 265
 - 13.5.6 Modelos conscientes e inconscientes, 265
 - 13.5.7 Postulados básicos, 266

LITERATURA RECOMENDADA, 266

14 Culturas Negras no Brasil, 268

- 14.1 Introdução, 268

- 14.2 Aspectos históricos, 269
 - 14.2.1 Primórdios da escravidão africana, 270
 - 14.2.2 O escravo na economia brasileira, 271
- 14.3 Origens africanas, 272
 - 14.3.1 Diversidade de grupos e culturas, 273
 - 14.3.2 Distribuição no território nacional, 275
- 14.4 Contribuição cultural dos negros, 277
 - 14.4.1 Cultura material, 278
 - 14.4.2 Cultura imaterial, 279
- 14.5 Processos de miscigenação, 280
 - 14.5.1 Contatos interétnicos, 281
 - 14.5.2 Resultante biológico, 283
 - 14.5.3 Resultante cultural, 285
- LITERATURA RECOMENDADA, 287
- 15 Linguagem e Cultura: em um contexto antropológico, 288**
 - 15.1 Homem, linguagem e cultura, 288
 - 15.2 Sistema aprendido e transmitido, 289
 - 15.3 Origem e mudança, 290
 - 15.3.1 No Brasil, 291
 - 15.4 Difusão e declínio, 291
 - 15.4.1 No Brasil, 291
 - 15.5 Diversificação e universalidade, 293
 - 15.6 Generalidades distintivas das línguas, 295
 - LITERATURA RECOMENDADA, 296
- 16 Línguas Indígenas Brasileiras, 297**
 - 16.1 Introdução: a língua é a raiz da cultura, 297
 - 16.2 Classificação das línguas indígenas brasileiras, 299
 - 16.3 Família ou tronco Tupi-Guarani, 300
 - 16.4 Família ou tronco Macro-Jê, 301
 - 16.5 Família lingüística Karib, 301
 - 16.6 Família lingüística Aruák, 302
 - 16.7 Famílias lingüísticas menores, 303
 - 16.8 Línguas isoladas, 304
 - LITERATURA RECOMENDADA, 305
- 17 Antropologia Jurídica, 306**
 - 17.1 Histórico, 306

- 17.2 Conceitos, 307
- 17.3 Costumes e leis, 309
- 17.4 Natureza, cultura e comportamento, 309
- 17.5 Correntes anglo-saxões, 310
- 17.6 Cultura jurídica, 311
- 17.7 Pluralismo jurídico, 313
- 17.8 Direito internacional dos indígenas, 314
- LITERATURA RECOMENDADA, 316

Bibliografia, 317

Índice remissivo, 327

Apresentação



Tenho a honra e o prazer de apresentar este compêndio de Antropologia, da lavra de *Marina de Andrade Marconi* e de *Zelia Maria Neves Presotto*. Estas professoras pertencem aos quadros da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *Campus de Franca*, onde se dedicam à docência e à pesquisa. De sua vasta experiência no ensino resultou este livro, que trata dos temas antropológicos basilares. Sem trair a seriedade requerida, a exposição das autoras é simples, direta e agradável. Não há dúvida nenhuma de que vem preencher uma lacuna nos meios estudantis, aos quais primordialmente se destina. Todavia, apesar de despretensiosa, esta obra didática está fadada a obter pleno êxito. Os estudantes dos cursos introdutórios de Antropologia nela encontrarão bom alicerce. Ademais, sua objetividade e comunicabilidade incontestáveis lhe garantem numeroso público leitor.

Edson Soares Diniz

Prefácio

Preparamos este livro de Antropologia introdutória tendo em vista os alunos de nível universitário, carentes de obras de natureza didático-científica mais acessíveis. Sua finalidade é a de oferecer aos iniciantes dessa ciência do homem um conteúdo de fácil compreensão, proporcionando uma visão de conjunto dos vários aspectos que permeiam o estudo da Antropologia.

O conhecimento antropológico teve, neste século, uma ascensão notável nos meios científicos, uma vez que o número de pesquisadores desse campo de estudo se multiplicou. O mesmo ocorreu em relação às obras resultantes de inúmeras pesquisas e trabalhos de campo realizados. Atraídos pelo interesse científico, voltado principalmente para o mundo “primitivo”, os especialistas desenvolveram estudos temáticos, muitas vezes polêmicos, elaborando teorias e esquemas conceituais, inseridos nas obras que os notabilizaram. Entretanto, esses trabalhos, considerados clássicos, são, freqüentemente, de difícil acesso aos estudantes. E estes, quando os têm em suas mãos, muitas vezes encontram grande dificuldade na leitura e na interpretação dos textos, geralmente complexos, que exigem, para sua compreensão, adequada formação no campo antropológico.

Desse modo, este livro visa, primordialmente, proporcionar aos iniciantes em Antropologia um acervo de informações básicas, de fácil assimilação, em estilo simples, claro e objetivo.

O conteúdo, que abrange 15 capítulos, resulta de uma bagagem de conhecimentos adquirida através de estudos, de pesquisas e de experiências na carreira docente. Tem, intrinsecamente, a pretensão de abrir caminhos à indagação científica sobre o universo sociocultural, num esforço para auxiliar os estudiosos de Antropologia na busca inquietante de seu espírito no mundo das idéias.

A Antropologia, sendo uma disciplina bastante complexa, encontra-se dividida em muitos campos: Antropologia Física, Arqueologia, Antropologia Cultu-

ral, Social, Lingüística e outros. Entretanto, neste volume, o conteúdo cobre, de modo geral, todos os aspectos principais da Antropologia, com unidades mais ou menos individualizadas, mas nas quais se procurou manter a continuidade e a coerência.

O livro objetiva dar uma visão geral da Antropologia como ciência do homem, embora mais voltado para a Antropologia Cultural, conforme pode ser lido nas unidades respectivas. Dessa maneira, não descuidamos da abordagem biocultural, dos conceitos básicos, dos significados e das palavras-chave, da estrutura, organização e dinâmica das sociedades e das culturas.

M. A. Marconi

Z. M. N. Presotto

Agradecimentos

Ao Professor Edson Soares Diniz, titular em Antropologia pela Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação – Unesp – *Campus* de Marília, pela leitura minuciosa e sugestões dadas.

À Professora Eva Maria Lakatos, ex-livre-docente em Sociologia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, pelo incentivo e sugestões.

Ao Professor e médico Ângelo Presotto Netto, pela colaboração no Capítulo 10, *Cultura e personalidade*.

Antropologia

Etimologicamente, o termo *antropologia* (*anthropos*, homem; *logos*, estudo) significa o estudo do homem. Como ciência da humanidade, ela se preocupa em conhecer cientificamente o ser humano em sua totalidade, o que lhe confere um tríplice aspecto:

- a) *Ciência Social*: propõe conhecer o homem enquanto elemento integrante de grupos organizados.
- b) *Ciência Humana*: volta-se especificamente para o homem como um todo: sua história, suas crenças, usos e costumes, filosofia, linguagem etc.
- c) *Ciência Natural*: interessa-se pelo conhecimento psicossomático do homem e sua evolução.

Relaciona-se, assim, com as chamadas ciências biológicas e culturais; as primeiras visando ao ser físico e as segundas, ao ser cultural.

1.1 Conceituação

Hoebel e Frost (1981:3) definem a antropologia como “a ciência da humanidade e da cultura. Como tal, é uma ciência superior social e comportamental, e mais, na sua relação com as artes e no empenho do antropólogo de sentir e comunicar o modo de viver total de povos específicos, é também uma disciplina humanística”.

A Antropologia tem uma dimensão biológica, enquanto antropologia física; uma dimensão sociocultural, enquanto antropologia social e/ou antropologia cultural; e uma dimensão filosófica, enquanto antropologia filosófica, ou seja, quando se empenha em responder à indagação: o que é o homem?

Apesar da diversidade dos seus campos de interesse, constitui-se em uma ciência polarizadora, que necessita da colaboração de outras áreas do saber, mas conserva sua unidade, uma vez que seu foco de interesse é o homem e a cultura.

Pode-se afirmar que há pouco mais de cem anos a antropologia conquistou seu lugar entre as ciências. Primeiramente, foi considerada como a história natural física do homem e do seu processo evolutivo, no espaço e no tempo. Se, por um lado, essa concepção vinha satisfazer ao significado literal da palavra, por outro restringia o seu campo de estudo às características humanas físicas. Essa postura marcou e limitou os estudos antropológicos por largo tempo, privilegiando a antropometria, ciência que trata das mensurações do homem fóssil e do ser vivo.

A Antropologia visa ao conhecimento completo do homem, o que torna suas expectativas muito mais abrangentes. Dessa forma, uma conceituação mais ampla a define como a ciência que estuda o homem, suas produções e seu comportamento. O seu interesse está no homem como um todo – ser biológico e ser cultural –, preocupando-se em revelar os fatos da natureza e da cultura. Tenta compreender a existência humana em todos os seus aspectos, no espaço e no tempo, partindo do princípio da estrutura biopsíquica. Busca também a compreensão das manifestações culturais, do comportamento e da vida social.

1.2 Objeto de Estudo

A Antropologia como ciência do biológico e do cultural tem seu objeto de estudo definido: o homem e suas obras.

Segundo Beals e Hoijer (1968:5), “seus problemas se centram, por um lado, no homem como membro do reino animal e, por outro, no comportamento do homem como membro de uma sociedade”. O objeto da antropologia engloba as formas físicas primitivas e atuais do homem e suas manifestações culturais. Interessa-se, preferencialmente, pelos grupos simples, culturalmente diferenciados, e também pelo conhecimento de todas as sociedades humanas, letradas ou ágrafas, extintas ou vivas, existentes nas várias regiões da Terra. Atribui-se ao antropólogo a tarefa de proceder a generalizações, formulando princípios explicativos da formação e desenvolvimento das sociedades e culturas humanas.

Exemplo: o estudo do homem fóssil, suas mudanças evolutivas, sua anatomia e suas produções culturais.

Toda investigação antropológica vale-se do método comparativo em busca de respostas para uma infinidade de porquês, na tentativa de compreender as

semelhanças e as diferenças físicas, psíquicas, culturais e sociais entre os grupos humanos.

Exemplos: brancos e negros; línguas diversificadas; a indumentária do índio e do não-índio; o culto ao Sol e a presença da pirâmide no Egito e nas civilizações pré-colombianas, duas regiões muito distanciadas geograficamente.

Na ausência de um laboratório experimental, o antropólogo lança mão da pesquisa de campo, que lhe fornece os dados desejados e permite testar as hipóteses levantadas na observação de situações peculiares. Daí a importância da contribuição dos antropólogos de campo, fornecendo o maior número possível de estudos sobre grupos humanos, uma vez que cada um deles é o produto de uma experiência cultural particular.

Exemplos: os Apinajé, estudados por Curt Nimuendajú; os Guarani, estudados por Egon Schaden; os Esquimós, pesquisados por Franz Boas; e os Samoanos, investigados por Margaret Mead.¹

1.3 Objetivo da Antropologia

Hoebel e Frost (1981:3-4) afirmam que a “antropologia fixa como seu objetivo o estudo da humanidade como um todo...” e nenhuma outra ciência pesquisa sistematicamente todas as manifestações do ser humano e da atividade humana de maneira tão unificada.

É um objetivo extremamente amplo, visando ao homem como expressão global – biopsicocultural –, isto é, o homem como ser biológico pensante, produtor de culturas e participante da sociedade, tentando chegar, assim, à compreensão da existência humana.

1.4 Divisões e Campo da Antropologia

A Antropologia, sendo a ciência da humanidade e da cultura, tem um campo de investigação extremamente vasto: abrange, no espaço, toda a terra habitada; no tempo, pelo menos dois milhões de anos e todas as populações socialmente organizadas.

¹ A grafia dos nomes tribais obedece às Resoluções da I Reunião Brasileira de Antropologia, publicada na *Revista de Antropologia*. São Paulo, 2(3): 150, 1954, e São Paulo, 2(3): 123, 1955, ou seja, devem ser escritos com letra maiúscula e no singular.

Divide-se em dois grandes campos de estudo, com objetivos definidos e interesses teóricos próprios: Antropologia Física ou Biológica e Antropologia Cultural.

1.4.1 Antropologia Física

A Antropologia Física ou Biológica estuda a natureza física do homem, procurando conhecer suas origens e evolução, sua estrutura anatômica, seus processos fisiológicos e as diferentes características raciais das populações humanas, antigas e modernas. Vincula-se assim às Ciências Biológicas e Naturais, aproximando-se intimamente da Zoologia, da Anatomia, da Fisiologia, da Sero-
logia, da Medicina etc.

A Antropologia Física ou Biológica divide-se em:

PALEONTOLOGIA HUMANA. A Paleontologia (*palaios*, antigo; *onto*, ser; *logos*, estudo) Humana ou Paleoantropologia estuda a origem e a evolução humana através do conhecimento das formas fósseis do passado, intermediárias entre os primatas e o homem moderno.

SOMATOLOGIA. A Somatologia (*somato*, corpo humano; *logos*, estudo) descreve variedades existentes do homem, diferenças físicas individuais e diferenças sexuais (tipos sanguíneos, metabolismo basal, adaptação etc.).

RACIOLOGIA. A Raciologia (*raça*, etnia; *logos*, estudo) interessa-se pela história racial do homem, preocupando-se com a classificação da espécie humana em raças, com a miscigenação (mistura de raças), características físicas etc.

ANTROPOMETRIA. A Antropometria (*anthropos*, homem; *metria*, medida) usa as técnicas de medição, procedimento quantitativo que fornece medidas do corpo humano (crânio, ossos etc.), elaboradas por instrumentos especiais. Entre eles o antropômetro, largamente utilizado.

ESTUDOS COMPARATIVOS DO CRESCIMENTO. Recentemente, os somatólogos ampliaram seu campo de estudo, no sentido de conhecer as diferenças grupais relacionadas aos índices de crescimento e a outros aspectos correlatos: alimentação, exercícios físicos, maturidade sexual etc.

1.4.2 Antropologia Cultural

Campo mais amplo da ciência antropológica. Abrange o estudo do homem como ser cultural, isto é, fazedor de cultura. Investiga as culturas humanas no tempo e no espaço, suas origens e desenvolvimento, suas semelhanças e dife-

renças. Tem foco de interesse voltado para o conhecimento do comportamento cultural humano, adquirido por aprendizado, analisando-o em todas as suas dimensões.

Como ciência social, seu objetivo básico consiste no “problema da relação entre modos de comportamento instintivo (hereditário) e adquirido (por aprendizagem), bem como o das bases biológicas gerais que servem de estrutura às capacidades culturais do homem” (Heberer, 1967:28). É o homem (estrutura biológica) criando o seu meio cultural, mediante formas diferenciadas de comportamento, e evidenciando o caráter biocultural do desenvolvimento humano.

Todas as sociedades humanas passadas, presentes e futuras interessam ao antropólogo cultural. Seu campo de estudo abrange:

ARQUEOLOGIA. A Arqueologia (*archaios*, antigo; *logos*, estudo) tem como objeto de estudo as culturas do passado, extintas, que, em épocas remotas, desenvolveram formas culturais, representando fases da humanidade não registradas em documentos escritos. Trata-se da tentativa de reconstrução do passado por meio da busca de vestígios e restos materiais não perecíveis e resistentes à destruição através do tempo. Cabe ao arqueólogo desenvolver técnicas adequadas para o trabalho de escavação e coleta de material que, devidamente interpretado, possibilitará a reconstrução dos fatos do passado.

A Arqueologia, por sua vez, divide-se em:

- a) *Arqueologia Clássica*: tenta reconstruir as antigas civilizações letradas (Egito, Grécia, Mesopotâmia, Etrúria etc.).
- b) *Antropologia Arqueológica*: trata dos primórdios da cultura, relativa às populações extintas (culturas do Paleolítico, Mesolítico e Neolítico).

ETNOGRAFIA. A Etnografia (*éthnos*, povo; *graphein*, escrever) consiste em um dos ramos da ciência da cultura que se preocupa com a descrição das sociedades humanas. Lévi-Strauss (1967:14) define-a de modo mais preciso e objetivo. Para ele, a Etnografia “consiste na observação e análise de grupos humanos considerados em sua particularidade (freqüentemente escolhidos, por razões teóricas e práticas, mas que não se prendem de modo algum à natureza da pesquisa, entre aqueles que mais diferem do nosso), e visando à reconstituição, tão fiel quanto possível, da vida de cada um deles”.

O objeto de estudo da Etnografia centra-se nas culturas simples, conhecidas como “primitivas” ou ágrafas. São as chamadas sociedades de linhagem e segmentárias. São grupos humanos que se opõem às sociedades complexas ou civilizadas. Também estas podem constituir-se em foco de atenção do etnógrafo, como, por exemplo, o interesse no estudo de sociedades rurais. As

sociedades simples encontram-se, ainda hoje, espalhadas pela Terra, cada uma desenvolvendo uma cultura específica. Algumas já desapareceram; outras estão em contato com o mundo exterior, em processo de mudança; poucas se conservam isoladas.

Exemplos: “Primitivos” dos Estados Unidos, Canadá, Austrália, África. No Brasil, em 1957, dos 143 grupos tribais existentes, 33 estavam ainda isolados, 276 em contato esporádico, 45 em contato permanente e 38 integrados à sociedade nacional (D. Ribeiro, 1957).

O etnógrafo é o especialista dedicado ao conhecimento exaustivo da cultura material e imaterial dos grupos. Observa e descreve, analisa e reconstitui culturas. Trata-se de um investigador de campo dedicado à coleta do material referente a todos os aspectos culturais passíveis de ser observados e descritos – primeiro passo da pesquisa antropológica. Relaciona-se intimamente com a Etnologia, de tal forma que o pesquisador deve ser, ao mesmo tempo, etnógrafo e etnólogo.

ETNOLOGIA. A Etnologia (*éthnos*, povo; *logos*, estudo) é outro ramo da ciência da cultura, cujos pesquisadores utilizam os dados coletados e oferecidos pelo etnógrafo. Eminentemente comparativa, preocupa-se com a análise, a interpretação e a comparação entre as mais variadas culturas existentes, considerando suas semelhanças e diferenças. Enfatiza as inter-relações de homem e meio ambiente, indivíduo e cultura, na tentativa de compreender a operosidade e a mudança das mesmas.

Segundo Lévi-Strauss (1967-396), “Etnografia, Etnologia e Antropologia não constituem três disciplinas diferentes ou três concepções diferentes dos mesmos estudos. São, de fato, três etapas ou três momentos de uma mesma pesquisa, e a preferência por este ou aqueles destes termos exprime somente uma atenção predominante voltada para um tipo de pesquisa que não poderia nunca ser exclusivo dos dois outros.”

LINGÜÍSTICA. De todos os ramos da Antropologia Cultural, a Lingüística é o mais auto-suficiente, em função da independência que envolve o seu conhecimento. A linguagem é um meio de comunicação e também um instrumento de pensamento. A grande diversidade de línguas acompanha a grande variedade de culturas, cada uma delas com suas formas e estruturas básicas definidas.

Exemplo: línguas indígenas brasileiras (Curt Nimuendajú, em 1981, relacionou 40 famílias lingüísticas).

FOLCLORE. É um dos campos de investigação da Antropologia Cultural, definindo-se como o estudo da cultura espontânea dos grupos humanos rurais ou urbanizados. É uma ciência socioantropológica, uma vez que se dedica ao estudo de determinados aspectos da cultura humana. Preocupa-se com os fatos

da cultura material e espiritual que, originados espontaneamente, permanecem no seio do povo, tendo determinada função.

O folclore, sendo uma disciplina autônoma, tem seus próprios métodos e técnicas de pesquisa científica. Estuda os fenômenos em sua dimensão espacial e temporal. Mesmo gozando desta autonomia, é considerado ramo da Antropologia, pela identidade de interesses (o homem e a cultura) desses dois campos de conhecimento.

Exemplos: folguedos populares, danças, artesanato, linguagem, alimentação, canções etc.

ANTROPOLOGIA SOCIAL. Estudo dos processos culturais e da estrutura social, seu interesse está centrado na sociedade e nas instituições. O antropólogo social é aquele que, levando em conta as diferenças existentes entre grupos humanos, preocupa-se em conhecer as relações sociais que as regem. Cada aspecto da vida social – o familiar, o econômico, o político, o religioso, o jurídico – só pode ser compreendido se estudado em relação aos demais, como parte de um conjunto integrado.

Lucy Mair (1972:14) afirma que cabe ao antropólogo social “observar a totalidade das relações que agem entre as pessoas na unidade social que estudamos, não só as diretamente relevantes a determinado problema”. Isto significa que uma sociedade deve ser observada e estudada como um todo, a partir de suas instituições, chegando-se até a sua estrutura e organização.

As diferenças entre o “social” e o “cultural” não são tão substanciais, mas seu conteúdo implica tendências teóricas próprias. Enquanto os ingleses se acham mais voltados para a Antropologia Social, os americanos dão preferência à Antropologia Cultural.

CULTURA E PERSONALIDADE. As inter-relações entre cultura e personalidade constituem aspecto que abre à análise antropológica um novo campo de investigação. O indivíduo não é visto como um simples receptor e portador de cultura, mas como um agente de mudança cultural, desempenhando papel dinâmico e inovador.

Ele incorpora, através do processo de endoculturação (veja item 2.5.4), características próprias do grupo em que vive, adquirindo uma personalidade básica. Como participante de uma sociedade e de uma cultura, a pessoa é portadora de caracteres constitucionais (biopsicológicos) e de experiência sociocultural próprios. Isso lhe confere um tipo de personalidade que vai determinar ações e reações, pensamentos e sentimentos, enfim, o seu comportamento na busca de melhor adaptação aos valores socioculturais do grupo.

Indivíduo, sociedade e cultura são três aspectos inter-relacionados, indispensáveis na análise do comportamento humano.

1.5 Ciências Afins

A Antropologia, embora autônoma, relaciona-se com outras ciências, trocando experiências e conhecimentos.

Como ciência social, oferece e recebe dados teóricos e metodológicos da Sociologia, da História, da Psicologia, da Geografia, da Economia e da Ciência Política. Como ciência biológica ou natural, liga-se à Biologia, à Genética, à Anatomia, à Fisiologia, à Embriologia, à Medicina. Também a Geologia, a Zoologia, a Botânica, a Química e a Física vêm oferecendo indispensável contribuição aos estudos antropológicos na busca da compreensão dos problemas comuns a todas essas disciplinas.

A Antropologia, considerada a mais jovem das ciências, teve de aguardar o desenvolvimento dos conhecimentos ligados à Geologia, à Genética, à Biologia, à Sociologia para que se pudesse desenvolver. Pode-se afirmar que, somente após os conhecimentos da célula e da evolução terem sido formulados e aplicados ao homem, é que a Antropologia se sistematizou e progrediu como ciência do homem.

Mantém relações interdisciplinares mais íntimas com as ciências que centram seu interesse especificamente no estudo do homem e que emprestam a ela os dados pesquisados e acumulados em relação a todos os aspectos da existência humana: Sociologia, Psicologia, Economia Política, Geografia Humana, Direito e História.

A Antropologia vem firmando-se como ciência do homem que exige, cada vez mais, a cooperação entre os seus especialistas e os de outras ciências, pois cada série de problemas requer a utilização de métodos específicos altamente técnicos.

1.5.1 Sociologia

De todas as ciências sociais, a Sociologia é a que mantém relações mais íntimas com a Antropologia, em função de seus interesses teóricos e práticos, salvaguardando a especificidade de cada uma. Antropólogos e sociólogos emprestam-se mutuamente os dados obtidos nas pesquisas, que passam a ter, com esses especialistas, tratamento teórico adequado.

Antropologia e Sociologia auxiliam-se na compreensão do caráter global do homem, enquanto reunido em sociedade. A primeira, emprestando o seu conceito de cultura, largamente utilizado pela Sociologia, que, por sua vez, enfatiza o conceito de sociedade. Como afirma o antropólogo Kluckhohn (1972:284), “a abordagem sociológica tem-se inclinado para o que é prático e presente, a antropológica, para o que é pura compreensão e passado”.

Ambas valem-se de teorias, conceitos, métodos e técnicas desenvolvidos pelos seus especialistas.



1.5.2 *Psicologia*

As relações entre essas duas ciências são bastante estreitas, uma vez que ambas têm como foco de interesse o comportamento humano. A Antropologia ocupa-se do comportamento grupal e a Psicologia, do comportamento individual.

Os antropólogos buscam, nos dados levantados pelos psicólogos, explicações para a complexidade das culturas e do comportamento humano e para a interpretação dos sistemas culturais relacionados com os tipos de personalidade correspondentes. Indaga-se, assim, quais seriam os móveis da conduta social e qual o papel da cultura no processo de adaptação humana.

Fatores biológicos, ambientais e culturais são as variáveis explicativas das diferenças individuais, que determinam os diversos tipos de personalidade básicos das culturas. Na tarefa de proceder a esse conhecimento, antropólogos e psicólogos auxiliam-se mutuamente, fornecendo dados que propiciam a compreensão de problemas comuns.

1.5.3 *Economia e Política*

As relações interdisciplinares com a Economia e a Política são justificadas, uma vez que a Antropologia, ao se preocupar com a globalidade da cultura, enfatiza o conhecimento das instituições econômicas e políticas.

Todo grupo humano, por mais simples que seja, tem sua organização econômica sistematizada, com base nos recursos disponíveis e no trabalho realizado.

A Economia, tendo criado uma série de teorias, é capaz de explicar, de modo geral, todo o procedimento econômico humano. Por outro lado, a Antropologia, documentando numerosos sistemas existentes na Terra, tem uma perspectiva mais ampla das organizações econômicas. Desse modo, ambas podem trocar informações valiosas para a melhor compreensão desse setor da cultura.

Toda sociedade se organiza politicamente através de um complexo de instituições que regula o poder, a ordem e a integridade do grupo. Nas sociedades simples, a organização política varia muito, relacionando-se quase sempre com o ritual, o sagrado e os laços de parentesco.

Antropólogos e cientistas políticos encontram um ponto em comum. Se, por um lado, a Política se desenvolveu no sentido de compreender as várias mo-

dalidades de formas de governo e de Estado, por outro, os focos de interesse da Antropologia, sob esse aspecto, são imensos. O intercâmbio de idéias enriquece o campo das duas ciências do homem.

1.5.4 Outras Ciências

A História permite a reconstrução das culturas que já desapareceram, indagando, muitas vezes, sobre as origens dos fenômenos que se relacionam com o homem. Através da Etno-história, é possível a reconstrução de culturas ágrafas do presente que estiveram ou estão em contato com a civilização.

A contribuição da Geografia Humana aos estudos antropológicos é inestimável, interessando-se ambas pela adaptação do homem e pela modificação do meio ambiente. O geógrafo estuda as mudanças do *habitat* provocadas por tecnologias novas, por inovações culturais etc. O estudo do meio físico de um grupo tribal é foco de atenção tanto do antropólogo quanto do geógrafo humano.

O conhecimento da Biologia, em geral, e da Biologia Humana, em especial, deve fazer parte da formação do antropólogo físico, que tem seu interesse centrado na evolução do homem. Antropologia e Biologia mantêm íntimas relações que facilitam sobremaneira a tarefa dos seus especialistas. A Anatomia e a Genética oferecem ao antropólogo físico valiosos elementos utilizados na compreensão do homem fóssil, das diferenças raciais, no estudo das raças em geral etc. O antropólogo físico deve ser, antes de tudo, um biólogo humano.

As ciências auxiliares, em geral, que se interessam por variadas áreas de experiência humana, estão em condições de dar respostas adequadas a questões e problemas específicos.

Além dessas, várias outras ciências como a Geologia, a Paleontologia, a Metalurgia, a Arquitetura, a Engenharia, a Zoologia, a Botânica, a Fisiologia, a Anatomia, a Farmacologia, a Astronomia e as Artes, em geral, podem colaborar com o antropólogo nas suas mais variadas atividades.

1.6 Origem dos Dados

Na história da humanidade, o homem sempre teve curiosidade a respeito de si mesmo, independentemente do seu nível de desenvolvimento cultural. Observou e especulou, registrando a ocorrência de costumes diferentes, de similitudes e desigualdades entre os povos.

Na Idade Clássica, os gregos foram os que mais reuniram informações sobre povos diferentes, deixando substanciosos registros e relatos dessas culturas. Nasce, assim, a Antropologia, no século V a.C., com a figura de Heródoto, que descreveu minuciosamente as culturas circundantes. É considerado o “Pai da Antropologia”. Chineses e romanos também deixaram descrições de povos diferentes.

Até o século XVIII, a Antropologia pouco se desenvolveu. Nos três séculos anteriores foi importante a contribuição dos cronistas, viajantes, soldados, missionários e comerciantes que procuravam as regiões recém-conhecidas (América, por exemplo) e habitadas por povos exóticos e estranhos.

Exemplos: no Brasil: Pero Vaz de Caminha, Hans Staden, André Thevet, Saint Hilaire etc.; na América Latina: Bartolomeu de Las Casas e outros.

A partir de meados do século XVIII, a Antropologia adquire a categoria de ciência, quando Linneu, ao classificar os animais, relaciona o homem entre os primatas. Foi um dos primeiros a descrever as raças humanas (veja item 3.5.1).

No século XIX, à medida que os fósseis humanos e os restos arqueológicos foram descobertos, a Antropologia progrediu cada vez mais. Na década de 1840, o investigador francês Boucher de Perthes, pela primeira vez, refere-se ao homem pré-histórico, baseado em seus achados (utensílios de pedra) de idade bastante recuada. John Lubock recompilou dados existentes sobre a Cultura da Idade da Pedra e estabeleceu as diferentes culturas do Paleolítico e Neolítico (1865).

A Antropologia sistematiza-se como ciência após Darwin ter trazido à luz a teoria evolucionista, com a publicação de suas duas obras: *Origem das espécies* (1859) e *A descendência do homem* (1871). A Antropologia Física tem, a partir daí, grande impulso e surgem os primeiros teóricos da nova ciência: Tylor, Morgan, Bachofen, Maine, Bastian.

O progresso da Antropologia no século XX é resultado das descobertas anteriores relativas ao homem. Seus especialistas passam a desenvolver constantes pesquisas de campo, de caráter científico, incentivadas a partir dos trabalhos de Franz Boas, que é considerado o “Pai da Antropologia Moderna”.

1.7 Métodos da Antropologia

A Antropologia é uma ciência social e humana, perfeitamente caracterizada, tendo seus campos de ação bem definidos e seus próprios métodos e técnicas de trabalho. Estes permitem ao antropólogo observar e classificar os fenômenos,

analisar e interpretar os dados obtidos pela pesquisa, capacitando-o a estabelecer correlações e generalizações.

Considerando os dois campos de investigação da Antropologia (o biológico e o cultural), faz-se uma distinção entre método e técnica pertinentes a cada um deles.

Método é, segundo Calderón (1971:165), “um conjunto de regras úteis para a investigação, é um procedimento cuidadosamente elaborado, visando provocar respostas na natureza e na sociedade e, paulatinamente, descobrir sua lógica e leis”.

Técnica consiste na habilidade em usar um conjunto de normas para o levantamento de dados.

A Antropologia Física ou Biológica e a Cultural recorrem a determinados procedimentos a fim de atender a seus objetivos de maneira mais fácil e segura. Para isso, valem-se de vários métodos e técnicas que, muitas vezes, são utilizados concomitantemente.

1.7.1 Método Histórico

Consiste em investigar eventos do passado, a fim de compreender os modos de vida do presente, que só podem ser explicados a partir da reconstrução da cultura e da observação das mudanças ocorridas ao longo do tempo. Nessa análise histórica, a cultura do homem é desvendada.

Exemplo: origem e mudança da sociedade Xavante.

1.7.2 Método Estatístico

Método muito empregado tanto no campo biológico, verificando as variabilidades das populações, quanto no campo cultural, levantando diversificações dos aspectos culturais.

Os dados, depois de coletados, são reduzidos a termos quantitativos, demonstrados em tabelas, gráficos, quadros etc. Dessa maneira, podem-se verificar a natureza, a ocorrência e o significado dos fenômenos e das relações entre eles, tanto de natureza biológica quanto cultural.

Exemplos: dimensões do corpo humano, grupos sanguíneos; variedade de religiões, diversificação de habitações.

1.7.3 Método Etnográfico

Refere-se à análise descritiva das sociedades humanas, principalmente das primitivas ou ágrafas e de pequena escala. Mesmo o estudo descritivo requer alguma generalização e comparação, implícita ou explícita. Refere-se a aspectos culturais.

Consiste no levantamento de todos os dados possíveis sobre sociedades ágrafas ou rurais e na sua descrição, com a finalidade de conhecer melhor o estilo de vida ou a cultura específica de determinados grupos.

Exemplos: estudo dos índios do Alto Xingu e dos Yanomami, de Roraima.

1.7.4 Método Comparativo ou Etnológico

Método amplamente utilizado tanto pelos antropólogos físicos quanto pelos culturais. O método comparativo permite verificar diferenças e semelhanças apresentadas pelo material coletado.

A Antropologia Física compara aspectos físicos, populações extintas, através dos fósseis ou grupos humanos existentes, analisando características anatómicas: cor da pele, do cabelo, dos olhos, índice cefálico, textura dos cabelos, grossura dos lábios etc.

Exemplos: através do estudo dos fósseis, é possível verificar a evolução dos homínidos, a distinção entre o homem e o primata. A análise de populações humanas vivas possibilita constatar as diferenças raciais.

O método comparativo, utilizado pelo antropólogo cultural, também chamado método etnológico, compara padrões, costumes, estilos de vida, culturas do passado e do presente, ágrafas ou letradas. Verifica diferenças e semelhanças a fim de obter melhor compreensão desses grupos.

Exemplos: populações indígenas, rurais e urbanas. Instituições (família, religião, política, economia), usos e costumes, linguagem, habitações, meios de transporte etc.

1.7.5 Método Monográfico ou Estudo de Caso

O etnógrafo estuda, em profundidade, determinado caso ou grupo humano, sob todos os seus aspectos. Este método permite a análise de instituições, de processos culturais e de todos os setores da cultura. Os grupos isolados estão a exigir pesquisas, antes que desapareçam como cultura, pelos contatos ou pela dizimação.

Exemplo: índios Makuxi, de Roraima.

1.7.6 Método Genealógico

Método da Antropologia Cultural que permite o estudo do parentesco com todas as suas implicações sociais: estrutura familiar, relacionamento de marido e mulher, pais e filhos e demais parentes; informações sobre o cotidiano, a vida cerimonial (nascimento, casamento, morte) etc. Através do levantamento genealógico, não apenas o pesquisador terá a confirmação dos dados já observados, mas também novas informações poderão vir à luz.

É necessária a presença de um informante que revele os nomes das pessoas, a filiação clânica, sua posição dentro da estrutura social, o relacionamento entre as pessoas, indivíduos ausentes ou já falecidos.

Exemplos: sistema de parentesco dos índios Tupi; genealogia de grupos étnicos minoritários (japoneses, poloneses e outros).

1.7.7 Método Funcionalista

Refere-se ao estudo das culturas sob o ponto de vista da função, ou seja, resalta a funcionalidade de cada unidade da cultura no contexto cultural global.

Uma característica da abordagem funcional é descobrir as conexões existentes em uma cultura e saber como funcionam.

Exemplo: averiguar as funções de usos e costumes de determinada cultura que levam a uma identidade cultural.

1.8 Técnicas de Pesquisa da Antropologia

No campo biológico são utilizadas técnicas clássicas da Antropologia Física, ou seja, a mensuração, ao lado de outras mais modernas, de datação. Para tanto, a coleta intensiva de dados vem sendo feita há mais de um século, usando-se a mensuração como principal técnica no trato desse material.

As informações descritivas das medidas antropométricas (cabeça, rosto, corpo, membros) são o primeiro passo para o conhecimento do material investigado. Quando se trata de restos fósseis, as técnicas usadas são as de datação (veja item 3.3.3).

No campo cultural, o antropólogo desenvolve recursos e técnicas de pesquisa ligados à observação de campo. Este é o seu laboratório, onde aplica a técnica da observação direta, que se completa com a entrevista e a utilização de formulários para registro de dados.

1.8.1 Observação

A observação é uma técnica de coleta em que o pesquisador se vale dos sentidos para a obtenção dos dados – ver e ouvir, principalmente.

A observação pode ser:

- a) *Sistemática*: quando os fenômenos são observados sistematicamente, em determinado período de tempo. Divide-se em:
 - *Direta*: os fatos são observados pessoalmente, no local da investigação.
 - *Indireta*: realizada por meio de outras pessoas.
- b) *Participante*: quando o pesquisador deve ter disponibilidade de permanência no campo, por muito tempo, o suficiente para a perfeita compreensão da cultura em estudo. Deve ser um arguto observador, objetivo e desprovido de qualquer sentimento etnocêntrico, que possa levá-lo a uma observação deformada dos fenômenos. Seu instrumento de trabalho é o diário de campo, utilizado para o registro de seus dados, complementados com fichas, onde os assuntos devem ser selecionados criteriosamente. Fotografias, gravações e filmes completarão as informações.

Por meio da observação participante, o antropólogo tem a oportunidade de viver entre os grupos tribais, participando intensamente das conversas, dos rituais etc., observando todas as manifestações materiais e espirituais do grupo, as reações psicológicas de seus membros, seu sistema de valores e seu mecanismo de adaptação.

1.8.2 Entrevista

Trata-se do contato direto, face a face, entre o pesquisador e o entrevistado, a fim de que o primeiro obtenha informações úteis a seu trabalho.

Pode ser:

- a) *dirigida*: quando segue um roteiro preestabelecido;
- b) *não dirigida ou livre*: quando é informal e não há um roteiro a ser seguido, e o pesquisador leva o entrevistado a manifestar suas idéias espontaneamente.

1.8.3 *Formulário*

Técnica de coleta semelhante ao Questionário. Trata-se do levantamento de dados através de uma série organizada de perguntas escritas, cujas respostas deverão ser dadas pelo entrevistado.

No Formulário, o pesquisador aplica o instrumento de pesquisa, ou seja, faz e preenche o rol de perguntas. No Questionário, é o próprio entrevistado quem preenche o instrumento de investigação.

O Formulário é aplicado a pessoas analfabetas ou semi-analfabetas, enquanto o Questionário, a pessoas com certa escolaridade.

1.9 Antropologia Aplicada

A Antropologia, que é por excelência a ciência do homem e da cultura, apresenta dupla dimensão: teórica e prática. Os especialistas da Antropologia teórica, que se dedicam à investigação pura, buscam todo conhecimento possível que leve à melhor compreensão da humanidade. De posse desses conhecimentos, tornam-se capazes de desenvolver atividades práticas, aplicando suas experiências junto aos grupos simples, ágrafos, quase sempre sujeitos a influências externas que possam provocar mudanças. Trabalham também em benefício das sociedades civilizadas, esperando contribuir para o bem-estar dos grupos humanos em geral e do homem em particular.

Toda pessoa que pretenda a prática antropológica necessita de um adestramento baseado no conhecimento de posições teóricas que fundamentam e orientam a ação antropológica na compreensão e solução dos problemas. Entre os numerosos conceitos consagrados pela Antropologia, três são considerados básicos: aculturação, relativismo cultural e etnocentrismo.

O conceito de aculturação é indicativo de situação de contato entre grupos portadores de culturas diferentes: grupos tribais e sociedades civilizadas (aculturação interétnica) e grupos tribais entre si, como os grupos do Alto Xingu (aculturação intertribal).

Esses contatos vêm ampliando-se progressivamente e, em conseqüência, as culturas simples e isoladas estão mudando ou desaparecendo rapidamente. Criam quase sempre uma relação de dominação e de subordinação entre os grupos envolvidos. A cultura dominante ou colonizadora, via de regra, impõe seus padrões culturais à cultura colonizada, cujas reações à nova situação são as mais variadas. Geralmente, conformam-se às próprias condições de contato, que acabam por provocar, no interior dessas culturas, desequilíbrio e tensão, exigindo novo esforço de adaptação cultural.

Todo sistema cultural está em contínuo processo de mudança que, a partir do contato com o mundo exterior, passa a ser estimulado e acelerado. A importância dos estudos aculturativos leva à compreensão dos problemas gerados modernamente pela aproximação entre os grupos humanos.

1.9.1 *Relativismo Cultural*

O conceito de relativismo cultural deve ser adequadamente compreendido por todos os indivíduos envolvidos direta ou indiretamente nas situações de contato. É um princípio que permite ao observador ter uma visão objetiva das culturas, cujos padrões e valores são tidos como próprios e convenientes aos seus integrantes.

Considerando a extrema diversidade cultural da humanidade, pode-se compreender cada grupo humano, seus valores definidos, suas exclusivas normas de conduta e suas próprias reações psicológicas aos fenômenos do cotidiano; e também suas convenções relativas ao bem e mal, ao moral e imoral, ao belo e feio, ao certo e errado, ao justo e injusto etc.

A relatividade cultural ensina que uma cultura deve ser compreendida e avaliada dentro dos seus próprios moldes e padrões, mesmo que estes pareçam estranhos e exóticos. Assegura ao antropólogo atitudes mais justas e humanas, o que vem, muitas vezes, contrariar os interesses da cultura dominante que, quase sempre, nas situações de contato, não leva em consideração alguns princípios humanitários.

DIREITO À AUTONOMIA TRIBAL. Os grupos humanos têm direito de possuir e fazer desenvolver a própria cultura, sem interferências externas.

Exemplo: os grupos nativos da Austrália, do Brasil e de outros países, que ainda não foram atingidos pela civilização, têm direito à preservação de sua cultura original.

Os indivíduos têm direito a suas próprias crenças, aos seus próprios hábitos e costumes, a sua própria ideologia e a sua própria cultura. Por isso, mesmo debaixo das pressões da cultura dominante, muitos grupos preservam valores que são nucleares em sua cultura, como, por exemplo, os Bororo. Os padrões originais de sua cultura persistem, embora deformados, apesar do longo processo aculturativo a que o grupo está submetido.

VALORES CULTURAIS. As formas de pensar e agir de grupos diferentes devem merecer o maior respeito possível e, por isso, seria injusta a introdução deliberada de mudanças no interior dessas culturas.

Exemplo: o ensino do Cristianismo entre grupos tribais brasileiros, durante praticamente quinhentos anos, foi uma violência contra a esfera mental desses indivíduos, que dificilmente podiam compreender a substituição do seu “deus” por um outro que desconheciam.

Da mesma forma, os costumes que diferem muito dos da sociedade civilizada devem ser considerados e avaliados dentro da configuração cultural a que pertencem.

Exemplo: a prática da antropofagia entre os antigos índios Tupi da costa brasileira sempre foi condenada e considerada selvagem, assim como a nudez dos indígenas em geral.

A avaliação desses padrões quase nunca foi feita em relação ao contexto cultural Tupi, mas de acordo com a ética do europeu, evidentemente etnocêntrica.

ETNOCENTRISMO. Deve-se considerar que há modos de vida bons para um grupo que jamais serviriam para outro.

Os estudos dos grupos humanos vêm demonstrando que, embora existam expressivas diferenças culturais, “outras culturas” não são necessariamente inferiores. Mesmo assim, as sociedades “primitivas” são vistas dentro de um prisma de inferioridade cultural, sendo consideradas selvagens, bárbaras e de mentalidade atrasada. É uma atitude etnocêntrica, condenada pela Antropologia, que defende o princípio de que as culturas não são superiores ou inferiores, mas diferentes, com maiores ou menores recursos, com tecnologia mais ou menos desenvolvida.

1.9.2 Aplicações da Antropologia

Os antropólogos adotam procedimentos alicerçados nos conceitos de relativismo cultural e etnocentrismo, quando são chamados a desenvolver programas de ação junto a grupos humanos sujeitos a mudanças socioculturais. É o significado utilitário da Antropologia, ou seja, o emprego prático dos conhecimentos antropológicos, colocados à disposição da sociedade, colaborando, dessa forma, para o bem-estar dos grupos humanos sobre os quais atua.

A Antropologia Aplicada vem adquirindo importância cada vez maior no mundo moderno, onde o isolamento cultural é quase impossível, e onde os contatos são inevitáveis e se multiplicam, levando muitas vezes a situações conflitantes.

O papel da Antropologia Aplicada é bastante amplo:

- a) Empenha-se na solução dessas situações, procurando minimizar os desequilíbrios e tensões culturais e tentando fazer com que as culturas atingidas sejam menos molestadas e seus padrões e valores respeitados.

- b) Aplica conhecimentos antropológicos, físicos e culturais na busca de soluções para os modernos problemas sociais, políticos e econômicos dos grupos simples e das sociedades civilizadas.

COLONIALISMO. O antropólogo preocupa-se com os problemas gerados pelas situações de colonialismo e com a condição dos grupos sujeitos ao domínio colonial. Procura saber como beneficiar essas populações, impedindo a introdução dos valores ocidentais (cultura dominante) em detrimento dos padrões nativos.

As tradições dos povos submetidos devem ser respeitadas pelos governantes coloniais, que precisam saber como tratar com culturas tão diferentes. Administradores, missionários e técnicos devem ser portadores dos conceitos antropológicos, a fim de que a interferência seja menos prejudicial.

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO. Os antropólogos têm sido chamados a atuar em projetos de desenvolvimento em várias partes do mundo, geralmente de iniciativa de órgãos internacionais, como, por exemplo, a ONU, a Unesco etc.; projetos de colonização de terras, de reforma agrária, trabalho junto a sociedades camponesas, campanhas de saúde pública, desenvolvimento de comunidade etc.

COEXISTÊNCIA POPULACIONAL. A coexistência de populações nativas com a população nacional requer a adoção de políticas indigenistas adequadas a cada realidade particular. No Brasil, por exemplo, o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), norteador pelo Marechal Rondon, foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão protetor da população tribal brasileira, que nem sempre tem cumprido satisfatoriamente seus objetivos e metas (veja Capítulo 12).

No Brasil, as frentes de expansão econômica (extrativa, pastoril e agrícola) fazem contactar diferentes grupos tribais com a sociedade nacional, exigindo a ação indigenista para amenizar os efeitos do contato.

INDUSTRIALIZAÇÃO. Nas sociedades civilizadas, a expansão da indústria vem exigindo maior desenvolvimento da Antropologia Aplicada na busca de soluções para os problemas decorrentes, sobretudo os referentes às relações de trabalho: baixos salários, greves, desemprego, injustiças sociais, excesso de trabalho etc. Cabe ao antropólogo indagar as causas dessas tensões e procurar estabelecer o equilíbrio social nessas e em outras relações.

A ação do antropólogo é de relevância, mas a perspectiva histórica tem demonstrado que sua tarefa lhe tem sido decepcionante, em face das pressões da cultura dominante, que nem sempre concorda com as posições teóricas e os métodos humanísticos por ele adotados, ao desempenhar o papel de conciliador entre o mundo dominante e o dominado.

Literatura Recomendada

- BEALS, Ralph L.; HOIJER, Harry. *Introducción a la antropología*. Madri: Aguilar, 1968. Capítulos 1 e 23.
- CALDERÓN, Alor A. *Antropologia social*. México: Oasis, 1971. Apêndice.
- CHAPPLE, Eliot D. *El hombre cultural y el hombre biológico: antropología de la conducta*. Buenos Aires: AID, 1970. Capítulo 1.
- COMAS, Juan et al. *Raça e ciência*. São Paulo: Perspectiva, 1960. Capítulo 5.
- HEBERER, Gerhard. *Antropologia*. Lisboa: Meridiano, 1967. Capítulos 1, 2 e 3.
- HERSKOVITS, Melville, J. *Antropologia cultural: man and his work*. São Paulo: Mestre Jou, 1963. Capítulo 1.
- HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 1981. Parte 1, Capítulo 1.
- KEESING, Felix M. *Antropologia cultural: a ciência dos costumes*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958. Capítulo 1.
- KLUCKHOHN, Clyde. *Antropologia: um espelho para o homem*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1972. Capítulo 10.
- LECLERC, Gérard. *Crítica da antropologia*. Lisboa: Estampa, 1973. Parte 2.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. Capítulos 1 e 17.
- MAIR, Lucy. *Introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. Capítulos 1, 2 e 3.
- MUSSOLINI, Gioconda (Org.). *Evolução, raça e cultura*. São Paulo: Nacional: Edusp, 1969. Capítulo 1.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Pioneira, 1972. Introdução.
- TAX, Sol (Org.). *Panorama da antropologia*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1966. Capítulo 1.
- TITIEV, Mischa. *Introdução à antropologia cultural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963. Capítulo 9.

Cultura

2.1 Natureza da Cultura

A cultura, para os antropólogos em geral, constitui-se no “conceito básico e central de sua ciência”, afirma Leslie A. White (In Kahn, 1975:129).

O termo *cultura* (*colere*, cultivar ou instruir; *cultus*, cultivo, instrução) não se restringe ao campo da antropologia. Várias áreas do saber humano – agronomia, biologia, artes, literatura, história etc. – valem-se dele, embora seja outra a conotação.

Muitas vezes, a palavra *cultura* é empregada para indicar o desenvolvimento do indivíduo por meio da educação, da instrução. Nesse caso, uma pessoa “cultura” seria aquela que adquiriu domínio no campo intelectual ou artístico. Seria “inculta” a que não obteve instrução.

Os antropólogos não empregam os termos *culto* ou *inculto*, de uso popular, nem fazem juízo de valor sobre esta ou aquela cultura, pois não consideram uma superior à outra. Elas apenas são diferentes em nível de tecnologia ou integração de seus elementos. Todas as sociedades – rurais ou urbanas, simples ou complexas – possuem cultura. Não há indivíduo humano desprovido de cultura exceto o recém-nascido e o *homo ferus*; um, porque ainda não sofreu o processo de endoculturação, e o outro, porque foi privado do convívio humano.

Para os antropólogos, a cultura tem significado amplo: engloba os modos comuns e aprendidos da vida, transmitidos pelos indivíduos e grupos, em sociedade.

2.1.1 Conceituação

Desde o final do século passado os antropólogos vêm elaborando inúmeros conceitos sobre cultura. Apesar de a cifra ter ultrapassado 160 definições, ainda

não chegaram a um consenso sobre o significado exato do termo. Para alguns, cultura é comportamento aprendido; para outros, não é comportamento, mas abstração do comportamento; e para um terceiro grupo, a cultura consiste em idéias. Há os que consideram como cultura apenas os objetos imateriais, enquanto outros, ao contrário, aquilo que se refere ao material. Também encontram-se estudiosos que entendem por cultura tanto as coisas materiais quanto as não materiais.

Alguns conceitos, para melhor esclarecimento, serão apresentados aqui, obedecendo a uma ordem cronológica e com as diferentes abordagens.

Edward B. Tylor (1871) foi o primeiro a formular um conceito de cultura, em sua obra *Cultura primitiva*. Ele propôs: “Cultura... é aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (In Kahn, 1975:29). O conceito de Tylor, que engloba todas as coisas e acontecimentos relativos ao homem, predominou no campo da antropologia durante várias décadas.

Para Ralph Linton (1936), a cultura de qualquer sociedade “consiste na soma total de idéias, reações emocionais condicionadas a padrões de comportamento habitual que seus membros adquiriram por meio da instrução ou imitação e de que todos, em maior ou menor grau, participam” (1965:316). Este autor atribui dois sentidos ao termo *cultura*: um, geral, significando “a herança social total da humanidade”; outro, específico, referindo-se a “uma determinada variante da herança social” (96).

Franz Boas (1938) define cultura como “a totalidade das reações e atividades mentais e físicas que caracterizam o comportamento dos indivíduos que compõem um grupo social...” (1964:166).

Malinowski (1944), em *Uma teoria científica da cultura*, conceitua cultura como “o todo global consistente de implementos e bens de consumo, de cartas constitucionais para os vários agrupamentos sociais, de idéias e ofícios humanos, de crenças e costumes” (1962:43).

O mais breve dos conceitos foi formulado por Herkovits (1948), embora este não seja o único: “a parte do ambiente feita pelo homem” (1963:31).

Kroeber e Kluckhohn (1952), em *Culture: a critical review of concepts and definitions*, referem-se à cultura como “uma abstração do comportamento concreto, mas em si própria não é comportamento” (1952:19).

Beals e Hoijer (1953) também são partidários da cultura como abstração. Afirmam eles: “a cultura é uma abstração do comportamento e não deve ser confundida com os atos do comportamento ou com os artefatos materiais, tais como ferramentas, recipientes, obras de arte e demais instrumentos que o homem fabrica e utiliza” (1969:265 ss).

Para Felix M. Keesing (1958), a cultura é “comportamento cultivado, ou seja, a totalidade da experiência adquirida e acumulada pelo homem e transmitida socialmente, ou, ainda, o comportamento adquirido por aprendizado social” (1961:49).

Leslie A. White (1959), em *O conceito de cultura* (In Kahn, 1975:129 ss), faz diferença entre comportamento e cultura. Para ele, é:

- *Comportamento*: “quando coisas e acontecimentos dependentes de simbolização são considerados e interpretados face à sua relação com organismos humanos, isto é, em um contexto somático” – relativo ao organismo humano;
- *Cultura*: “quando coisas e acontecimentos dependentes de simbolização são considerados e interpretados num contexto extra-somático, isto é, face à relação que têm entre si, ao invés de com os organismos humanos” – independente do organismo humano.

Dessa forma, comportamento pertence ao campo da Psicologia e cultura ao campo da Antropologia.

Para White, esse conceito “livra a Antropologia cultural das abstrações intangíveis, imperceptíveis e ontologicamente irrealis e proporciona-lhe uma disciplina verdadeira, sólida e observável”.

G. M. Foster (1962) descreve a cultura como “a forma comum e aprendida da vida, compartilhada pelos membros de uma sociedade, constante da totalidade dos instrumentos, técnicas, instituições, atitudes, crenças, motivações e sistemas de valores conhecidos pelo grupo” (1964:21).

Mais recentemente, Clifford Geertz (1973) propõe: “a cultura deve ser vista como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instituições – para governar o comportamento”. Para ele, “mecanismos de controle” consistem naquilo que G. H. Mead e outros chamaram de símbolos significantes, ou seja, “palavras, gestos, desenhos, sons musicais, objetos ou qualquer coisa que seja usada para impor um significado à experiência” (1967:37). Esses símbolos, correntes na sociedade e transmitidos aos indivíduos – que fazem uso de alguns deles, enquanto vivem –, “permanecem em circulação” mesmo após a morte dessas pessoas.

Pelo visto, o conceito de cultura varia no tempo, no espaço e em sua essência. Tylor, Linton, Boas e Malinowski consideram a cultura como idéias. Para Kroeber e Kluckhohn, Beals e Hoijer, ela consiste em abstrações do comportamento. Keesing e Foster a definem como comportamento aprendido. Leslie A. White apresenta outra abordagem: a cultura deve ser vista não como comportamento, mas em si mesma, ou seja, fora do organismo humano. Ele, Foster e outros englobam no conceito de cultura os elementos materiais e não materiais

da cultura. A colocação de Geertz difere das anteriores, na medida em que propõe a cultura como um “mecanismo de controle” do comportamento.

Essas colocações divergentes, ao longo do tempo, permitem apreender a cultura como um todo, sob vários enfoques.

A cruz, por exemplo, pode ser vista sob essas diferentes concepções:

- a) *idéia*: quando se formula a sua imagem na mente;
- b) *abstração do comportamento*: quando ela representa, na mente, um símbolo dos cristãos;
- c) *comportamento aprendido*: quando os católicos fazem o sinal da cruz;
- d) *coisa extra-somática*: quando é vista por si mesma, independente da ação, tanto material quanto imaterial;
- e) *mecanismo de controle*: quando a Igreja a utiliza para afastar o demônio ou para obter a reverência dos fiéis.

A cultura, portanto, pode ser analisada, ao mesmo tempo, sob vários enfoques: idéias (conhecimento e filosofia); crenças (religião e superstição); valores (ideologia e moral); normas (costumes e leis); atitudes (preconceito e respeito ao próximo); padrões de conduta (monogamia, tabu); abstração do comportamento (símbolos e compromissos); instituições (família e sistemas econômicos); técnicas (artes e habilidades); e artefatos (machado de pedra, telefone).

Os artefatos decorrem da técnica, mas a sua utilização é condicionada pela abstração do comportamento. As instituições ordenam os padrões de conduta, que decorrem de atitudes condicionadas em normas e baseadas em valores determinados tanto pelas crenças quanto pelas idéias.

2.1.2 *Localização da Cultura*

As coisas e os acontecimentos que constituem a cultura, segundo Leslie A. White, encontram-se no espaço e no tempo, e são classificadas em:

- a) *“intra-orgânica*: dentro de organismos humanos (conceitos, crenças, emoções, atitudes);
- b) *interorgânica*: dentro dos processos de interação social entre os seres humanos;
- c) *extra-orgânica*: dentro de objetos materiais (machados, fábricas, ferrovias, vasos de cerâmica) situados fora de organismos humanos, mas dentro dos padrões de interação social entre eles”.

Para esse autor, um item qualquer – conceito, crença, ato, objeto – deve ser considerado um elemento da cultura, desde que:

- a) haja simbolização (representação por meio de símbolos);
- b) seja analisado em um contexto extra-somático.

2.1.3 *Essência da Cultura*

A cultura, para os antropólogos, de forma geral, consiste, como já foi mencionado, em idéias, abstrações e comportamento.

IDÉIAS. Idéias são concepções mentais de coisas concretas ou abstratas, ou seja, toda variedade de conhecimentos e crenças teológicas, filosóficas, científicas, tecnológicas, históricas etc.

Exemplo: línguas, arte, mitologia etc.

Para alguns estudiosos, a cultura consiste em idéias, sendo, portanto, um fenômeno mental que exclui os objetos materiais e o comportamento observável.

Essa concepção, segundo White, é “ingênua, pré-científica e ultrapassada”. A cultura, na verdade, é constituída de idéias, mas em parte; atitudes, atos evidentes e objetos também são cultura.

ABSTRAÇÕES. Consiste naquilo que se encontra apenas no domínio das idéias, da mente, excluindo-se totalmente as coisas materiais.

Vários autores afirmam que a cultura é uma abstração ou consiste em abstrações, ou seja, coisas e acontecimentos não observáveis, não palpáveis, não tocáveis.

Novamente, Leslie A. White discorda dessa colocação. Para ele, abstração significa algo “imperceptível, imponderável, intangível (...) ontologicamente ir-real”, o que estaria fora do campo científico.

COMPORTAMENTO. São modos de agir comuns a grupos humanos ou conjuntos de atitudes e reações dos indivíduos em face do meio social.

Inúmeros antropólogos consideram a cultura como comportamento aprendido, característico dos membros de uma sociedade, uma vez que o comportamento instintivo é inerente aos animais em geral. Sob esse ponto de vista, os instintos, os reflexos inatos e outras formas de comportamento predeterminadas biologicamente devem ser excluídos. Cultura resulta da invenção social; é aprendida e transmitida por meio da aprendizagem e da comunicação.

Para White, os atos (acontecimentos) e os objetos (coisas) não são comportamento humano, mas “uma concretização do comportamento humano”. A cultura consiste, portanto, em uma série de coisas reais que podem ser observáveis, ser examinadas num contexto extra-somático. Para ele, há três tipos de símbolos (significados):

1. idéias;
2. atos evidentes;
3. objetos materiais.

2.1.4 *Classificação da Cultura*

A cultura pode ser classificada de diversas maneiras: material ou imaterial (não material, espiritual), real ou ideal.

CULTURA MATERIAL (ERGOLOGIA). Consiste em coisas materiais, bens tangíveis, incluindo instrumentos, artefatos e outros objetos materiais, fruto da criação humana e resultante de determinada tecnologia. Abrange produtos concretos, técnicas, construções, normas e costumes que regularizam seu emprego.

Exemplos: machados de pedra, vasos de cerâmica, alimentos, máscaras, vestuário, habitações, máquinas, navios, satélites artificiais, cachimbo da paz, cruz, estrela de David etc.

CULTURA IMATERIAL (ASPECTOS ANIMOLÓGICOS). Refere-se a elementos intangíveis da cultura, que não têm substância material. Entre eles encontram-se crenças, conhecimentos, aptidões, hábitos, significados, normas, valores.

Os membros de uma sociedade compartilham certos conhecimentos e crenças como reais e verdadeiros.

Exemplo: a crença na existência de seres sobrenaturais como deuses, espíritos, fantasmas.

Para Hoebel (In Shapiro, 1966:217), a cultura não material “consiste no comportamento em si, tanto manifesto (atividade motora) quanto não manifesto (que se passa no íntimo das pessoas)”. Muitas vezes, a cultura imaterial encontra-se em perfeita fusão com a material. A cerimônia de casamento, por exemplo, apresenta os dois aspectos.

CULTURA REAL. É aquela em que, concretamente, todos os membros de uma sociedade praticam ou pensam em suas atividades cotidianas. Entretanto, a cultura real não pode ser percebida em sua totalidade, apenas parcialmente e,

para isso, é necessário que os estudiosos a ordenem e demonstrem em termos compreensíveis.

O conhecimento científico nem sempre pode evidenciar a cultura real, mesmo que empregue os mais modernos e avançados métodos de pesquisa, porque o real sempre é apresentado como as pessoas o conhecem ou pensam que seja.

CULTURA IDEAL. A cultura ideal (normativa) consiste em um conjunto de comportamentos que, embora expressos verbalmente como bons, perfeitos, para o grupo, nem sempre são freqüentemente praticados. Muitas vezes, um indivíduo, pelo seu egoísmo, pode tomar uma linha de ação diferente, ou os valores não revelados, ocultos, podem levar a comportamentos contraditórios. A cultura ideal seria a perfeita, além, muitas vezes, do alcance comum.

Exemplo: casamento indissolúvel seria o desejável pela sociedade ocidental cristã; casamento real, o que ocorre e nem sempre é satisfatório ou atende ao ideal.

2.1.5 Componentes da Cultura

De modo geral, a cultura se constitui dos seguintes elementos: conhecimentos, crenças, valores, normas e símbolos.

CONHECIMENTOS. Todas as culturas, sejam simples ou complexas, possuem grande quantidade de conhecimentos que são cuidadosamente transmitidos de geração em geração.

Os conhecimentos, geralmente, são práticos. Sobre o meio ambiente, por exemplo, os indivíduos aprendem principalmente aquilo que lhes permite a sobrevivência, ou seja, obtenção de alimentos, construções de abrigos ou habitações, meio de transporte, proteção contra as intempéries, contra os animais ferozes etc.

O conhecimento engloba também aspectos referentes à organização social, à estrutura do parentesco, aos usos e costumes, às crenças, às técnicas de trabalho etc.

CRENÇAS. Crença é a aceitação como verdadeira de uma proposição comprovada ou não cientificamente. Consiste em uma atitude mental do indivíduo, que serve de base à ação voluntária. Embora intelectual, possui conotação emocional.

Há crenças falsas e verdadeiras, dependendo da evidência certa, efetiva ou de aparências enganosas.

Para Goodenough (In Kahn, 1975:207), são três os tipos de crenças:

- a) “*Pessoais*: as proposições aceitas por um indivíduo como certas independentes das crenças dos demais.”

Exemplo: acreditar em lobisomem.

- b) “*Declaradas*: as proposições que uma pessoa aparenta aceitar como verdadeiras, em seu comportamento público, e que as menciona apenas para defender ou justificar suas ações perante os outros.”

Exemplos: favorável à democracia, à igualdade dos sexos, ausência de preconceitos.

- c) “*Públicas*: as proposições que os membros de um grupo concordam, aceitam e declaram como suas crenças comuns.”

Exemplos: o mistério da encarnação para os cristãos; a reencarnação para hindus e espíritas; a hierarquia militar nas Forças Armadas.

Outros autores classificam as crenças, ainda, em: *científicas*, quando podem ser comprovadas (ida do homem à Lua); *supersticiosas*, quando não se pratica determinada ação com medo que lhe aconteça algo ruim (não dar esmola pela janela para não ficar pobre); *extravagantes*, quando fogem ao comum (a mulher grávida sentar-se no pilão para dar à luz mais facilmente).

Há crenças *benéficas*, quando resultam em algum benefício (podar as roseiras na Lua Nova, no mês de julho ou agosto, para que brotem viçosas); ou *maléficas*, quando causam mal a alguém (imolação de recém-nascidos para obter proteção de deuses).

VALORES. O termo *valor*, de modo geral, é empregado para indicar objetos e situações consideradas boas, desejáveis, apropriadas, importantes, ou seja, para indicar riqueza, prestígio, poder, crenças, instituições, objetos materiais etc. Além de expressar sentimentos, o valor incentiva e orienta o comportamento humano.

Existem dois elementos no valor: um, emocional, e outro, ideacional.

Exemplo: gostar, desejar.

Os valores variam de acordo com a maior ou menor importância que os membros de uma sociedade lhes atribuem. Sendo um estado mental, uma realidade psicológica, o valor não pode ser medido pelos meios até agora descobertos, uma vez que sua realidade se encontra na mente humana. Todavia, pode ser reconhecida sua existência, por meio da pesquisa social ou psicológica.

As sociedades, em geral, possuem valores dominantes e secundários, havendo uma escala de graduação entre os dois pólos.

Exemplos de valores:

- *dominantes*: liberdade de expressão, de religião, de direito à vida;
- *secundários*: servir café às visitas, presentear a parturiente, agradecer cartões de Boas Festas.

Williams (Apud Johnson, 1967:102) aponta quatro critérios dos valores dominantes:

- a) *amplitude*: valor revelado por meio da proporção e atividade de uma população (direitos humanos);
- b) *duração*: tempo de permanência do valor (liberdade religiosa);
- c) *intensidade*: grau elevado da procura e manutenção do valor (conquista da independência política);
- d) *prestígio*: importância dada ao valor pelos seus portadores (direito à propriedade).

O termo *valor*, em sentido amplo, pode ter vários significados. Em sentido restrito, para Raymond Firth (1974:59 e 60), ele significa “a qualidade da preferência atribuída a um objeto, em virtude de uma relação entre meios e fins, na ação social”.

Para Firth, há seis tipos de qualidades do valor:

- a) *tecnológico*: qualidade do alimento;
- b) *econômico*: condições de comercialização;
- c) *moral*: alimento para todos: ricos e pobres;
- d) *ritual*: proibição de comer carne de porco (muçulmanos); de vaca (indianos);
- e) *estético*: apresentação de um prato alimentício;
- f) *associativo*: jantar comemorativo.

NORMAS. Normas são regras que indicam os modos de agir dos indivíduos em determinadas situações. Consistem, pois, em um conjunto de idéias, de convenções referentes àquilo que é próprio do pensar, sentir e agir em dadas situações.

As culturas são constituídas de normas comportamentais, ou seja, de um tipo de conduta que ocorre com maior ou menor frequência.

Para Beals e Hoijer (1969:268), há dois tipos de normas compreendidas em uma cultura: as ideais e as comportamentais.

- a) *Normas Ideais*: aquelas que os membros de uma sociedade deveriam praticar ou dizer, em dada situação, acatando as regras estabelecidas pela cultura. Representam os deveres e desejos de uma cultura particular.

Exemplo: enterrar ou cremar os mortos.

As normas ideais, para Beals e Hoijer, podem ser classificadas em cinco categorias:

- *obrigatórias*: não se pode fugir a elas (andar vestido);
- *preferenciais*: um modo de comportamento mais valorizado do que outro (juventude usar *jeans*);
- *típicas*: quando, entre vários modos de comportamento aceitáveis, um deles é mais usado (cabelos longos e colares dos *hippies*);
- *alternativas*: quando são aceitos diferentes modos de conduta, sem que haja diferença de valoração ou de frequência de uso (mulher usar calça comprida ou saia);
- *restritas*: formas de conduta aceitas apenas por alguns membros da sociedade (indumentária do monge budista);

b) *Normas Comportamentais*: são os comportamentos reais dos indivíduos, em determinadas situações, que fogem às normas ideais.

Exemplo: a pulseira no tornozelo.

Toda sociedade engloba um conjunto de conhecimentos, crenças, valores e normas de comportamento que, embora seja uma herança acumulada do passado, continuamente, a cada geração, vai-se aperfeiçoando.

SÍMBOLOS. Símbolos são realidades físicas ou sensoriais às quais os indivíduos que os utilizam lhes atribuem valores ou significados específicos. Comumente representam ou implicam coisas concretas ou abstratas.

Pessoas, gestos, palavras, ordens, sinais sensoriais, fórmulas mágicas, valores, crenças, poder, solidariedade, sentimentos, cerimônias, hinos, bandeiras, textos sagrados, objetos materiais etc., que tenham adquirido significado específico, representando em um contexto cultural, por meio de atos, atitudes e sentimentos, constituem-se símbolos.

Os significados podem ser:

a) *Arbitrários*: à medida que não têm relação obrigatória com as propriedades físicas dos fenômenos que os recebem. Fora do campo lingüístico, a ligação entre símbolo e objeto caracteriza-se pela total ausência de afinidade intrínseca.

Exemplo: não há relação necessária entre a cruz (propriedade física) e os valores simbólicos que os cristãos lhe atribuem.

b) *Partilhados*: quando o símbolo tem o mesmo significado para diferentes culturas (geral) ou para determinada sociedade (particular).

Exemplo: a palma, como aplauso, é conhecida em quase todas as sociedades humanas. A palma que o crente bate frente ao templo xintoísta, no Japão, para chamar a atenção de seu deus (como a dizer: – estou aqui) é conhecida apenas entre os adeptos dessa religião.

c) *Referenciais:* quando os símbolos referem-se a uma coisa específica.

Exemplo: a cor branca, símbolo de luto entre os chineses; hino nacional brasileiro.

A simbolização permite ao homem transmitir seus conhecimentos aprendidos e acumulados durante as diferentes gerações. Eles resguardam os valores considerados básicos para a perpetuação da cultura e da sociedade. A criação deles consiste, basicamente, na associação de significados àquilo que se pode perceber pelos sentidos, ou seja, ver, ouvir, tocar, cheirar.

O símbolo social, tendo significado partilhado, pode comunicar tal significado; mas, se o indivíduo desconhece os valores simbólicos utilizados em uma cultura, ele precisa ser instruído acerca do mesmo para poder entendê-lo, ou inferir, através da observação, o seu significado. Quando os símbolos são estabelecidos entre pessoas preparadas para saber a forma e o sentido que eles têm na tradição cultural, esses indivíduos participam de entendimentos comuns. Um observador está sujeito a erros, quando tenta inferir significados baseado nos de sua própria cultura. Entretanto, se o sentido e a forma estiveram correlacionados com os de sua cultura, ele terá maior probabilidade de acerto.

Em muitos tipos de comunicação e expressão, incluindo religião e arte, os símbolos são de fundamental importância. Nas culturas, a língua consiste em um dos sistemas mais importantes de símbolo, sendo a fala sua forma principal.

2.1.6 *Relativismo Cultural*

A posição cultural relativista tem como fundamento a idéia de que os indivíduos são condicionados a um modo de vida específico e particular, por meio do processo de endoculturação. Adquirem, assim, seus próprios sistemas de valores e sua própria integridade cultural.

As culturas, de modo geral, diferem umas das outras em relação aos postulados básicos, embora tenham características comuns.

Toda a cultura é considerada como configuração saudável para os indivíduos que a praticam. Todos os povos formulam juízos em relação aos modos de vida diferentes dos seus. Por isso, o relativismo cultural não concorda com a idéia de normas e valores absolutos e defende o pressuposto de que as avaliações devem ser sempre relativas à própria cultura onde surgem.

Os padrões ou valores de certo ou errado, dos usos e costumes, das sociedades em geral, estão relacionados com a cultura da qual fazem parte. Dessa maneira, um costume pode ser válido em relação a um ambiente cultural e não a outro e, mesmo, ser repudiado.

Exemplo: no Brasil, come-se manteiga; na África, ela serve para untar o corpo. Pescoços longos (mulheres-girafas da Birmânia), lábios deformados (indígenas brasileiros), nariz furado (indianas), escarificação facial (entre aborígenes australianos), deformações cranianas (índios sul-americanos) são valores culturais para essas sociedades. Esses tipos de adornos significam beleza. O infanticídio e o gerontocídio, costumes praticados em algumas culturas (esquimós), são totalmente rejeitados por outras.

2.1.7 *Etnocentrismo*

O conceito de etnocentrismo acha-se intimamente relacionado ao de relativismo cultural. A posição relativista liberta o indivíduo das perspectivas deturpadoras do etnocentrismo, que significa a supervalorização da própria cultura em detrimento das demais. Todos os indivíduos são portadores desse sentimento e a tendência na avaliação cultural é julgar as culturas segundo os moldes da sua própria. A ocorrência da grande diversidade de culturas vem testemunhar que há modos de vida bons para um grupo que jamais serviriam para outro.

Toda referência a povos primitivos e civilizados deve ser feita em termos de culturas diferentes e não na relação superior/inferior.

O etnocentrismo pode ser manifestado no comportamento agressivo ou em atitudes de superioridade e até de hostilidade. A discriminação, o proselitismo, a violência, a agressividade verbal são outras formas de expressar o etnocentrismo.

Entretanto, o etnocentrismo apresenta um aspecto positivo, ao ser agente de valorização do próprio grupo. Seus integrantes passam a considerar e a aceitar o seu modo de vida como o melhor, o mais saudável, o que favorece o bem-estar individual e a integração social.

2.1.8 *Função da Cultura*

A cultura é formada de milhares de traços culturais selecionados, mas integrados, formando um todo. Sem exceção, cada traço possui forma e função.

- a) *Forma:* feição ou maneira como uma coisa se apresenta ou se manifesta. Feição exterior, que caracteriza determinado elemento da cultura. Assim, cada traço cultural possui sua forma específica.

Exemplo: anel, cachimbo, casa, cerimônia de casamento, funeral, processo jurídico etc.

b) *Função:* tipo de ação ou procedimento inter-relacionado de traços de cultura. A maneira como um elemento se relaciona com outros contribui para o modo de vida global.

Exemplo: um anel pode ter diferentes formas (medidas) materiais, figuras e várias funções (enfeite, compromisso, *status*).

Cada traço cultural dá à cultura total uma contribuição, e o modo como eles se inter-relacionam leva à estrutura da cultura.

2.2 Estrutura da Cultura

Para analisar a cultura, alguns antropólogos desenvolveram conceitos de traços, complexos e padrões culturais.

2.2.1 Traços Culturais

Em geral, os antropólogos consideram os traços culturais como os menores elementos que permitem a descrição da cultura. Referem-se, portanto, à menor unidade ou componente significativo da cultura, que pode ser isolado no comportamento cultural. Embora os traços sejam constituídos de partes menores, os itens, estes não têm valor por si sós.

Exemplo: uma caneta pode existir com um objetivo definido, mas só pode funcionar como unidade cultural em sua associação com a tinta, convertendo-se assim em um traço cultural. O mesmo ocorre com os óculos (precisam da associação da lente com a armação) e o arco e a flecha (arma).

Alguns traços culturais são simples objetos, ou seja, cadeira, mesa, brinco, colar, machado, vestido, carro, habitação etc. Os traços culturais não materiais compreendem atitudes, comunicação, habilidades.

Exemplo: aperto de mão, beijo, oração, poesia, festa, técnica artesanal etc.

Nem sempre a idéia de traço é facilmente identificável em uma cultura, em face da integração, total ou parcial, de suas partes. Muitas vezes, fica difícil saber quando uma “unidade mínima identificável” pode ser considerada um traço ou um item.

Exemplo: o feijão, como prato alimentício, é um traço cultural material; mas o feijão, como um dos ingredientes da feijoada, torna-se apenas um item dessa dieta brasileira.

Os estudiosos da cultura, na verdade, estão mais preocupados com o significado e a maneira como os traços se integram em uma cultura do que com o seu total acervo.

O mesmo material, utilizado e organizado por pessoas pertencentes a duas sociedades diversas, pode chegar a resultados diferentes; vai depender da utilização e da importância ou valor do objeto para cada uma dessas culturas.

Exemplo: um artesão pode, com fibras de junco, confeccionar cadeiras (Brasil) ou casas (Irão).

Em cada cultura, devem-se estudar não só os diferentes traços culturais encontrados, mas, principalmente, a relação existente entre eles. “Todo elemento cultural tem dois aspectos: subjetivo e objetivo” (o objeto em si e o seu significado) (White, 1975:140-141 In Kahn).

Atualmente, parece que os antropólogos têm preferido o termo *elemento cultural*, em substituição a traço cultural. Hoebel e Frost (1981:20 ss) definem elemento cultural como “a unidade reconhecidamente irredutível de padrões de comportamento aprendido ou o produto material do mesmo”.

2.2.2 Complexos Culturais

Complexos culturais consistem no conjunto de traços ou num grupo de traços associados, formando um todo funcional; ou ainda um grupo de características culturais interligadas, encontrado em uma área cultural.

O complexo cultural é constituído, portanto, de um sistema interligado, interdependente e harmônico, organizado em torno de um foco de interesse central.

Cada cultura engloba um número grande e variável de complexos inter-relacionados. Dessa maneira, o complexo cultural engloba todas as atividades relacionadas com o traço cultural.

Exemplo: o carnaval brasileiro, que reúne um grupo de traços ou elementos relacionados entre si, ou seja, carros alegóricos, música, dança, instrumentos musicais, desfile, organização etc. A cultura do café, que abrange técnicas agrícolas, instrumentos, meios de transporte, máquinas. O complexo do fumo, entre sociedades tribais, envolvendo cultivo, produto, e os mais variados usos sociais e cerimoniais; o complexo do casamento, da tecelagem caseira etc.

2.2.3 Padrões Culturais

Padrões culturais são, segundo Herskovits (1963:231), “os contornos adquiridos pelos elementos de uma cultura, as coincidências dos padrões individuais de conduta, manifestos pelos membros de uma sociedade, que dão ao modo de vida essa coerência, continuidade e forma diferenciada”.

O padrão resulta do agrupamento de complexos culturais de um interesse ou tema central do qual deriva o seu significado. O padrão de comportamento consiste em uma norma comportamental, estabelecida pelos membros de determinada cultura. Essa norma é relativamente homogênea, aceita pela sociedade, e reflete as maneiras de pensar, de agir e de sentir do grupo, assim como os objetos materiais correlatos.

Herskovits aponta dois significados nos padrões, que, embora pareçam contraditórios, na verdade são complementares:

a) *Forma*: quando diz respeito às características dos elementos.

Exemplo: casas cobertas de telha e não de madeira.

b) *Psicológico*: quando se refere à conduta das pessoas.

Exemplo: comer com talher e não com pauzinhos.

Os indivíduos, através do processo de endoculturação, assimilam os diferentes elementos da cultura e passam a agir de acordo com os padrões estabelecidos pelo grupo ou sociedade.

O padrão cultural é, portanto, um comportamento generalizado, estandarizado e regularizado; ele estabelece o que é aceitável ou não na conduta de uma dada cultura.

Nenhuma sociedade é totalmente homogênea. Existem padrões de comportamento distintos para homens e mulheres, para adultos e jovens. Quando os elementos de uma sociedade pensam e agem como membros de um grupo, expressam os padrões culturais do grupo.

O comportamento do indivíduo é influenciado pelos padrões da cultura em que vive. Embora cada pessoa tenha caráter exclusivo, devido às próprias experiências, os padrões culturais, de diferentes sociedades, produzem tipos distintos de personalidades, característicos dos membros dessas sociedades. O padrão forma-se pela repetição contínua. Quando muitas pessoas, em dada sociedade, agem da mesma forma ou modo, durante um largo período de tempo, desenvolve-se um padrão cultural.

Exemplos: o matrimônio, como padrão cultural brasileiro, engloba o complexo do casamento, que inclui vários traços (cerimônia, aliança, roupas, flores, presentes, convites, agradecimentos, festa, jogar arroz nos noivos, amarrar latas no carro etc.); o complexo da vida familiar, de cuidar da casa, de criar os filhos, de educar as crianças.

Ir à igreja aos domingos, participar do carnaval, assistir ao futebol, comer três vezes ao dia são alguns dos inúmeros padrões de comportamento que constituem a cultura total.

2.2.4 *Configurações Culturais*

Configuração cultural consiste na integração dos diferentes traços e complexos de uma cultura, com seus valores objetivos mais ou menos coerentes, que lhe dão unidade.

Ruth Benedict (s.d.:37), que introduziu a idéia de configuração cultural na Antropologia moderna, escreve: “uma cultura é um modelo mais ou menos consistente de pensamento e ação (...). Não é apenas a soma de todas as suas partes, mas o resultado de um único arranjo e única inter-relação das partes, do que resultou uma nova entidade”.

A configuração cultural é uma qualidade específica que caracteriza uma cultura. Tem sua origem no inter-relacionamento de suas partes.

Desse modo, a cultura deve ser vista como um todo, cujas partes estão de tal modo entrelaçadas, que a mudança em uma das partes afetará as demais. Ao estudar uma cultura, deve-se ter visão conjunta de suas instituições, costumes, usos, meios de transporte etc. que estejam influenciando entre si.

Duas sociedades com a mesma soma de elementos culturais podem apresentar configurações totalmente diferentes, dependendo do modo como esses elementos estão organizados e relacionados.

Exemplo: índios Pueblo e Navajo das Planícies (EUA).

2.2.5 *Áreas Culturais*

As áreas culturais são territórios geográficos onde as culturas se assemelham. Os traços e complexos culturais mais significativos estão difundidos, resultando um modo peculiar e característico de seus grupos constituintes.

A área cultural refere-se a um território relativamente pequeno em relação ao da sociedade global, no qual os indivíduos compartilham os mesmos padrões de comportamento.

A área cultural nem sempre corresponde às divisões geográficas, administrativas ou políticas. O conceito, que em princípio referia-se mais à cultura material do que a outros aspectos, tornou-se, com o passar do tempo, em face das pesquisas realizadas, mais abrangente.

O estudo das áreas é importante para o conhecimento de povos ágrafos ou para análise histórica das tribos antigas, a fim de descobrir a origem e a difusão de traços culturais. É importante também para verificar as mudanças que ocorrem na cultura.

2.2.6 *Subcultura*

O termo *subcultura*, em geral, significa alguma variação da cultura total. Para Ralph Linton, a cultura é um agregado de subculturas.

Subcultura pode ser considerada como um meio peculiar de vida de um grupo menor dentro de uma sociedade maior. Embora os padrões da subcultura apresentem algumas divergências em relação à cultura central ou à outra subcultura, mantêm-se coesos entre si.

A subcultura não tem conotação valorativa, ou seja, não é superior ou inferior; são apenas diferentes, devido à organização e estrutura de seus elementos. Também não está necessariamente ligada a determinado espaço geográfico. Uma área cultural pode corresponder a uma subcultura, mas dificilmente ocorre o inverso, isto é, uma subcultura identificar-se com determinada área cultural.

Alguns antropólogos associam o termo *subcultura* a certos grupos regionais, étnicos, castas e classes sociais.

Exemplo: os quíchua do Peru, os índios das Planícies (EUA), a cultura do Nordeste brasileiro.

2.3 Nível de Participação

As culturas são constituídas de normas comportamentais ou costumes. Ralph Linton (1965:298 ss) classifica essas normas em três grupos, de acordo com o nível de participação – obrigatório ou facultativo – dos indivíduos. Em cada cultura, distinguem-se, portanto, os universais, as especialidades e as alternativas. Além disso, podem-se considerar as peculiaridades individuais.

2.3.1 *Universais*

Embora o conteúdo da cultura varie de uma sociedade para outra, existem padrões de conduta característicos de todos os membros de uma sociedade, os universais. Abrangem idéias, costumes, reações emotivas condicionadas, comuns a todos os membros de determinada sociedade.

Em uma cultura simples, predominam as normas universais, ao contrário das sociedades grandes e complexas. A língua e os padrões morais dominantes são sempre universais em qualquer cultura. Os valores, princípios que justificam e explicam as normas, são os universais de maior importância (monogamia, democracia, liberdade, para várias sociedades).

Nem sempre uma norma considerada universal para uma sociedade o é também para outra, mas pode aparecer como uma alternativa ou especialidade. São universais: as tradições, os usos, as idéias, os costumes conhecidos e praticados por todos os componentes da cultura.

Exemplo: a proibição do incesto, encontrada entre todos os povos do mundo, salvo poucas e raras exceções; andar vestido, em muitas sociedades; enterrar ou cremar os mortos; língua portuguesa no Brasil.

2.3.2 *Especialidades*

Em todas as sociedades, certas normas, praticadas e seguidas apenas por alguns grupos, são chamadas especialidades. Podem ser conhecidas pelos outros membros da sociedade, mas não são praticadas por eles. Há, portanto, padrões de conduta compartilhados apenas por certos indivíduos ou um subgrupo particular.

Esses padrões de comportamento consistem em conhecimentos e capacidades, reciprocamente interdependentes, atribuídos a diferentes partes da sociedade. São habilidades e conhecimentos técnicos de diferentes categorias ocupacionais: ama-de-leite, artesão, feiteiro, curandeiro, administrador, arquivista, engenheiro etc.

O conjunto de especialidades, embora não seja compartilhado por toda a sociedade, é aceito por ela, uma vez que possibilita o desenvolvimento de habilidades manuais, dos conhecimentos e de técnicas que, em forma de bens e serviços, vêm favorecer a todos.

Um indivíduo jamais pode adquirir ou manifestar todos os elementos de sua cultura, assim como um estudioso jamais terá condições de arrolar todos os aspectos da cultura.

As especialidades são hábitos e idéias pertencentes a determinados grupos de sexo, idade, profissionais, religiosos.

Exemplo: saudação do escoteiro; o V da vitória.

2.3.3 *Alternativas*

Em todas as culturas, existem inúmeros traços partilhados por certo número de indivíduos, mas que não são comuns a todos os membros da sociedade, nem aos grupos de especialização, por não se assemelharem a qualquer categoria especial de ocupação.

As alternativas variam amplamente e estão vinculadas à livre escolha.

Para uma mesma situação, a cultura oferece várias fórmulas, e assim o indivíduo pode fazer sua opção aceitando uma ou outra modalidade. São, portanto, padrões culturais não obrigatórios, como os universais, mas facultativos.

Nas culturas de sociedades pequenas – tribais ou ágrafas –, o número de alternativas é reduzido, ao passo que nas sociedades grandes e complexas é enorme.

Exemplo: mulher optar por saia ou calça comprida; ser ou não vegetariano.

2.3.4 *Peculiaridades Individuais*

As peculiaridades ficam além dos limites da cultura e constituem as características pessoais do indivíduo. Embora adquiridas por meio de condicionamentos diversos, não são compartilhadas por outrem.

Exemplo: habilidade manual de um artesão; apreciar ou não música; medo de andar de avião.

Os universais e as especialidades, por serem mais estáveis, formam o núcleo da cultura. A coesão de uma sociedade está intimamente relacionada com o equilíbrio entre os universais e as especialidades.

Apesar de não partilhadas por todos os membros da sociedade, as alternativas são importantes na dinâmica da cultura, pois, caso se difundam, sejam imitadas ou seguidas, incorporam-se à cultura. Há sempre alguém, numa comunidade, que descobre ou inventa coisas.

2.4 *Qualidades da Cultura*

A cultura significa o modo de vida de um povo e manifesta-se nos seus atos e nos seus artefatos. Os modos de comportamento que compõem a cultura de qualquer sociedade representam generalizações de comportamento de todos ou de alguns como membros da sociedade.

A cultura é social, seletiva, explícita e implícita.

2.4.1 *Social*

A cultura é criada, aprendida e acumulada pelos membros do grupo e transmitida socialmente de uma geração a outra e perpetuada em sua forma original ou modificada. Os indivíduos aprendem a cultura ou os aspectos da cultura no transcurso de suas vidas, dos grupos em que nascem ou convivem. Dessa maneira, ela é compartilhada por todos.

A cultura é dinâmica e contínua, em virtude de estar constantemente se modificando, em face dos contatos com outros grupos ou com suas próprias descobertas e invenções, ampliando, dessa maneira, o acervo cultural de geração em geração. Varia, portanto, no tempo e no espaço.

O crescimento da cultura, todavia, não é uniforme; pode haver épocas de grande desenvolvimento, de paradas e até de retrocessos. A alteração pode ser realizada por substituição ou por acumulação, tomando de empréstimo elementos de outra cultura, conservando-os ou adaptando-os.

Quando os elementos componentes de uma cultura se harmonizam e se completam, há integração cultural, que aparece em diferentes graus de interação, levando a uma participação geral.

A cultura é padronizada à medida que todos os membros de uma sociedade agem da mesma maneira.

2.4.2 *Seletiva*

As sociedades, ao construírem suas culturas, através dos tempos, nem sempre incluem todos os padrões comportamentais dominantes de outras culturas, por várias razões:

1. por estarem latentes nas sociedades anteriores;
2. para não perturbar a ordem estabelecida;
3. por serem, muitas vezes, contraditórios ou conflitantes com os seus.

A seleção nem sempre ocorre por acaso; é feita levando-se em consideração certos postulados básicos a respeito não só do homem, como também do mundo que o cerca.

Hoebel e Frost (1981:20) apontam dois postulados básicos:

- a) *existenciais*: relativos à natureza da existência;
- b) *normativos*: referentes às coisas e ao homem no que tange ao bom ou ao ruim.

Muitas vezes, a sociedade preocupa-se com a escolha de padrões complexos, coerentes e compatíveis com seu modo de vida, tentando conseguir maior integração.

A seleção pode ser consciente e desejada, mas a adoção de alguns padrões ou valores se faz de forma inconsciente.

Em certos setores da cultura, nem sempre se encontram justificativas para o aparecimento ou desaparecimento de alguns padrões culturais. Muitas vezes, convivem, lado a lado, dois traços culturais opostos: o emprego de uma técnica avançada com outra superada.

Exemplo: nos garimpos de diamantes, tanto há homens trabalhando com máquinas especializadas quanto com bateias ou peneiras.

2.4.3 *Explícita ou Manifesta*

A cultura explícita ou manifesta, também designada aberta, é aquela que pode ser exteriorizada por meio de ações e movimentos. Os padrões normativos tendem a ser francos, objetivos e conscientes.

A cultura manifesta inclui hábitos, comportamentos, aptidões, práticas religiosas, normas em geral.

Exemplo: abraço, dança, jogo. Porém, o exemplo mais típico é o da cultura material: artefatos, instrumentos, objetos.

2.4.4 *Implícita ou não Manifesta*

A cultura implícita, não manifesta ou latente, é aquela que se encontra no íntimo das pessoas. É subjetiva, oculta, inconsciente ou dissimulada, portanto, perceptível somente pelo observador. Deve ser analisada minuciosamente através de normas manifestas que a incluem ou expressam.

A cultura não manifesta de uma sociedade, muitas vezes, não pode ser percebida nem pelos seus próprios membros, por não fazerem parte de sua vida cotidiana. Incluem valores, crenças, idéias, conhecimentos.

Exemplo: reencarnação; modo de trajar da juventude atual.

2.5 Processos Culturais

Processo é a maneira, consciente ou inconsciente, pela qual as coisas se realizam, se comportam ou se organizam.

As culturas mudam continuamente, assimilam novos traços ou abandonam os antigos, através de diferentes formas. Crescimento, transmissão, difusão, estagnação, declínio, fusão são aspectos aos quais as culturas estão sujeitas.

2.5.1 *Mudança Cultural*

Mudança é qualquer alteração na cultura, sejam traços, complexos, padrões ou toda uma cultura, o que é mais raro. Pode ocorrer com maior ou menor facilidade, dependendo do grau de resistência ou aceitação. O aumento ou diminuição das populações, as migrações, os contatos com povos e culturas diferentes, as inovações científicas e tecnológicas, as catástrofes (perdas de safras, epidemias, guerras), as depressões econômicas, as descobertas fortuitas, a mudança violenta de governo etc. podem exercer especial influência, levando a alterações significativas na cultura de uma sociedade.

Quando o número de elementos novos, adotados, supera os antigos, que caíram em desuso, há crescimento da cultura. As mudanças podem ser realizadas com lentidão ou com rapidez (como ocorre atualmente, em face dos meios de comunicação), devido aos contatos diretos e contínuos entre povos.

A mudança pode surgir em conseqüência de fatores internos – *endógenos* (descoberta e invenção) ou externos – *exógenos* (difusão cultural). Assim, há mudança quando:

- a) novos elementos são agregados ou os velhos aperfeiçoados por meio de invenções;
- b) novos elementos são tomados de empréstimo de outras sociedades;
- c) elementos culturais, inadequados ao meio ambiente, são abandonados ou substituídos;
- d) alguns elementos, por falta de transmissão de geração em geração, se perdem.

O crescimento de uma cultura não é uniforme nem contínuo, no espaço e no tempo, pois está sujeito a variações.

Quando os povos mantêm-se isolados, ocorre a estagnação, pois a cultura permanece relativamente estática, modificando-se apenas em conseqüência de ações internas. Somente as culturas totalmente isoladas podem manter-se estáveis.

Se os elementos culturais desaparecem, há declínio cultural. Muitas vezes, condições religiosas, sociais e ambientais levam ao desaparecimento ou mudança de um complexo cultural. Por um lado, se um simples traço ou toda uma cultura pode desaparecer, por outro, o renascimento cultural pode ocorrer, em conseqüência de fatores endógenos ou exógenos.

Quando os elementos novos, acrescentados a uma cultura, forem menos significativos em relação aos anteriores, desaparecidos, a cultura permanecerá estacionária ou declinará.

O crescimento, no âmbito geral de uma cultura, não se processa no mesmo ritmo em todos os setores. Esse retardamento ou diferença de movimento entre as partes de uma cultura recebe o nome de demora ou retardamento cultural.

As modificações na cultura, segundo Murdock (In Shapiro, 1966:208 ss), estão relacionadas com quatro fatores: inovações, aceitação social, eliminação seletiva e integração.

INOVAÇÃO. A inovação, que sempre começa com o ato de alguém, pode ser efetuada de cinco maneiras:

- a) *Variação*: representada por uma ligeira mudança nos padrões de comportamento.
- b) *Invenção ou descoberta*: através da criatividade. Os processos de descoberta e invenção podem ser atribuídos à casualidade ou à necessidade. Algumas invenções são absolutamente locais; outras exigem um meio geográfico propício para se desenvolverem; por isso são em número reduzido.

No campo das inovações, deve-se fazer distinção entre:

- *descoberta*: aquisição de um elemento novo, coisa já existente (eletricidade, vapor);
- *invenção*: aplicação da descoberta (lâmpada, máquinas).

As invenções, em geral, são atribuídas a substâncias concretas, mas o termo pode ser aplicado às coisas imateriais, como um novo costume, uma nova organização.

A invenção pode ser *não volutiva* ou acidental, e *volutiva*, ou seja, resultado de um processo racional.

No crescimento da cultura, cada novo traço cultural nada mais é do que o desenvolvimento de elementos culturais existentes anteriormente. Mesmo que pareçam totalmente novas, as invenções são compostas de velhos elementos, como os sindicatos, cuja origem se encontra na organização dos trabalhadores por ofícios. Poucos elementos de uma cultura são inventos locais: grande parte da herança cultural brasileira, por exemplo, proveio de Portugal, de algumas regiões da África, da Europa e de outras localidades.

- c) *Tentativa*: quando surgem elementos que tenham pouca ou nenhuma ligação com o passado.

Exemplos: máquina de escrever e computadores.

d) *Empréstimo cultural*: elementos vindos de outra cultura.

De todas as inovações, o empréstimo cultural é o meio mais comum e importante. Depende do contato humano e, nesse caso, o inovador é apenas o seu introdutor. O empréstimo cultural não necessita ser completo; às vezes, a única coisa emprestada é a forma. Muitas vezes, resulta do desejo de adoção de um elemento cultural mais adequado.

Exemplos: fumo, arado, zen-budismo, Papai Noel etc.

e) *Incentivo*: elemento alheio, aceito por um povo quando atende a suas necessidades. É essencial ao empréstimo cultural.

Exemplos: rádio, televisão, robô e computador.

ACEITAÇÃO SOCIAL. Aceitação é a adoção de um novo traço cultural através da imitação ou do comportamento copiado. No início, esse elemento pode ser aceito apenas por um indivíduo, estendendo-se depois aos demais. Preconceitos preexistentes dos membros de uma sociedade receptora facilitam ou bloqueiam a aceitação ou o empréstimo de uma nova possibilidade cultural.

A aceitação de um traço depende, muitas vezes, do seu significado. Ele é avaliado, aceito com ou sem modificações ou rejeitado, pela cultura receptora. A aceitação vai depender de sua utilização ou necessidade. Todavia, a sociedade pode aceitar traços não utilitários como um jogo, um mito, uma ideologia, mas a aceitação é mais demorada.

ELIMINAÇÃO SELETIVA. Consiste na competição pela sobrevivência feita pelo elemento novo. Quando um traço cultural ainda se revela mais compensador do que suas alternativas, ele perdura; mas quando deixa de satisfazer às necessidades do grupo, cai no desuso e desaparece, numa espécie de processo seletivo.

Exemplos: a liteira, a carruagem, o trole, que foram substituídos pelo automóvel, a bicicleta, a motocicleta etc.

INTEGRAÇÃO CULTURAL. O processo de integração, segundo Ralph Linton (1965:377), consiste no “desenvolvimento progressivo de ajustamento cada vez mais completo, entre os vários elementos que compõem a cultura total”. A integração é perfeita, pois há sempre modificações na cultura. Na integração, deve haver adaptação progressiva, ajustamento recíproco entre os elementos culturais.

2.5.2 *Difusão Cultural*

Difusão “é um processo, na dinâmica cultural, em que os elementos ou complexos culturais se difundem de uma sociedade a outra”, afirmam Hoebel e Frost (1981:445). As culturas, quando vigorosas, tendem a se estender a outras regiões, sob a forma de empréstimo mais ou menos consistente. A difusão de um elemento da cultura pode realizar-se por imitação ou por estímulo, dependendo das condições sociais, favoráveis ou não, à difusão. O tipo mais significativo de difusão é o das relações pacíficas entre os povos, numa troca contínua de pensamentos e invenções. Nem tudo, porém, é aceito imediatamente: há rejeições em relação a certos traços culturais. Quase sempre ocorre uma modificação no traço de uma cultura tomado de empréstimo pela outra, havendo reinterpretção posterior pela sociedade que o adotou.

Um traço, vindo de outra cultura através do empréstimo, pode sofrer reformulações quanto à forma, à aplicação, ao significado e à função.

As condições geográficas e o isolamento são fatores de impedimento à difusão cultural, que inclui três processos:

- a) apresentação de um ou mais elementos culturais novos a uma sociedade;
- b) aceitação desses elementos;
- c) integração, na cultura existente, de um ou mais elementos.

2.5.3 *Aculturação*

Aculturação é a fusão de duas culturas diferentes que, entrando em contato contínuo, originam mudanças nos padrões da cultura de ambos os grupos. Pode abranger numerosos traços culturais, apesar de, na troca recíproca entre as duas culturas, um grupo dar mais e receber menos. Dos contatos íntimos e contínuos entre culturas e sociedades diferentes resulta um intercâmbio de elementos culturais. Com o passar do tempo, essas culturas fundem-se para formar uma sociedade e uma cultura nova. O exemplo mais comum relaciona-se com as grandes conquistas.

ASSIMILAÇÃO. A assimilação, como uma fase da aculturação, seria o processo mediante o qual os grupos que vivem em território comum, embora procedentes de lugares diversos, alcançam uma “solidariedade cultural”.

O termo *aculturação*, no entanto, vem sendo empregado ultimamente, também, como fusão de subculturas ou cultura rural *versus* cultura urbana.

No processo de aculturação, deve haver a fusão completa dos grupos de origens diversas, supressão de um grupo ou de ambos, e a persistência dos dois no equilíbrio dinâmico da sociedade.

Segundo Herskovits, o termo *aculturação* “não implica, de modo algum, que as culturas que entram em contato se devam distinguir uma da outra como ‘superior’ ou ‘mais avançada’, ou como tendo um maior ‘conteúdo de civilização’, ou por diferir em qualquer outra forma qualitativa”.

Exemplo: a cultura brasileira resultou, em princípio, da fusão das culturas européia, africana e indígena.

O processo de aculturação inclui o processo de sincretismo e transculturação.

SINCRETISMO. Em religião, seria a fusão de dois elementos culturais análogos (crenças e práticas), de culturas distintas ou não.

Exemplo: umbanda, que contém traços do catolicismo, do fetichismo africano e indígena e do espiritismo.

Em linguagem, consiste no uso de uma forma gramatical particular, a fim de realçar as funções de outra ou de outras, além da sua.

Exemplos: abacaxi (fruta ou problema); pão (alimento ou rapaz bonito).

TRANSCULTURAÇÃO. A transculturação consiste na troca de elementos culturais entre sociedades diferentes.

Exemplo: os sírio-libaneses trouxeram o quibe e a esfíha para o Brasil e adotaram o arroz com feijão.

A aculturação consiste, pois, em uma forma especial de mudança. A sociedade que sofre o processo de aculturação modifica a sua cultura, ajustando ou conformando seus padrões culturais aos daquela que a domina. Entretanto, embora sofra grandes alterações no seu modo de vida, conserva sempre algo de sua própria identidade.

No processo de aculturação, a mudança surge como um desvio das normas consuetudinárias existentes, afirmam Hoebel e Frost (49). O desvio é realizado de formas diferenciadas, ou seja, com “entusiasmo, desprezo, totalmente desaprovado, sancionado levemente ou lentamente ou totalmente rejeitado”.

Em nenhuma sociedade, os processos de aculturação ocorrem total ou instantaneamente; a mudança é sempre mais rápida e aceita com maior facilidade em relação a traços materiais.

Quando um traço novo entra em competição com outro já existente e o substitui, tem-se a *deculturação*.

Exemplo: o fogão a gás que substitui o de lenha.

2.5.4 Endoculturação

O processo de “aprendizagem e educação em uma cultura desde a infância” é chamado *enculturação* tanto por Felix Keesing quanto por Hoebel e Frost. Herskovits emprega o termo *endoculturação* para conceituar a mesma coisa, significando, além disso, o processo que estrutura o condicionamento da conduta, dando estabilidade à cultura.

Cada indivíduo adquire as crenças, o comportamento, os modos de vida da sociedade a que pertence. Ninguém aprende, todavia, toda a cultura, mas está condicionado a certos aspectos particulares da transmissão de seu grupo.

As sociedades não permitem que seus membros ajam de forma diferenciada. Todos os atos, comportamentos e atitudes de seus membros são controlados por ela.

Literatura Recomendada

BEALS, Ralph L.; HOIJER, Harry. *Introducción a la antropología*. 2. ed. Madri: Aguilar, 1969. Capítulos 9, 22 e 23.

BOAS, Franz. *Cuestiones fundamentales de antropología cultural*. Buenos Aires: Solar: Hachete, 1964. Capítulo 9.

FIRTH, Raymond. *Elementos de organização social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. Capítulo 2.

FOSTER, G. M. *Las culturas tradicionales y los cambios técnicos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964. Capítulos 1 e 2.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, Capítulo 1.

HERSKOVITS, Melville J. *Antropologia cultural: man and his works*. São Paulo: Mestre Jou, 1963. Partes 2 e 4.

HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 1981. Parte 1, Capítulos 2, 3 e 4.

KAHN, J. S. *El concepto de cultura: textos fundamentales*. Barcelona: Anagrama, 1975. Capítulos 2, 5 e 6.

KEESING, Felix M. *Antropologia cultural: a ciência dos costumes*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Capítulos 2 e 7.

KLUCKHOHN, Clyde. *Antropologia: um espelho para o homem*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963. Capítulos 2, 3 e 7.

LINTON, Ralph. *O homem: uma introdução à antropologia*. 5. ed. São Paulo: Martins, 1965. Capítulos 6, 17 a 20.

MALINOWSKI, B. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. Capítulo 4.

SCHADEN, Egon. *Aculturação indígena*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1969.

SHAPIRO, Harry (Org.). *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966. Capítulos 7 e 11.

TITIEV, Mischa. *Introdução à antropologia cultural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963. Capítulos 8, 11 e 14.

WILLEMS, Emílio. *Antropologia social*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966. Introdução e Capítulos 1 e 2.

Origens da Humanidade

3.1 Evolução Humana

O estudo da evolução humana é um dos objetivos da Antropologia Física. Há muitos anos os estudiosos do assunto têm querido saber o que é o homem, qual a sua origem e desenvolvimento. Somente após a descoberta dos fósseis humanóides pôde-se aceitar a idéia do fenômeno. Embora pormenores sejam desconhecidos nesse longo período (mais de 5 milhões de anos), não se pode mais duvidar de que o homem tenha evoluído de alguma forma inferior de vida.

O conhecimento do ser humano exige o estudo das diferentes fases pelas quais a humanidade passou, desde o *Homo* primitivo até o homem atual, isto é, *moderno*.

A evidência da evolução humana consiste não só no registro dos fósseis mas também dos utensílios e outros artefatos de grande durabilidade, como a pedra (veja item 4.4).

Os estudos dos fósseis humanos, realizados pelos paleontólogos humanos ou antropopaleontólogos, indicam:

- a) as transformações anatômicas e suas conseqüências fisiológicas, ocorridas no corpo, a partir dos primatas superiores;
- b) evolução dos seres humanos pré-históricos em determinado período.

A Paleontologia Humana e a Arqueologia, juntas, estudam a evolução bio-cultural da humanidade, tentando compreendê-la melhor, embora o conjunto de dados fósseis ainda seja insuficiente.

3.2 Eras e Períodos Geológicos

Os mais antigos documentos da história primitiva do homem remontam a uma antigüidade bem remota, a quarta e última Era geológica, a Cenozóica, com início há cerca de 70 milhões de anos.

A Era Cenozóica abrange dois períodos:

1. o Terciário (de 70 a 2 milhões de anos), dividido em cinco épocas: Paleoceno, Eoceno, Oligoceno, Mioceno e Plioceno;
2. o Quaternário (de 2 milhões a 10 mil anos), dividido em duas épocas: Pleistoceno e Holoceno (Recente ou Atual).

Dentro da Era Cenozóica, as épocas Mioceno, Plioceno e principalmente Pleistoceno são de capital importância para o estudo dos antecessores do homem. Este último período representa a fase em que os hominídeos se desenvolveram.

3.2.1 Períodos

O Pleistoceno estende-se de 2 milhões de anos a 10 mil anos passados. É considerado a etapa mais importante da evolução humana, em virtude de o homem ter sofrido, nesse período geológico, a maior parte de suas alterações.

Os paleontólogos dividem o Pleistoceno em três épocas principais, chamadas: Pleistoceno inferior, médio e superior. Para estabelecer a cronologia do Pleistoceno foram utilizados três métodos:

1. dados climatológicos;
2. dados paleontológicos;
3. mudanças culturais.

Ultimamente estão sendo utilizados métodos radioativos.

- a) *Pleistoceno inferior*: abrange a maior parte desse tempo. Compreende o Vilafrankiano, que vai de 1 milhão a 700 mil anos, mais ou menos, antes do aparecimento da glaciação de Gunz. O final do Pleistoceno inferior situa-se, geralmente, na primeira glaciação Gunz, há uns 500 mil anos.
- b) *Pleistoceno médio*: vai desde o início da glaciação Mindel até o final da glaciação Riss, incluindo completamente a segunda interglaciação Mindel/Riss. Abrange um tempo que vai de 500 a 150 mil anos.
- c) *Pleistoceno superior*: engloba o período de 150 a 10 mil anos. Estende-se desde o início da terceira glaciação Würm até o final.

O Holoceno ou Recentemente, também chamado Atual, inicia-se, portanto, há cerca de 10 mil anos.

Quadro I. *Divisões do tempo geográfico.*

Eras	Períodos	Épocas	Idades	
Cenozóica	QUATERNÁRIO	Holoceno, Recente ou Atual	10 mil anos	
		Pleistoceno	Superior	150 mil anos
			Médio	500 mil anos
			Inferior	2 milhões de anos
	2 milhões de anos			
	TERCIÁRIO	Plioceno	13 milhões de anos	
		Mioceno	25 milhões de anos	
		Oligoceno	40 milhões de anos	
		Eoceno	60 milhões de anos	
		Paleoceno	70 milhões de anos	
70 milhões				

Fonte: Leakey (1980:35 e 84).

3.2.2 *Clima*

O Pleistoceno teve um clima bastante instável, com fases úmidas, de chuvas pesadas, e com períodos de glaciações intercalados de períodos de seca. O avanço e o recuo das geleiras ocasionaram grandes mudanças no clima, afetando a vida animal e vegetal da Terra e interferindo nos rios, lagos e costas.

Os avanços glaciares ocorreram quatro vezes (alguns autores colocam cinco) durante o Pleistoceno. As condições climáticas oriundas do pólo Norte estenderam-se, levando gelo e neve para o interior da Europa, Ásia e América do Norte. O gelo não atingiu a África, mas determinou fases muito úmidas, com períodos de grande pluviosidade.

Muitas formas animais e vegetais, em face dessa instabilidade climática de chuva, gelo e seca (interglaciações), emigraram ou extinguíram-se, ocasionando uma seleção natural entre os seres vivos.

3.2.3 *Glaciações*

Glaciação é a cobertura de grandes zonas da Terra por uma grossa camada de neve e gelo. A Europa, a Ásia e a América do Norte foram cobertas por quatro glaciações, no Pleistoceno: Gunz, Mindel, Riss e Würm, separadas por períodos interglaciares.

Sabe-se que houve glaciações anteriores a esse período, o que leva a crer encontrar-se a Terra em uma fase interglacial.

As glaciações têm denominações diferentes nas diversas partes do mundo, mas podem ser mais ou menos correlacionadas.

Quadro II. *Glaciações e pluviosidades no Pleistoceno.*

Épocas	Glaciações		Pluviosidade	
	Europa	América do Norte		
HOLOCENO	PÓS-GLACIAL Glaciações Alpinas		PÓS-PLUVIAL	
PLEISTOCENO	Superior	Retirada Glaciária	WISCONSIN	GAMBLIANO
		WÜRM Interglacial Riss/Würm		
	Médio	RISS Interglacial Mindel/Riss	ILLINOIS	Interpluvial KAMJERANO
		MINDEL	KANSAS	Interpluvial KAMASIANO
		Interglacial Gunz/Mindel	NEBRASKA	Interpluvial KAGERANO
	GUNZ VILAFRANQUIANO	?		

Fonte: Beals e Hoijer (1969:72).

Os períodos interglaciares foram mais longos do que os glaciares; e a segunda e terceira glaciações – Riss e Mindel – talvez tenham sido as mais rigorosas.

Depois da última glaciação, com o progressivo aquecimento solar, começaram a surgir florestas no Norte da Europa e da América.

A instabilidade do clima, durante o Pleistoceno, afetou grandemente os mamíferos terrestres e até mesmo o homem primitivo. O avanço e recuo das geleiras, durante a última Idade do Gelo, desempenharam importante papel na dispersão do *Homo sapiens*.

A fauna e a flora sofreram alterações e, durante as fases interglaciares mais quentes, os animais espalharam-se para longe das regiões equatoriais, penetrando na Europa.

3.3 Classificação Zoológica do Homem

A classificação zoológica baseia-se na estrutura. Sendo assim, o homem pode identificar-se como do(a):

1. Reino: Animal.
2. Filo dos Cordados: em virtude da medula espinhal e do sistema nervoso.

- 2.1 *Subfilo dos Vertebrados*: em razão da coluna vertebral, de segmentos ósseos e da estrutura esquelética.
3. *Classe dos Mamíferos*: por ter sangue quente, pela prática em amamentar os filhos e pelos métodos de parição.
 - 3.1 *Subclasse dos Eutérios*: porque a criança se desenvolve no útero materno.
 - 3.1.1 *Infraclasse dos Placentários*: uma vez que o feto alimenta-se por meio da placenta.
4. *Ordem*: Primata.
 - 4.1 *Subordem*: Antropóides (primatas, macacos e humanidade).
 - 4.1.1 *Infra-ordem*: Catarríneos.
5. *Superfamília*: Homínida.
 - 5.1 *Família*: Hominídea.
6. *Gênero*: *Homo* (homem, único sobrevivente).
7. *Espécie*: *Homo sapiens*.
 - 7.1 *Variedade*: *Homo sapiens sapiens*.

Os primatas surgiram há cerca de 70 milhões de anos, durante o Paleoceno, oriundos dos mamíferos.

O homem origina-se da evolução de antigos primatas. Não descende dos macacos, mas ambos têm um tronco primata comum.

3.3.1 *Primatas*

Primata significa primeiro em posição ou ordem. Para Linneu, esta seria a mais alta ordem dos animais.

Os primatas apresentam as seguintes características:

- a) vivem ou viveram em árvores;
- b) têm mobilidade dos dedos e dos artelhos, capacidade preênsil das mãos com dedo opositor (polegar), mão em pinça e cinco dedos no pé;
- c) unhas planas em vez de garras, almofadas táteis altamente sensíveis, habilidade em agarrar;
- d) aumento do crânio com córtex enrugado;
- e) redução da face, declínio do olfato e visão binocular (estereoscópica);

- f) clavícula robusta, cintura pélvica e braços longos;
- g) menstruação e um filho por vez.

As subordens dos primatas, propostas por Simpson, são duas:

- a) *Prossímios*: lêmures, tarseiros e musaranhos;
- b) *Antropóides*: macacos (hilobatídeos), grandes símios (pongídeos) e o homem (hominídeos).

O HOMEM E OS ANTROPÓIDES. Entre as famílias dos grandes símios – chimpanzé, gorila, orangotango e gibão – é este último que menos se assemelha ao homem. Contudo, de modo geral, todos os ossos, órgãos, sentidos da visão, do olfato e da audição, sangue, processos mentais e cérebro são semelhantes. Todavia, há diferenças grandes na sua anatomia comparada:

- a) formato e tamanho da caixa craniana (maior no homem), da mandíbula, da arcada dentária e dos dentes;
- b) localização do *foramen magnum* (orifício na base do crânio), voltado para frente;
- c) posição da coluna vertebral (em S no homem; curva, no macaco), da pélvis e ossos dos membros inferiores, que permitem a posição erecta;
- d) pés (bípede) e mãos;
- e) faculdade de falar, visão binocular e estereoscópica do homem.

Pode-se dizer que os antropóides são parentes do homem, mas não seus ancestrais. Todavia, a maior diferença entre ambos encontra-se na cultura, própria do homem, que ele cria e transmite, principalmente, através da fala

3.3.2 Fósseis Humanos

Fósseis (*fossilis*, extraído da terra) são “restos ou quaisquer outros vestígios deixados por seres que habitavam a Terra nos tempos pré-históricos” (Mendes, 1965:3). As evidências ou restos também do Holoceno são incluídos entre os fósseis. Eles são importantes porque documentam a evolução dos seres humanos ao longo do tempo geológico.

O processo de fossilização, que pode ser total (histometabase) ou parcial, depende de certas condições ambientais. Os organismos devem ser:

- a) *conservados*, ou seja, não podem sofrer desintegração imediata;
- b) *protegidos*, isto é, precisam ser soterrados ou cobertos com material protetor;
- c) *preservados*, ou terem partes resistentes: ossos e dentes.

Condições favoráveis à fossilização: fundo dos mares e lagos, cinzas vulcânicas, depósitos calcários de cavernas e grutas, resina e gelo.

Os tipos mais comuns de fossilização dos seres humanos são:

- a) *petrificação*: ou seja, substituição do material proteínico por substâncias minerais (pirita, sílica, carbonato de cálcio etc.);
- b) *impressões, pegadas ou pistas*: rastros de marcha (Neanderthalense).

3.3.3 Processos de Datação

Para verificar a idade dos fósseis são empregados vários processos de datação radiométricos:

- a) *carbono catorze*: C_{14} – mede de 200 a 40 mil anos mais ou menos;
- b) *potássio argônio*: KA – para idades compreendidas entre 1 e 3 milhões de anos;
- c) *flúor*: para fósseis achados em água (conchas e dentes);
- d) *urânio*: para calcular o tempo geológico;
- e) *traço de fissão*: para restos descobertos em depósitos vulcânicos;
- f) *geomagnética*: para sedimentos que não contenham suficiente potássio ou urânio.

Por meio de aparelhos especiais pode-se medir a quantidade de elementos (carbono, potássio, flúor etc.) encontrados nos fragmentos. Comparando a quantidade encontrada com a existente no ser vivo, obtém-se a idade aproximada do fóssil.

3.4 Fases do Desenvolvimento Humano

O homem é um primata que, de antropóide, transformou-se em homínideo. Alguns autores colocam o *Ramapithecus* (10 a 12 milhões de anos) como intermediário entre a condição de antropóide e a de homínida. Entretanto, os restos encontrados são poucos: fragmentos de mandíbula, de maxilares e uma coleção de dentes. E são estes, mais apropriados para moer do que para rasgar os alimentos, que colocam o *Ramapithecus* na condição de ancestral do homem.

Embora pequeno o número de fósseis, esse primata foi encontrado em várias regiões: Índia, Paquistão, Turquia, Quênia e Hungria.

As transformações devem ter ocorrido no final do Plioceno, mas a maior parte dos primatas do Mioceno foi extinta.

A evidência da evolução do homem, a partir de ancestrais pré-humanos, encontra-se nos registros de fósseis descobertos.

De modo geral, podem-se reconhecer quatro fases estruturais básicas:

1. *pré-homínida*, do *Australopithecus*;
2. *Homo erectus*, do *Pitecanthropus*;
3. *Homo sapiens*, do Neanderthal;
4. *Homo sapiens sapiens*, do Cro-Magnon.

3.4.1 *Australopithecus*

O *Australopithecus* (*austral*, sul; *pithecus*, macaco), também chamado de *homem-macaco*, *pré-humano*, *macaco-homem* e *quase-homem*, pertence à família dos Homínidas e à fase pré-humana. Constitui-se no mais antigo remanescente dos homínidas conhecidos.

Viveu durante o Pleistoceno e final do Plioceno, conforme recentes descobertas na África, cujos fósseis foram datados de um a três milhões de anos. Extinguiu-se por volta do Pleistoceno Médio.

O *Australopithecus* era erecto, bípede e habitava em terrenos muito mais abertos do que seus antepassados. Tinha feição simiesca, era baixo, caixa craniana pequena, molares extremamente desenvolvidos e projeção dos ossos da face, entre outros traços.

Os cientistas, de modo geral, reconhecem apenas um gênero, o *Australopithecus*, e duas espécies: o *A. africanus* e o *A. robustus*, embora os Leakey apresentem um outro, o *Homo habilis*.

AUSTRALOPITHECUS AFRICANUS. Foram encontrados inúmeros espécimes do *Australopithecus africanus* no Sul da África, em várias regiões e épocas: Bebê de Taung (1925), por Raymond Dart; Sterkfontein (1936), por Broom; em Makapansgat (1949), por Dart.

O *Australopithecus africanus* apresenta crânio doliocéfalo, testa distinta e baixa, vértex acima do nível das arcadas supra-orbitárias; face larga, prognatismo acentuado e pré-molares bem desenvolvidos; dentes caninos e incisivos grandes.

De pequeno porte, media cerca de 1,50 m; peso entre 25 e 40 quilos e capacidade craniana alcançando cerca de 500 a 600 cm³.

Esse indivíduo estava habituado a ambientes mais secos e talvez gostasse de bosques e vinhas. Alimentava-se de carne e de vegetais. Caçador de pequenos animais e coletor de sementes e vegetais, era, porém, mais carnívoro do que vegetariano.

Filogeneticamente, é mais adiantado do que o *A. robustus*. Usou instrumentos mortíferos e cortantes, de pedra e osso. Fabricou instrumentos.

Desenvolveu locomoção bípede e postura ereta, constatadas pela anatomia da pélvis e das pernas, posição do crânio, da coluna vertebral e dos pés. Liberou totalmente as mãos para posterior manuseio de utensílios. O uso mais intensivo da carne, em sua dieta, levou à caça coletiva e, em consequência, ao desenvolvimento da cooperação, comunicação e inteligência.

Viveu no final do Plioceno e no Pleistoceno (Inferior e Médio). Adquiriu cultura e evoluiu rapidamente na direção seguida pela Humanidade. Supõe-se ter ele dado origem à linha *Homo*. Extinguiu-se no Pleistoceno Médio. Seu antecessor teria sido o fóssil denominado “Lucy”, encontrado no Lago Turkana (1979), no Quênia, por Don Johanson; data aproximadamente de 3 milhões de anos.

FÓSSIL DE HOMINÍDEO. Recentemente foram encontrados na África do Sul quatro ossos de um pé de um hominídeo de 3,5 milhões de anos. Os ossos mostram que o primata caminhava de forma ereta, mas mantinha uma articulação giratória no dedão, de modo a tornar o pé capaz de agarrar galhos e assim escalar árvores.

Esse é o mais antigo conjunto de ossos de hominídeos conectados e a melhor evidência, em mais de meio milhão de anos, da existência de tais ancestrais na porção sul da África tropical, revelaram cientistas. Os ossos provavelmente pertenceram a um *Australopithecus africanus*.

AUSTRALOPITHECUS ROBUSTUS. O *Australopithecus robustus* (ou *Paranthropus*) foi descoberto na África do Sul, em Kondraai (1938), por Broom, e em Swartkrans (1949), por Broom e Robinson. Na África Oriental, na garganta de Olduvai (1959 e 1960), por Mary e Louis Leakey e no Lago Natron (1964), por Richard Leakey, ambos na Tanzânia. Foi chamado *Australopithecus boisei*.

Viveu de dois a três milhões de anos atrás, abrangendo, portanto, o Plioceno e o Pleistoceno.

Tem crânio robusto, braquicéfalo, sem qualquer vestígio de testa. O vértex, elevado acima do nível superior da órbita, apresenta crista sagital. Face larga e maciça, ossos malares grandes e projetados para frente; nariz chato, pequeno prognatismo e maxilar inferior forte, dentes pós-caninos possantes, caninos e incisivos menores.

Os enormes pré-molares e molares não indicam trituração de alimentos duros ou rijos, referem-se mais à quantidade de alimentos, implicando uma dieta vegetariana. Devia comer raízes e bulbos, sementes, bagas e frutos. Os fósseis encontrados ao lado desses hominídeos indicam que eles se alimentavam também de sobras fáceis de carne. Não eram grandes caçadores.

Trata-se de um indivíduo musculoso, de constituição robusta, medindo mais de 1,50 m de altura e pesando de 65 a 75 quilos. As fêmeas eram menos corpulentas do que os machos. A capacidade craniana alcançava cerca de 500 a 600 cm³.

Viveu no Plioceno e Pleistoceno, tendo também se extinguido no Pleistoceno Médio. Posição vertical, bípede e liberação das mãos. Apesar do bipedismo, é descrito como um hominídeo um tanto lento e de andar vagaroso. Vivia à beira de rios e lagos.

Os pesquisadores acreditam ter sido o *A. robustus* uma ramificação do caminho principal da evolução humana.

AUSTRALOPITHECUS ANAMENSIS. Com pouco mais de 3 milhões de anos, a primata Lucy (em homenagem à canção dos Beatles, que os pesquisadores ouviam no momento da descoberta), encontrada na África há 25 anos, foi considerada, até agosto de 1995, o fóssil de hominídeo mais antigo. Na ocasião, cientistas do Museu Nacional do Quênia anunciaram a descoberta de restos do *Australopithecus anamensis* com cerca de 4 milhões de anos. O antepassado, considerado como “avô” de Lucy, andava sobre os dois pés e foi localizado no Lago Turkana, no Quênia, África.

AUSTRALOPITHECUS AFARENSIS. (1970) Encontrado em Hadar, Etiópia, por Donald Johanson e equipe. Os fósseis datam entre 4 e 3 milhões de anos. As características primitivas dos maxilares inferiores levaram Johanson e White a concluir que o *Australopithecus afarensis* era o ancestral de todos os hominídeos posteriores.

AUSTRALOPITHECUS BOISEI. (1959) Apelidado Zinj, foi descoberto por Louis e Mary Leakey na Garganta de Olduvai (Tanzânia). O fóssil data de 3.540.000 anos. Esse espécime estabeleceu a presença dos *Australopithecus* na África Oriental.

CRÂNIO PRETO. Foi achado na Garganta de Olduvai, ao lado de centenas de artefatos. É o mais antigo hominídeo fabricante de ferramentas. Data de 1,8 milhão de anos. Encontrado por Richard Leakey e Alan Walker, em Turkana Ocidental (África Oriental).

HOMO HABILIS. Descoberto na África Oriental, em Koobi Fora, por Richard Leakey (1975). Esse espécime dilatou a idade da espécie, conhecida primeiramente como *Pitecanthropus erectus*, até 1,5 milhão de anos. O *Homo habilis* foi assim chamado devido ao material encontrado, bem diferente dos referidos

anteriormente: crânio com volume de 650 a 700 cm³, dentes muito parecidos com os dos humanos.

Os artefatos de pedra, encontrados ao lado do *Homo habilis*, embora simples, mas em grande quantidade, indicam uma atividade cultural definida.

Entretanto, algumas autoridades acreditam que esse hominídeo seja uma variante do *Australopithecus*, mas não tão avançado para ser incluído no gênero *Homo*.

A África tem sido, por mais de 50 anos, o centro das descobertas dos fósseis australopithecíneos. No Sul, originaram-se de depósitos em cavernas e grutas, sendo Sterkfontein e Swartkrans as mais ricas fontes desse espécime. Na África Oriental, a garganta de Olduvai e o lago Natron, entre outras regiões, têm oferecido consideráveis e importantes exemplares desses hominídeos, possibilitando maior conhecimento das origens do homem. Aí se encontram fósseis representantes das três subespécies: *A. africanus*, *A. robustus* e *Homo habilis*. Todos vivendo, ao mesmo tempo, às margens dos lagos, sem, todavia, um contato efetivo.

3.4.2 *Homo Erectus*

O *Homo erectus* (homem em pé) viveu no Pleistoceno Médio, entre um milhão e 100 mil anos antes da época presente. Situa-se entre o *Australopithecus* e o *Homo sapiens*, na escala da evolução humana.

Alguns cientistas acham que o *Homo erectus* desenvolveu-se a partir do *Australopithecus africanus*. Para Richard Leakey, ele originou-se do *Homo habilis*.

Homo erectus e *Australopithecus* teriam coexistido em determinada época, em áreas diferentes.

Os antepassados do homem e uma espécie de homem primitivo conviveram na ilha asiática de Java há cerca de 27 mil anos, segundo descoberta de pesquisadores dos Estados Unidos, relatada na revista *Science* (dezembro de 1996). Os cientistas empregaram um novo sistema de datação de fósseis para relacionar o *Homo erectus*, ou Homem de Java, ao *Homo sapiens*. Até agora, acreditava-se que os restos do Homem de Java tinham cerca de 300 mil anos, mas as novas técnicas permitiram reduzir essa datação. Isso mostra que o *Homo erectus*, surgido na África há 1,8 milhão de anos, se espalhou em outros continentes e sobreviveu na Ásia mais do que em qualquer outro lugar do mundo.

1. O Homem de Java

O Homem de Java ou *Homo erectus erectus* foi exumado por Dubois (1891) em um lugar chamado Trinil, às margens do Rio Solo, no centro de Java. Mais tarde, Koenigswald e seus assistentes encontraram outros exemplares.

Corresponde ao Pleistoceno Médio. Na primeira descoberta, encontrou-se uma calota craniana e um fêmur completo. Recebeu o nome de *Pitecanthropus erectus* (homem-macaco ereto); mais tarde, apenas *Homo erectus*. Foi o primeiro, portanto, classificado como homem. A capacidade craniana oscilava entre 775 e 900 cm³, o que demonstra uma evolução do crânio.

No contexto geológico da primeira descoberta não havia material cultural associado.

HOMO ERECTUS. O desenvolvimento da evolução do primata primitivo de cérebro grande que caminhava completamente em pé, *Homo erectus* (homem em pé), deu-se no Velho Mundo, nos primeiros tempos interglaciais – mais ou menos de 2/3 a 1 milhão de anos.

2. O Homem de Pequim

O Homem de Pequim (*Homo erectus pekinensis*) foi encontrado perto de Pequim, China, na caverna de Choukotien, por Davidson Black. Em princípio, recebeu o nome de *Sinanthropus pekinensis*; depois, *Homo pekinensis*, em face das suas características físicas. Eram 38 indivíduos, de capacidade craniana oscilando entre 850 e 1.200 cm³.

Os depósitos datam da Idade do Pleistoceno Médio e contêm fósseis de muitos mamíferos de grande porte. Outros materiais foram encontrados posteriormente.

Os depósitos da caverna continham claras evidências do uso do fogo. Os instrumentos de pedra (para cortar) eram numerosos; eles indicam uma cultura mais adiantada do que a dos encontrados na garganta de Olduvai.

Recentemente, cientistas descobriram que um dos mais ilustres ancestrais humanos – uma coleção de fósseis hominídeos conhecida como Homem de Pequim – é pelo menos 100 mil anos mais velho do que se acreditava. A revisão da idade do Homem de Pequim, por antropólogos da Universidade do Sul da Califórnia e da Universidade de Guizhou, China, é a última de uma série que pode significar uma mudança no lugar da Humanidade na história da evolução.

Na revisão da idade e datação, Richard Ku usou uma técnica mais moderna para determinar a idade dos ossos fossilizados, em número de 38. Seu trabalho preliminar mostra que eles têm pelo menos 400 mil anos de idade e talvez sejam ainda mais antigos.

Alguns antropólogos acreditam que os hominídeos migraram para fora da África em duas grandes ondas, estabelecendo-se em algumas partes da Ásia há 1,8 milhão de anos.

3. *Homo erectus mauritanicus*

O *Homo erectus mauritanicus* foi descoberto na África do Norte, em Ternifine, Argélia. As mandíbulas têm grande semelhança com as encontradas em Pequim. A escavação do leito de um lago evidenciou um grupo variado de mamíferos e grande quantidade de instrumentos de pedra (machadinhas, raspadeiras etc.).

4. *Homo erectus heidelbergensis*

Trata-se de apenas uma mandíbula, descoberta nas areias de uma cova em Mauer, perto de Heidelberg, na Alemanha. O operário que a encontrou (1908) deu-a a Otto Scheotensack. Sua idade é atribuída ao primeiro Período Interglacial Gunz/Mindel (700 a 500 mil anos).

CARACTERÍSTICAS DO HOMO ERECTUS. O *Homo erectus* do Pleistoceno Médio possui cérebro grande, de 900 a 1.200 cm³; bípede, altura de 1,60 m mais ou menos. Apresenta redução dos molares, caninos menores, modificação da estrutura facial (humanização), mas permanência da protuberância supra-órbita. Diminui o prognatismo da boca, o *foramen magnum* situa-se mais à frente, havendo maior equilíbrio da cabeça. A modificação da pélvis permite caminhadas mais longas. Rosto curto, nariz chato, arcos superciliares bem marcados e abóbada craniana mais alta e larga. Altura dos homens de 1,60 a 1,70 m e das mulheres cerca de 1,52 m. É bem mais evoluído do que os *Australopithecíneos*.

O *Homo erectus* do Pleistoceno Médio aparece associado a artefatos de pedra e armas. Caçava e matava animais de grande porte (elefantes, rinocerontes, búfalos etc.). Nas caçadas, pode ter-se valido de tochas de fogo e de armadilhas.

A quantidade de objetos cortantes indica uma continuação da tradição de artefatos dos *Australopithecus*.

Segundo H. V. Vallois (Apud Marquer, 1973:101), a “análise da distribuição dos antropóides primitivos mostra que eles estão localizados em uma zona em forma de T, cuja reta horizontal iria da França ao Norte da Índia, passando a vertical pelo Egito para terminar na África do Sul. Os *Australopithecus* situam-se na reta vertical, e os *Pitecanthropus* no prolongamento da reta horizontal, e o *Atlanthropo* de Ternifine uniria os dois grupos”. O *Homo erectus* extinguiu-se no Pleistoceno Superior.

FÓSSIL DE HOMINÍDEO. Cientistas encontraram a primeira evidência firme de que o homem viveu na Ásia há cerca de 2 milhões de anos. A mandíbula inferior de um hominídeo adulto e ferramentas antigas encontradas em

uma caverna de Longgupo, na província chinesa de Setchuan, sustentam essa conclusão.

Antes desse estudo, os sinais mais antigos de existência humana no continente asiático eram os restos do *Homo erectus* encontrado em Java, na Indonésia, com idade calculada em cerca de 1,8 milhão de anos.

3.4.3 *Homo Sapiens Primitivo*

O *Homo sapiens* primitivo ou pré-*sapiens* viveu no Pleistoceno Médio e Superior. Foi exumado em algumas regiões:

1. O Homem de Vertesszöllös

Encontrado perto de Budapeste, na Hungria, em 1965. O material consta de um osso occipital, que sugere um cérebro grande, ao lado de muitos instrumentos de pedra pequenos e de um osso carbonizado, evidenciando o uso do fogo.

2. O Homem de Swanscombe

Descoberto na margem sul do Rio Tâmis, na Grã-Bretanha. Ao lado do crânio estavam muitos machados e instrumentos de pedra lascada. Em 1935, 1936 e 1955 realizaram-se várias escavações, das quais resultaram mais fósseis desse espécime. Crânio largo atrás e volume de 1.325 cm³.

3. O Homem de Steinheim

Oriundo de uma cova pedregulhosa perto de Stuttgart, na Alemanha. Data do grande Período Interglacial Riss/Mindel (500 a 150 mil anos). Crânio longo e estreito com saliência superciliar, estava associado a fósseis de animais de grande porte.

3.4.4 *O Homo Sapiens de Neanderthal*

3.4.4.1 Origem

O *Homo Sapiens* neanderthalense teria surgido há cerca de 150 mil anos, no período da Glaciação de Würn, estando relacionado com o Pleistoceno Superior. Todavia, o seu apogeu teria ocorrido entre 70 a 40 mil anos.

O primeiro fóssil do Homo neanderthalense foi descoberto no vale de Neanderthal, Alemanha, em 1856. Depois, foram encontrados em outras regiões.

3.4.4.2 Distribuição

Os neanderthalenses clássicos foram encontrados nos seguintes países:

1. *Europa*: Alemanha, França (La Ferrassie), Bélgica, Itália (monte de Circeo e Accopastote), Iugoslávia, Rússia, antiga URSS e Espanha (Gibraltar).
2. *Ásia*: Iraque, Israel, China, Java, Palestina, Irã, Criméia, Turquistão russo e Uzbequistão.
3. *África*: Marrocos, Líbia, Etiópia e Rodésia (hoje Zimbábue).

3.4.4.3 Características Físicas

O Homem de Neanderthal é relativamente pequeno, medindo 1,55 a 1,60m; bípede, espinha dorsal curva e fêmures arqueados, indicando postura ereta. A parte inferior dos membros é relativamente curta se comparada ao Homem Moderno.

Possui crânio mesocéfalo, com cérebro volumoso, ligeiramente superior ao do Homem Moderno (1.500 cm³) – o homem com cerca de 1.540 cm³ e a mulher com 1.300 cm³ mais ou menos.

Quanto ao formato da cabeça, é mais comprido, largo e achatado. Apresentam arcadas supraciliares salientes e importante prognatismo.

Face maciça, fronte fugidia, rosto proeminente a nariz largo e comprido. Órbitas grandes e arredondadas. Maxilar inferior largo, afundado e sem queixo.

Em relação ao esqueleto, é mais volumoso do que o do Homem Moderno, mas sua estrutura é semelhante. Tem ossos mais espessos e mais pesados a cavidade medular mais estreita.

As mãos e os pés do neanderthalense são largos com dedos robustos, tendo o polegar duas falanges iguais em tamanho, o que lhe dava grande força. O dedão do pé mais curto do que os outros indica andarem eles apoiando-se na borda externa dos pés.

3.4.4.4 Características Sociais

O Homem de Neanderthal vivia em cavernas ou abrigos rochosos. Usava o fogo para aquecer, iluminar e talvez cozinhar.

A caça e a coleta ainda eram as fontes de sua sobrevivência, mas são evidentes as mudanças físicas e culturais em relação a seu antecessor, o *Homo erectus*.

Aperfeiçoou as técnicas e os instrumentos. Além da pedra lascada, fez uso intensivo do osso e da madeira. Utilizou conchas, dentes e chifres.

Entre os instrumentos confeccionados por ele estão: machados, facas, raspadeiras, pontas de lança, martelos, cinzéis, lâminas e cabos de madeira.

Foi o primeiro a utilizar ossos como instrumentos musicais. Conhecia a técnica de obter breu de árvores (bétulas) e usá-lo como cola.

Além dos variados instrumentos, vestia-se com peles e caçava animais. Era carnívoro e vegetariano.

Enterrava os mortos com seus pertences, levando a inferir a crença na imortalidade da alma ou espírito. Há evidência de práticas mágicas como o culto ao urso. Foi o autor das primeiras sepulturas.

Atingiram uma cultura complexa, evidenciando que os mais fracos eram apoiados por seus companheiros. Isso sugere a origem de vida grupal e de cooperação.

O Homem de Neanderthal possuía uma forma de linguagem, embora não houvesse grande número de sons.

Conheciam plantas medicinais e criaram as culturas musterienses, cujo nome origina-se de Moustier (Dordonha, França). Esse período durou cerca de 100 mil anos, constituindo a principal característica cultural do Paleolítico Médio, na Europa.

Sabe-se que o clima, na época em que essa espécie humana viveu, mudava com extrema rapidez. Portanto, sobreviver exigia muita adaptação.

O neanderthalense é o resultado de uma evolução lenta, mas crescente, tanto física quanto cultural, iniciada com o *Australopithecus*. Ao que consta, teria desaparecido subitamente; por isso, é classificado como subespécie da espécie humana. Cientificamente, é chamado *Homo Sapiens Neanderthalense*.

3.4.4.5 Fósseis de Localidades

O último refúgio do Homem de Neanderthal foi encontrado em um conjunto de cavernas, em 1842, na pedreira Forbes, em Gibraltar, sul da Espanha.

Embora ele tivesse aparecido por primeira vez, na Europa, há cerca de 200 mil anos (Alemanha), o crânio encontrado naquela região indica que a espécie viveu ali há menos de 30 mil anos.

3.4.4.6 Teorias

Alguns cientistas afirmam que, na Europa, o Homem de Neanderthal não teria convivido com o *Homo sapiens sapiens*, ou Homem de Cro-Magnon, tendo, por isso, pouca ou nenhuma mistura genética com ele.

Os humanos primitivos foram deslocados de seu tradicional *habitat* pelo *Homo sapiens sapiens*, que emigrou do Oriente Médio para a Europa, e teria expulsado os neanderthalenses em direção ao sul até que eles ficaram isolados em Gibraltar.

Outra teoria propõe que os neanderthalenses não desapareceram simplesmente, mas se misturaram com o *Homo Sapiens* ou Homem de Cro-Magnon, que se tornaram os descendentes diretos dos atuais europeus. Recentes descobertas na caverna de Vindija, Croácia, apontam para uma possível miscigenação entre os dois grupos.

Outra evidência dessa possível miscigenação refere-se à descoberta, em Portugal, de uma criança de quatro a cinco anos, morta há mais de 25 mil anos, com mandíbula delicada e dentes pequenos, traços típicos do Homem Moderno, e os ossos dos braços e pernas grossos e curtos dos neanderthalenses, de menor estatura, sugerindo ser a criança resultado de miscigenação.

O esqueleto fóssil dessa criança, encontrada onde hoje é a cidade de Leiria, Portugal, leva a inferir que ele é resultado de miscigenação entre Neanderthais e Humanos Modernos. Esse fato teria ocorrido entre 2 mil e 3 mil anos antes do seu nascimento.

Muitas vezes, as descobertas são resultado de pesquisas programadas, realizadas pelos cientistas. Outras vezes, elas ocorrem acidentalmente, como o caso do “menino de Lapedo”.

Em 1998, um estudante da Universidade de Évora, procurando exemplares de arte rupestre, no vale do Lapedo, Portugal, encontrou pistas que levaram à descoberta de restos de uma criança que, mais tarde, foi identificada como portadora de características típicas do Homem Moderno e do Homem de Neanderthal. A criança recebeu o nome de “menino de Lapedo”, por ter sido encontrada no vale de Lapedo.

Essa identificação provocou controvérsia entre os antropólogos.

Os autores dessa identificação, o português João Zilhão, da Universidade de Lisboa, e o norte-americano Erik Trinkaus, da Washington University (EUA), afirmam que, ao deixar a África e colonizar a Europa, o Homem Moderno não exterminou os antigos habitantes do continente, mas misturou-se a eles.

O primeiro trabalho sobre os restos do “menino de Lapedo” foi publicado em junho de 1999, na revista *PNAS*, da National Academy of Science, dos Estados Unidos.

Para João Zilhão a Erik Trinkaus, não há mais o que discutir, houve miscigenação.

Todavia, o problema da miscigenação, para outros cientistas, precisa de mais evidências. E a controvérsia continua. O problema do desaparecimento do Homem de Neanderthal, por volta de 30 mil anos atrás, é ainda hoje inexplicado. Dois fatos podem ter ocorrido: ou aconteceu a miscigenação ou simplesmente os neanderthalenses desapareceram dado o clima instável da época.

3.4.4.7 Análises do DNA

1º Caso: tendo como fonte os antigos pioneiros do DNA, Svante Paabo e seus colegas descreveram o DNA dos ossos do primeiro neanderthalense já descoberto, o histórico “Feldhofer”, encontrado na Alemanha, em 1856.

2º Caso: William Goodein, da Universidade de Glasgow, Reino Unido, e seus colegas, descreveram o DNA de ossos de uma criança neanderthalense encontrada em uma caverna na parte norte das montanhas do Cáucaso, sul da Rússia.

3º Caso: o Homem do Gelo, encontrado no Tyrol.

4º Caso: Gyllestein e sua equipe fizeram a seqüência total da mitocôndria (mtDNA) das amostras de 53 indivíduos, na África. Eles descobriram que o mais recente ancestral do grupo estudado viveu entre 101.500 – 50.000 anos atrás, e que a divergência genética corresponde às separações físicas das populações. A evidência é favorável, mas os pesquisadores esperam uma análise genética melhor. A mitocôndria seria apenas um ponto e somente reflete a história genética das mulheres. Assim, como o DNA é herdado através da mãe, não está sujeito à seleção sexual.

David Serre, da Max Plank Institute for Evolutionary Anthropology, Leipzig (Alemanha), e seus colegas levantam a questão dos laços familiares, examinando as seqüências das mitocôndrias¹ do DNA tiradas dos fósseis, que são passadas intactas da mãe para o filho. E concluíram que as seqüências entre os neanderthalenses e os Homens Modernos foram diferentes. Para ele, a intermiscigenação pode ter ocorrido, mas ainda não foi encontrada, uma vez que fisicamente eles eram bem distintos.

¹ Mitocôndrias são uma organela membranosa – formação celular – presente em células eucarióticas, que gera energia química em forma de ATP.

Chris Stinger, do Museu de História Natural de Londres, que estuda o Homem antigo, sustenta que os ancestrais europeus substituíram os neanderthais, ao invés de miscigenação, a fim de formarem um único grupo, que originaria os indivíduos de hoje.

Ulf Gyllestein et al. (*Nature*, 2000), que abordaram o problema da origem dos neanderthais, pelo exame do registro de fósseis antigos e a seqüência mitocondrial do DNA de indivíduos vivos, em vários países, reforçam a hipótese da recente origem africana. Essa teoria afirma que o Homem de Neanderthal desenvolveu-se em uma única localidade no deserto do Saara, África, de 100 mil a 200 mil anos atrás e emigrou mais recentemente, substituindo populações existentes de humanos antigos por todo o Universo.

3.4.5 *Homo Sapiens Sapiens*

O grupo final de homens fósseis é conhecido pela designação de Cro-Magnon. Viveu durante o Pleistoceno Superior, de 35 a 10 mil anos passados (antes da época Recente).

Ocupou a Europa, a Ásia e a África, chegando mais tarde à América e Austrália. A região mais típica desse grupo situa-se na França, na localidade chamada Dordonha, perto de Les Eyzies. Deve ter sido contemporâneo do homem de Neanderthal, em dado momento, mas suas relações são desconhecidas.

Apresenta as seguintes características físicas: caixa craniana de 1.200 a 1.600 cm³, dolicocefalo, altura oscilando entre 1,72 e 1,86 m. Rosto reto, nariz desenvolvido mas fino, testa larga; mandíbula forte, estrutura robusta e esqueleto bem construído.

Na Europa, compreende duas raças principais:

1. Cro-Magnon e
2. Chancelade.

Grimaldi e Combe-Capelle são variantes das duas raças.

Representa o protótipo dos grandes grupos raciais:

- a) Cro-Magnon: para os brancos;
- b) Chancelade: para os asiáticos;
- c) Grimaldi: para os negros.

Possuía uma tecnologia material avançada, resultante de uma cultura intelectual bastante criativa, dando desenvolvimento à notável arte das pinturas

multicoloridas das paredes das cavernas, murais de baixo relevo, gravuras, estampas em ossos e madeiras, esculturas, modelagem etc. (veja Capítulo 11).

Sua cultura está associada à indústria da lasca (foliácea), das pedras ponteadas, dos propulsores etc.

Com o desaparecimento das glaciações, os seres humanos deixaram as grandes caçadas e tornaram-se coletores e caçadores de pequenos animais; depois, passaram da coleta para a forragem intensiva. Estabeleceram-se, principalmente, no Oriente Médio e em algumas partes do Novo Mundo, por volta de 9.000 a.C.

Restos humanos encontrados na Espanha pelo antropólogo Jospe Gilbert Clois sugerem idade de 200 mil anos à espécie *Homo sapiens sapiens*, e não 90 mil, como se acredita hoje. Os vestígios descobertos na localidade de Cabezogordo, sudoeste do país, devem alterar as hipóteses sobre a evolução da humanidade.

O cientista acrescentou que, enquanto a origem do Homem de Neanderthal já é “aceitavelmente ‘conhecida’, a do homem atual é um grande enigma e encontra-se no centro de um debate”.

ARTEFATOS DE ANTEPASSADOS DO HOMEM. Arqueólogos europeus disseram ter encontrado evidências de que o *Homo sapiens sapiens* e o primitivo Neanderthalense viveram na mesma época, na Europa, e trocaram artefatos entre si. Jean-Jacques Hublin, do Museu do Homem de Paris e colegas, encontraram ossos de Neanderthal e ferramentas de pedra perto de Arcy-sûr-Cure, no centro da França. Também acharam adornos de ossos e de marfim fabricados pelo chamado homem de Cro-Magnon, o mesmo que se tornou conhecido pelas pinturas nas cavernas encontradas na França (Lescaux) e na Espanha (Altamira).

Parte do crânio de uma criança foi reconhecida como sendo de Neanderthal pelo pequeno osso da orelha. “Ele foi encontrado em um lugar particularmente importante porque ali havia ossos espalhados, pingentes, dentes de uma raposa ou de veado em que foram feitos furos para colocar no pescoço”, disse o especialista Fred Spoor, do Conselho Universitário de Londres.

TESE SOBRE A ORIGEM DO HOMEM. Um novo estudo comparativo do DNA (material genético) de asiáticos, europeus e africanos, publicado na revista da Academia de Ciências dos Estados Unidos (1997), reforça a teoria de que os humanos são originários da África. Os cientistas da Universidade de Utah, de Helsinki e da Pensilvânia estudaram o DNA de 63 asiáticos, 72 africanos e 120 europeus e descobriram maior diversidade genética entre os africanos – um sinal de que são a população mais antiga.

Quadro III. *Períodos climáticos do Pleistoceno correlacionados com o gênero Homo.*

Períodos	Anos	Épocas	Períodos climáticos	Homo
Quaternário	10.000	HOLOCENO	Pós-Glacial	Moderno
	40.000	PLEISTOCENO Superior	Retirada do Gelo WÜRM III	<i>Homo sapiens</i> <i>Homo sapiens</i>
		150.000	PLEISTOCENO Médio	WÜRM II WÜRM I 3º Interglacial
	RISS 2º Interglacial MINDEL			<i>Homo erectus</i>
	500.000			PLEISTOCENO Inferior

Fonte: Beals e Hoijer (1969:72).

3.5 Raças Humanas

O estudo das raças é um dos campos da Antropologia Física que vem preocupando os estudiosos desde o século XVIII. A despeito dos esforços realizados pelos cientistas, ainda não se chegou a um consenso sobre o que seja raça, em virtude da:

- a) relatividade do tempo;
- b) extrema diversidade das características físicas;
- c) distribuição espacial do homem.

Há, porém, um ponto em comum: todos concordam em que o homem pertence ao mesmo gênero, *Homo*, e à mesma espécie, *sapiens*.

No passado, houve um tronco comum, mas ninguém sabe quando nem como começou a diversificação.

3.5.1 Conceituação

O naturalista sueco Linneu (1758) foi o primeiro a fazer uma classificação de raça, dividindo a espécie humana em quatro grupos: o homem *européu*, o homem *americano*, o homem *asiático* e o homem *africano*. Essa classificação levou

em conta caracteres físicos e sociais. Foi bastante difundida e ainda hoje é aceita por alguns antropólogos.

Um pouco mais tarde, o sábio alemão Blumenbach (1806), baseado na cor da pele, divide a humanidade em cinco raças: caucásia (branca), mongólica (amarela), etiópica (negra), americana (vermelha) e malaia (parda).

Demoullins (1825) amplia para 16 essa divisão; separa os hotentotes e os etíopes dos negros africanos, acrescenta os negros da Oceania e os ainos do Japão.

Huxley (1870) evidencia a importância dos australianos. Deniker (1900) reconheceu 27 raças e 22 sub-raças, considerando a cor da pele, a forma do cabelo e o formato do nariz, reunidas em quatro grupos principais: primitivas, negras ou negróides, brancas e amarelas, mais ou menos relacionadas com os continentes.

Vallois (1932) propôs a divisão das raças, levando em consideração não os continentes, mas as regiões ou áreas antropológicas. Sua divisão abrange seis raças (1966:22):

- a) “Europa e bacia mediterrânea;
- b) África sul-saariana;
- c) Índia;
- d) Ásia Transimalaia;
- e) Mundo Oceânico;
- f) América.”

Dobzhansky e Dunn (1946) definem raça como “populações que diferem na frequência de um ou mais genes” (1972:138). Dessa forma, apenas um gene seria suficiente para constituir uma diferença racial. Nesse caso, as raças poderiam ser classificadas de acordo com os grupos sanguíneos: A, B, AB e O.

Montagu (1945) sugere a expressão *grupo étnico* em substituição a sub-raças. Ele apresenta três grupos principais subdivididos em vários grupos étnicos (1972:119):

- a) “*Negróides*: negros africanos, negróides oceânicos, pigmeus africanos ou negrilhos, pigmeus asiáticos ou negritos, pigmeus oceânicos ou negritos.
- b) *Caucasóides*: populações mediterrâneas e do Báltico oriental; lapões, alpinos, dináricos, armenóides, camitas, indodrávicos, polinésios, australóides.
- c) *Mongolóides*: mais clássicos: populações mais antigas do Tibete, Mongólia, China, Coréia, Japão e Norte da Sibéria; do Nordeste Asiático; mongolóides árticos; paleoasiáticos, neo-asiáticos, índios americanos e indomalaios.”

Vallois (1966) classifica as raças humanas em quatro grupos primários e 27 secundários:

1. Australóide (com dois grupos secundários).
2. Leucodermo (com dez grupos secundários).
3. Melanodermo (com sete grupos secundários).
4. Xantodermo (com oito grupos secundários).

Para Paulette Marquer (1973:135), as raças não se situam no mesmo plano; devem ser classificadas em uma hierarquia:

- a) "*Raças Principais ou Grandes*: constituem as divisões fundamentais da espécie humana; são facilmente reconhecidas graças ao grande número de caracteres diferenciados; possuem uma localização definida e correspondem, do ponto de vista taxonômico, às subespécies.
- b) *Raças Secundárias*: representam um complexo geográfico cujos elementos distintivos são encontrados menos definidos do que as grandes raças. Correspondem aos 'geótipos' dos zoólogos e dos botânicos, e são as que o antropólogo comumente chama de raças. No interior dessas raças secundárias, um exame minucioso permite detectar variedades regionais; estas formam uma categoria de terceira ordem: os tipos locais, chamados sub-raças, a partir do momento em que se distribuem sobre um território suficientemente vasto."

Alguns cientistas, na classificação das raças, levam em consideração a cor da pele, do cabelo e o nariz; outros preocupam-se com a proporção do corpo, principalmente da cabeça, com grupos sangüíneos, com territórios geográficos etc.

Há os que dividem o *Homo sapiens* em *stocks* ou subespécies, englobando em cada divisão os que habitam determinada área, formando uma unidade em relação à reprodução e ao corpo (medidas, proporções). Ter-se-ia, desse modo, o *stock* caucasóide-branco, arcaica branca (ainos), morenos mediterrânicos e alpinos, os levemente pigmentados ou nórdicos e os escuros armenóides e dináricos.

De modo geral, os antropólogos atuais concordam com a seguinte definição de raça: são "agrupamentos naturais de homens, que apresentam um conjunto de caracteres físicos hereditários comuns, quaisquer que sejam suas línguas, costumes e nacionalidade" (Vallois, 1966:8).

Os antropólogos aceitam a classificação das raças principais: *caucasóide* (branca), *mongolóide* (asiática) e *negróide* (africana). As divergências surgem quando se referem às raças secundárias ou sub-raças (grupos étnicos).

Embora não haja provas evidentes, alguns estudiosos acham que o *stock* branco teria sido a primeira subespécie do *Homo sapiens*, e o mongolóide o último.

3.5.2 Critérios de Classificação

Os critérios utilizados pelos cientistas para a classificação dos grupos raciais baseiam-se na estrutura do corpo e caracteres físicos. Os elementos mais comumente usados são:

- a) *Cabeça*: altura (baixa ou alta) e forma ou índice cefálico, que pode ser obtida com a fórmula:

$$\frac{\text{comprimento do crânio}}{\text{largura do crânio}} \times 100 =$$

Tem-se:

- Doliocéfalo: cabeça alongada, menos de 75.
 - Mesocéfalo: cabeça intermediária – entre 75 e 80.
 - Braquicéfalo: cabeça curta – mais de 80.
- b) *Nariz*: comprimento e largura.
- c) *Cabelo*: textura (fino, grosso), grau de ondulação (liso, ondulado, carapinhado), cor (louro, castanho, preto).
- d) *Lábios*: finos, polpudos.
- e) *Pêlos*: quantidade e distribuição pelo corpo.
- f) *Pele*: coloração (desde o branco ao negro).
- g) *Olhos*: cor, formato, prega epicêntrica.
- h) *Queixo*: orelhas, maxilar inferior (prognatismo).
- i) *Rosto*: formato.
- j) *Estatura*: alto, baixo, constituição do corpo, peso.
- l) *Grupos sanguíneos* etc.

3.5.3 Fatores de Diferenciação

As diferenças existentes entre grupos isolados são explicáveis pela atuação de fatores determinantes da mudança evolutiva.

SELEÇÃO NATURAL. Preservação e melhoria das variáveis de um organismo em função das variações do meio, levando-o ao desenvolvimento evolutivo. Os que possuem qualidades adaptativas sobrevivem; os que não as têm tendem a desaparecer na luta pela existência.

A pele, a julgar pela distribuição, é um caráter adaptativo. A pigmentação muito escura localiza-se em regiões de temperaturas quentes e úmidas, ao contrário das levemente pigmentadas. Na Índia, o câncer da pele restringe-se aos europeus; e o câncer do rosto aos marinheiros brancos. A pigmentação protege a pele contra os danos da irradiação.

MUTAÇÃO. Alteração sofrida por um gene (que teve um antigo caráter) que se manifesta sob nova forma. Sem a mutação, não há mudança evolutiva significativa.

As mutações estão ocorrendo constantemente em um indivíduo e, a longo tempo, propagam-se aos outros. A cor preta da pele dos negros, se for aceita a coloração branca como original no homem, pode ter surgido de genes mutantes.

ISOLAMENTO. Separação de um grupo de todos os demais da mesma espécie, com cruzamento entre si. Os grupos pequenos são mais homogêneos e a distribuição dos genes mais uniforme, havendo certa estabilidade.

PENDOR GENÉTICO. Ocorre nas populações reduzidas e isoladas. As formas de reprodução locais permitem a sobrevivência, a difusão e a combinação dos genes mutantes. Os que não possuem valor adaptativo (positivo ou negativo) podem fixar-se na população. Essas mutações, ocasionais, tanto podem atuar geneticamente como extinguir-se. Têm papel importante na evolução do homem.

HIBRIDAÇÃO. Significa a união de indivíduos que diferem em um ou mais genes. Há duas espécies:

1. entre indivíduos;
2. entre populações.

Os dois tipos de hibridação são importantes na evolução humana. Há uma troca de atributos biológicos, adaptativamente valiosos, entre ambos; um compensando as deficiências do outro.

A hibridação produz alterações de traços físicos (estrutura) e fisiológicos (funcionais), aumentando o valor adaptativo da prole. Leva ao desaparecimento das distinções raciais ou ao aparecimento de grupos intermediários. Com a troca de genes, pode-se verificar: aumento de tamanho, de fecundidade, resistência a moléstias, revigoramento dos níveis de inteligência, diminuição das anormalidades congênitas (vigor híbrido ou heterose).

Passado Cultural do Homem

Hoebel e Frost (1981:77) afirmam que “para compreender a cultura humana devem-se conhecer as fases pelas quais a humanidade se transformou, do antropóide dominado pelo instinto ao ser humano adaptável culturalmente. Desde o tempo das origens primitivas da cultura, todo desenvolvimento humano foi biológico e cultural. Nenhuma tentativa de estudar a humanidade pode ignorar este fato”.

Ao fazerem essas considerações, os autores desenvolveram a idéia da evolução biocultural da humanidade e, conseqüentemente, das inter-relações entre os antepassados fósseis hominídeos e suas produções culturais. Em concordância com as proposições acima, deve-se reconhecer que o estudo do passado cultural do homem requer, para a sua mais fácil compreensão, que se conheçam as diversas fases adaptativas homem-meio.

4.1 Fases Evolutivas do Homem

O homem, através dos processos adaptativos, sofreu transformações que o levaram de um primata desenvolvido ao homem moderno.

4.1.1 Fases de Transformações da Humanidade

Abrange os estágios através dos quais o homem evoluiu tanto física quanto culturalmente, ou seja, fase do *Australopithecus*, do *Homo habilis*, do *Homo erectus*, do *Homo sapiens* e do *Homo sapiens sapiens*.

4.1.2 Ser Humano Adaptável Culturalmente

Refere-se, a expressão acima, a um ser diferente dos demais, em decorrência de sua capacidade de produzir cultura, ao desenvolver o mecanismo de adap-

tação ambiental. Mesmo os antepassados mais longínquos do homem possuíam rudimentos de linguagem articulada, indispensável à transmissão da cultura, através da comunicação simbólica. Suas primeiras manifestações culturais foram os instrumentos intencionalmente confeccionados, primeiramente de pedra, depois de osso e madeira, tendo função utilitária ou bélica. A partir dessas primeiras conquistas, outras se sucederam, capacitando o homem ao uso de renovados mecanismos de adaptação que permitiram a sua sobrevivência.

4.2 Desenvolvimento Biológico do Homem

A partir de transformações psicossomáticas básicas, a evolução homínida foi gradativa e contínua, levando a modificações necessárias para o aperfeiçoamento do gênero *Homo* em relação ao meio. Como produto final, mas não acabado dessa seqüência evolutiva, sobreviveu apenas uma espécie e uma variedade denominada *sapiens*, da qual o homem moderno é o atual representante. Seus ancestrais (como já foi referido no Capítulo 3) ficaram reduzidos a restos fósseis humanos.

4.3 Desenvolvimento Cultural do Homem

O desenvolvimento cultural do homem é uma realidade atestada pelos restos arqueológicos, ou seja, pela presença de artefatos rudimentares manufaturados. As condições distintivas para a humanização seriam a fabricação de instrumentos, resultado da transformação intencional e não acidental da matéria-prima (pedra, osso, madeira) em utensílios.

O desenvolvimento cultural do homem acha-se intimamente associado a sua evolução psicobiológica, o que lhe permitiu conquistas, cada vez mais aperfeiçoadas e complexas, no mundo cultural.

O homem se torna, então, um ser cultural, capaz de produzir, ou seja, capaz de criar e acumular experiências e principalmente de transmiti-las socialmente. Desenvolve padrões de comportamento grupal, hábitos e costumes diferentes, sempre renovados, que foram de fundamental importância para sua sobrevivência.

Brace (1970:67), analisando a cultura como mecanismo primário de adaptação humana, afirma: “a mais singular característica do ser humano é a sua capacidade para partilhar da experiência acumulada e transmitida pelos seus semelhantes. Esta deve, portanto, ser considerada a mais importante forma de adaptação do homem”.

O composto psicobiológico do homem desenvolveu-se paralelamente ao componente cultural e, para melhor compreensão desse complexo, é necessário levar em conta alguns aspectos: o tempo, as evidências fósseis (hominídeos) e as manifestações culturais (indústrias, economias), no espaço geográfico.

4.3.1 O Tempo

Os marcos cronológicos são tão amplos, que muitas vezes fogem ao entendimento do estudioso, mas é essa amplitude que possibilitou o desenvolvimento biocultural através de um processo contínuo de cerca de cinco milhões de anos (veja item 3.2).

4.3.2 Evidências Fósseis

A natureza, através de processos naturais de fossilização, preservou os ancestrais do homem como testemunhos dos fenômenos evolutivos. Os mais antigos restos do *Homo* foram encontrados em diferentes lugares do Velho Mundo: África, Ásia e Europa. Frequentemente, associados a restos de indústrias, vêm comprovar os estágios evolutivos e o processo de humanização.

4.3.3 Manifestações Culturais

A época pleistocênica testemunhou a evolução física e cultural do homem. Esta última é comprovada pela presença de material lítico (pedra) manufaturado e associado a formas fósseis. Novas condições psicossomáticas permitiram que o homem se desenvolvesse culturalmente:

- a) bipedismo (posição erecta);
- b) liberação das mãos;
- c) modificação funcional dos dentes;
- d) humanização da face;
- e) aumento progressivo do volume craniano.

A posição definitivamente bípede gerou melhores condições adaptativas, principalmente encefálicas, uma vez que a manipulação das mãos determinou a ativação do encéfalo, em função do acúmulo de reflexos provocados pelas atividades musculares.

Essas condições permitiram o surgimento das primeiras evidências da cultura humana. Inicialmente rudimentares, com o decorrer do tempo tornaram-se mais complexas.

A presença desses artefatos de pedra, de osso, de madeira e de outros materiais é que torna possível a caracterização das fases de evolução cultural do homem.

4.3.4 Estágios da Evolução Humana

As provas concretas do desenvolvimento da cultura anterior à escrita encontram-se no Pleistoceno (de 2 milhões a 10.000 anos), e pertencem todas a uma importante época cultural: o Paleolítico (*Paleo*, antiga; *lítico*, pedra) ou Idade da Pedra Antiga ou Lascada, que se estende de 1 milhão a 10.000 anos a.C.

Os testemunhos do Paleolítico Inferior (de 500.000 a 150.000 anos) e do Paleolítico Médio (de 150.000 a 40.000 anos) consistem quase todos em utensílios de pedra; em sua maioria, foram encontrados nos leitos dos rios, em jazigos de campo ou em cavernas. São os seixos partidos, os bifaces e lascas, os artefatos denticulados etc., trabalhados pelo *Australopithecus*, pelo *Homo habilis*, *Homo erectus* e, no Paleolítico Médio, pelo *Homo sapiens*.

No Paleolítico Superior (de 40.000 a 12.000 anos), a presença humana é comprovada, não só por uma indústria mais aprimorada, mas também pelas manifestações artísticas (modelagem, pintura, escultura etc.) do *Homo sapiens* ou Cro-Magnon, reconhecido por alguns estudiosos como *Homo sapiens sapiens* (veja item 3.4.5).

No Mesolítico (de 12.000 a 10.000 anos), as provas são evidenciadas pela presença de arpões, propulsores e, principalmente, do arco e de uma indústria de micrólitos geométricos e não geométricos.

O Neolítico (*neo*, novo; *lítico*, pedra) ou Idade da Pedra Nova ou Polida tem seu início por volta de 10.000 a.C. Caracteriza-se pela domesticação de plantas e animais, pelo surgimento de aglomerados humanos, pela ocorrência da cerâmica etc.

O Calcolítico (de 4.500 a 3.000 anos a.C.) distingue-se pela arquitetura monumental (megálitos) e pela metalurgia do cobre e, posteriormente, do bronze e do ferro.

PLEISTOCENO INFERIOR E MÉDIO (DE 1 MILHÃO A 40.000 ANOS). Os artefatos de pedra lascada, manufaturados, permitiram designar esta época geológica do Eolítico ou Pré-paleolítico ao Paleolítico Inferior, respectivamente,

com algumas indústrias bem evidenciadas: olduvaniense, pré-chelense, chelense e acheulense, na África; abreviliense e clactoniense, na Europa.

Os nomes atribuídos aos artefatos referem-se ao local onde originariamente foram encontrados.

PLEISTOCENO SUPERIOR (DE 40.000 A 10.000 ANOS). Nesse período persiste a pedra lascada, mas sob formas mais evoluídas e trabalhadas. Ao Pleistoceno Superior correspondem as seguintes épocas culturais:

- a) *Paleolítico Médio*: caracterizado pela indústria musteriense, levaloisense e perigordienne.
- b) *Paleolítico Superior*: as tradições manufactureiras estão mais aperfeiçoadas e mais variadas que as anteriores, atestando a presença de técnicas mais eficientes, facilitando a sobrevivência do homem.

As indústrias do Paleolítico Superior são: perigordienne, aurignacense (Grimaldi), solutrense (Cro-Magnon) e magdaleniense (Chancelade). A Idade do Osso coincide com a magdaleniense.

- c) *Mesolítico*: é um período de transição entre o Paleolítico e o Neolítico. Persistem as indústrias dos períodos imediatamente anteriores, agora mais diversificadas: aziliense e capsicense (na África), salvaterrense, tadensisense etc. (na Europa), natufiana (na Palestina) e microlítica (na Índia).

HOLOCENO (10.000 a.C.). O Holoceno ou Recente, período que sucedeu ao Pleistoceno, é marcado pela presença do *Homo sapiens sapiens*. Esta época geológica corresponde ao Neolítico (pedra polida, nova) e caracteriza-se pela domesticação dos animais e plantas e, conseqüentemente, pela presença da agricultura incipiente, depois intensiva, pelo sedentarismo e pela cestaria e cerâmica.

4.4 Culturas do Passado

Os dados acima apresentados possibilitam a compreensão da história da cultura humana ocorrida na época pleistocênica. Sua reconstituição requer o conhecimento dos diferentes níveis culturais: pré-paleolítico ou eolítico, paleolítico, mesolítico e neolítico.

4.4.1 Culturas do Paleolítico (de 500.000 a 10.000 anos)

O Paleolítico (Idade da Pedra Antiga ou Lascada) estende-se de 500.000 a praticamente 10.000 anos. Acha-se subdividido em Inferior, Médio e Superior e caracteriza-se pela presença do homem predador, ou seja, o homem como

“apanhador de alimentos”. Este, aproveitando-se das regiões favoráveis, desenvolveu atividades de coleta sistemática de vegetais, caça aos pequenos animais selvagens etc.

Há milhões de anos, o *Homo habilis* (segundo Leakey) predava a natureza para sobreviver, o que perdurou do Pré-paleolítico ou Eolítico até o final do Paleolítico. Só no ocaso do Pleistoceno, no Mesolítico, é que ocorreram mudanças mais acentuadas. O homem predador passa a produtor de alimentos, gerando a primeira grande revolução da história da humanidade, no setor da economia. É o começo da produção, quando ele cria os seus próprios recursos.

Cada tipo de tecnologia, desenvolvida nos diferentes períodos, recebe a designação de indústria (indústria de seixos, da lasca, da lâmina ou esquirola e das folhas ou foliácea). É também de tradição quando se refere a uma série de indústrias (tradição nodular, bifacial etc.). Técnicas diferentes, adotadas pelo homem pré-histórico para a confecção de seus instrumentos, produziram, inicialmente, os artefatos lascados e só posteriormente os polidos (técnicas de percussão, pressão e polimento). O material trabalhado era sempre o oferecido pela natureza: seixos, sílex (pedra), osso, madeira, contas, conchas, presas de grandes animais ou algum outro material que não deixou vestígios.

Apesar da evidência contida nesses dados, isso não quer dizer que a vida humana se desenvolveu de forma idêntica em todos os lugares habitados. É de supor que já havia pequenas diferenças culturais, mas os aspectos básicos de adaptação sempre foram muito semelhantes.

Os vestígios culturais mais antigos da presença do *Homo* parecem ser os encontrados no Oriente e no Sul da África, junto a fontes naturais, lagos, planícies etc., em terrenos antigos, sempre associados a restos fósseis, animais e humanos.

PALEOLÍTICO INFERIOR (500.000 A 150.000 ANOS). Suas raízes estão mergulhadas na época Vilafranquiana, com características eolíticas ou pré-paleolíticas.

Geograficamente, as regiões habitadas nesse período encontram-se na Ásia, África e Europa, onde foram descobertos e recolhidos os artefatos manufaturados pelos primeiros hominídeos:

- a) *Homo habilis* e os dois espécimes *Australopithecus (robustus e africanus)*. Talvez tenham sido os primeiros seres a adquirir cultura, manufaturando intencionalmente seus instrumentos, encontrados na África (garganta de Olduvai). Esses artefatos, considerados os mais antigos da indústria lítica conhecida, são de pedra e bem rudimentares (seixos, quartzo, sílex etc.).

- b) *Homo erectus*, fóssil humano na seqüência evolutiva entre o *Australopithecus* e o *Homo sapiens*, tanto no Oriente quanto no Ocidente, desenvolveu atividades que se assemelham: eram caçadores rudes e astutos, utilizando instrumentos manufaturados, continuando a tradição dos artefatos de seus antecessores. No Oriente, as cavernas foram freqüentadas periodicamente, mas ainda não usadas como habitação. Nelas havia ossos humanos e de animais de grande porte (elefantes, bisões etc.). Data daí a utilização do fogo, uma das significativas conquistas do homem. A indústria lítica do *Homo erectus*, do Oriente ou do Ocidente, era composta de instrumentos cortantes, pedaços de quartzo rudemente lascados, lascas afiadas, raspadeiras, facas, tipos de machadinhas e o machado de mão com extremidade afiada. Este último era utilizado como arma para defesa e como objeto para cortar galhos e amassar crânios e ossos dos quais retiravam a medula.

Os vestígios fósseis parecem indicar a prática do canibalismo pelo *Homo erectus* oriental.

A tecnologia desenvolvida por essas culturas é: a indústria de seixos e a da lasca.

PALEOLÍTICO MÉDIO (DE 150.000 A 40.000 ANOS). Caracteriza-se pela presença do *Homo pré-sapiens* ou *sapiens* e ocorre no início do Pleistoceno Superior, cerca de 150 a 40 mil anos. A subsistência dependia ainda da caça e da coleta, mas as técnicas de fabricação de instrumentos foram-se aperfeiçoando, permitindo designar esse *Homo* como *sapiens* (inteligente). Seus restos fósseis encontrados na África, Ásia e Europa evidenciam sua disseminação pelo Velho Mundo. Seus representantes são numerosos, destacando-se o *Homo sapiens* de Steinheim, o de Swanscombe e o de Neanderthal.

Inicialmente, o *pré-sapiens* desenvolveu uma indústria tipicamente acheulense, passando a seguir à indústria musteriense, cuja duração foi de 140 a 70 mil anos. Com o Neanderthalense, o instrumento simples passou a instrumento compósito, graças aos progressos conseguidos (juntar um cabo à ferramenta).

A tecnologia musteriense (de Le Moustier), aldeia da França, baseara-se no aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas do período anterior, utilizando a pedra (obsidiana, pederneira, quartzo) e o osso. Os ossos de animais, como elefantes, rinocerontes, bisões, cavalos etc., tinham os mais diferentes usos, desde eficientes furadores até taças obtidas da caixa craniana da rena. A tradição predominante continua sendo a bifacial (pedra lascada dos dois lados).

As grutas foram largamente utilizadas como habitação permanente pelo Neanderthalense, conhecido como o “homem da caverna”. O uso de grutas foi

facilitado pelo conhecimento do fogo, que permitiu a penetração em suas profundezas, como atesta a presença de lareiras em seus interiores.

Os Neanderthalenses ignoraram a arte ou tiveram apenas rudimentos dela, mas deixaram vestígios de uma vida espiritual, conforme afirma Varagnac (1963:89).

Praticaram o sepultamento dos mortos, desenvolveram ritos funerários, como atestam os crânios e fragmentos de face encontrados em jazidas musterienses. Desenvolveram o culto aos animais, o que pode ser demonstrado pelo empilhamento cuidadoso de crânios de ursos e outros ossos de maior tamanho, encontrados nas grutas de montanhas (na Suíça, na Baviera etc.).

É possível que acreditassem na imortalidade da alma, pois enterravam seus mortos em fossas artificiais, nas cavernas e ao lado de oferendas. Há também vestígios de trepanações cranianas.

A expressão musteriense é empregada para designar tanto a indústria europeia quanto a africana. Na Europa, correspondeu à expansão dos Neanderthalenses, que criaram instrumentos especializados, como a “ponta” e o “raspador”. As pontas, feitas por processos de compressão (folhas de louro), seriam utilizadas, também, no Paleolítico Superior. O raspador é um tipo de plaina de mão, com bordo cortante.

Os bifaces continuam a ser fabricados ao lado de machados, lanças de madeira, raspadeiras, furadores, facas, prenunciando a eclosão do Paleolítico Superior.

ARTEFATOS DE 90 MIL ANOS. Cientistas norte-americanos encontraram, em 1988 e 1990, artefatos de osso talhado e com pontas em forma de lança, junto ao rio Semliki, no Zaire. Esses artefatos foram datados em 90 mil anos, pouco depois que os ancestrais humanos surgiram na África, tendo depois migrado para outras regiões.

“Os dados mostram que os humanos na África inventaram tecnologias complexas muito antes de seus pares europeus, a quem se atribuía o início da cultura moderna.”

Os pesquisadores sugerem que os ancestrais do homem teriam habilidades e uma organização social mais complexa que os homens europeus de Neanderthal. “As primeiras ferramentas de osso na Europa datam de 50 mil anos, e os ossos com um talhado semelhante são ainda mais recentes – têm cerca de 14 mil anos”, disse um dos arqueólogos.

ARTEFATOS NO ZAIRE. Arqueólogos em expedição no Zaire encontraram algo que eles acreditam ser o mais antigo e sofisticado instrumento manufaturado – 50 mil anos mais velho do que similar encontrado na Europa. Os materiais foram localizados em três sítios, em Katanda.

PALEOLÍTICO SUPERIOR (40.000 A 12.000 ANOS). Comparado com os períodos anteriores, o Paleolítico Superior teve duração relativamente curta, caracterizando-se, entretanto, por significativas mudanças que afetaram profundamente o desenvolvimento cultural. Seu início data de, aproximadamente, 35 a 40 mil anos, estendendo-se até 12 mil anos a.C. As evidências fósseis e arqueológicas foram encontradas em muitas regiões do Velho Mundo. Na Europa, desenvolveu-se de forma tão original que não pode ser comparado às manifestações africanas.

O homem fóssil desse período é o *sapiens* de Cro-Magnon, considerado por muitos como *sapiens sapiens*. A multiplicidade de achados determinou grande variedade de nomes, quase sempre relacionados com o local onde foram encontrados. O mais antigo fóssil e as mais remotas manifestações culturais do Paleolítico Superior estão na caverna de Shanidar (Iraque). Seguem-se os achados de Monte Carmelo (Israel), os de Hana Fteah (norte da África) e os do grupo Cro-Magnon (associado, às vezes, às designações Grimaldi, Chancelade e Combe-Capelle).

Na Europa, as culturas do Paleolítico Superior constituem tradições separadas, com características locais, conforme os diferentes tipos de instrumentos:

- a) indústria perigordienne (80 mil anos);
- b) indústria aurignacienne (70 mil);
- c) indústria solutrense (40 a 30 mil);
- d) indústria magdaleniense (35 a 20 mil).

As duas primeiras são as mais antigas, tendo desenvolvido a indústria de lâminas transparentes (esquírola) e a indústria de folhas (foliácea). Nas duas últimas fases registra-se a Idade do Osso (magdaleniense) com a intensa utilização de presas, chifres, conchas, madeiras etc.

A indústria lítica apresenta-se bem mais aprimorada que as anteriores: os instrumentos são mais complexos e as técnicas mais aprimoradas. Os artefatos aumentaram em número e se tornaram bastante diversificados, correspondendo à dinâmica do desenvolvimento desse período. As matérias-primas para a sua confecção continuam sendo a pedra, o osso, a madeira etc. Persistem as indústrias de lâminas (esquírolas) e de folhas (foliáceas), originando instrumentos que refletem o esforço de adaptação dessas populações às mudanças climáticas, condicionando novos modos de vida. Dividem-se em:

- a) *instrumentos de sílex*: pontas de vários estilos; cortadores, raspadores e furadores; buris, propulsores, lanças de pedras pontiagudas, atiradores;

b) *instrumentos de osso*: furadores e agulhas com orifícios; pontas de arpão etc.

O buril (artefato de ponta mais aguçada e mais rígida que a lâmina) torna-se de grande importância para o artista pré-histórico, que o usa para trabalhar e esculpir o osso e o marfim.

A utilização de materiais ósseos alcança grande projeção no Paleolítico Superior, suplantando todas as iniciativas dos períodos anteriores. O osso, mais resistente e mais fácil de ser recortado, vai ser aplicado à ponta do arpão (chifre de cervo), que se torna uma arma de grande eficiência, largamente utilizado na caça de grandes e pequenos animais.

No Magdalenense, as técnicas se aprimoram e dão origem ao propulsor, que aumenta significativamente a força muscular do homem, tendo grande poder de penetração e maior distância de arremesso.

O arco é uma outra conquista desse período, já no seu final, persistindo até o advento da pólvora, mesmo entre os povos históricos: gregos e romanos.

O chamado “bastão de comando” (ossos compridos, dos animais, e perfurados) parece ter tido mais função utilitária (fabrico de corda, por exemplo).

Também um tipo de anzol primitivo foi idealizado pelos magdalenenses. Só no Mesolítico surgirá o anzol de cotovelo.

O *Homo sapiens sapiens* do Paleolítico Superior continua desenvolvendo atividades predatórias mas, no seu final, o magdalenense atingiu grande desenvolvimento cultural e tecnológico. O homem está preparado para a passagem de predador a produtor de alimentos. Continua sendo coletor, caçador e pescador, usando, entretanto, técnicas mais refinadas que representam o avanço, não apenas material, mas também intelectual do homem.

O Paleolítico Superior caracteriza-se também pelo surgimento de manifestações artísticas (veja Capítulo 11), cujo embrião já se achava presente no musterense. Expressaram-se através da gravura, da pintura, da escultura e da modelagem. Desenhos de animais (cavalo, mamute, cabrito montês, rena, rinoceronte, bisão, leão, vaca etc.), gravados nas paredes das cavernas; figuras femininas esculpidas, baixos-relevos, esculturas em osso, pedra e marfim aparecem sobretudo na Europa Ocidental e no Norte da África.

Observa-se, nessas representações, grande realismo de expressão, desde os simples traços gravados até figuras complexas de grandes animais. Era uma arte policrômica, isto é, empregava-se uma ou várias cores (vermelho, amarelo, preto e marrom), com delicados sombreados. Encontra-se, essa arte mural, nas cavernas ou grutas; entre as mais conhecidas estão: Altamira (Espanha), Lascaux, Niaux, Fonte-de-Gome, Les Trois-Frères, Genièvre etc. (França).

O estudo da arte Paleolítica traz à luz aspectos significativos da cultura desses grupos humanos e de suas reações emocionais. Além de ser a expressão da criatividade dos indivíduos, tem finalidades mágicas ou rituais, sendo também utilitária. Acredita-se que da habilidade do artista dependiam as representações magicamente eficazes na espera da caça abundante, por exemplo, ou de saudável procriação (magia da fertilidade). Desenhando, pintando ou esculpindo expressavam essas idéias e sentimentos.

O homem de Cro-Magnon dava grande e significativa importância a seus mortos. Em sepulturas, cavadas nas moradias, colocavam os defuntos cobrindo-os com pedras. Assim, ossos humanos são encontrados não só nas sepulturas, mas também espalhados por várias localidades. Essas ossadas humanas parecem ter sido submetidas a tratamento ritual e sugerem a prática do canibalismo.

A possível veneração pelos animais talvez tenha levado esses homens à prática do culto animal, sendo o mais conhecido a adoração ao urso, que começou com o homem de Neanderthal e se manteve até o final do Paleolítico.

Trata-se de uma espécie extinta, o chamado urso das cavernas, animal de grande porte e extremamente feroz. Era intensamente procurado e caçado pelo homem paleolítico, possivelmente para obtenção de sua carne e pele. A grande quantidade de ossos de ursos empilhados em muitas cavernas indica a prática desse culto.

As tradições do Paleolítico Superior, na África, no Oriente Médio e no Sudeste da Ásia, tiveram desenvolvimento paralelo ao da Europa, com poucas diferenças.

4.4.2 *Culturas do Mesolítico (12.000 a 10.000 a.C.)*

Em torno de 12.000 anos a.C. (Mussolini, 1969:135) registra-se um espaço de tempo entre o término do Paleolítico Superior (final do Pleistoceno Superior) e o Neolítico (Holoceno ou Recente), o chamado Mesolítico. Esse período caracteriza-se pelo recuo das geleiras no hemisfério Norte. Novos habitats foram oferecidos ao homem, com a flora e a fauna enriquecidas de novas espécies, favorecendo a inovação cultural.

É no Mesolítico (*meso*, média; *lítico*, pedra), fase intermediária na qual se verificou a transição de culturas e economias, que o homem se prepara para a fase seguinte, isto é, de predador ele se torna um produtor de alimentos.

Os fósseis desse período apresentam-se associados aos chamados microlitos, pequenas lascas de sílex usadas nas facas, foices, navalhas e nas flechas (inventadas por último).

O sítio mais característico do Mesolítico está na Palestina (natufiano), onde se nota um início de sedentarismo. As indústrias se avolumaram e se diversificaram. A pedra ainda é trabalhada por percussão e lixamento. As lâminas são estreitas, curvas ou retas, de formas variadas, triangulares, retangulares etc. Conheciam-se o arco e a flecha e usavam-se agulhas, arpões feitos de ossos etc. A originalidade desse período está nos minúsculos micrólitos, justapostos a artefatos de aspecto rude.

Os mesolíticos são eficientes coletores, da mesma forma que exímios caçadores, alimentando-se de moluscos do litoral (peixes, mariscos) e da caça de animais de pequeno porte, como a lebre e o coelho. Desenvolveram a pesca lacustre e fluvial, usando o anzol em forma de U. A pesca favoreceu um início de aglomerações permanentes (sedentarismo) nas localidades ao longo do litoral, onde também se instalaram. A necessidade de um abrigo, nessas regiões, gerou a palafita, habitação sobre estacas, construída sobre os lagos. Na Suíça são encontrados vestígios dessas habitações palafíticas do Mesolítico.

O progresso técnico cultural condicionou o surgimento e a utilização de novos elementos como a roda, os trançados, a enxada, os pilões, a rede. Seus arpões eram menores que os magdalenenses.

Os meios de transporte foram enriquecidos com a invenção da canoa, que também data desse período.

4.4.3 Culturas do Neolítico (10.000 a.C.)

O Neolítico (pedra nova, polida) inicia-se em torno de 10.000 anos a.C., no Médio e no Próximo Oriente, prolongando-se até a Idade dos Metais, a chamada Proto-história (cerca de 4.500 anos a.C.). Estende-se pela Europa, Leste e Sudeste da Ásia, África, Américas e Austrália.

Caracteriza-se por uma série de transformações iniciadas nos períodos anteriores e que tornaram possível a sua ocorrência:

- a) *coleta sistemática de vegetais*: associada ao aproveitamento de animais reunidos e à conseqüente fixação do homem às regiões favoráveis;
- b) *produção de alimentos*: de predador, o homem se torna produtor de alimentos, criando seus próprios recursos;
- c) *polimento*: inaugura-se nova técnica na fabricação dos instrumentos líticos que, além da estética, tornam-se mais eficientes, porque são mais aperfeiçoados;
- d) *domesticação*: de animais (ovelhas, cabras) e de plantas (trigo, cevada) que levou ao surgimento do pastoreio, da agricultura incipiente (cultura da enxada) e à sedentarização do homem;

- e) *aglomerados humanos*: formação de aldeias sedentárias que serviam como centros comerciais e religiosos e que mais tarde se transformaram em vilas e cidades (urbanização);
- f) *cerâmica*: 7.000 ou 8.000 anos a.C. registra-se o aparecimento da cerâmica.

Grandes mudanças ocorreram nos modos de pensar e agir do homem neolítico que, a partir de então, tinha sua auto-suficiência assegurada. Desenvolve-se o culto à fecundidade e a mulher ganha *status* na sociedade, por plantar e reproduzir. A sobrevida do homem se amplia e o aumento populacional é evidente, formando-se grandes aglomerados.

O Neolítico teve seu início no chamado Fértil Crescente, que abrange a região do rio Nilo e se estende pela margem oriental do Mediterrâneo até os rios Tigre e Eufrates (Oriente Médio).

Ao longo dos rios e dos grandes lagos estabeleceram-se, inicialmente, grupos de coletores e, posteriormente, de agricultores, permitindo o seu desenvolvimento. O Nilo, o Tigre e o Eufrates ofereceram condições para a concentração populacional, no seio da qual eclode esse período.

O homem do Neolítico desenvolveu atividades agrícolas, cultivando o trigo, a cevada, o linho; atividades de caça e pesca, utilizando anzóis de osso e de marfim; atividades pastoris, com a criação de ovelhas, cabras, porcos, bois etc.

Seus instrumentos eram muito aperfeiçoados, decorados e mesmo incrustados: machados de pedra polida, vasos, conchas, foices, mós, pontas de flechas etc. O material era variado: sílex em abundância, alabastro, osso, madeira e outros. A cerâmica (negra, cinzenta e vermelha) estava sempre presente nessas culturas. Suas formas eram variadas (vasos, recipientes etc.) e suas superfícies polidas.

As habitações construídas com tijolos crus eram redondas, ovais e posteriormente retangulares. Entre os animais domésticos estavam o cão e a ovelha. Outros achados variaram desde silos para grãos até fogões, fornos, numerosas figurinhas femininas esculpidas em argila e muitos micrólitos.

São esses alguns dos testemunhos do Neolítico, cujas culturas assim se ditribuem (Passos, 1983:6 ss):

- a) ao longo do Nilo: Tasa, Fayum e Merinde;
- b) na Palestina: Natufiana, Eynam e Jericó;
- c) na Anatólia: Hacilar;
- d) na atual Turquia: Catal-Huyuk;
- e) em Chipre: Kirokitia e Erimi;
- f) na Mesopotâmia: Hassuna e Jarno.

A região caracterizada, mais evoluída, propiciou a existência de um período de transição entre o Neolítico e a História Escrita, ou seja, a Proto-história. Suas principais características eram: descoberta do uso dos metais, organização de grupos humanos, pré-escrita (cada vez mais definida), tudo em crescente e harmonioso desenvolvimento, que deu origem à História Escrita nessa região.

Somente com o advento da Idade dos Metais (cobre, bronze e ferro) é que o homem deixa de usar a pedra como matéria-prima para as suas manufaturas (veja Quadro IV).

ARQUEOLOGIA. Arqueólogos franceses disseram ter descoberto provas de *vida social*, que datam de quase 50 mil anos, em uma caverna no sudoeste da França. Trata-se da mais antiga evidência de humanos vivendo comunitariamente. Arqueólogos do governo francês, que trabalham em segredo no povoado de Bruniquel, nos últimos cinco anos, encontraram um fragmento queimado de osso da pata de um urso, que se acredita foi cozido pelos ocupantes da caverna. “Os testes de carbono-14 permitem estabelecer que este fragmento de osso tem pelo menos 47 mil anos”, disse o arqueólogo François Rouzaud. A caverna estará fechada ao público até que se complete a escavação.

RESTOS HUMANOS ANTIGOS. Em 1995, foram descobertos os restos humanos mais antigos da Europa e da Ásia. Fósseis e ferramentas de cerca de dois milhões de anos estavam em Orce, no sul da Espanha. Os vestígios encontrados anteriormente nunca ultrapassaram os 700 mil anos.

Falta apontar com precisão o tipo humano ao qual pertencem os achados, mas Chols acredita que sejam bem diferentes das características do europeu de 700 mil anos. “Isso muda as hipóteses estabelecidas até hoje, como a emigração da Ásia para a Europa”, destacou Chols. “Resta saber se fazemos parte de uma única linha de seres humanos ou se há outros grupos inteligentes”, concluiu.

Quadro 4 *Períodos geológicos, climáticos e épocas culturais correlacionados com o gênero Homo.*

Era	Período	Anos	Épocas	Períodos Climáticos	Culturas Paleolíticas	Épocas Culturais	Homo	
CENO-ZÓICA	QUATER-NÁRIO	10.000 ----- 40.000 ----- 150.000 ----- 500.000 ----- 1 milhão 2 milhões	Holoceno	Pós- -Glacial		Idade dos Metais	Prata e ouro Ferro Bronze Cobre	
			Würm III	Magdaleniense 35 a 20 mil	Idade do Osso	Mesolítico		
								Pleistoceno Superior
			Würm I	Aurignaciense 70 mil	Perigordienne			
								3º interglacial
			2º interglacial	Acheulense 400 a 150 mil	Clactoniense	Ind. Lasca	Paleolítico Inferior	
								1º interglacial
			Gunz	Pré-chelense			Pré-paleolítico ou Eolítico	
								Pré-Gunz
Vilafranchiano								

Modelo criado por Marina de Andrade Marconi.

Literatura Recomendada

- BEALS, Ralph L.; HOIJER, Harry. *Introducción a la antropología*. Madri: Aguilar, 1968. Capítulos 3 e 4.
- BRACE, C. Loring. *Os estágios da evolução humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- CHILDE, V. Gordon. *Evolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. Capítulos 5 e 6.
- KEESING, Felix. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Capítulo 4.
- HEBERER, Gerhard. *Antropologia*. Lisboa: Meridiano, 1967. Capítulo 15.
- HERSKOVITS, Melville J. *Antropologia cultural: man and his work*. São Paulo: Mestre Jou, 1963. Capítulo 8.
- HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 1981. Capítulos 5, 6 e 7.
- HOWELL, F. Clark. *O homem pré-histórico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- LEAKEY, Richard E. *A evolução da humanidade*. São Paulo: Melhoramentos: EUB, 1981.
- _____. *Origens*. São Paulo: Melhoramentos: EUB, 1980.
- MUSSOLINI, Gioconda (Org.). *Evolução, raça e cultura: leituras de antropologia física*. São Paulo: Nacional: Edusp, 1969. Parte 4.
- REDFIELD, Robert. *O mundo primitivo e suas transformações*. São Paulo: Sociologia e Política, 1964. Capítulo 1.
- SHAPIRO, Harry (Org.). *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966. Capítulos 2, 3, 4 e 5.
- TAX, Sol et al. *Panorama da antropologia*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1966. Capítulos 3 e 4.
- TITIEV, Mischa. *Introdução à antropologia cultural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963. Capítulos 5 e 6.
- VARAGNAC, A. (Dir.). *O homem antes da escrita*. Rio de Janeiro: Cosmos, 1963.

Família e Sistema de Parentesco

5

Em todas as sociedades humanas encontra-se uma forma qualquer de família. Sua posição, dentro do sistema mais amplo de parentesco, pode oscilar muito, desde um lugar central e dominante (sociedade ocidental) até uma situação de reduzida importância (povos ágrafos), que dão maior destaque ao grupo de parentesco, mais amplo do que a unidade representada por marido, mulher e filhos.

5.1 Família

A família, em geral, é considerada o fundamento universal das sociedades, por se encontrar em todos os agrupamentos humanos, embora variem as estruturas e o funcionamento.

Se, originariamente, a família foi um fenômeno biológico de conservação e reprodução, transformou-se depois em fenômeno social. Sofreu considerável evolução até regulamentar suas bases conjugais conforme as leis contratuais, normas religiosas e morais.

Toda sociedade humana tem regras que abrangem as relações sexuais e a procriação de filhos, situando a criança em determinado grupo de descendência. Todavia, essas regras não são as mesmas em toda parte.

De modo geral, é o casamento que estabelece os fundamentos legais da família, mas pode haver famílias sem casamento.

5.1.1 Conceituação

A família, segundo Murdock (1969:1), é “um grupo social caracterizado pela residência comum, com cooperação econômica e reprodução”. Para Lucy Mair (1970:96), ela consiste em “um grupo doméstico no qual os pais e filhos vivem juntos”. Beals e Hoijer (1969:475) definem família como “um grupo so-

cial cujos membros estão unidos por laços de parentesco”, ou ainda, “um grupo de parentes afins e seus descendentes que vivem juntos” (*Guia Prático de Antropologia*, 1979:98).

Os conceitos demonstram certa coesão entre os autores, no que se refere à família. Todavia, como toda exceção à regra, há famílias em que os cônjuges não moram juntos.

5.1.2 Tipos de Família

As sociedades apresentam diferenças na maneira como se organizam ou estruturam seus grupos familiares, variáveis no tempo e no espaço. A família pode ser: elementar, extensa, composta, conjugada-fraterna e fantasma.

ELEMENTAR. A família elementar (nuclear, natal-conjugal, simples, imediata, primária) é uma unidade formada por um homem, sua esposa e seus filhos, que vivem juntos em uma união reconhecida pelos outros membros de sua sociedade. Quando os pais não são casados, sua relação recebe o nome de concubinato. Ela constitui a base da estrutura social, onde se originam as relações primárias de parentesco. Todavia, a família elementar é bastante efêmera. À medida que os filhos crescem e deixam o lar, o grupo familiar diminui; eventualmente, pode desaparecer com a morte dos pais.

A família nuclear encontra-se, em quase toda parte, como tipo dominante ou como componente de famílias extensas e compostas. Do ponto de vista ocidental, com sua insistência sobre a monogamia, as unidades polígamas podem parecer estranhas ou imorais, mas o fato é que florescem amplamente.

Para Hoebel e Frost (1981:205), “a família natal-conjugal é limitada, tanto no número dos membros como na sua duração”. Ela se restringe a um casal e os filhos, que podem gerar ou adotar, e abrange não mais do que duas gerações.

Exemplo: Esquimós.

EXTENSA. A família extensa (grande, múltipla) é uma unidade composta de duas ou mais famílias nucleares, ligadas por laços consangüíneos; série de familiares próximos pela linha masculina ou feminina, geralmente não por ambas, e ainda, duas ou mais gerações.

Uma família extensa é, primeiramente, uma estrutura consangüínea, no sentido de que certo número de parentes consangüíneos estão ligados entre si por deveres e direitos mútuos, reconhecidos. Pode abranger, além da nuclear, avós, tios, sobrinhos, afilhados etc.

Exemplos: Nyar, Kalinga.

COMPOSTA. A família composta (complexa, conjunta) é uma unidade formada por três ou mais cônjuges e seu filhos.

Pode existir em sociedades monogâmicas, quando um segundo casamento dá origem às “relações de adoção” do tipo madrasta, padrasto, enteados, com a presença de apenas dois cônjuges simultaneamente.

Numa sociedade matrilocal (unilinear), a família complexa compõe-se do *Ego* (eu) *f* (feminino), seus pais, irmãs casadas e solteiras, irmãos solteiros, os filhos de *Ego*, assim como os de suas irmãs casadas e respectivos maridos.

A família composta refere-se a um núcleo de famílias separadas, mas ligadas pela sua relação com um pai comum. São encontradas em:

- a) *Sociedades poligâmicas*: ou seja, duas ou três famílias conjugadas, tendo como centro um homem ou uma mulher e seus cônjuges.

Exemplo: Baganda (África), Tanala (Madagáscar).

- b) *Sociedades monogâmicas*: isto é, por meio de relações de adoção (madrasta, padrasto, enteados).

CONJUGADA-FRATERNAL. Refere-se a uma unidade composta de dois ou mais irmãos, suas respectivas esposas e filhos. O laço de união é consanguíneo.

FANTASMA. Consiste em uma unidade familiar formada por uma mulher casada e seus filhos e o fantasma. O marido não desempenha papel de pai, é apenas o genitor (pai biológico). A função de *pater* (pai social) cabe ao irmão mais velho da mulher (fantasma).

Exemplo: Nuer, da África.

Entre 192 sociedades estudadas por Murdock, 47 têm apenas a família nuclear, 53 têm famílias polígamas, porém não extensas, e 92 possuem uma forma qualquer de família extensa.

Esses dados, todavia, devem ser cautelosamente interpretados, pois a aprovação da poligamia, por uma sociedade, e o prestígio granjeado por aqueles que se acham em condições de ter mais de uma esposa não significam, realmente, que a maioria dos casamentos seja, na realidade, poligâmica. Em muitos casos, apenas um número relativamente pequeno de homens pode ter mais de uma esposa e, nas sociedades polígamas, a maior parte dos casamentos é, de fato, monógama.

5.1.3 Funções da Família

Entre as diversas funções da família, que têm variado através dos séculos, os estudiosos apontam quatro básicas e quatro subsidiárias.

BÁSICAS. As funções básicas ou fundamentais, encontradas em todos os agrupamentos humanos, são:

- a) *Sexual*: atende às necessidades sexuais permitidas por meio da institucionalização da união ou casamento, que estabelece um pai legal para os filhos.
- b) *Reprodução*: visa à perpetuação por meio da prole. Mesmo em sociedades onde há liberdade sexual, a procriação de filhos é regulamentada com normas e sanções que legitimam a reprodução.

Se a satisfação sexual, fora do casamento, às vezes é permitida, a procriação raramente é aprovada fora da família.

- c) *Econômica*: assegura o sustento e a proteção da mãe e filhos, mas esses cuidados podem ser satisfeitos não só pelo pai-marido, como também pelos parentes consanguíneos. A organização e a divisão do trabalho entre o casal dá a cada um o direito sobre os serviços, bens e propriedades do outro.
- d) *Educacional*: o cuidado das crianças é assunto de suma importância e universalmente reconhecido. Algum homem ou grupo deve arcar com a responsabilidade da educação. Para normalizar a transferência de *status*, de geração em geração, deve haver paternidade legal. Na educação das crianças faz-se necessária a combinação cooperativa do homem e da mulher.

As funções básicas da família podem ser desempenhadas de várias maneiras, dentro dos mais diversos sistemas culturais, tentando moldar as personalidades individuais.

Como agente educador, a família pode combinar duas funções específicas:

- *Socializadora*: na medida em que transmite a herança cultural e social, durante os primeiros anos de vida: linguagem, usos, costumes, valores, crenças (processo de endoculturação), preparando a criança para seu ingresso na sociedade.
- *Social*: quando proporciona a conquista de diferentes *status*, como o étnico, o nacional, o religioso, o residencial, o de classe, o político e o educacional.

SUBSIDIÁRIAS. Alguns autores incluem entre as funções da família zelar pelos aspectos religioso, jurídico, político e recreativo necessários à formação do indivíduo.

O cuidado com os membros idosos e inválidos é também função universal da família. Praticamente não existe sociedade na qual a conexão indivíduo-família seja interrompida assim que cesse sua utilidade. Tendo prestado serviço a vida toda, os velhos, por sua vez, têm o direito de serem servidos. Entretanto, há sociedades que “aliviam” a família desse encargo, matando seus membros idosos ou deixando-os morrer.

Exemplo: Gerontocídio entre os Esquimós.

Outra função universal consiste na proteção dos interesses familiares contra estranhos. Esta função varia mais em grau do que em espécie. Em muitas sociedades, o indivíduo pode contar com o apoio de sua família, em qualquer circunstância ou complicações com estranhos, seja ou não culpado e custe o que custar a seus parentes. Em outras, o padrão de assistência é insignificante.

5.2 União e Casamento

Nas sociedades, em geral, há duas formas de relações entre os sexos: união e casamento.

5.2.1 Conceituação

União: no ajuntamento de indivíduos do sexo oposto sob a influência do impulso sexual.

Matrimônio ou casamento: modo pelo qual a sociedade humana estabelece as normas para a relação entre os sexos.

O matrimônio também pode ser visto como “uma união entre um homem e uma mulher de modo que as crianças nascidas desta sejam reconhecidas como frutos legítimos de ambos os pais” (Mair, 1970:92).

O casamento torna o casal membro de uma família elementar diferente daquela em que nasceu. Assim, em cada sociedade, um adulto normal pertence a duas famílias nucleares: a de Orientação (onde nasceu) e a de Procriação (que constituiu). Na primeira, ele é filho e irmão; na segunda, marido e pai.

O matrimônio cria novas relações sociais e direitos recíprocos entre os cônjuges e entre cada um deles e os parentes do outro. Estabelece, também, direitos e *status* dos filhos.

Os costumes relacionados ao casamento são complexos, em face das variações existentes e dos diferentes fatores psicológicos envolvidos.

Na maioria das sociedades o casamento não é uma simples união entre cônjuges, mas basicamente a aliança entre grupos. A expectativa é que ele seja uma relação permanente, sendo o divórcio ou segundas núpcias considerados uma exceção.

5.2.2 Regras de União

As sociedades, de modo geral, estabelecem certas regras para o casamento, permitindo alguns, proibindo ou restringindo outros.

ENDOGAMIA. Endogamia (*endo*, dentro; *gamos*, casamento) significa a regra de casamento que obriga o indivíduo a escolher seu cônjuge dentro do mesmo grupo (local, de parentesco, de *status*, étnico etc.), ou outro grupo a que pertença.

Um pouco mais de 10% das culturas mundiais são ou tendem a ser endogâmicas. O exemplo mais típico de endogamia encontra-se nas castas da Índia. Pode ser observada também entre populações que habitam áreas das florestas chuvosas da América do Sul, os índios Pueblos da América do Norte, grupos fechados como os judeus ortodoxos, católicos e não católicos etc.

EXOGAMIA. Exogamia (*exo*, fora; *gamos*, casamento) quer dizer regra social que exige o casamento de uma pessoa com outra fora do grupo (local, de parentesco, de *status* ou qualquer outro gênero) a que ela pertença. Pode ser:

- a) *Simples ou Indiferenciada:* quando a proibição de casar-se com um parente é aplicada, sem discriminação, a todos os parentes genéticos. Aparece em todas as sociedades nas quais o parentesco é organizado bilateralmente.

Exemplos: índios da América do Norte (83%), populações mediterrâneas (34%).

- b) *Restrita:* quando a proibição refere-se a certas categorias de parentes genealógicos, que não são culturalmente definidos como parentes. É, portanto, seletiva. A restrição abrange certas categorias de parentes, enquanto para outras o casamento é preferido ou requerido.

Exemplo: casamento entre primos paralelos (veja item 5.3.6).

PRÉ-MARITAL. A maioria das sociedades aceita a experiência pré-marital sem grande desaprovação. Das 863 sociedades constantes do Atlas Etnográfico de Murdock, 67% impõem pequena restrição ao comportamento sexual pré-marital.

A maior proporção (75%) das sociedades que o permitem encontra-se na área do Pacífico; a mais restrita do mundo é a mediterrânea (41%).

5.2.3 Modalidades de Casamento

Em relação ao número de cônjuges, os casamentos podem ser monogâmicos ou poligâmicos.

MONOGAMIA. A monogamia consiste no casamento de um homem ou mulher com apenas um cônjuge, como ocorre na sociedade ocidental.

POLIGAMIA. A poligamia refere-se ao casamento do homem ou da mulher com dois ou mais cônjuges.

A poligamia apresenta duas modalidades:

- a) *Poliandria*: casamento de uma mulher, simultaneamente, com dois ou mais homens. Pode ser:
- *simples*: quando não há restrições quanto ao cônjuge;
 - *fraternal ou adelfa*: quando o casamento de uma mulher for, preferencialmente, com dois ou mais irmãos.

Exemplos: os Toda, da Índia, e os habitantes do Tibete.

- b) *Poliginia*: casamento de um homem, simultaneamente, com duas ou mais mulheres. Pode ser:
- *simples*: quando não há restrições quanto ao cônjuge;
 - *sororal*: quando o casamento de um homem for, preferencialmente, com duas ou mais irmãs. Ele se casa com a irmã mais nova quando ela atinge a maioridade.

Exemplos: tribos da América do Norte, fora da área dos Pueblos (EUA); os Tanala, de Madagascar.

- c) *Grupal*: união marital de vários homens e várias mulheres, o mais raro de todos.

Exemplos: nativos das Ilhas Marquesas; os Toda, da Índia.

5.2.4 Formas de Casamento

As regras que proíbem a certas pessoas tornarem-se cônjuges podem ser acompanhadas por regras que designam outras como particularmente aprovadas ou como os únicos esposos(as) adequados(as). Há seis modalidades:

- a) *Permitido*: quando não há restrições quanto ao cônjuge.
- b) *Obrigatório ou Prescrito*: quando o homem ou a mulher têm de casar com uma pessoa de determinada categoria: econômica, social, religiosa, de *status* etc.
- c) *Preferencial*: quando o homem ou a mulher são incentivados ou obrigados a se casar com alguém de determinada categoria: casamento por afinidade.

Exemplo: índios dos Estados Unidos, nativos australianos.

Abrange:

- *Levirato*: costume segundo o qual a viúva se casa, preferencialmente, com o irmão de seu finado marido (cunhado).

Exemplo: Apaches Chiricahuas.

- *Sororato*: costume pelo qual o viúvo se casa, preferencialmente, com a irmã de sua finada esposa (cunhada).

Exemplos: índios americanos, nativos australianos, melanésios; Somalis da África.

- d) *Fictício ou Simulado*: casamento realizado apenas com a finalidade de conseguir um título, uma herança. As relações e a procriação serão com outra pessoa e não com o cônjuge.

Exemplos: os Nuer, da África; os Kwakiutl, dos Estados Unidos; os nativos de Trobriand.

- e) *Proibido*: relações ou casamento entre duas pessoas ligadas por um laço de parentesco real, pressuposto ou artificial, considerado como barreira para relações sexuais. A proibição entre parentes culturalmente identificados é conhecida como proibição do incesto.

As proibições do incesto são universais entre todos os povos. Não podem casar-se ou manter relações sexuais: pai e filha, mãe e filho, irmão e irmã, tio e sobrinha, avô e neta etc.

- *exceções ao incesto*: poucas sociedades fogem à regra da proibição do incesto; entre elas encontram-se: a realeza do Egito, do Havai e dos Incas; Ainos do Japão; habitantes de Bali. Neste caso, só em relação a gêmeos.
- *penalidades*: as penalidades para o incesto vão desde punições em praça pública, como expulsões (Bali) e até morte (Austrália).

- f) *Arranjado*: os casamentos podem ser manipulados tendo em vista interesses diversos, no campo econômico, político, religioso etc.

Exemplo: realeza européia.

5.2.5 *Obtenção da Noiva*

A obtenção de uma noiva varia de uma sociedade para outra. Foram registradas sete maneiras formalizadas, além da usual; apenas duas – o casamento por captura e por fuga – não envolvem intimamente a participação ativa dos grupos de parentesco dos noivos.

- a) *Preço da Progênie*, ou compra da noiva: em muitas sociedades existe a regra de que se deve pagar pela noiva certo preço ou quantia. Esse preço, chamado riqueza do casamento, é calculado principalmente em gado ou outros animais, cereais, instrumentos, armas etc.

São os parentes do noivo que pagam à família da noiva. Essa “compra” não significa que a mulher seja vendida como escrava ou tratada como tal, e nem que a sua posição, em termos de *status*, privilégio ou poder, seja elevada ou rebaixada. O prestígio da mulher casada está intimamente relacionado com o preço pago por ela.

Na África negra, a forma de pagamento, em geral, é pelo gado. Em Madagascar, o preço da noiva corresponde a 10 ou 12 cabeças de gado.

- b) *Serviço do Pretendente*: um modo não dispendioso, mas talvez difícil de ser realizado, é o do rapaz trabalhar para o pai da noiva, podendo ser ajudado por alguns de seus amigos ou parentes. Com isso, ele consegue direitos sobre a mulher e os filhos que tiver com ela.

Exemplos: nativos do Chaco, da Bolívia e da Sibéria.

- c) *Troca de Presentes*: outra forma de conseguir a noiva. Quando ambas as famílias fazem trocas de presentes do mesmo valor, a família do rapaz oferece os presentes que, se aceitos pela família da moça, são distribuídos proporcionalmente entre seus membros. Por sua vez, a família dela retribui, oferecendo presentes de valor idêntico.

Exemplo: índios Cheyene, dos Estados Unidos.

- d) *Herança*: quando o homem herda a viúva de seu irmão (cunhada) e seus filhos. É o caso do sororato.

Exemplo: algumas tribos da Nigéria permitem ao homem receber de herança até as mulheres de seu avô.

- e) *Fuga*: ocorre quando o casamento não é deixado à livre escolha das pessoas que querem se casar. Em certas sociedades, a fuga é um recurso mais ou menos institucionalizado, que escapa aos acordos familiares.

Exemplo: Cheyene, dos Estados Unidos, e tribos australianas.

- f) *Captura*: o casamento por captura é comum em várias culturas. Mas esse rapto, na maioria das vezes, é simulado. O rapaz, quando rouba a noiva, deve escapar não só à pancadaria dos parentes dela como conseguir conservá-la em seu poder. Só assim conseguirá o casamento.

Exemplos: Bosquímanos e Bahima da África.

- g) *Adoção*: em famílias patrilineares (veja item 5.3.7), quando não há filhos, o recurso é adotar o genro como filho. Ele e seus filhos passarão a pertencer à família da noiva.

Exemplos: Ainos do Japão e nativos da Indonésia.

5.2.6 Regras de Residência

Nas sociedades onde a descendência é o mais importante princípio de agrupamento social, normalmente há regras sobre onde um jovem casal deve morar. Nem sempre são obedecidas, nem significam que os dois devam morar toda a vida no lugar originalmente estabelecido. As regras variam, e as mais comuns são:

- a) *matrilocal*: residência na comunidade dos pais da esposa;
- b) *patrilocal*: residência na comunidade dos pais do marido;
- c) *virilocal*: residência na casa dos pais do marido;
- d) *uxorilocal*: residência na casa dos pais da esposa;
- e) *avunculocal*: depois de casados, o noivo traz a esposa para morar onde ele reside, ou seja, na casa do irmão da mãe (MoBr) dele (tio materno do rapaz);
- f) *amitalocal*: os noivos deverão residir no lar do irmão da mãe da moça, isto é, com o tio materno da noiva;
- g) *neolocal*: estabelecimento de um grupo doméstico independente;
- h) *bilocal*: possibilidade de o casal morar com os pais de qualquer dos cônjuges;
- i) *patrimatrilocal*: padrão de residência matrilocal inicialmente, seguido por residência patrilocal permanente.

5.2.7 *Divórcio ou Dissolução*

Apesar do desejo dos parentes de manter o vínculo do casamento, muitas vezes, entre sociedades tribais, esse vínculo é frágil, ocorrendo o divórcio ou dissolução.

Os fatores mais comuns apontados para a separação do casal são: adultério, esterilidade, incapacidade sexual, repugnância, negligência com a família, maus tratos, abandono, doenças, desinteresse e preguiça.

Como não há sanções religiosas nem governamentais para o casamento nas sociedades tribais ou ágrafas, a sua dissolução se efetua com muita facilidade. Em geral, o cônjuge deve devolver o que recebeu ou se estipula outra forma de pagamento.

O divórcio é comum entre os Zuñi da África.

5.3 Sistema de Parentesco

O sistema de parentesco é um dos universais da cultura; o seu estudo, a partir do final do século, tornou-se o centro de preocupações da Antropologia, quando esta começou a ser encarada cientificamente. Mesmo nas comunidades humanas de terminologia simples, as categorias básicas da relação biológica são importantes meios para o reconhecimento e a ordenação das relações sociais. As genealogias oferecem algumas categorias que permitem distinguir as relações existentes entre uma pessoa e o grupo a que ela pertence. Talvez este seja o tópico mais estudado pela Antropologia, por oferecer aspectos mais regulares e recorrentes, permitindo a construção, o teste de generalizações e o entendimento da estrutura social de sociedades tribais.

5.3.1 *Primeiros Estudos*

Os antropólogos, já no século XIX, estudando as mais variadas populações, descobriram diferentes maneiras de classificar os parentes, havendo, no sistema de parentesco, complexas posições de relações.

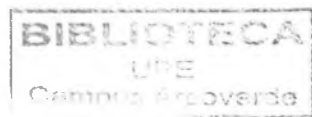
Edward Tylor foi um dos primeiros a perceber algumas dessas relações, às quais denominou “adesões”.

Morgan, por sua vez, enfatizou a validade científica do estudo dos sistemas de parentesco. Concentrou-se nos estudos evolutivos do parentesco e tentou demonstrar que os diferentes costumes, relacionados ao casamento, é que determinavam os vários sistemas de parentes. Morgan não só deu grande impor-

tância à terminologia do parentesco como deixou bases sólidas sobre a mesma, através de suas próprias observações e de um conjunto de questionários.

Rivers foi outro nome importante no campo do sistema de parentesco. Aperfeiçoou a metodologia etnográfica, coletou genealogias de parentesco e gráficos e elaborou os sistemas ideais reunidos por Morgan. Demonstrou a existência de costumes que se valiam de outras terminologias.

Além desses, Murdock, Kroeber, Lowie, Lévi-Strauss, Radcliffe-Brown, Malinowski e outros se dedicaram ao estudo desse assunto.



5.3.2 Conceituação

O sistema de parentesco, segundo Murdock, refere-se a um sistema estrutural de relações, no qual os indivíduos encontram-se unidos entre si por um complexo interligado de laços ramificados.

Para Rivers, sistema de parentesco consiste no “reconhecimento social de laços biológicos” (Apud Mair, 1970:72).

As relações de parentesco consistem em “funções interagentes, atribuídas, segundo o costume, por um povo, aos diferentes *status* de relacionamento”, afirmam Hoebel e Frost (1981:237).

As culturas, em geral, possuem uma terminologia própria que indica as diversas relações de parentesco. A compreensão da maioria das sociedades, passadas ou presentes, requer o conhecimento do sistema de parentesco pelo antropólogo. Ele é importante porque:

- a) fornece um modo de transmitir *status* e propriedades de uma geração a outra;
- b) estabelece e mantém grupos sociais efetivos.

5.3.3 Elementos de Parentesco

A família nuclear é o ponto de partida para a análise de parentesco. Consta, como já foi dito, de pais e filhos. Apresenta três tipos de relações:

- a) *Afinidade* (Marital ou Legal): laço criado pelo casamento. Por meio dele o homem contrai laços de afinidade com a esposa e seus familiares: pais, irmãos, irmãs etc.
- b) *Consangüinidade* (Biológico): relação entre pais e filhos.
- c) *Fictícios ou Pseudoparentes* (Adotivos): muitas sociedades aceitam uma terceira categoria de relações denominada fictícia, incluindo-se crian-

ças adotadas, escravos, compadrio e parentesco ritual (irmãos de sangue).

Entre os Nyar da Índia, não há família nuclear; a vida familiar consiste na mãe e seus filhos.

Em cada sociedade, em dado momento, o homem pode ter o papel de marido, pai, filho, irmão em uma família nuclear, o mesmo ocorrendo em relação à mulher, estabelecendo-se vários tipos de relações.

A origem do sistema de parentesco encontra-se no fato de o indivíduo pertencer, ao mesmo tempo, a duas famílias nucleares: a de Orientação (onde nasceu) e a de Procriação (que constituiu). Pertencendo às duas, ele estabelece um elo entre os membros de ambas. A ramificação dessas séries de elos vai unindo um grupo de indivíduos a outros, por meio dos laços de parentesco; cada família terá seus próprios parentes.

TIPOS DE PARENTES. São três os tipos de parentes: primário, secundário e terciário.

- a) *Primário*: aplicado aos que pertencem à mesma família nuclear: pai, mãe, irmãos de Ego (Família de Orientação); marido, esposa e filhos (Família de Procriação).

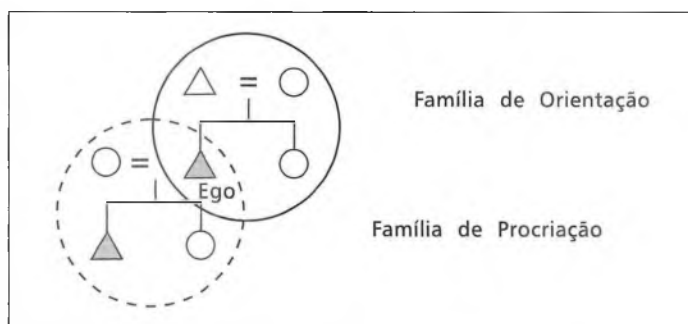


Figura 1 Diagrama de parentes primários.

Os parentes primários são ligados por laços de sangue ou parentesco biológico (consangüinidade), com exceção de marido e mulher (afinidade).

- b) *Secundário*: partindo de Ego, refere-se ao pai do pai, pai da mãe (avós); irmão do pai, irmão da mãe (tios).
- c) *Terciário*: tomando Ego como referência, seriam: bisavô, esposa dos tios e outros parentes mais remotos.

DIAGRAMA DE LAÇOS DE PARENTESCO. O diagrama ou gráfico, utilizado pelos antropólogos na esquematização, facilita a compreensão dos laços de parentesco. Dá uma visão clara e objetiva do modo como os diferentes *status* estão relacionados em termos de consangüinidade (geração) ou afinidade. É possível evidenciar, com exatidão, os parentes primários, secundários e terciários, partindo sempre de Ego.

Geralmente, Ego é um indivíduo adulto do sexo masculino e solteiro; pode-se, entretanto, utilizar Ego feminino.

CONJUNTO DE DENOTAÇÕES. É muito importante indicar com clareza os tipos de relações. Em várias sociedades, o irmão da mãe, por exemplo, pode ser considerado um parente totalmente diferente do irmão do pai, mas as suas propriedades e até seu *status* serão herdados por alguém. Por outro lado, o irmão do pai pode encontrar-se na mesma categoria de irmão mais velho, mas nem por isso terá algum significado na vida social ou econômica de determinada pessoa.

A sociedade ocidental coloca ambos na categoria de tios. Todavia, há uma diferença entre eles no que se refere ao *status*. O irmão do pai poderá vir a ser pai ou padrasto de alguém, casando-se com a viúva, o que não é raro nas diferentes culturas. Todavia, o tio materno não pode casar-se com sua irmã, em face da proibição universal do incesto.

A análise do parentesco leva, muitas vezes, a relações bastante complexas, tais como: a filha da filha, do irmão do pai, do pai de Ego.

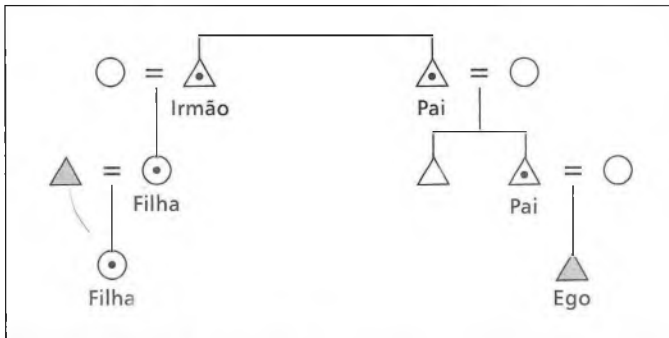


Figura 2 Diagrama com tipos de denotações.

Fatores envolvidos nesse diagrama: sexo e geração, afinidade e consangüinidade.

SÍMBOLOS E ABREVIATURAS. Os antropólogos usam símbolos para indicar consangüinidade e afinidade, abreviaturas (sílabas em inglês) e letras para denominar cada um dos símbolos.

- a. *Símbolos*: o triângulo é usado para o sexo masculino e o círculo para o sexo feminino; um traço horizontal indica consangüinidade e dois traços paralelos, afinidade. A posição pais acima e filhos abaixo determina geração.

sexo masculino ————— consangüinidade

sexo feminino ============== afinidade

Para maior precisão, o sistema deve ser visto e analisado a partir de um ponto de referência. Nesse caso, usa-se o símbolo Ego, ou seja, um triângulo escurecido. Ego pode vir acompanhado de *f* (sexo feminino) ou *m* (sexo masculino).

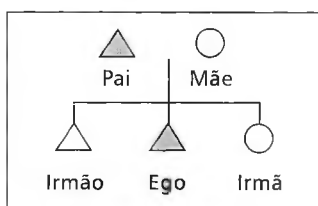


Figura 3 *Símbolos utilizados.*

O diagrama de parentesco deve ser pequeno, por questão de espaço.

- b) *Abreviaturas*: a denominação dos símbolos é feita com abreviaturas em inglês, empregando-se as duas primeiras letras da palavra.

Exemplo: Father (Fa), Mother (Mo), Brother (Br) etc.

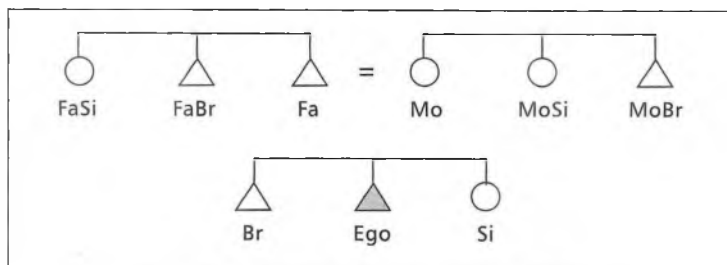


Figura 4 *Sistema de abreviaturas em inglês.*

Pode-se usar também abreviaturas em português. Nesse caso, empregam-se letras maiúsculas para o sexo masculino e letras minúsculas para o sexo feminino.

Exemplo:

Pai = P	Irmã da mãe = im
Mãe = m	Esposo = E
Irmão = I	Esposa = e
Irmã = i	Irmã do pai = iP
Filho = F	Irmão da mãe = Im
Filha = f	Pai do pai = PP
Irmão do pai = IP	Mãe da mãe = mm etc.

Fonte: Laraia & Da Matta (1967:39); Diniz (1972:77 ss).

Tabela I *Abreviaturas.*

Parentes		Abreviaturas	
Father	(Pai)	Fa	F
Mother	(Mãe)	Mo	M
Husband	(Marido)	Hu	H
Wife	(Esposa)	Wi	W
Brother	(Irmão)	Br	B
Sister	(Irmã)	Si	Z
Son	(Filho)	So	S
Daughter	(Filha)	Da	D
Child	(Criança)	Ch	C
Spouse	(Esposo)	Sp	-
Parents	(Pais)	Pa	P
Sibling	(Irmãos)	Sb	-
In-law	(Afm)	La	-

Quando se quer referir ao irmão do pai, usa-se FaBr; para filho do irmão do pai, FaBrSo. A idade também pode ser indicada, acrescentando-se a letra *e* (*elder*) entre parênteses.

Exemplo: A mulher do irmão mais velho do pai = Fa(e) BrWi.

Sibling: significa o conjunto de irmãos e irmãs de Ego.

Uma das alternativas é empregar o termo nativo original; desse modo, evita-se o emprego incorreto das palavras traduzidas. A outra seria a utilização de letras, tendo-se dessa maneira as letras A, B, C, D, E e F.

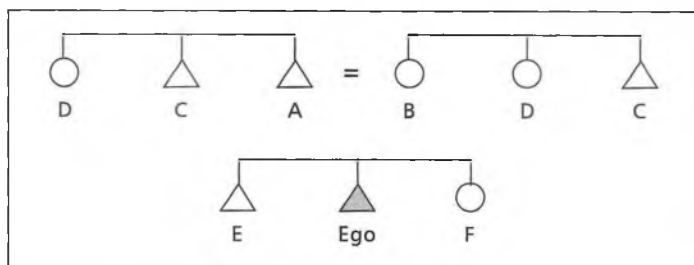


Figura 5 Sistema de abreviaturas com letras.

A letra A corresponde a pai e B a mãe. As outras letras indicam diferentes sexos: C = masculino; D = feminino, em relação aos *siblings* (paternos e maternos). Os irmãos de Ego, em outra geração, são indicados com as letras E = irmão, F = irmã.

PRECISÃO NA TERMINOLOGIA. A precisão na terminologia é básica em qualquer estudo de parentesco, uma vez que “os termos nativos de parentesco constituem chaves para os padrões de comportamento e cognição” (Schusky, 1973:19). Através dela, o antropólogo poderá verificar o comportamento dos indivíduos e descobrir a estrutura social de determinado grupo. A precisão na terminologia é importante também para a análise semântica.

5.3.4 Critérios de Classificação

Há três maneiras diferentes de classificar os termos de parentesco: uso, estrutura lingüística e aplicação (Murdock).

CRITÉRIO DE USO. Os termos de parentesco dependem de o Ego estar falando *com* ou *sobre* seus parentes. Dividem-se em:

- a) *Vocativo*: fala-se diretamente com a pessoa.

Exemplo: Papai, posso sair hoje à noite?

- b) *Referência*: refere-se a uma terceira pessoa.

Exemplo: Meu pai viajou.

Na coleta de termos de parentesco, devem-se registrar todos os termos relativos de tratamento e de referência.

Exemplo: o termo **tama** é, geralmente, traduzido como **pai**, mas pode ser usado para o irmão do pai, embora com outro significado, ou seja, “indivíduo masculino da primeira geração ascendente, do lado paterno”.

CRITÉRIO LINGÜÍSTICO. Pelo critério lingüístico há três categorias:

- a) *Elementar*: quando se usa um termo irreduzível, que não pode ser analisado em seus componentes léxicos (pai).
- b) *Derivativo*: quando aparecem dois termos – um elementar e um léxico – mas que, primariamente, não podem ter significado de parentesco (tio paterno).
- c) *Descritivo*: quando há combinação de dois ou mais termos elementares, indicando uma relação específica (tio-avô).

Um termo de parentesco aplicado apenas a um *status* genealógico particular é chamado particularizante ou descritivo.

Os ocidentais costumam empregar os termos *pai* e *mãe* apenas para os pais reais, quando se referem aos parentes, diferindo de algumas sociedades tribais que os empregam também para os tios. Todavia, como os sistemas não são totalmente particularizantes, usam-se alguns termos classificatórios como avô, tio, sobrinho, primo, neto etc.

Dessa maneira, a terminologia enfatiza a exclusividade da família natal primária, diferenciando os parentes mais distantes. Isso demonstra que há um significado diferente entre os parentes mais chegados (família natal) e os colaterais.

5.3.5 Critérios de Identificação

Segundo Kroeber e Lowie, há nove critérios de identificação (estruturais), sendo seis fundamentais e três derivativos.

A – Fundamentais:

- a) *Geração*: diferença nos níveis de geração, reconhecida através de Ego (pai, filho; avô, neto).
- b) *Sexo*: diferença biológica relativa aos parentes, reconhecida na terminologia de parentesco (irmão, irmã; tio, tia).
- c) *Afinidade*: diferença entre os parentes consangüíneos e os ligados pelo matrimônio, que amplia a rede de parentesco (mãe; mãe do marido).
- d) *Colateralidade*: diferença entre o relacionamento linear e o colateral. Na geração de Ego, alguns parentes estão mais relacionados do que outros e todos os colaterais são primos (irmãos e primos paralelos do mesmo sexo).
- e) *Bifurcação*: diferença do sexo da pessoa através da qual se estabelece o relacionamento. Aplica-se somente a parentes secundários e remotos

(irmão do pai, irmão da mãe; pai do pai, pai da mãe; filho do irmão da mãe da mãe etc.).

- f) *Polaridade*: diferença de *status* ou condição de vida da pessoa pela qual se estabelecem as relações sociais (vivo ou morto; solteiro ou casado).

B – *Derivativos*:

- a) *Idade relativa*: diferença nos níveis de idade dentro da mesma geração (irmão mais velho e irmão mais moço; irmã mais velha da mãe).
- b) *Sexo de quem fala*: diferença do sexo de quem fala (homens e mulheres podem ter sistemas separados de termos: ego masculino, ego feminino).
- c) *Descendência*: refere-se a parentes secundários e está sujeito à pessoa pela qual o parentesco é traçado. Não é muito importante, mas está condicionado ao fator morte (sororato, levirato) (veja item 6.2.4).

5.3.6 *Tipos de Sistema de Parentesco*

Embora haja, teoricamente, um grande número de sistemas de parentesco, as sociedades, em geral, classificam seus parentes de forma semelhante.

A caracterização dos sistemas de parentesco apresenta os problemas gerais de seleção encontrados em qualquer esquema de ordenação, mas certos princípios devem ser observados.

Para a classificação dos sistemas de parentesco, os antropólogos valem-se de dois tipos de critérios: 1. geração dos pais; 2. geração de Ego, de acordo com o grau de fusão ou bifurcação do parentesco linear (de uma geração para a seguinte) ou colateral (mesma geração).

GERAÇÃO DOS PAIS. No nível dos pais, o critério de classificação de parente linear e colateral leva a quatro tipos de sistema de parentesco: linear, geracional, fusão bifurcada e colateral bifurcada.

- a) *Linear* (denonativo): termo usado apenas para parentes situados em uma categoria de parentesco fixada pela geração, sexo e conexão genealógica. Distingue parentes lineares – linha consangüínea direta (vertical) – dos colaterais – linha consangüínea indireta (horizontal). Separa a mãe (linear) da irmã da mãe (colateral); o pai, do irmão do pai etc. (Figura 6).

- b) *Geracional* (Classificatório): agrupa parentes colaterais (irmão do pai) e lineares (pai) ou não os distingue entre si. Todos são englobados em um único termo; o mesmo ocorre em relação aos primos paralelos de Ego (Figura 7).
- c) *Bifurcação inclusiva*: quando o pai e o irmão do pai são tratados pelo mesmo termo, embora o irmão da mãe tenha designação diferente. O mesmo ocorre em relação à mãe e à tia materna, que estão englobadas na mesma terminologia, mas diferem da tia paterna (Figura 8).
- d) *Bifurcação colateral*: sistema em que os tios e tias são diferenciados dos pais e entre si. Pai, irmão do pai, irmão da mãe têm terminologias próprias. O mesmo ocorre com a mãe, a irmã da mãe e irmã do pai. Há uma bifurcação. Portanto, inexistente uma correlação entre a terminologia colateral bifurcada e a dos grupos de descendência (Figura 9).

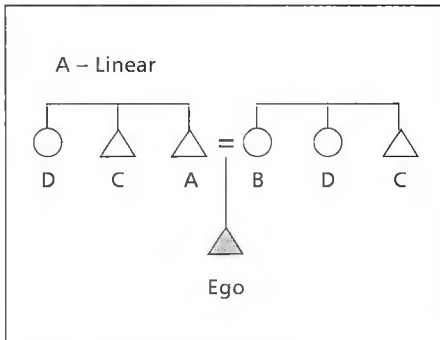


Figura 6

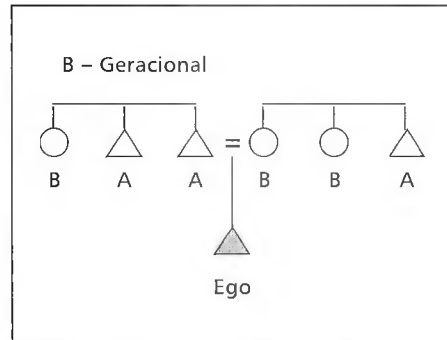


Figura 7

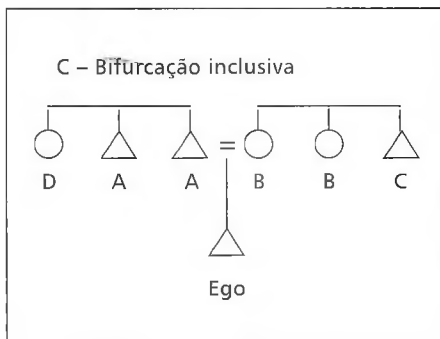


Figura 8

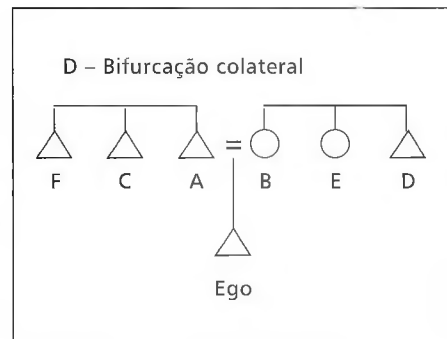


Figura 9

Cerca de 44% dos Sistemas de Parentesco inseridos no “World Ethnographic Sample” são do tipo de fusão bifurcada. Sendo unilinear, a maioria dos

sistemas de descendência, automaticamente, coloca os irmãos do pai e da mãe em grupos de descendência.

Os grupos de parentesco remoto, na maior parte das sociedades, desempenham funções mais amplas do que nas sociedades ocidentais. Por isso, talvez, é que haja a fusão dos parentes em base colateral.

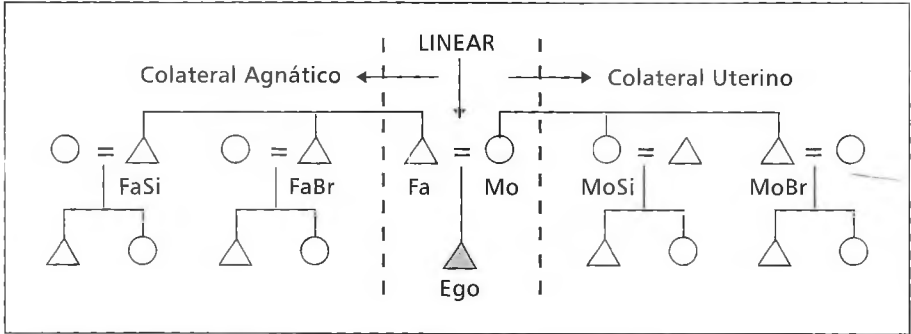


Figura 10 *Distinção entre parentes lineares e colaterais.*

PARENTES PARALELOS E CRUZADOS. Em muitas sociedades, os parentes – irmão da mãe (MoBr) e irmã do pai (FaSi) – são separados em categorias específicas, e descritos como tio cruzado e tia cruzada. Os filhos, por sua vez, se transformam em primos paralelos e primos cruzados, em relação a Ego. Desse modo, filhos de *siblings* do mesmo sexo são primos paralelos; filhos de *siblings* do sexo oposto são cruzados entre si.

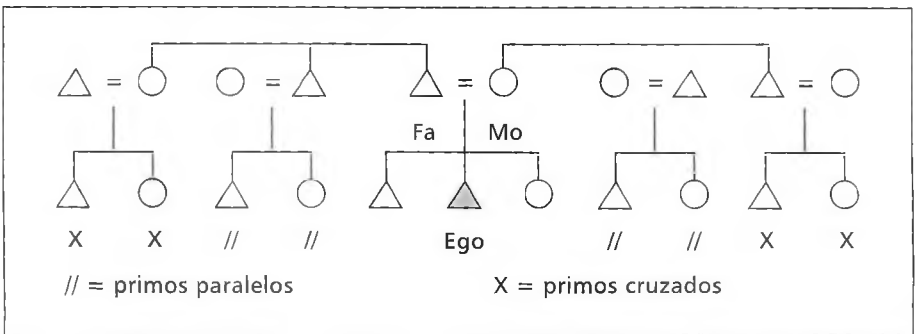


Figura 11 *Distinção entre primos paralelos e cruzados.*

GERAÇÃO DE EGO. Murdock, baseado nos critérios de fusão e particularização da prole, dos primos cruzados e paralelos, desenvolveu uma tipologia para o sistema de parentesco na relação de primos. Estabeleceu seis tipos: havaiano, esquimó, iroquês, sudanês, crow (índios corvos) e omaha.

- a) *Havaiano*: não há diferença entre primos e irmãos (*sibling* de Ego); todos são considerados parentes (irmãos) por afinidade.

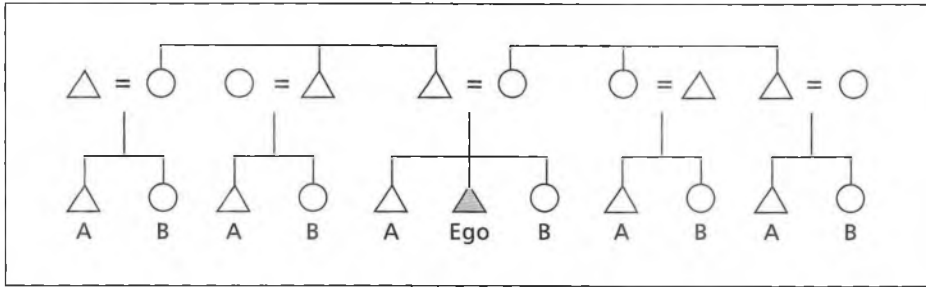


Figura 12

- b) *Esquimó*: todos os primos são iguais entre si, mas distintos do *sibling* de Ego.

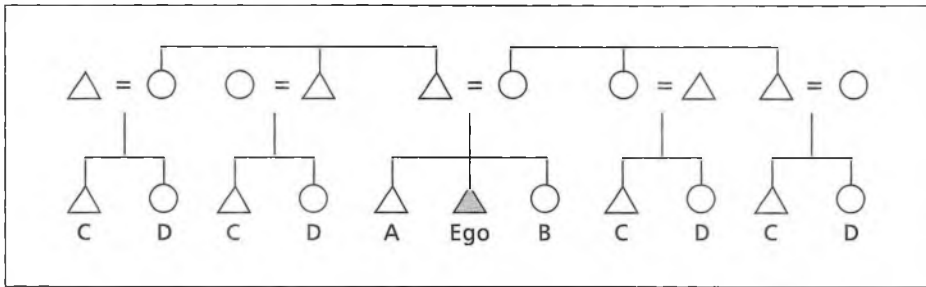


Figura 13

- c) *Iroquês*: os irmãos e primos paralelos são iguados com o mesmo termo, enquanto primos cruzados pertencem a uma categoria diferente.

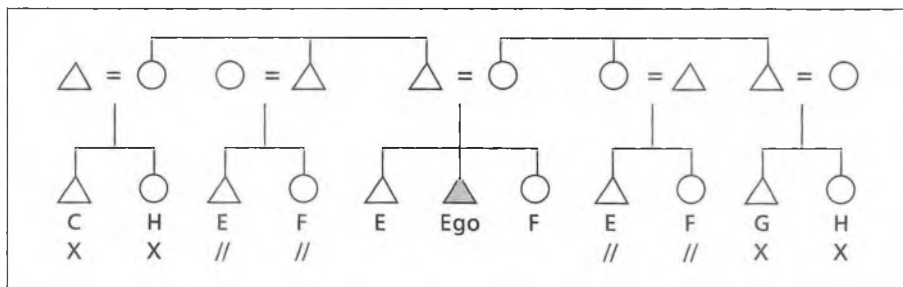


Figura 14

- d) *Sudanês*: há termos específicos para o *siblings* e para cada um dos primos.

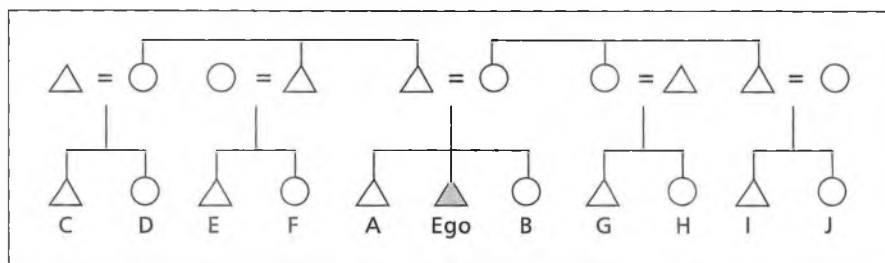


Figura 15

- e) *Crow* (índios corvos): está relacionado com a estrutura social de matrilinearidade ou clã. Os primos cruzados são diferentes uns dos outros. Há termos para o filho ou a filha da irmã do pai e o filho ou filha do irmão da mãe; estes também diferem dos primos paralelos e dos irmãos.

Entretanto, os primos cruzados paternos estão englobados com a irmã do pai e com o pai, de acordo com o sexo. Reproduzimos a seguir o relacionamento de estrutura social mencionada.

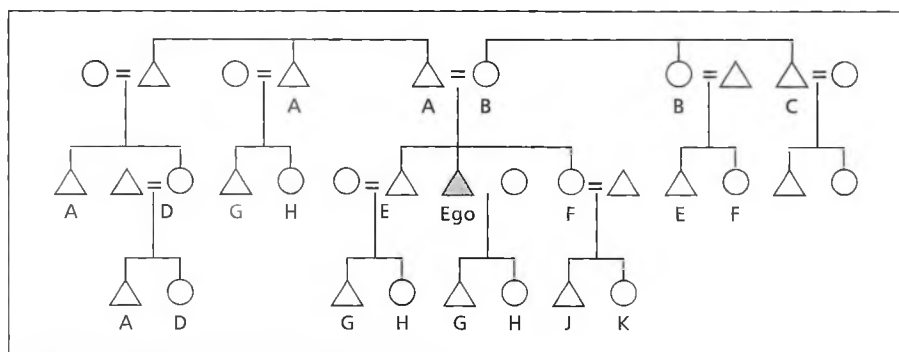


Figura 16

- f) *Omaha*: baseia-se na matrilinearidade, ao contrário dos Crow. A mãe e a filha do irmão da mãe estão englobadas em um único termo (membro feminino da patrilinearidade ou clã de minha mãe). A filha da irmã do pai (prima cruzada patrilinear) funde-se com a filha do irmão do pai (filha de uma mulher da patrilinearidade ou clã de meu pai).

O esquema é contrário aos dos Crow.

5.3.7 Princípios de Descendência

Descendência é uma regra que filia o indivíduo, ao nascer, a um grupo de parentes. A família elementar ou natal está ligada a uma série mais ampla de grupos de parentesco. A descendência baseia-se na distinção entre princípios bilaterais e unilaterais (patrilinear, matrilinear, dupla).

A descendência pode ser:

- a) *Bilateral* (cognática): o parentesco é estabelecido através do vínculo de descendência dos dois progenitores (sexo masculino e feminino). Limita o número de parentes próximos, excluindo alguns membros de parentela do pai e da mãe.
- b) *Unilateral*: os membros recebem sua identidade através do vínculo de descendência apenas de um dos progenitores: sexo masculino ou feminino. Pode ser:
 - *Patrilinear*: sistema que associa Ego a pessoas cujos laços de parentesco são traçados através do sexo masculino; pai a filhos, a filhos dos filhos etc.

As crianças de ambos os sexos pertencem ao grupo de seu pai, o que é, por sua vez, o grupo do pai de seu pai, pai do pai de seu pai, e assim por diante.

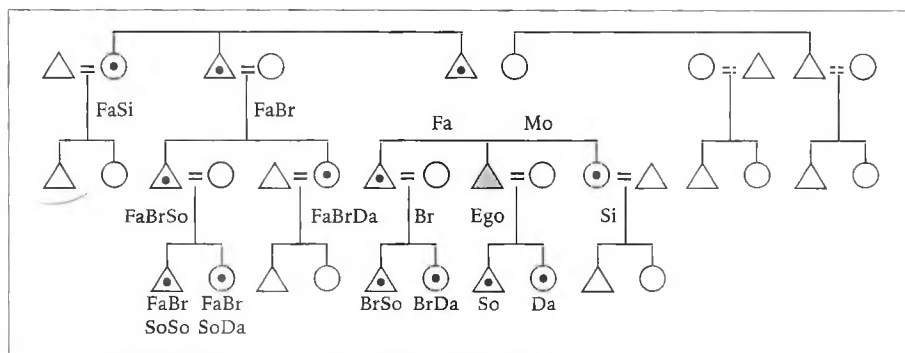


Figura 17 Diagrama de família patrilinear.

- *Matrilinear*: sistema que liga Ego a grupos de parentes relacionados através da linha feminina.

Os filhos de ambos os sexos pertencem ao grupo de sua mãe que, por sua vez, é o grupo da mãe de sua mãe; a mãe da mãe de sua mãe, e assim por diante. O relacionamento é uterino.

- *Descendência Dupla ou Dual* (Matrilinear): quando os grupos de parentesco patrilinear e matrilinear existem lado a lado dentro de uma sociedade. Os tipos de propriedade são herdados através dos diferentes sexos.

5.3.8 Grupos de Parentesco Unilinear

Há quatro grupos de parentesco unilinear, sendo o mais simples conhecido como linhagem.

- a) *Linhagem*: grupo sanguíneo de parentesco que inclui somente os indivíduos que descendem de um ancestral comum conhecido – o fundador – que tenha vivido pelo menos há cinco ou seis gerações. Pode ser de um ou de outro sexo.
- b) *Clã*: grupo de parentesco extenso, que acredita ter sua origem em um ancestral fundador, que vivera em um passado tão remoto que chega a ser mitológico. Baseia-se em uma regra de descendência e uma de residência. Alguns parentes afins são incluídos e alguns consanguíneos excluídos. O clã é um agrupamento formado de várias linhagens.
- c) *Metades tribais*: forma-se quando uma sociedade tribal se divide em dois grupos unilineares, de modo que todo indivíduo é necessariamente membro de um deles. Cada grupo é chamado metade tribal e a estrutura é conhecida como divisão dual.
- d) *Frátrias*: grupos de mais de dois clãs unidos por laços de parentesco ou por um interesse comum. Apesar de cada um deles conservar sua própria individualidade, há uma identidade especial em relação aos outros, dentro de uma frátria.

A análise de parentesco permite ao antropólogo o estabelecimento de correlações entre os sistemas de parentesco e outras formas de comportamento como: religiosa, política, educacional, econômica etc.

Família e Estado (associações), matrimônio e parentesco (instituições) formam um todo mais complexo, a organização. Esta, por sua vez, consiste na soma dos padrões pelos quais os indivíduos e grupos se organizam e se relacionam uns com os outros, na sociedade humana.

TERMINOLOGIA DE PARENTESCO

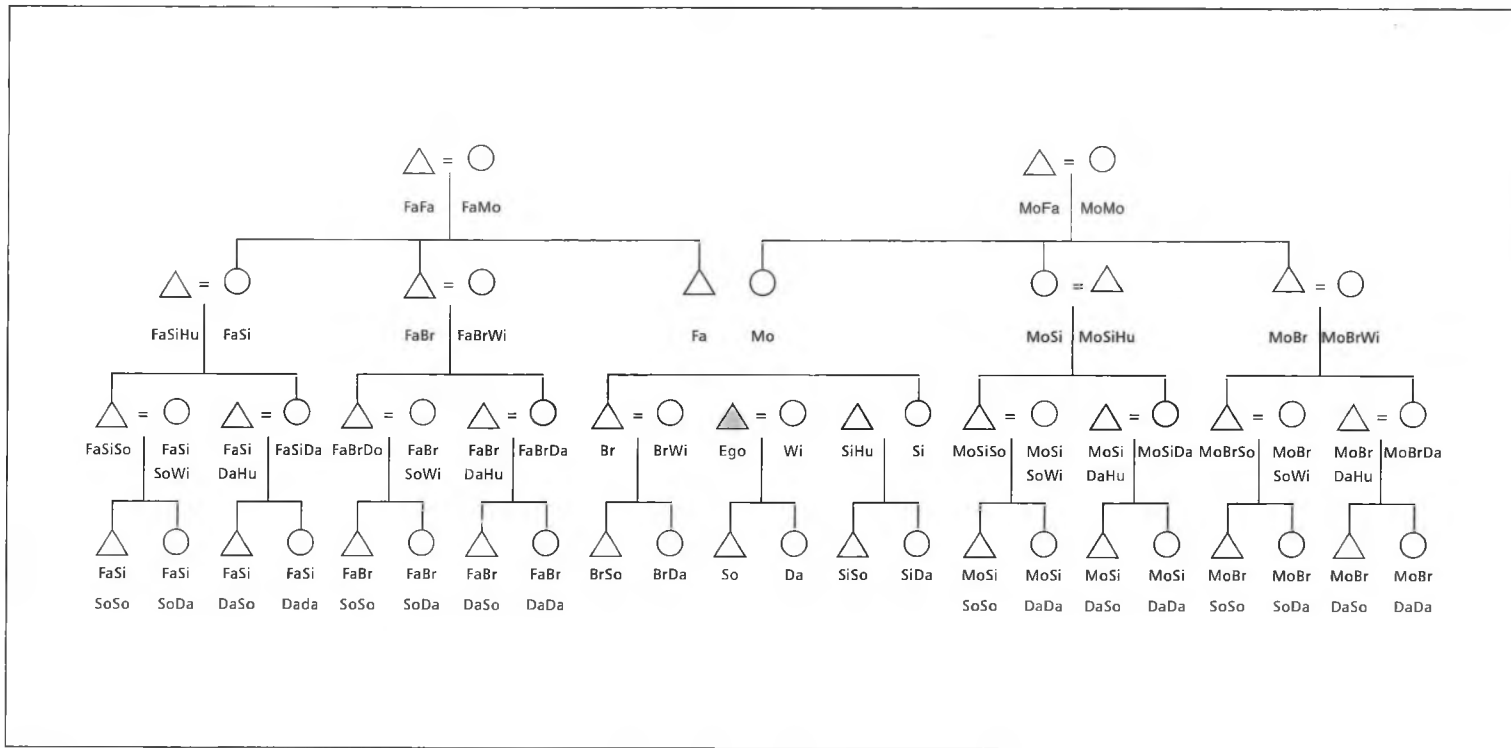


Figura 18

Literatura Recomendada

BEALS, Ralph L.; HOIJER, Harry. *Introducción a la antropología*. Madri: Aguilar, 1969. Capítulos 9, 22 e 23.

BEATTIE, John. *Introdução à antropologia social*. São Paulo: Nacional: Edusp, 1971. Capítulo 7.

COPANS, Jean et al. *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* São Paulo: Edições 70, 1974. Capítulo 2.

FIRTH, Raymond. *Elementos de organização social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. Capítulo 2.

HERSKOVITS, Melville J. *Antropologia cultural: man and his work*. São Paulo: Mestre Jou, 1963. Capítulo 18.

HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett. L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 1981. Capítulos 10, 11, 12 e 13.

KEESING, Felix M. *Antropologia cultural: a ciência dos costumes*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Capítulo 10.

LINTON, Ralph. *O homem: uma introdução à antropologia*. 5. ed. São Paulo: Martins, 1965. Capítulos 6, 17 e 20.

MAIR, Lucy. *Introdução à antropologia social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. Capítulos 5 e 6.

MONTAGU, Ashley. *Introdução à antropologia*. São Paulo: Cultrix, 1972. Capítulos 2 e 11.

MURDOCK, George Peter. *Social structure*. New York: MacMillan, 1949. Capítulos 1 e 6.

SCHUSKY, Ernest. *Manual para análise de parentesco*. São Paulo: EPU, 1973. Partes 1 e 2.

SHAPIRO, Harry (Org.). *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966. Capítulos 7 e 11.

TITIEV, Mischa. *Introdução à antropologia cultural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963. Capítulo 12.

WILLEMS, Emílio. *Antropologia social*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966. Capítulo 3.

GUIA PRÁTICO DE ANTROPOLOGIA. São Paulo: Cultrix, 1971. Parte 2, Capítulo 3.

Organização Econômica

A organização econômica é um ramo da Antropologia que “trata do funcionamento e evolução dos sistemas econômicos das sociedades primitivas e rurais” (Godelier, In Copans, 1971:221). Refere-se ao modo como os indivíduos conseguem, utilizam e administram seus bens e recursos.

Faz parte da organização social e encontra-se em todas as sociedades, mesmo entre as mais simples. Todavia, os aspectos da produção e consumo variam muito de cultura para cultura, no tempo e no espaço.

Segundo Hoebel e Frost (1981:261), a organização econômica é tratada “como um liame entre a base material da cultura e a estrutura social porque ela se ocupa, de um lado, com os produtos da tecnologia e, de outro, com sua distribuição diferencial através da estrutura social”.

Em princípio, procurava-se explicar as diferenças entre os sistemas econômicos pela evolução social, ou seja, através de diferentes níveis de estágios da cultura. Morgan foi o primeiro a tratar sistematicamente os dados, registrados pelos cronistas, sobre a atividade econômica das culturas primitivas. Segundo sua teoria evolucionista, a vida econômica teria passado por três estágios:

- a) bandos de coletores e caçadores: propriedade comum;
- b) aldeias fixas, com agricultura e pastoreio: propriedades familiares ou clãs;
- c) unidade política com tecnologia avançada: propriedades privadas ou estatais.

Todavia, essa colocação não foi mais aceita por duas razões:

1. As informações coletadas posteriormente, por um grande número de pesquisadores de campo, sobre economias primitivas e rurais – Boas, Malinowski, Firth e outros – revelaram uma enorme variedade de sistemas econômicos, não podendo, portanto, ser enquadradas nos

referidos estágios. As informações mudaram qualitativa e quantitativamente a explicação evolucionista.

2. A idéia de estágios de evolução não explica o atual processo de mudança econômica.

Até hoje, o campo da Antropologia Econômica tem consistido na descrição e interpretação das pequenas sociedades. Mais recentemente, está voltando-se para o estudo das mudanças econômicas e sociais, preocupando-se com as relações entre Economia e sociedade em geral.

Os antropólogos estudam os sistemas econômicos das sociedades primitivas ou ágrafas, preocupando-se com *quem faz e por que faz*. Interessam-se em saber:

- a) como essas sociedades conseguem sua subsistência;
- b) quais as fontes de seus alimentos;
- c) como o trabalho é organizado;
- d) como são distribuídos os bens e serviços;
- e) quais os bens mais apreciados;
- f) qual o calendário das atividades sazonais;
- g) qual o tempo dedicado aos diferentes tipos de trabalho.

6.1 Conceituação

Raymond Firth, o principal estudioso da Economia nas pequenas sociedades, definiu-a como “aquela ampla esfera da atividade humana que diz respeito aos recursos, suas limitações e usos, e à organização pela qual eles são colocados de maneira racional, em relação com as necessidades humanas” (Apud Mair, 1972:157).

Todas as sociedades, por menores que sejam, produzem, trocam e consomem bens, embora muitas delas não façam previsões para o futuro.

Três fatores podem ser apontados como fontes de subsistência para qualquer sociedade: o meio ambiente, a população e a cultura.

A economia depende do grau de conhecimento tecnológico, que pode limitar a capacidade de produção, mas todas as sociedades desenvolvem, pelo menos, as técnicas mínimas necessárias a sua sobrevivência.

6.2 Técnicas de Sobrevivência

São muitas e variadas as técnicas para a obtenção de alimentos utilizadas pelas mais diferentes populações, no passado ou no presente, mas podem ser

agrupadas em seis tipos: coleta, caça e pesca, forragem intensiva, agricultura incipiente, pastoreio e agricultura intensiva.

6.2.1 Coleta

A coleta implica o uso de produtos vegetais – sementes, raízes, frutos, bagas, tubérculos – e de insetos. Depende diretamente do que a natureza oferece em seu hábitat.

Como os ambientes naturais não são iguais em toda parte, os coletores também variam no tipo de produtos alimentícios necessários à sua sobrevivência. Quando esgotados os recursos naturais em determinada região, as populações são obrigadas a procurar outras áreas para explorar.

Em geral, são unidades pequenas, isoladas, com poucos bens materiais e facilmente transportáveis, uma vez que se mudam com certa frequência. Estão organizadas principalmente em grupos familiares auto-suficientes, sendo seus mecanismos de controle e interação social baseados mais no sistema de parentesco do que na organização política.

O homem foi coletor de alimentos desde o Pleistoceno Inferior, mas até hoje encontram-se grupos humanos vivendo ainda da coleta.

Exemplos: semangueses da península da Malásia; populações indígenas das Américas, da Austrália etc.

6.2.2 Caça e Pesca

Caçadores e pescadores, embora predominantemente carnívoros predadores, dependem, até certo ponto, de sementes, raízes e frutos para complementar sua dieta alimentar.

Tanto a caça quanto a pesca exigem técnicas e instrumentos apropriados, simples e sofisticados, semelhantes ou bem diferentes.

Alguns caçadores centram sua atenção em animais de grande porte (guanaco, búfalos, ursos); outros preferem animais menores (renas). Vários dependem quase exclusivamente dos mamíferos marinhos (foca, morsa, baleia). A caça estende-se também a aves e pássaros.

Geralmente, são as populações ribeirinhas ou que vivem à beira-mar que se dedicam à pesca. Todavia, há os que, mesmo tendo o peixe a sua disposição, não o incluem em sua dieta, por considerá-lo tabu (habitantes da Tasmânia).

O hábito de comer carne difundiu-se a partir do *Australopithecus*. A caça e a pesca revestem-se, muitas vezes, de rituais mágicos, desde o *Homo sapiens sapiens*. Ambas podem ser tanto individuais quanto coletivas.

Exemplos: caçadores e pescadores entre populações esquimós, índios americanos; os Masai, da África; nativos da Ásia etc.

6.2.3 *Forragem Intensiva*

Refere-se a populações que são, ao mesmo tempo, vegetarianas e carnívoras, mas com predominância das plantas silvestres na sua dieta. Vivem, portanto, mais da coleta do que da caça.

A forragem intensiva é anterior à domesticação das plantas, correspondendo ao final do Paleolítico Superior e ao Mesolítico. Ainda hoje, entretanto, encontram-se grupos humanos que combinam coleta e caça.

A forragem intensiva começou no Norte da África, na Ásia Menor e no Sul da Ásia, por volta de 10.000 a.C.

Exemplos: os bosquímanos da África, embora utilizem uma grande quantidade de plantas, incluem a carne em sua dieta; tribos australianas; nativos da Tasmânia, das ilhas de Andamã, da Malásia (recentemente descobertos).

6.2.4 *Agricultura Incipiente*

A agricultura incipiente (iniciante) ou elementar é chamada cultura da enxada ou da lavoura (horticultura), cuja origem data do Neolítico, quando o homem começou a plantar ervas, raízes e árvores e a domesticar os animais (de 7.500 a 6.000 anos).

Uma grande variedade pode ser cultivada para servir de dieta ao homem. As primeiras plantas domesticadas foram a cevada e o trigo, e os ancestrais silvestres dessas duas gramíneas montanhosas ainda podem ser encontrados em regiões dos Bálcãs, Criméia, Ásia Menor, Cáucaso, Palestina e Iraque.

Uma vez iniciado o cultivo, outras plantas puderam ser adaptadas com mais facilidade. Assim, cultivaram-se o centeio, o painço, o linho, o arroz, o milho, o inhame, a batata-doce etc.

A humanidade desenvolveu quatro complexos principais de colheita: dois adaptados a terras montanhosas (trigo, cevada, linho, centeio e painço) e dois a florestas chuvosas tropicais (arroz e inhame). Nas terras secas plantaram-se milho e feijão. Todos esses tipos de plantas podem ser encontrados no Velho e no Novo Mundo, e alguns deles em suas formas bem rudimentares.

As técnicas e instrumentos (pedra e madeira) utilizados na lavoura sofreram mudanças no tempo e no espaço e o número de plantas cultivadas ampliou-se bastante com o correr do tempo.

Algumas populações, com base na agricultura incipiente, já existiam, por volta de 3.000 a.C., nas faixas do Mediterrâneo e na América Central.

Exemplos: nativos de Bornéu, África e Melanésia.

6.2.5 *Pastoreio*

Técnica de subsistência centralizada na criação de animais domésticos e no pastoreio propriamente dito. Origina-se do fato de habitantes primitivos, de extensas pastarias e desertos, não terem condições de se tornarem horticultores. É um complexo econômico africano-asiático.

O número de animais domesticados é muito menor do que os das plantas. Entre os do Velho Mundo encontram-se: ovelha, cabra, cavalo, burro, gado vacum, camelo, cão, gato, porco, rena. Parece que, em princípio, os animais eram mais companheiros de estimação do que ajudantes no trabalho ou alimento do homem.

O pastoreio corresponde à agricultura incipiente, portanto, ao Neolítico.

Exemplos: Lapões; Jies, da África; Navajos, dos Estados Unidos.

6.2.6 *Agricultura Intensiva*

A verdadeira agricultura utiliza o arado e os animais de tração. Sua origem remonta à Idade dos Metais – bronze e ferro (3.000 a.C.). A agricultura intensiva suplantou tecnologicamente a incipiente ou elementar. Contudo, muitas vezes, o emprego das duas ocorreu simultaneamente.

Os primeiros animais utilizados no arado foram o boi, no Ocidente, e o búfalo da Índia, no Oriente; cavalos e camelos ajudaram o homem, principalmente nas regiões desérticas.

O uso do arado, no Oriente Médio e na Ásia, ocorreu concomitantemente. Depois é que passou para a Europa, chegando bem mais tarde às Américas.

As áreas agrícolas estão associadas a alguns traços culturais, como: roda, escrita, arquitetura maior e mais sólida e o trabalho dos metais.

Com o início da revolução urbana, a organização social primitiva deu lugar à organização civilizada. Nas áreas menos adaptativas à agricultura, as populações intensificaram o pastoreio. Hoje, quase todas as economias de subsistência são mistas, em maior ou menor grau.

ORIGEM DOS GRÃOS. Cientistas da Universidade AEM, do Texas, encontraram evidências genéticas de que os principais grãos do mundo evoluíram de um único ancestral, que cresceu há 65 milhões de anos. Segundo a revista *Science*, o especialista em genética Keith Schertz e o biólogo molecular Andre Paterson disseram que o arroz, o milho e o trigo têm um vínculo genético que controla características como o tamanho e a propagação da semente e seu florescimento. “Todos os grãos derivam de um ancestral comum”, afirmou Paterson. Esse ancestral pode ter sido uma espécie de pasto com grandes folhas e pequenas flores, similar às atuais plantas de trigo. Os restos desse antigo pasto foram encontrados em pólen fossilizado.

6.3 Características dos Sistemas Econômicos Primitivos

O fator básico na diferenciação de uma economia primitiva é o baixo nível de tecnologia. Mesmo que haja um hábitat rico, aspectos climatológicos favoráveis, a exploração dos recursos naturais fica restrita, devido às técnicas rudimentares, que limitam a capacidade de produção.

Forde e Douglas (In Shapiro, 1966:381-396) apresentam sete características básicas em uma economia primitiva:

- a) *Preocupação com o abastecimento diário e sazonal*: uma vez que tem sua sobrevivência condicionada ao meio ambiente e às estações do ano.
- b) *Frequência dos contratemplos*: impossíveis de serem controlados, mesmo com uma tecnologia avançada (chuva ou seca em demasia, fora de época, granizo, pragas etc.).
- c) *Limitações de transportes*: dado o desconhecimento desses meios.
- d) *Dificuldade de armazenamento*: por não haver condições de preservação de certos produtos em face das condições climáticas (calor, umidade) e dos insetos (cupim, formiga).
- e) *Equipamento de produção*: em geral, os instrumentos são simples, rudimentares e de pouca durabilidade.
- f) *Falta de diversificação*: dependência de um ou dois recursos naturais, que devem atender a praticamente todas as necessidades básicas do grupo: dieta, habitação, instrumentos.
- g) *Insegurança*: pela constante preocupação com a sobrevivência.

Os sistemas econômicos das sociedades primitivas ou ágrafas apresentam os seguintes traços:

- a) *Unidades econômicas pequenas*: ou seja, populações reduzidas, produzindo praticamente o necessário para a sobrevivência. Os excedentes são poucos; portanto, as permutas são ocasionais.
- b) *Relações sociais primárias*: isto é, os contatos são pessoais, face a face, havendo íntima cooperação e duração prolongada da ação.
- c) *Forte sentimento de solidariedade*: resultante da proximidade física, identificação de objetivos, isolamento em relação a outros grupos e necessidade de proteção.
- d) *Redução da oportunidade de especialização*: tendo em vista o número reduzido do grupo. Se todos executam as mesmas atividades, não há oportunidade para novos ofícios, as mudanças são lentas.
- e) *Distribuição da renda*: de forma obrigatória, apóia-se em dois fatores:
 - *generosidade*: a insegurança e a ameaça constante de penúria levam à distribuição de produtos excedentes; desse modo, espera-se assegurar o futuro, uma vez que a retribuição de presentes é plenamente reconhecida. Quem dá deve receber;
 - *produtos perecíveis*: a impossibilidade de guardar certos alimentos propicia o costume de sua distribuição, o que não só dá prazer como também granjeia prestígio e dá *status*.

6.4 Organização da Produção

As sociedades primitivas ou simples, em geral, têm uma economia de subsistência que não se restringe a produzir somente o necessário para sobreviver. Há sempre uma certa sobra, embora o excedente não seja para permutas ou trocas.

Os sistemas econômicos primitivos e agrícolas apresentam os seguintes aspectos: incipiente divisão de trabalho, organização rudimentar das unidades de produção, sistemas de trocas de produtos, controle da riqueza e do capital baseado nos diferentes tipos de relações sociais.

6.4.1 Divisão do Trabalho

A divisão do trabalho é universal e pode ser encontrada em todas as sociedades do presente e do passado. Tem sua origem nos primórdios da vida humana grupal.

Embora a lista de ocupações entre povos de tecnologia simples não seja grande, trabalhos e tarefas são distribuídos aos vários tipos de pessoas. À me-

dida que os indivíduos crescem, vão aprendendo habilidades necessárias a essa ou àquela produção.

O trabalho e o esforço obedecem a um esquema relacionado com o ciclo anual de atividades, tanto de produção quanto de cerimonial.

Quatro são os critérios particularmente importantes: sexo, idade, *status* e aptidão ou especialidade, sendo que os dois primeiros são os mais comuns.

SEXO. A divisão do trabalho por sexo decorre de dois fatores: biológico e cultural. Certas tarefas são consideradas apropriadas aos homens e outras, às mulheres. Em muitas sociedades, os homens acham que certos tipos de trabalho estão além das capacidades das mulheres e, às vezes, que certos tipos de tarefas estão abaixo da sua dignidade.

O papel de cuidar dos filhos, alimentá-los, cuidar da casa, em geral, cabe às mulheres, enquanto o de caçar, lutar, construir abrigos está associado aos homens.

Entre os Xavante e os Timbira, as mulheres são responsáveis pelas atividades coletoras.

Algumas tarefas, todavia, são determinadas social e culturalmente, variando de sociedade para sociedade. Entre povos pastores africanos são as mulheres que devem ordenhar as vacas; na Índia, entre os Toda, as mulheres são proibidas de se aproximar do estábulo.

IDADE. Outro fator incluído na divisão do trabalho é a idade, tendo como base diferenças fisiológicas: infância, juventude, maturidade e velhice. Lutar, caçar, pastorear e outras atividades que exigem força física são atribuídas aos homens. Resolver disputas, tomar decisões importantes, que exigem conhecimento e experiência, são desempenhadas pelos mais velhos. As crianças fazem trabalhos apropriados a sua idade: os meninos pastoreiam pequenos animais domésticos e as meninas tomam conta das crianças menores ou buscam água. Aos jovens cabem tarefas intermediárias; por exemplo, podar os ramos das árvores, que, após queimadas, servem para fertilizar o solo para plantio. Certas profissões como curandeiro, sacerdote, artífice são atribuídas aos homens.

Exemplo: entre os antigos Tupinambá (século XVI), as moças encarregavam-se de mastigar as raízes de mandioca para a fabricação do cauim (bebida fermentada).

STATUS OU CLASSE SOCIAL. Também as diferenças de *status* interferem na distribuição das tarefas em quase todas as sociedades. O *status* é determinado, em primeiro lugar, pelo parentesco biológico; depois, pela idade, sexo, prestígio, ocupações etc., embora variem muito de uma sociedade para outra.

Na Índia, o sistema de casta é o que apresenta maior rigidez na distribuição hereditária das atividades. Baseia-se mais em qualificação atribuída do que em adquirida.

A relação simbiótica entre os Bahima (pastores) e os Bairu (agricultores) de Uganda, África, é outro exemplo. Os primeiros pertencem a uma classe superior, por isso não cultivam; isso compete aos camponeses, os Bairu. Todavia, os Bahima reivindicam parte dos produtos obtidos pelos Bairu.

ESPECIALIDADE OU APTIDÃO. A divisão do trabalho pode basear-se também em habilidades especiais. Quando o indivíduo demonstra aptidão para uma atividade, ele pode vir a se tornar um especialista, desde que ela não seja prerrogativa de determinada classe, a que ele, evidentemente, não pertence.

Outro fator que leva à especialização, além da habilidade ou aptidão da pessoa, é o acesso ao material necessário a sua atividade.

O artesão, em muitas sociedades ágrafas, é de certo modo um mágico, estando o seu trabalho sujeito a regras e precauções.

Entre os Trobriandeses, a construção de canoas para longos percursos é intercalada de recitações, a fim de torná-la veloz, navegável e encher seu dono de glórias.

Todas as sociedades têm seus especialistas: artesãos, ceramistas, carpinteiros e outros. Entretanto, como ele deve prover de alimento sua família, trabalha no campo, pastoreia, caça ou pesca, no intervalo de sua atividade artesanal.

6.4.2 *Organização das Unidades de Produção*

As sociedades primitivas ou ágrafas não possuem uma organização cujas tarefas sejam restritas à produção. Segundo Nash, In Tax (1966:125), a “unidade de produção, organização social que produz bens, depende e deriva de outras formas da vida social”. A organização econômica faz parte de um contexto social mais amplo, ou seja, uma rede de relações entre pessoas e entre grupos, onde são considerados valores, símbolos, padrões de comportamento e normas de conduta. As relações econômicas são, ao mesmo tempo, relações sociais. E, em muitas sociedades, os elos de parentesco formam a base da maioria delas.

Em um sistema de linhagem patrilinear, por exemplo, há relações de serviços verticais entre o pai e o filho e entre outros parentes na mesma linhagem, mas podem ocorrer relações de serviços laterais e até diagonais.

Ligações territoriais e estruturas políticas também são freqüentemente utilizadas como mecanismos de organização da unidade de produção.

6.4.3 *Sistema e Meios de Troca*

Nas sociedades primitivas, pequenas e isoladas, nas quais a tecnologia é simples, os produtos são usados diretamente pela pessoa que os produziu; podem ocorrer, contudo, algumas trocas, dentro ou fora do grupo.

A troca tem várias funções:

- a) facilitar o processo de produção;
- b) complementar os recursos do grupo;
- c) valorizar as relações definidas ou laços de parentesco e de matrimônio;
- d) apaziguar brigas;
- e) compensar crimes;
- f) divertir-se etc.

Muitas vezes pode unir os parentes com fortes laços de cooperação e obrigação.

A necessidade da troca surge em razão da divisão do trabalho, por um lado, e do direito de propriedade, por outro; ou seja, da posse de certos produtos escassos ou valiosos por diferentes indivíduos ou grupos.

As trocas podem ser:

- a) *Internas ou externas*: quando se realizam dentro ou fora do grupo. Os Hopi (dos Estados Unidos) e os Arunta (da Austrália) fazem trocas com seus vizinhos (externas). Os índios do Alto Xingu (Brasil) têm um sistema de troca, desenvolvendo, entre eles, o comércio chamado *moitará*.
- b) *Mudas ou silenciosas*: quando as trocas são efetuadas entre grupos hostis, não havendo contato pessoal. Uma das partes deposita, em local determinado, os produtos a serem trocados; a outra recolhe-os e coloca outros equivalentes em seu lugar. A troca é realizada quando os objetos agradam a ambos os grupos.

Exemplo: nativos da Nova Guiné, Sibéria, Alasca etc.

- c) *Relações comerciais simbióticas*: quando duas sociedades, relativamente independentes, estabelecem relação comercial particular. Uma sociedade maior, economicamente mais avançada, troca produtos com outra mais simples, de tecnologia mais rudimentar, que não possui divisão de trabalho e é incapaz de produzir excedentes.

Exemplos: negros do Congo (de língua banto, horticultores, sedentários) e os Pigmeus (pequenos bandos nômades, caçadores e coletores).

- d) *Trocas rituais*: entre elementos de um mesmo grupo com a finalidade de estreitar os laços entre as várias casas da aldeia.

Exemplo: Índios Krahó (Brasil).

MODALIDADES DE TROCAS. Segundo Polanyi (Apud Hoebel e Frost, 1981:271-272), há três modalidades de trocas:

- a) *Recíproca*: consiste na troca direta de bens e serviços entre pessoas e grupos, de determinados *status*, sem uso do dinheiro. Quando não se utiliza a moeda, pode-se ter os seguintes tipos de troca:
- *produtos por produtos*: tabaco por peles, entre os Bosquímanos da África;
 - *produtos por serviços*: inhames pelos serviços dos sobrinhos (filhos da irmã), entre os Trobriandeses;
 - *serviços por serviços*: abertura de “cata” por lavagem de cascalho, entre garimpeiros do Brasil.

O mais famoso exemplo de troca recíproca é o Kula, registrado entre os Trobriandeses, os quais trocam colares vermelhos e pulseiras brancas (de conchas) antes da troca de produtos (estudados por Malinowski).

- b) *Redistributiva*: ocorre quando um chefe político pode exigir bens ou serviços como tributos. De posse desses bens, após retirar o necessário ao seu sustento, distribui uma parte à população. A redistribuição pode ser equitativa ou não.

Exemplo: sociedades tribais horticultoras, organizadas em Estado. O *potlach*, registrado entre os índios Kwakiutl (Estados Unidos), é outro exemplo. O chefe dá uma festa onde são consumidas enormes quantidades de comida e generosos presentes são dados aos representantes dos outros grupos; o que sobra é queimado.

- c) *Comercial*: baseada no comércio direto, ou seja, na compra e venda através do dinheiro. Contudo, a troca comercial não significa, especificamente, moeda ou nota, mas determinado artigo valioso, que tenha seu peso, qualidade e quantidade determinados, servindo como padrão de valor.

Exemplo: o uso do arroz como “dinheiro” pelos Ifugeos, das Filipinas.

Quando há mercados, dentro dos sistemas econômicos de sociedades tribais, geralmente são periféricos.

Nas organizações econômicas que utilizam o dinheiro, a troca sempre é livre das exigências de parentesco, vassalagem, chefes superiores, amizade pessoal etc.

6.4.4 Controle da Riqueza e do Capital

As sociedades valorizam em primeiro lugar a terra e os homens. A seguir, a máquina, os instrumentos, os animais domésticos etc., ou seja, aqueles bens que são úteis para a garantia da sobrevivência.

A distribuição de terras e de homens é controlada por normas convencionais e está mais relacionada com o sistema de parentesco, herança e matrimônio do que com contratos e outras transações comerciais.

O capital significa todos os bens armazenados, seja para ser consumidos, guardados ou utilizados. Incluem ferramentas, equipamentos de produção, comida, roupas, adornos, animais, pontes, celeiros, casas etc.

Em geral, as economias primitivas são pobres em capital fixo. A baixa tecnologia limita a quantidade, a durabilidade, a eficiência e a serventia dos instrumentos, armas, habitações etc.

Quando há um sistema monetário, embora rudimentar, ele permite a poupança. Trocam-se mercadorias por moedas que, por sua vez, geram novas transações, no momento ou posteriormente.

6.4.5 Distribuição e Consumo

A distribuição, ou seja, a repartição de bens ou produtos, para consumo ou redistribuição, é uma ponte entre a produção e o consumo. Interessa ao antropólogo saber quais são os mecanismos dessa distribuição entre as sociedades mais simples.

Via de regra, todos os elementos da população recebem o suficiente para sua sobrevivência; ninguém passa fome. Entretanto, alguns recebem mais. Onde predominam a cooperação e o coletivismo, por exemplo, as famílias recebem partes iguais, proporcionais ao seu tamanho, ou pelo menos o suficiente para o seu sustento. Todavia, existe uma graduação entre os que recebem mais e os que recebem menos, dependendo dos diferentes *status*, das relações de parentesco, de afinidades, cargos, prestígio, liderança, poder etc. Outro lado importante refere-se aos direitos sobre o que se produz, tanto em relação aos parentes quanto aos que mantêm relações econômicas com o grupo.

Muitos artigos são produzidos, permutados e conseguidos de forma padronizada. Às vezes, a acumulação de excedentes tem o objetivo de atender o grupo em períodos de escassez, situações de emergência, mas pode ter a finalidade de exhibições e distribuição cerimoniais.

O consumo pode ser:

- a) *primário*: quando os produtos são consumidos pelo próprio produtor e os membros de sua família ou habitação;

- b) *secundário*: quando comida e bens são utilizados também por indivíduos pertencentes a categorias de parentes secundários e até terciários.

6.5 Organização da Produção

Por mais complexa que seja uma sociedade, nem todos os indivíduos são especialistas. Desse modo, a organização do trabalho, que englobe mais de uma unidade doméstica, deve somar a técnica de especialistas com a força muscular da mão-de-obra não especializada.

A preocupação do antropólogo consiste em saber como essa mão-de-obra é recrutada, dirigida e recompensada, nas diferentes sociedades simples, que variam muito de uma para outra, no tempo e no espaço.

6.5.1 Recrutamento

O recrutamento da força de trabalho está mais na dependência das relações sociais do que de vantagens materiais, mas são elas que estabelecem quem vai trabalhar para quem e quando, ou seja, se o indivíduo deve primeiro preparar a sua própria terra ou ajudar seu vizinho.

A ajuda faz parte da reciprocidade das relações de parentesco. Desse modo, a mão-de-obra deve ser recrutada, em primeiro lugar, no seio da própria família ou dos parentes primários.

Entre povos ágrafos da África, entretanto, quando algum trabalho da lavoura tem certa urgência, os vizinhos dão sua colaboração independentemente de serem ou não parentes de linhagem.

Uma família pode receber ajuda de um pretendente. Nesse caso, o jovem forma uma equipe com seus companheiros de idade e oferece seus serviços ao provável sogro.

As diferentes formas de cooperação dependem do *status* e das relações sociais de quem pede e de quem ajuda.

RECOMPENSA E MOTIVAÇÕES. A recompensa pelos serviços prestados pode ser maior ou menor, fixa ou impessoal, em forma de alimentos, presentes cerimoniais, serviços recíprocos etc. Não há preocupação com a equivalência entre a ajuda e a recompensa.

Quando uma família recebe a colaboração de estranhos, geralmente eles são recompensados com alimentos e bebidas, mas essa recompensa pode incluir outros elementos da cultura: adornos, ferramentas, roupas, moedas etc.

A motivação para o trabalho é basicamente a vontade de prover a sobrevivência da família (alimentos, vestuário e abrigo). No entanto, os incentivos podem ser variados: desejo de prestígio, aquisição de ferramentas, de *status*, acumulação de riqueza, posse de objetos, de uma esposa, satisfação do trabalho em conjunto, prazer da convivência ou da confecção de determinado objeto etc.

Exemplo: entre os Xavante (Mato Grosso), a realização do casamento depende de uma caçada que o noivo deve realizar com a ajuda de seus companheiros de grupo, trazendo para a aldeia a maior quantidade possível de caça abatida.

6.6 Propriedade

A propriedade é um aspecto da cultura humana, universal, que delimita os direitos e privilégios que uma ou um grupo de pessoas têm sobre as coisas.

6.6.1 Natureza da Propriedade

O conceito de propriedade abrange tanto coisas tangíveis, concretas, palpáveis (terra, árvores, colheitas, animais, habitações, ferramentas, roupas etc.) quanto coisas intangíveis, não palpáveis, abstratas (canções, nomes, danças, habilidades, poesias etc.).

Existem regras sobre a posse, o manejo e a disposição da propriedade em todas as sociedades.

Os termos mais usados para indicar a natureza da propriedade são:

- a) *Individual* (particular ou privada): pertencente a um indivíduo. Refere-se à propriedade pessoal: indumentária, armas, instrumentos, adornos etc.
- b) *Grupal* (particular ou privada): pertencente a um grupo. Fala-se em propriedade conjunta: casas, ferramentas etc.
- c) *Coletiva* (comum): pertencente à sociedade em geral. Diz respeito à sociedade comum: terras, matas, estradas, colheitas etc.

A propriedade pode ser fixa, imóvel (bens imóveis), ou seja, terra, habitações, poços, estradas; ou móvel (bens móveis), isto é, implementos agrícolas, gado, armas, instrumentos, equipamentos de especialidades etc.

A propriedade de implementos e equipamentos relaciona-se com a divisão do trabalho por sexo e por idade.

Incluem-se ainda nos bens móveis:

1. *Objetos de uso pessoal*: caça, vestimentas, adornos, moedas.
2. *Objetos rituais*: colares, alimentos, bebidas.
3. *Artigos armazenados*: alimentos, ferramentas etc.

A propriedade da terra e outros recursos naturais (bens imóveis) constituem o aspecto fundamental da organização econômica. De modo geral, ela envolve fatores religiosos, políticos e de parentesco.

Os laços de parentesco regulam a produção e a distribuição dos bens e serviços. O título de propriedade, muitas vezes, cabe a um chefe dominante, e a população está sujeita a tributos e ao controle do uso da terra. Os chefes de grupos, freqüentemente, têm obrigações de caráter ritual, legal ou militar; também são responsáveis não só pelas cerimônias relativas a festividades, mas também por toda a magia relacionada com a terra.

A propriedade pode ser:

- a) *Transferível*: por adoção, intercâmbio, venda, confisco ou herança. Há várias regras que regem a herança; tanto pode herdar o filho mais velho (primogenitura) quanto o mais moço (ultimogenitura) ou outros parentes.

Segundo Hoebel e Frost (1981:280), a herança não é a transferência de posse, mas de *status*, uma vez que os filhos podem assumir a chefia enquanto os pais ainda vivem.

- b) *Inalienável*: quando é intocável, ou seja, não pode ser doada, vendida, distribuída ou destruída.

Exemplo: totem, templos, cemitérios.

6.6.2 Direitos de Propriedade

Os direitos de propriedade apresentam três modalidades distintas:

- a) *Direito de uso*: relativo não só à terra nua, como também a qualquer outro bem móvel ou imóvel.

Exemplos: direito de cultivar a terra de outro; de usar uma ferramenta alheia, de tirar água do poço do vizinho etc. Entre os Bororo cada clã tem direitos exclusivos a certos nomes, enfeites e outros objetos, e mesmo a certas técnicas.

- b) *Direito de controle*: sobre pessoas e serviços.

Exemplos: decisões sobre quem deve plantar ou colher em primeiro lugar; quem deve receber maior ou menor quantidade de alimentos; o preço da noiva etc.

c) *Direitos de transferência*: referentes a bens imóveis e móveis.

Exemplos: direito de disposição de determinados objetos, vendendo, doando ou destruindo (cereais, cobertores, inhames). Entre os índios Mawé (Amazonas), a caça abatida pertence ao dono da arma e não ao caçador.

Ainda hoje, pode ser encontrada uma grande variedade de organizações econômicas primitivas e intermediárias, além das desenvolvidas. Sempre que houver contato entre primitivas e complexas, estas afetarão aquelas em alguns aspectos.

6.6.3 *Posse da Terra*

A posse da terra é uma rede interligada de direitos, deveres, privilégios e imunidades de indivíduos sobre recursos. Significa o direito que as pessoas ou grupos têm sobre a terra: de uso, de receber o seu fruto, direta ou indiretamente, sem contribuir no trabalho.

Há direitos de transferir, alienar (vender ou doar) e conceder a outros o direito de uso.

A posse da terra implica não só as formas primárias de economia (cultura, pastos, florestas), mas também os usos subsidiários dela: reservas de combustível, suprimento de água, materiais para construção e cobertura de casas, terras para edificações, reservas de caça e pesca e áreas sagradas (cemitério, templo).

Os direitos da terra baseiam-se em duas razões:

1. *economia*: quando a terra é necessária à sobrevivência;
2. *mística*: quando está ligada a antepassados mortos, impedindo tanto a emigração quanto a entrada de estranhos.

As terras variam no modo como são utilizadas, o que, por sua vez, depende da cultura e das técnicas de subsistência empregadas.

Há diversas maneiras na disposição da propriedade: individuais ou grupais; permanentes ou temporárias; pequenas ou grandes.

Praticamente, não há delimitação quando a terra é usada para a caça, coleta e pastoreio, entre indivíduos; um outro grupo, inclusive, pode reivindicar direitos coletivos sobre determinadas áreas. Todavia, as terras reservadas à agricultura têm limites mais demarcados.

De acordo com o seu contexto, a terra pode ser: familiar, de linhagem, de clã, de aldeia, do chefe etc.

A terra ocupada, as que oferecem recursos para a sobrevivência e os abrigos construídos formam os aldeamentos.

6.6.4 Aldeamento

Aldeia é um grupo de casas separadas, mas consideradas como unidade e colocadas de forma que seus habitantes se conheçam. Tem origem no Neolítico, talvez há 8.000 anos.

Comunidade de aldeia compreende mais de uma família vivendo bem próximas, dividindo entre si as áreas de coleta, pastoreio e cultivo. São muitas as encontradas no mundo, atualmente.

Alguns fatores levam as populações a se fixarem em determinado local: fontes de alimentação, habilidade para utilizá-las, experiência de desenvolvimento, adaptação e as relações entre os grupos.

“A acomodação espacial de subgrupos de uma sociedade em relação uns com os outros, com seus recursos ambientais e com as outras sociedades é chamada padrão de aldeamento” (Hoebel e Frost, 1981:125).

PADRÕES DE ALDEAMENTO. Dois antropólogos – Bourguignon e Greenbau – classificaram os padrões de aldeamento em cinco tipos, sendo três caracterizados pelo maior ou menor grau de nomadismo, e dois pelo sedentarismo.

A – Nômades

- a) *Bando migratório*: refere-se a grupos que mudam com certa frequência, procurando melhores locais para obtenção de produtos necessários à sobrevivência.

Exemplos: coletores, caçadores, pescadores e forrageadores.

- b) *Comunidade seminômade*: diz respeito aos semi-sedentários, ou seja, aos grupos que mudam ocasionalmente. Residem em uma localidade enquanto usufruem a terra, durante alguns anos, e depois a abandonam.

Exemplo: horticultores, entre eles os Tupi-guarani.

- c) *Aldeias compactas*: são populações seminômades, que permanecem poucos anos em determinado local e depois se mudam.

Exemplo: pastoreadores: lapões.

B – Sedentários

- a) *Vizinhança dispersa*: grupos que vivem da agricultura: preparo, plantio, irrigação e colheita.

Exemplo: agricultores: Xavante aculturado.

- b) *Aldeias permanentes*: onde o tipo de atividade leva os habitantes a se fixarem em determinada localidade.

Exemplos: agricultores e artesãos: Astecas e Incas.

Literatura Recomendada

BEALS, Ralph L.; HOIJER, Harry. *Introducción a la antropología*. Madri: Aguilar, 1960. Capítulos 12 e 14.

BEATTIE, John. *Antropologia social*. São Paulo: Nacional: Edusp, 1971. Capítulo 11.

COPANS, J. et al. *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1971. Capítulo 4.

DITTMER, K. *Etnologia general*. México: Fondo de Cultura Económica, 1960. Parte 3, Capítulo 1.

FIRTH, Raymond. *Elementos de organização social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. Capítulo 4.

_____. *Temas de antropología económica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

FORDE, C. Daryll. *Habitat, economía y sociedad*. Barcelona: Okios-tan, 1965.

_____. *Antropología económica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

HERSKOVITS, Melville J. *Antropologia cultural: man and his works*. São Paulo: Mestre Jou, 1963. v. 2, Capítulos 16 e 17.

HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 1981. Parte 2, Capítulos 6 e 7; Parte 3, Capítulo 15.

KEESING, Felix M. *Antropologia cultural: a ciência dos costumes*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. v. 2, Capítulo 9.

MAIR, Lucy. *Introdução à antropologia social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. Capítulos 10, 11 e 12.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Los argonautas del Pacífico occidental*. 2. ed. Barcelona: Península, 1975.

SHAPIRO, Harry (Org.). *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966. Capítulo 15.

TAX, Sol et al. *Panorama da antropologia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966. Capítulo 11.

Organização Política

7.1 Conceituação

A organização política de um povo abrange o conjunto de instituições através das quais se mantêm a ordem, o bem-estar e a integridade do grupo, sua defesa e proteção. Essas instituições regulam e controlam a vida da sociedade, garantindo a seus membros:

- a) *direitos individuais*: ao mesmo tempo em que exige o cumprimento de suas obrigações;
- b) *organização do governo local*: aldeia, cidade;
- c) *sistema de governo*: tribal, nacional, estatal;
- d) *defesa e proteção*: contra inimigos externos, por meio da organização militar.

Hoebel e Frost (1981:321) definem organização política como “aquela parte da cultura que funciona explicitamente para dirigir as atividades dos membros da sociedade em direção às metas da comunidade”, entendida esta como a depositária dos valores e idéias comuns a um grupo humano, que encontra correspondência na sociedade mais ampla.

Nadel vê no político uma organização para a paz interna e a guerra externa.

A organização política é um aspecto da cultura encontrado em todos os grupos humanos, simples ou complexos. A condição necessária para a sua existência é a formação de grupos e subgrupos, cujas relações requerem controle social. Parentesco, sexo, religião e associações outras que servem de base para a segmentação das sociedades.

A característica essencial da organização política é o exercício do poder. Outros aspectos têm igual importância: participação, lealdade, tradições e símbolos comuns, governo e sistema de relações externas.

7.2 Elementos da Organização Política

Três elementos são considerados básicos na constituição do aspecto político das sociedades ágrafas: o parentesco, a religião e a economia.

7.2.1 Parentesco

A descendência, as regras de residência, os arranjos matrimoniais, os clãs, as linhagens, enfim, as relações de parentesco que unem as famílias formam um conjunto significativo e atuante no controle político. Quanto mais acentuados são os laços de parentesco mais se estreitam os laços políticos, fortalecidos sempre pela atuação da religião. As sociedades simples fundamentam-se quase exclusivamente no parentesco.

7.2.2 Religião

A religião exprime-se através das crenças, da mitologia e determina a visão de mundo das sociedades. Tem função política ou é o instrumento do político que regula as relações sociais. Torna-se necessário o conhecimento dos diferentes tipos de manifestação religiosa em face da inter-relação entre o político, o religioso e o social.

7.2.3 Economia

Indivíduos e grupos participam das múltiplas formas de produção que as sociedades apresentam, desde a coleta e a caça rudimentares, praticadas pelos aborígenes australianos, passando pela agricultura e criação intensivas até as complexas economias de Estado dos Incas e Astecas. Através dessas formas organizam-se o trabalho, a produção e a distribuição dos recursos existentes (terra, água e outros bens). Esses elementos propiciam prestígio, poder e *status* que resultam em desigualdades no interior das sociedades, dando origem ao Estado.

7.3 Natureza da Organização Política

A organização política surge em qualquer sociedade segmentada em sub-grupos, sendo um sistema que regula as relações entre os grupos e seus membros, que compartilham padrões e idéias em comum. Toda sociedade territorial

participa de um sentimento de união, gerando interesses comuns entre os quais estão os interesses políticos.

Os conceitos de Estado e de Governo são considerados básicos na análise da organização política.

7.3.1 Estado

Costuma-se defini-lo como a nação politicamente organizada. Copans (1970:27) afirma que o Estado é uma forma não primitiva de governo, um meio de governar sociedades, devendo ser compreendido em termos de território, população e governo. O território e a população são anteriores ao Estado, e o governo é o próprio Estado.

- a) *Território*: uma unidade territorial corresponde a uma unidade política. São áreas definidas, menores ou maiores, ocupadas respectivamente por pequenos agrupamentos (bandos ou hordas) ou por organizações maiores (tribos, confederações, impérios), ligados por padrões e idéias comuns.
- b) *População*: grupos de indivíduos ligados por uma cultura comum. As populações formam sociedades, portadoras de interesses individuais e grupais.
- c) *Governo*: consiste no instrumento executivo da organização política. Representa a autoridade que controla os membros da sociedade, através de normas preestabelecidas e dentro de um território definido. Ele se concretiza por meio de órgãos, onde pessoas especializadas exercem funções ligadas ao poder e se preocupam em executá-las, valendo-se da força e de poderes coercitivos (veja item 7.3.3).

7.3.2 Sociedade e Estado

Segundo alguns autores, o Estado é um elemento universal da organização social humana. Krader (1970:27) defende a idéia de que o governo é universal, enquanto outros aspectos da cultura, como o Estado, não o são.

Consiste, pois, em uma instituição de governo, mas não a única instituição política existente para governar sociedades. Nem todos os grupos humanos possuem um Estado político. Segundo Copans (1970:8), “ele tem um papel que é uniforme em toda parte: controlar e dirigir as vidas das pessoas sob seu império, por meio de poder social centralizado nas mãos de uns poucos”.

Para Lowie, o Estado existe potencialmente em todas as sociedades, concretizando-se em algumas delas. Em outras, encontra-se em forma incipiente. Sua presença indica ter a sociedade atingido certa complexidade.

A perspectiva histórica demonstra que os Estados, mesmo assumindo formas diferentes, apresentam uma base comum: território definido, população estável, grupos diferenciados, instituições governamentais etc. A partir dessa base comum, o Estado acha-se em condições de cumprir seus objetivos: dirigir e assegurar as vidas dos cidadãos; controlar as relações entre os diversos Estados; garantir o bem-estar dos membros da sociedade.

Na história da humanidade surgiram diferentes tipos de Estados (alguns já desapareceram e a maioria transformou-se em Estados modernos): cidades-Estado; Estados imperiais e teocráticos; tribos-Estado; Estados tribais consanguíneos; Estados nacionais e numerosas outras formas estatais.

O Estado Nacional, característico das sociedades modernas, originou-se na Europa e desenvolveu-se na América, Ásia e África, sendo, hoje, uma forma dominante de Estado, adaptando-se às diferentes ideologias (democracia, socialismo, comunismo).

7.3.3 *Governo*

Entende-se por Governo a autoridade individual ou grupal que controla determinado território e que exerce poder sobre ele.

Pode também ser definido como a administração oficial dos negócios públicos, regidos por pessoas especializadas, com delegações de poderes. Em todas as sociedades, o governo atua por meio de arranjos políticos e processos legais e judiciais.

CARACTERÍSTICAS. Todo governo desenvolve relações formais e informais nas sociedades em geral. Nos grupos simples, o governo é informal, enquanto nas sociedades complexas é formalizado e relaciona-se diretamente com o Estado.

A característica fundamental consiste na concentração da força física nas mãos da autoridade central. Há uma série de restrições aos membros dos grupos no que tange aos seus direitos, como, por exemplo, tirar a vida do outro. Entretanto, essas restrições não atingem o Estado que tem o poder de vida e morte, confisco de bens e propriedades, sanções etc.

Nas sociedades sem Estado, a proteção e o controle são executados, quando necessários, pelo próprio grupo. Cessa quando a necessidade desaparece.

FORMAS DE GOVERNO. A mais elementar forma de governo encontra-se nos bandos ou hordas. São grupos de subsistência, nômades, com um conselho de homens que exercem o poder político.

Exemplos: os Esquimós e os Bosquímanos.

Nas aldeias (populações sedentárias), a vida política torna-se mais complexa e mais interdependente. Os líderes são os responsáveis pelo controle social, pela ação coletiva e pela preservação da lei e da ordem.

O mesmo acontece nas associações, compostas de membros unidos por um fim comum, praticamente independentes da organização de parentesco e de vizinhança da sociedade.

Exemplo: os índios Crow, das planícies dos Estados Unidos, organizam-se em associações.

Entre as sociedades ágrafas, o governo é sempre democrático; raramente aceitam lideranças políticas ditatoriais.

Exemplos: a liga dos Iroqueses, chamada **As Cinco Nações**; os grupos tribais do Alto Xingu (Brasil), em sua aculturação intertribal, conservaram sua autonomia.

O controle político assume formas diferentes, de acordo com as culturas onde se manifesta.

Formas de governo encontradas nas sociedades em geral:

a) *Oligarquia*: poder nas mãos de uma classe social pequena.

Exemplo: triunvirato militar na Grécia (1967-73).

b) *Monarquia*: poder atribuído à pessoa de um rei.

Exemplos: Holanda, Suécia, Ilhas Polinésias.

c) *Gerontocracia*: governo de homens idosos.

Exemplo: os Andamaneses (negros da Baía de Bengala).

d) *Democracia*: poder investido no povo que o exerce direta ou indiretamente.

Exemplos: Suíça, Finlândia.

e) *Teocracia*: governo por direção sobrenatural (sacerdotes).

Exemplos: antigo Egito, Havaí, Tibete.

De todas essas formas de governo, a mais freqüente entre os povos ágrafos é a gerontocracia.

O governo de mulheres em sociedades não civilizadas parece nunca ter existido. Matriarcado e matrilinearidade são formas de organização social que não devem ser confundidas com governo de mulheres.

7.4 Níveis de Desenvolvimento

Ao analisar os níveis de desenvolvimento sociocultural, os antropólogos distinguem os seguintes tipos:

7.4.1 *Bandos ou Hordas*

O bando patrilocal (veja item 5.2.6, *b*), a mais simples e rudimentar forma de estrutura social, encontra-se em todas as partes da Terra. Os bandos constituídos por poucas famílias nucleares aparentadas (100 pessoas no máximo) são nômades, com economia de subsistência: coleta, caça e pesca.

“Não existe lá vida política separada, nem governo ou sistema legal acima da modesta autoridade informal dos chefes de família e dos líderes efêmeros”, afirma Service (1970:120); e conclui: a família e o bando são a única organização econômica, política e religiosa e suas relações não são formalizadas, são apenas familiares.

Exemplos: os Esquimós do Alasca; os Pigmeus da África.

7.4.2 *Tribos e Nações*

O nível tribal de organização sociocultural das tribos e nações é mais complexo do que o do bando, do qual conservam ainda algumas características. São “organizações segmentares”, marcadamente familiares, igualitárias, com laços baseados no parentesco.

Nesse nível surgem instituições propriamente tribais que levam à integração das partes num todo cultural mais amplo e controlam as relações entre os vários grupos – etários, religiosos, econômicos etc. Entre esses outros grupos menores, como linhagens, anciãos, homens, mulheres etc., estabelece-se uma hierarquização não institucionalizada.

Exemplos: os Tiv da Nigéria, estudados por Balandier; a tribo ou “nação” Tupi-guarani, da costa brasileira, do século XVI.

Nação é um povo fixado em determinada área geográfica possuindo certa organização, sentimentos de união, identidade de língua, etnia, religião etc. A formação de nações encontra-se com mais frequência no âmbito das sociedades civilizadas.

7.4.3 *Chefaturas*

Consistem em um tipo de organização política, mas ainda não estatal, embora tenham já certa autonomia em nível político e condições de passarem a Estado. Colocam-se entre os bandos e tribos e o Estado. Em vários aspectos da cultura – economia, arte, religião, política – contrastam com as tribos.

Politicamente, constituem-se em um regime governativo, primitivo, ainda baseado no sistema de parentesco, mas este assume importância secundária. Têm, entretanto, um território mais definido e uma autoridade legitimada.

As sociedades de chefaturas acham-se segmentadas em grupos distintos, baseados em critérios socioeconômicos e religiosos. Por exemplo: nobres, escravos, homens livres.

São sociedades não mais igualitárias; não têm propriamente um governo, mas possuem autoridade centralizada. Não há propriedade privada, nem mercado, nem classes socioeconômicas definidas. Faltam-lhes uma hierarquia propriamente política e uma administração específica.

O que caracteriza fundamentalmente as chefaturas é a acentuada desigualdade entre os grupos, na sociedade. No alto da pirâmide social encontra-se o chefe; abaixo dele, sucessivamente, as demais pessoas, com grande rivalidade de *status*.

As chefaturas encontram-se em muitas localidades da Terra.

Exemplos: as civilizações arcaicas do Peru; os Ashanti da África.

7.4.4 *Estados*

Nas sociedades organizadas em Estado persistem muitas características das chefaturas, mas o que as distingue é uma nova forma de integração socioeconômica, que envolve a burocracia e a força legitimada. Elas têm uma existência legal, que interfere e regula as relações entre indivíduos e grupos.

7.5 Tipos de Organização Política

Há um consenso entre os antropólogos em considerar o comportamento político presente em todas as sociedades. Costumam fazer a distinção entre sociedades sem Estado e sociedades organizadas em Estado.

Inúmeras são as formas reguladoras da sociedade, e a tipologia, aqui relacionada, baseia-se na apresentada por Hoebel e Frost (1981:323 ss).

7.5.1 *Sociedades sem Estado*

Mesmo os grupos humanos mais simples e isolados possuem alguma forma de governo. Por isso, o mundo primitivo oferece exemplos de diferentes e numerosos tipos. Nas sociedades sem Estado, o governo é informal, sem autoridade centralizada, onde as funções políticas são exercidas por subgrupos, não havendo propriamente um chefe.

ORGANIZAÇÃO INDIFERENCIADA. Nesse tipo de organização, as relações sociais acham-se intimamente ligadas ao parentesco e são comumente encontradas nas hordas e bandos. Entre estes, a família, geralmente, é patriarcal, a descendência, patrilinear e o governo, gerontocrático (de homens idosos).

Exemplos: os Esquimós do Alasca; os Bosquímanos do Sul da África.

LINHAGEM SEGMENTÁRIA. Nesse sistema de organização política, atribui-se o poder de decisão às linhagens, ou seja, aos grupos de parentesco que se consideram descendentes de um ancestral comum (veja item 5.3.8, *a*). As tribos dividem-se em segmentos e esses, em linhagens. São formações sociais baseadas também no parentesco.

Exemplo: os Nuer do Sudão, segundo Evans-Pritchard, vivem em uma “anarquia organizada”, sem instituições legais e onde os valores políticos são relativos.

ORGANIZAÇÃO EM GRUPOS DE IDADE. Sistema político pouco difundido, sendo o grupo de idade a base da organização e cujos chefes têm a direção dos assuntos de governo e a responsabilidade da integração política.

Exemplo: os Nyakyusa.

CONSELHOS DE ALDEIAS E ASSOCIAÇÕES. Tipo de organização política em que a autoridade emana dos conselhos das aldeias que constituem o próprio governo tribal.

Exemplos: os Pueblos dos Estados Unidos; os Ibo da África.

ALDEIAS COM CHEFES. O papel do chefe ou líder ganha grande projeção nesse tipo de organização política, onde o parentesco tem importância secundária. O indivíduo, investido de autoridade política, goza da confiança e recebe o apoio dos grupos vizinhos, responsabilizando-se pela união e pelo controle do seu grupo local. Suas qualidades pessoais permitem-lhe exercer essa liderança.

Exemplo: os Shoshones dos Estados Unidos.

CONSELHOS. Acham-se presentes em todas as sociedades e compõem-se de um conjunto de conselheiros, geralmente homens adultos.

Quando formado de homens idosos, chama-se gerontocracia.

O conselho tem caráter democrático e é integrado pelos chefes dos bandos que participam das decisões.

Exemplos: os Aborígenes australianos; os Astecas.

ASSOCIAÇÕES. São grupos não políticos, extra-estatais, que colaboram na determinação e na execução das normas políticas: grupos de homens, sociedades secretas (África, Melanésia), sociedades militares (Índios das Planícies, Estados Unidos), conselhos tribais, castas (Índia) e outros.

7.6 Processo Político

A estrutura política caracteriza-se por tendências próprias, que permitem sua fácil identificação em relação à sociedade mais ampla.

A função das diferentes estruturas políticas atinge vários aspectos da cultura em termos de atividades e deveres, expectativas e obrigações, podendo ampliar sua atuação.

7.6.1 Funções

As funções do processo político consistem em:

- a) definir as normas comportamentais de conduta aceitável;
- b) atribuir força e autoridade;
- c) decidir as disputas;
- d) redefinir as normas de conduta;
- e) organizar os trabalhos públicos grupais (caçadas tribais, construções, concertos, hortas etc.);
- f) ocupar-se do mundo sobrenatural através do controle religioso (rituais e cerimoniais);
- g) organizar a economia (manter mercados e desenvolver o comércio);
- h) responsabilizar-se pela defesa do território e promover a guerra contra o inimigo.

A política é comportamento social não isolado, mas integrado aos demais aspectos da cultura: organização econômica, sistema de parentesco, hierarquia

zação social, organização religiosa etc., como se pode inferir ao se proceder à análise das funções que o processo político deve desempenhar no interior das sociedades.

7.6.2 Atributos

Atributos específicos que permitem a fácil identificação do processo político:

- a) *Público e não privado*: sua ação atinge toda a sociedade, amplamente considerada, tendo poder de decisão nas ocorrências de âmbito público, não sendo, portanto, um assunto nem individual, nem familiar.
- b) *Orientado para uma finalidade*: tem o objetivo de satisfazer aos interesses públicos em detrimento dos interesses individuais ou grupais. Preocupa-se com os meios e os fins para atingir os seus propósitos, ou seja, compete à política a tomada de decisões pertinentes, de definições das normas sociais e dos valores da cultura.
- c) *Atribui e centraliza o poder*: as pessoas que tomam decisões e exercem o poder na esfera pública estão investidas de autoridade política, presente mesmo nos grupos mais primitivos. É a autoridade que obriga o cumprimento das normas estabelecidas; para tanto, lança mão de sanções e de coerções.

Nas sociedades simples, o poder e as lideranças surgem naturalmente, enquanto nas sociedades complexas os mecanismos de controle do cargo, do poder de decisão, da legitimidade da administração política requerem maior complexidade, dadas as exigências impostas pela própria cultura.

7.6.3 Chefias e Lideranças

A liderança política consiste no controle interno e externo de um grupo por um chefe ou por um conselho de homens. Essas pessoas são investidas de autoridade, que é uma forma de liderança institucionalizada.

A liderança política pode ser permanente e temporária. A primeira, denominada “chefia”, pode ser hereditária ou eletiva. Quando hereditária, a indicação do chefe implica muitos problemas relacionados a sua legitimidade, capacidade, qualidades pessoais, poderes sobrenaturais etc. A segunda tem caráter temporário e age em casos de necessidade. Na guerra, por exemplo, o indivíduo é nomeado para assumir a direção e o poder na sociedade, transitoriamente, em face da sua eclosão.

Em geral, nomeia-se um indivíduo graças a suas qualidades pessoais de liderança ou de seus supostos poderes sobrenaturais. Quando o perigo desaparece, a chefia também se desfaz.

Ao desempenhar o seu papel, o chefe torna-se portador de direitos e deveres em relação a sua comunidade.

- a) *No setor religioso*: atribuem-se ao chefe possíveis poderes sobrenaturais e mágicos, que o vinculam à comunidade através de obrigações rituais. Por exemplo: quando ocorrem calamidades públicas. Somente o chefe, com seus poderes mágicos, pode afastá-las.
- b) *No setor econômico*: concede-se ao chefe uma série de prerrogativas: monopólio sobre frutos, caça, pesca; recebimento de dádivas, geralmente em espécie, como também dízimos, tributos; direito à terra e aos seus recursos; direitos preferenciais a esposas.

Aos chefes atribuem-se a responsabilidade de hospitalidade, despesas rituais, assistência aos necessitados e outras obrigações, como os arranjos relacionados às atividades econômicas, ou seja, preparo da terra, plantio, colheita etc.

- c) *No setor jurídico*: o chefe é o juiz supremo da comunidade, cabendo-lhe decidir ou encontrar soluções para os conflitos.

Nas sociedades simples, sem Estado, o governo atua mais pela persuasão que pela força. A partir do Estado de Conquista, o governo passa a ser exercido através da força e da coerção.

Literatura Recomendada

BEALS, Ralph L.; HOIJER, Harry. *Introducción a la antropología*. Madri: Aguilar, 1968. Capítulo 17.

BEATTIE, John. *Introdução à antropologia social*. São Paulo: Nacional: Edusp, 1971. Capítulo 9.

COPANS, Jean et al. *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* São Paulo: Martins Fontes, 1971. Capítulo 3.

GUIART, Jean. *Chaves da etnologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. Capítulo 3.

HERSKOVITS, Melville J. *Antropologia cultural: man and his work*. São Paulo: Mestre Jou, 1963. v. 2, Capítulo 20.

HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 1981. Parte 3, Capítulo 18.

- KEESING, Felix M. *Antropologia cultural: a ciência dos costumes*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958. Capítulo 11.
- KRADER, Lawrence. *A formação do estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- LINTON, Ralph. *O homem: uma introdução à antropologia*. São Paulo: Martins, 1962. Capítulos 13 e 14.
- MAIR, Lucy. *Introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. Capítulos 7 e 8.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Los argonautas del Pacífico occidental*. 2. ed. Barcelona: Península, 1975.
- _____. *Crimen y costumbre en la sociedad salvaje*. Barcelona: Ariel, 1973. Parte 2, Capítulo 4.
- MAUSS, Marcel. *Manual de etnografia*. Lisboa: Pórtico, 1972. Capítulo 7.
- MELLO, Luiz Gonzaga de. *Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas*. Petrópolis: Vozes, 1982. Capítulo 14.
- SERVICE, Elman R. *Organização social primitiva*. Porto: Despertar, 1970. Capítulos 3, 4 e 5.
- WILLEMS, Emílio. *Antropologia social*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. Capítulo 5.

A religião é um aspecto universal da cultura e, juntamente com a magia, tem despertado o interesse de vários cientistas, desde o século passado.

Todas as populações estudadas pelos antropólogos demonstraram possuir um conjunto de crenças em poderes sobrenaturais de alguma espécie. As sociedades, freqüentemente, desenvolvem normas de comportamento com a finalidade de se precaver contra o inesperado, o imprevisível, o desconhecido, e de estabelecer certo controle sobre as relações entre o homem e o mundo que o cerca.

As normas religiosas de comportamento baseiam-se nas incertezas da vida e variam muito de uma sociedade para outra. Entretanto, tornam-se mais evidentes nos momentos de crise, ou seja, nascimento, adolescência, casamento, enfermidade, fome, morte etc.

Por meio de cultos e rituais, públicos ou privados, os homens tentam conquistar ou dominar, pela oração, oferendas, sacrifícios, cantos, danças etc., a área de seu universo não submetida à tecnologia.

Os registros arqueológicos mais antigos sobre religião datam do Paleolítico Superior, com o homem de Neandertal, que enterrava seus mortos com oferendas, demonstrando assim uma crença em algo sobrenatural.

8.1 Religião

A primeira e mais curta definição de religião foi dada por Edward Tylor: “a crença em seres espirituais” (Apud Mair, 1972:201).

Frazer, Durkheim, Marett, Hubert, Mauss, Spencer, Lowie, Malinowski, Radcliffe-Brown, Lévi-Strauss, Firth, Evans-Pritchard e outros realizaram estudos analíticos e comparativos sobre religião. Os dados acumulados sobre as crenças e práticas são inúmeros e os enfoques, variados. Uns preocupando-se

com o sobrenatural, com os sistemas de relação e ação, com a função e origem da religião; outros, dando maior importância ora às crenças, ora às práticas. Para alguns, existe diferença entre religião e magia; para outros, os comportamentos são mágico-religiosos, ou seja, ligam a magia à religião.

Beals e Hoijer (1969:589) conceituam a religião como a “crença em seres sobrenaturais cujas ações relativas ao homem podem ser influenciadas e até dirigidas”. Hoebel e Frost (1981:452) consideram a religião como a “crença em seres sobrenaturais e os conseqüentes modo e comportamento, em virtude dessa crença”.

As crenças em poderes sobrenaturais ou misteriosos estão sempre associadas a sentimentos de respeito e veneração, expressos em atividades públicas ou não.

Para Evans-Pritchard (1978:153), os fatos da religião primitiva devem ser explicados não em si mesmos, mas em relação com outros fatores, ou seja, com “aqueles que com ela formam um sistema de idéias e práticas e outros fenômenos sociais que se associam”. Não é, portanto, um fato isolado dentro da cultura. Liga-se à organização social, política, econômica, atividades de lazer, estéticas etc.

Os antropólogos, em geral, concordam que a religião é formada por um sistema de crenças e práticas e que todas as sociedades possuem a sua “visão do universo”.

8.1.1 Crenças e Rituais

São dois os elementos constitutivos da religião: crença e ritual. Somente a crença não basta para formar uma religião, deve estar associada à prática.

CRENÇA OU FÉ. Consiste em um sentimento de respeito, submissão, reverência, confiança e até de medo em relação ao sobrenatural, ao desconhecido. Não supõe compreensão. Pode-se dizer que é o desejo de aceitar qualquer coisa, provocada por algo misterioso, mas sem demonstração ou prova tangível. Seria a aceitação voluntária de uma ordem de coisas que não pode ser provada pela lógica ou pelos sentidos. O indivíduo reconhece e aceita a superioridade do sobrenatural.

As crenças religiosas implicam a existência de algo superior, sobre-humano. São importantes tanto pelo seu conteúdo emocional quanto pelo intelectual.

RITUAL OU PRÁTICA. Trata-se da manifestação dos sentimentos por um ou vários indivíduos, em qualquer meio, através da ação. Embora de caráter religioso ou mágico, não é tão persistente quanto o culto. Consiste em um tipo de atividade padronizada, em que todos agem mais ou menos do mesmo modo,

e que se volta para um ou vários deuses, para seres espirituais ou forças sobrenaturais, com uma finalidade qualquer.

O ritual apresenta um comportamento tradicional e revela, implícita ou explicitamente, crenças, idéias, atitudes e sentimentos das pessoas que o praticam.

Em todas as sociedades ágrafas ou de tecnologia simples, há sempre um conjunto de crenças relacionadas com diferentes práticas rituais que varia de uma cultura para outra. Uma cerimônia religiosa pode abranger, ao mesmo tempo, vários rituais, relacionados entre si.

Exemplos: festa de Iemanjá (oferendas, cantos, danças etc.); rito dos Toda (Índia) baseado no leite.

8.1.2 O Sobrenatural

Tudo aquilo que escapa aos sentidos do homem, que foge à compreensão humana, à observação e ao entendimento é considerado sobrenatural. Está acima das leis naturais ou físicas, ou seja, em outra dimensão.

O sobrenatural pode ser considerado o cerne da religião, a base dos sistemas religiosos. Não há como comprová-lo cientificamente ou por meios mecânicos.

A variedade de seres sobrenaturais imaginados pelo homem é grande. Abrange:

- a) *seres*: deuses, anjos, santos, demônios, fadas etc.;
- b) *entidades*: espíritos, almas;
- c) *forças*: Espírito Santo, *mana*;
- d) *almas dos mortos*: ou espectros.

Os seres espirituais são considerados bons (anjos), maus (demônios), neutros (duendes). Residem nos mais diferentes lugares: céu, inferno, montanhas, florestas etc.

As forças ou poderes sobrenaturais, generalizados, impessoais, encontram-se no universo, mas de modo invisível e independente de seres sobrenaturais determinados.

As almas dos mortos ou espectros, liberadas do corpo após a morte, interessam-se pelos vivos e continuam sendo membros da sociedade. Podem ser benéficas ou maléficas e possuir muitas das funções e características dos espíritos, mas diferem deles quanto à origem e afinidade com os seres vivos, e assemelham-se a estes nos sentimentos, emoções, apetites e comportamentos.

Muitas sociedades temem as almas dos mortos, chegando a abandonar suas casas, porque alguém lá morreu (índios americanos, Esquimós), ou as consideram prejudiciais e até malignas.

8.1.3 Cultos

Culto é uma série de atos contidos na veneração ou comunicação com seres sobrenaturais. Consiste no conjunto de crenças, rituais e divindades, associados a objetos, lugares específicos, oficiantes e crentes. Varia na estrutura, organização e realização, no tempo e no espaço. Cultuam-se espíritos e antepassados.

OBJETOS SAGRADOS. Referem-se àqueles que fazem parte do culto. Podem ser adorados, venerados ou utilizados nos rituais. Compreendem imagens, objetos rituais, máscaras etc.

- a) *Imagens:* são representações de uma divindade, um espírito, um deus, através da escultura, da pintura, do desenho etc. Podem ser antropomórficas (forma humana), zoomórficas (forma animal), antropozoomórficas (forma humana e animal) ou amorfas, ou seja, sem forma determinada.

Exemplos: deuses egípcios, orixás de Candomblé, “ídolos” de sociedades tribais etc.

- b) *Objetos rituais:* englobam tanto objetos de uso comum (armas, utensílios, roupas), utilizados nos cultos, quanto os especialmente confeccionados para determinados rituais (tambores, bastões, vasos etc.).

Exemplos: atabaques, colares, trajes de Umbanda; indumentária, chocalho, bastão da Festa do Sol (México).

- c) *Máscaras:* incluem tanto as de cabeça quanto as de todo o corpo, usadas como disfarce nos mais diversos rituais. Simbolizam autoridade, prestígio ou têm efeitos medicinais. Podem ser simples ou artisticamente ornamentadas, tomar diferentes formas e representar homens, animais ou seres sobrenaturais.

Exemplos: Diablada (Peru), Dança do Cervo (México), palhaços de Folia de Reis (Brasil).

Na fabricação de imagens, objetos rituais e máscaras, são utilizados os mais diferentes materiais: metal, madeira, osso, argila, tecido, couro, conchas, cascas de árvores, fibras vegetais etc.

As imagens e alguns objetos rituais, geralmente, são considerados moradas temporárias de uma entidade sobrenatural. Nesse caso, recebem tratamento cerimonial específico.

FORMAS DE RITUAL. As formas de ritual variam de acordo com a organização do culto. Consistem em atos religiosos como rezar, cantar, dançar aos deuses, ofertar coisas, fazer sacrifícios. Há três formas principais de ritual: oração, oferenda e manifestações.

- a) *Oração ou prece:* invocação oral dirigida a seres sobrenaturais, feita pelos adeptos do culto, guiada ou não pelos oficiantes. Pode ser de louvação, petição, súplica, agradecimento ou propiciatória (para apaziguar a ira dos deuses). É uma técnica básica de relacionamento com o sobrenatural; atitude de subordinação.

Realiza-se em determinado momento e lugar, sendo acompanhada de prostrações, posturas especiais (ajoelhado, sentado, de pé, curvado), de movimentos (danças, palmas, sapateados) e de música. Pode ser simples ou elaborada, curta ou longa, casual ou formalizada, específica ou geral. As canções podem substituir as orações faladas.

Exemplos: orações para louvar certa divindade, agradecer benefícios (boas colheitas, chuva), implorar proteção, bons negócios, pedir a cura de doenças, fechar o corpo etc.

- b) *Oferenda:* consiste em ofertar alguma coisa aos seres sobrenaturais: fruto de colheitas, parte da caça, da pesca ou da coleta; objetos de valor (jóias, armas, utensílios), flores, comidas, bebidas etc. Animais e até seres humanos são, muitas vezes, sacrificados e seus corpos oferecidos às divindades. No caso de animais, podem-se oferecer: apenas o sangue e a gordura; toda a carne, preparada e cozida, colocada em um lugar especial; o animal totalmente queimado em um altar; o animal vivo.

As oferendas, quando em alimentos, podem apodrecer no local, ser ingeridas, em parte, pelos sacerdotes ou oficiantes, ou ser distribuídas entre os devotos. Neste caso, realiza-se uma festa para a distribuição.

Exemplos: festa de Iemanjá (flores, comidas, bebidas, jóias, pequenos animais); Templos Xintoístas (bebidas, comidas, flores etc.).

Quando um animal é dedicado a um ser superior, pode converter-se em animal de culto.

Exemplos: o búfalo entre os Hindus; o canguru, para os Aborígenes australianos.

- c) *Manifestações*: consistem em uma série de atos ou movimentos rítmicos (danças, mímicas, dramatizações), procissões, geralmente acompanhadas de cantos e de música.

Realizada por um indivíduo ou grupos especiais, com a participação direta ou indireta dos adeptos, constitui parte importante do ritual.

Exemplos: a Dança do Sol (índios americanos), o Catimbó (Bahia).

Algumas vezes, toda a comunidade pode participar dos cultos; em outras, apenas os oficiantes. A idade e o sexo também estão sujeitos a regras: muitas vezes, crianças e mulheres são excluídas e até mesmo proibidas de participar ou de se aproximar do local onde estão sendo realizados determinados cultos.

TIPOS DE RITOS. Os principais tipos de ritos são: propiciatórios, de passagem ou transição e de iniciação.

- a) *Propiciatório ou intensificação*: quando se suplica a benevolência dos seres espirituais. Realiza-se uma cerimônia no sentido de levar as forças sobrenaturais a atender às necessidades de dada população, favorecendo o abastecimento vegetal e animal, principalmente às relacionadas com a sobrevivência.

Há rituais para chover, quando a estiagem se prolonga em demasia, para a preparação do plantio e da colheita, início das atividades coletivas de caça e pesca, defesa contra epidemias e pestes, regresso vitorioso de uma guerra etc.

As cerimônias, em geral, consistem em cantos, danças, orações, atos de magia, pantomimas etc.

Exemplos: canto da Noite, dos índios Navajos (Estados Unidos); rituais dos horticultores de Trobriand; festivais de Tallensi.

- b) *De passagem ou de transição*: quando um complexo de rituais é realizado por ocasião da passagem dos indivíduos de um estado social para outro, ou seja, quando ocorrem importantes modificações no *status* social. São quatro e variam muito de uma sociedade para outra.
- *Nascimento*: ritual realizado quando a criança nasce, a fim de purificar mãe e filho, tornando-o forte, rico, e para obter proteção dos espíritos; receber um nome.
 - *Puberdade*: prática dedicada aos jovens que atingem a fase da puberdade, ou seja, quando estão aptos para a procriação. O ritual pode incluir danças, isolamento, proibições, jejuns, missões (caça). Há ritos de passagem para ambos os sexos.

- *Matrimônio*: atividade socialmente aprovada, relativa ao casamento. Inclui sua promulgação e todas as festividades próprias do casamento.
- *Morte*: ritual realizado por ocasião da morte de alguém. Quanto mais elevado o *status* de uma pessoa, mais demorada e prolongada será a cerimônia ou funeral. Há choros, danças, cantos, lamentações, escarificações no corpo (para ressuscitar o morto), comida, bebidas etc.

Exemplo: funeral dos Bororo.

O primeiro autor a estudar os Ritos de Passagem foi Van Gennep.

- c) *De iniciação*: cerimônia efetuada por ocasião da passagem da idade, de jovem para adulto, celebrada com festas e competições variadas. Os jovens são submetidos a provas de resistência onde devem demonstrar seu grau de maturidade: força, coragem, destreza etc. Algumas sociedades tribais têm diferentes graus de iniciação, cujo propósito é ingressar o jovem tanto no *status* de adulto quanto no de grupo religioso.

Fazem parte do ritual: reclusão, mutilação, representações simbólicas da morte e da ressurreição, exibição de objetos sagrados, instruções especiais etc.

Exemplo: o Waia, iniciação dos jovens Xavante, do sexo masculino.

MÉTODOS. Entre os diversos métodos rituais, dois deles são os mais utilizados: ordálio e adivinhação.

- a) *Ordálio*: método ritual para comprovar um testemunho. O mestre religioso recorre a poderes sobrenaturais a fim de saber se uma acusação é verdadeira ou falsa. Para obter uma resposta, ele submete o litigante a testes físicos (veneno, fogo), muitas vezes perigosos, que podem ferir ou matar o trapaceiro. Se ele sair ileso, está comprovada sua inocência. O teste, às vezes, é administrado em um animal, em vez de em um ser humano.
- b) *Adivinhação*: método usado pelo chefe religioso (adivinho) para conseguir um juízo, obter um conhecimento prévio sobre o desconhecido ou o futuro de alguém. Para isso, ele estuda as evidências (incompletas) apresentadas em várias manifestações ou sinais. São dois os principais métodos de adivinhação:
1. quando o adivinho manipula diferentes objetos, como ossos, couros, búzios, conchas, vísceras de animais ou de pessoas mortas;
 2. quando ele se transforma em veículo do ser espiritual, falando em seu nome.

Exemplo: interpretação dos sonhos entre os Xavante.

OFICIANTES. Os rituais, os cultos, as cerimônias só podem ser realizados por determinadas pessoas: sacerdotes, reis divinos, chefes religiosos, especialistas, oráculos (peritos) etc.

- a) *Sacerdotes*: indivíduos preparados e consagrados desde a infância. Os cargos que ocupam são hereditários ou acidentais. Neste caso, um incidente qualquer, por exemplo, uma doença, pode ser indicativo de que o indivíduo foi escolhido pelos espíritos.

A função do sacerdote requer longos anos de aprendizagem e de experiência, para conhecer ao máximo crenças e rituais e adquirir certo grau de aptidão. Dessa maneira, nem todos podem exercer essa função. O sacerdote é um ministro religioso cuja autoridade sobrenatural lhe foi atribuída através de um culto. Representa o intermediário entre os homens e os deuses. Mesmo havendo mulheres feiticeiras e sacerdotisas, geralmente cabe aos homens o poder religioso.

Exemplo: sacerdotes brâmanes (Índia).

- b) *Reis divinos*: pessoas que não só realizam cultos, mas também são objetos de culto, por serem consideradas semideuses.

Freqüentemente, sua vida, alimentação, sono e outras atividades pessoais são regulados por diferentes rituais; muitas vezes, nem a morte pode ser natural.

Exemplos: Dalai Lama, rei-sacerdote do Tibete; realeza da África e da Índia, onde as mulheres são imoladas (queimadas vivas) nas piras funerárias dos príncipes seus maridos, para acompanhar os espíritos deles.

- c) *Chefes ou ministros religiosos*: indivíduos com qualificações para lidar com o sobrenatural, recebendo bom preparo sobre rituais e crenças, mas que não são sacerdotes. Precisam ter aptidão e habilidades especiais e isolar-se, durante certo tempo, das atividades de produção alimentícia.

Freqüentemente, desenvolvem a auto-hipnose e a dissociação, a fim de poderem, em determinados cultos, não só evocar, mas também transformar-se em veículos de alguns espíritos. Para esse estado de “transe”, ou de “incorporação”, faz-se necessário um ambiente propício, lugar adequado, com orações, concentração, danças, cantos, movimentos rítmicos, gestos acompanhados de instrumentos musicais (atabaques, chocalhos, matracas, agogôs etc.). Quando “possuído”, o chefe religioso executa atos ligados ao espírito, que são reconhecidos como tal pelos adeptos do culto. Nesse estado de possessão, ele pode orientar, dar conselhos e consultas, curar doenças, receitar remédios, ordenar sacrifícios, prever o futuro, solicitar oferendas, abençoar,

amaldiçoar etc. São chefes religiosos: magos, feiticeiros, curandeiros, pais-de-santo etc.

Segundo Eliade (1960:19), xamã é “um mago e um homem-médico (...) podendo ser também sacerdote, místico e poeta”.

Exemplos: pai-de-santo (Candomblé); pajé.

- d) *Especialistas*: são os peritos em algumas atividades (caça, pesca, horticultura, agricultura, construções de canoas, habitações, guerra etc.) e responsáveis pelos rituais necessários ao bom empreendimento delas.

Exemplo: o xamã, entre os Trobriandeses, que realiza rituais em todas as fases do plantio e colheita.

- e) *Oráculos* (peritos): são pessoas capacitadas para obter o conhecimento de agentes sobrenaturais. Frequentemente, estão associados a determinado culto, mas são consultados inclusive por indivíduos de outros cultos.

Em assuntos graves, a fim de saber quem deve ser consultado – o oráculo, o adivinho ou outro especialista – as pessoas valem-se de diferentes métodos, como o da “cara e coroa”, realizado com moedas.

Exemplo: Oráculo de Delphos.

SANTUÁRIOS. Trata-se de uma construção considerada sagrada, onde se realizam cerimônias, cultos ou rituais, queimando-se incensos, acendendo-se velas, orando etc. Podem estar vazios, abrigar objetos de culto ou se constituir na morada fixa ou temporária de deuses e espíritos.

Templos, casas, cidades, sepulturas, estábulos, árvores, objetos, pedras, animais e até cacos de cerâmica podem ser considerados santuários.

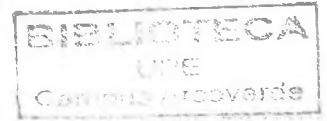
O estabelecimento de um templo requer uma grande e complicada série de rituais e sacrifícios, a fim de nele se instalar a imagem de determinado deus ou deuses. Cada templo tem um ou mais sacerdotes ou sacerdotisas, que se encarregam das cerimônias.

Exemplos: Templos Xintoístas (Japão), construídos no meio de bosques; Meca, a cidade santa para os muçulmanos; estábulos dos Toda (Índia).

LUGARES SAGRADOS. São locais ou acidentes geográficos que constituem a morada definitiva ou temporária de espíritos ou deuses. Montes, picos de montanhas, rochas, bosques, árvores, rios, lagos podem ser considerados sagrados e, às vezes, até o caminho por onde passou um rei divino (Tibete). São visitados em ocasiões especiais, quando então se celebram cerimônias e

rituais com oferendas, orações, sacrifícios etc. Outras vezes, são temidos e, portanto, evitados.

Exemplos: Monte Himalaia; Lago Sagrado de Brama, em Pusjkar; Rio Ganges (Índia); Monte Olimpo (Grécia) etc.



8.1.4 Funções da Religião

A religião, para Keesing (1961:494), tem duas funções básicas:

- a) *Explanatória*: à medida que “responde sistematicamente aos porquês totais, relacionados diversamente com:
 - *a existência*: natureza do mundo e do homem;
 - *o poder*: forças dinâmicas do universo;
 - *a providência*: funções de manutenção do bem-estar;
 - *a mortalidade*: vida e morte dos indivíduos”.
- b) *Interpenetrativa*: dado que “ela tende a interpretar todo comportamento importante e valorizado”. Liga-se aos diferentes setores da vida humana como economia, política, família, lazer, estética, segurança etc.

As funções sociais da religião, para Raymond Firth (1974:258-266), consistem:

- a) “em elemento forte e positivo na composição e organização da vida social;
- b) no estabelecimento da autoridade para a crença e para a ação;
- c) na provisão de significação para a ação social, fornecendo padrões e ordem (...) e permitindo a interpretação em termo de fins últimos;
- d) a expressão de conceitos de criação estética e de imaginação;
- e) em força de ajustamento pessoal”.

A religião, de modo geral, reforça e mantém os valores culturais, estando muitos deles ligados à ética e à moral, pelo menos implicitamente. Sustenta e incute normas particulares de comportamento culturalmente aprovadas, exercendo, até certo ponto, poder coercitivo. Ajuda na conservação de conhecimentos ao transmitir, através de rituais e cerimônias dramatizadas, os procedimentos ou normas de conduta importantes em determinada cultura.

8.1.5 Teorias da Religião

Várias são as teorias sobre a origem do fenômeno religioso formuladas por antropólogos e outros cientistas. Evans-Pritchard (1978:35-109) classifica as teorias em psicológicas e sociológicas.

TEORIAS PSICOLÓGICAS. Assim denominadas por tentarem explicar a religião tomando por base os sentimentos, uma vez que ela impregna o pensamento e as emoções das pessoas.

As principais teorias psicológicas são:

- a) *Mito natural* (sobrenatural): criada por Müller, cronologicamente a primeira a ser anunciada. Sustenta que o homem primitivo possuía uma tendência para personificar e venerar fenômenos naturais: Sol, Lua, estrelas, rios, estações do ano, aurora, raio, trovão, chuva etc. O homem não teria criado a religião, mas a beleza e a magnitude dos fenômenos da natureza despertaram nele sentimentos em relação ao infinito, à crença em divindades com poderes de dirigir a natureza. A gênese da crença seria o medo do sobrenatural.

Exemplo: os megálitos são interpretados como culto ao Sol.

- b) *Animismo* (alma): desenvolvida por Tylor, significa a crença em seres espirituais ou espíritos pessoais que animam a natureza. A necessidade de compreender sonhos, alucinações, sono, vida, morte levou o homem a acreditar na existência de um “eu” com propriedades espirituais e dotado de poderes sobrenaturais. Esses seres, essencialmente etéreos, são conhecidos como almas, fantasmas, assombrações, espíritos de plantas e de animais, gênios, espectros, fadas, demônios, anjos, deuses etc. Transcendem a matéria.

A base do animismo é o conceito de alma que, embora intangível, significa a força vital que anima o corpo. Quando o homem dorme, a alma vagueia; quando ela não volta, ele morre.

Não só os homens, mas também os animais, vegetais e até objetos inanimados são dotados de alma.

Para Tylor, o animismo, “em seu pleno desenvolvimento, abrange a crença nas almas e num estado futuro, o controle de divindades e de espíritos subordinados, resultando praticamente dessas doutrinas um gênero de adoração ativa” (Apud Herskovits, 1963:142).

- c) *Animatismo* (*mana*, poder): Marret e outros entenderam que havia crenças na existência de um poder impessoal ou “força espiritual”,

não oriunda de qualquer forma de ser. Essas forças (semelhantes ao *mana* dos povos da Oceania) são atributos essenciais de objetos vegetais, animais e de pessoas, e conferem-lhes capacidade e propriedade superiores aos demais de sua espécie. Não consiste em uma força vital nem em obra dos espíritos, mas no poder de fazer coisas excepcionais, incomuns. O *mana* transcende o natural; está acima do âmbito das coisas ordinárias, comuns. É, portanto, sobrenatural.

- d) *Manismo* (*manes*, espírito dos mortos): para Spencer, o culto aos mortos (fantasmas, sombras) e a veneração de seus espíritos é que deram origem à religião.
- e) *Magia*: Frazer entendeu que o homem, não sendo capaz de controlar de modo mágico o mundo ao seu redor, acreditou na existência de forças desconhecidas, com poderes acima dos seus. Através do culto, aproximou-se delas.
- f) *Totemismo* (totem): Frazer, Goldenweiser e outros interpretaram o totemismo como a adoração da natureza. Eram atribuídas aos animais, plantas e objetos qualidades espirituais. A crença de que alguns grupos descendem de um antepassado comum – animal, vegetal ou mineral – deu origem a uma atitude de reverência para com seus representantes.

Tylor e outros não concordaram com a existência de um totem individual, uma vez que este pode ter funções diversas nas diferentes culturas.

No totemismo, o animal totem (vaca, canguru etc.) muito raramente pode ser sacrificado ou comido (Austrália). Geralmente, recebe tratamento semelhante ao de qualquer membro da tribo.

TEORIAS SOCIOLÓGICAS. As teorias sociológicas da religião são aquelas cujo fundamento explicativo diverge do das psicológicas, uma vez que a religião é vista como um fenômeno social.

Entre os autores que fazem essa abordagem, encontram-se Durkheim, Fustel de Coulanges, R. Smith, Marcel Mauss e Radcliffe-Brown.

A principal teoria sociológica refere-se ao sagrado e ao profano.

Sagrado e profano: R. Smith e depois Durkheim refutaram o argumento de que a religião teria se originado das crenças em seres sobrenaturais. Para eles, a religião iniciou-se a partir dos ritos e cerimônias (cantos e danças) que, intensificando as emoções, levaram os participantes ao êxtase. Essas emoções, difundidas entre os presen-

tes, fizeram com que eles acreditassem estar “tomados” por poderes sobrenaturais.

Sobre esse enfoque, a religião consiste na solidariedade de expressão e na crença coletiva, maneira de fortalecer os laços sociais. Crenças e rituais simbolizam a sociedade e distinguem o sagrado do profano.

Para Durkheim:

- *sagrado*: refere-se ao incomum, ao extraordinário, ao sobrenatural; gera atitudes de medo, de circunspeção, de sensação do desconhecido;
- *profano*: significa o cotidiano, o natural, o comum; implica atitude de aceitação, familiaridade, do conhecido.

Atualmente, os antropólogos têm procurado uma aproximação entre as duas abordagens – psicológica e sociológica –, procurando uma teoria central.

8.2 Magia

A magia, da mesma forma que a religião, deriva da crença na existência de poderes sobrenaturais, só que não faz apelos aos espíritos.

Keesing (1961:500) define magia como “uma variedade de métodos pelos quais o homem pretende influir automaticamente no curso dos acontecimentos, por meio de mecanismos relacionados com o sobrenatural”. Para Hoebel e Frost (1981:449), consiste no “controle de forças sobrenaturais por meio de fórmulas compulsivas”. Mauss (1972:265) considera-a como “um conjunto de ritos e crenças”.

A magia, portanto, refere-se a um tipo de técnica para controlar a natureza, a fim de obter coisas ou precaver-se contra forças misteriosas. É praticada por alguns indivíduos, com objetivo específico.

Na magia, o feiticeiro ou mago manipula as forças sobrenaturais animatistas ou manistas através de certos rituais. Vale-se de ações, objetos mágicos e fórmulas verbais apropriadas (encantamentos), os quais têm poderes intrínsecos ou estes lhes são atribuídos pelo mágico.

Algumas vezes, torna-se difícil distinguir religião de magia, como ocorre na Melanésia, onde o feiticeiro é também o sacerdote. Outras, pode-se confundir magia com *mana* (poder), mas o feiticeiro raramente se vale de coisas sagradas para os seus rituais.

8.2.1 Tipos de Magia

A magia pode assumir várias formas, mas os tipos mais comuns são três:

- a) *Analógica ou imitativa* (homeopática): crença de que o semelhante produz o semelhante, ou seja, de que um efeito se parece com sua causa. Acredita-se que uma pessoa pode ser ferida ou morta, machucando-se ou destruindo uma imagem sua. O mágico confecciona um boneco de argila, madeira, pano ou outro material. Depois, em local apropriado (geralmente, campo ou mata), ele recita vários encantamentos e feitiços para identificar a imagem com a referida pessoa. Em seguida, espeta o corpo do boneco com alfinetes, espinhos, furadores, facas ou o destrói, podendo também enterrá-lo. Ocorrerá com a vítima o que for realizado com a sua imagem.
- b) *Contagiosa*: crença de que as coisas, uma vez em contato com alguém, continuarão atuando entre si, mesmo distantes: dono e objeto permanecem unidos para sempre. Assim, o bem ou o mal feitos a um objeto qualquer, que pertenceu ou esteve anteriormente ligado a uma determinada pessoa, podem atingi-la. Esses objetos podem ser: cabelo, unha, roupa, retrato, sangue, ossos, excrementos, plantas, animais etc.

O feiticeiro, no caso, procura um objeto qualquer relacionado com a sua pretensa vítima e exerce magia sobre ele. Às vezes, lança impropérios até sobre seus alimentos, podendo causar doenças e até a morte.

- c) *Simpática*: quando a magia é realizada no sentido mágico de exercer influência sobre uma pessoa, valendo-se de seu poder.

A magia também pode ser empregada com a finalidade de proteger o indivíduo ou grupo, em determinadas circunstâncias: na guerra, na caça, em viagem, nas plantações, nos negócios, no amor etc.

A magia recebe também as seguintes designações:

- a) *Branca* (boa ou benéfica): quando as forças sobrenaturais são invocadas em benefício de alguém.
- b) *Negra* (má ou maléfica): quando é realizada para fazer o mal.

Nem sempre há muita diferença entre elas. A bruxaria e a feitiçaria, mesmo que sejam empregadas, freqüentemente, com o objetivo de causar o mal a alguém (anti-social), algumas vezes podem ser benéficas, ou seja, quando visam punir um criminoso, vingar a vítima etc. Comparando-as, a bruxaria é considerada menos prejudicial, pois tem poder maléfico menor.

Muitos ritos mágicos necessitam ser desempenhados por jovens, virgens, de um ou de outro sexo, ou por adultos que venham praticando a castidade há algum tempo. O jejum e a abstinência de carne também ajudam o mago, aumentando-lhe os poderes.

O mestre da magia consegue seu poder através de adestramento ou por herança. Acredita em sua força para controlar os poderes sobrenaturais, em dadas circunstâncias, ou seja, tem poder sobre o poder.

A magia, muitas vezes, parece funcionar, se o mago for um hábil prestidigitador, agindo com muita convicção e sugestionando os participantes do ritual.

8.2.2 *Religião e Magia*

A religião não deve ser confundida com a magia, embora muitas vezes se encontrem associadas. A religião implica a crença em seres espirituais, deuses, o sobrenatural, sendo a oração a técnica usada pelos adeptos para relacionar-se com eles. A atitude religiosa é de humildade, submissão, reverência e adoração.

A magia não recorre aos seres espirituais. Vale-se de técnicas para controlar os poderes sobrenaturais. A atitude do mágico é de arrogância e autoconfiança, de compulsão, ou seja, coação sobre as forças da natureza (animismo, animatismo).

8.2.3 *Tabu*

Tabu é o elemento negativo da religião. Pode ser uma proibição ou um alerta (cuidado!) em relação a certos atos, geralmente relacionados a representações mágico-religiosas.

Nos primeiros estudos sobre a religião, o termo *tabu* indicava os símbolos da precaução contra coisas essencialmente perigosas, ou seja, os portadores de *mana* (poder). Os indivíduos temiam violar o padrão de conduta estabelecido, que poderia resultar em sérios castigos.

O tabu consiste, portanto, em um conjunto de normas, cada uma delas indicando um tipo de conduta, que, infringidas, levam o sobrenatural a prejudicar o infrator. Quem infringe um tabu está sujeito a penalidades ou sanções diversas. A violação causa, automaticamente, um mal à pessoa que o transgredir.

A quebra de um tabu coloca o indivíduo em situação de perigo, acarretando desastres, desgraças, doenças, mortes etc. Todavia, pode-se anular o mal, realizando um ritual específico de purificação.

O tabu reside em deuses, homens e objetos. Um alto chefe pode possuir *mana* (poder) devido à sua ascendência dos deuses, sendo um tabu por si mesmo. Nesse caso, ninguém, de poderes menores do que os dele, pode tocá-lo, pois ele se torna perigoso para os demais.

Quem possui *mana* tem condições de impor um tabu, uma proibição a algo de sua propriedade, impedindo seu uso por outras pessoas. E estas respeitam a proibição por temerem castigos sobrenaturais. Dessa maneira, o tabu pode ter importantes conseqüências sociais. A proibição de tocar ou colher inhames maduros, pertencentes a alguém possuidor de *mana*, desestimula o roubo.

Hoebel e Frost (1981:370-371) indicam três funções do tabu:

- a) *Manter o espírito de temor no sobrenatural*: na medida em que reforça as atitudes de cuidado e mistério, e de castigo, para os que desprezam ou profanam o que se refere ao sobrenatural.
- b) *Unir os membros de um grupo social*: separando-os dos outros grupos e fortalecendo seu senso de solidariedade.
- c) *Ser elemento básico de controle social*: dado que impõe certas restrições em determinadas circunstâncias.

Exemplos: aproximar-se de autoridade política; plebeu tocar na cabeça de um chefe (Polinésia) etc.

Literatura Recomendada

- BEALS, Ralph L.; HOIJER, Harry. *Introducción a la antropología*. Madri: Aguilar, 1969. Capítulo 18.
- BEATTIE, John. *Introdução à antropologia social*. São Paulo: Nacional: Edusp, 1971. Capítulos 12 e 13.
- DITTMER, K. *Etnologia general*. México: Fondo de Cultura Económica, 1960. Parte 3, Capítulo 3.
- ELIADE, Mircea. *El chamanismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1960.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Antropologia social da religião*. Rio de Janeiro: Campus, 1978.
- FIRTH, Raymond. *Elementos de organização social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. Capítulo 7.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1978. Parte 3, Capítulos 4 e 5.
- HERSKOVITS, Melville J. *Antropologia cultural: man and his work*. São Paulo: Mestre Jou, 1963. v. 2, Capítulo 13.

HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 1981. Capítulos 20 e 21.

KEESING, Felix M. *Antropologia cultural: a ciência dos costumes*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. v. 2, Capítulo 13.

MAIR, Lucy. *Introdução à antropologia social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. Capítulos 13 e 14.

MALINOWSKI, B. *Magia, ciencia y religión*. Barcelona: Ariel, 1974. Capítulo 1.

MAUSS, Marcel. *Manual de etnografia*. Lisboa: Pórtico, 1972. Capítulo 9.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973. Capítulo 8.

SHAPIRO, Harry (Org.). *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966. Capítulo 14.

TAX, Sol et al. *Panorama de antropologia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966. Capítulo 16.

Cultura Material

Desde as suas origens, o homem vem, paulatinamente, criando um ambiente secundário com os materiais de seu habitat. Ele se adapta aos diferentes ambientes, mas também os modifica.

A cultura material, como já foi dito, consiste em coisas materiais, bens tangíveis, fruto da criação humana.

Etnólogos, arqueólogos, antropólogos culturais e outros estudiosos consideram os objetos materiais – ferramentas, utensílios, armas, construções etc. – como cultura material.

Os diversos aspectos da cultura material de um povo são importantes por si mesmos, por sua utilização, pelas informações que encerram as relações com muitas práticas rituais e como demonstração de um processo tecnológico.

Para Keesing (1961:307), a cultura material “tem a distinção especial de ligar o comportamento do indivíduo a coisas externas feitas artificialmente: os artefatos”. Engloba, portanto, uma infinidade de objetos e coisas, feitas de matérias-primas as mais diversas, encontradas nos diferentes habitats da Terra, resultantes de inúmeras técnicas.

Os artefatos apresentam dois elementos básicos:

- a) *Forma*: aspecto exterior distinto, padronizado e reconhecido como tal, embora possa ter acabamento simples ou requintado: machado, cesta, canoa, redes etc.
- b) *Função*: utilizada, serventia, uso.

Os aspectos da cultura material abordados neste capítulo abrangem: habitação, transporte, indumentária e adornos, recipientes e têxteis, instrumentos e armas.

9.1 Habitações

As habitações variam muito no tempo e no espaço e estão intimamente relacionadas com o hábitat, o clima, a matéria-prima local e a tecnologia. A organização social, o tipo de economia e a segurança da sociedade também influem na estrutura da casa.

Os primeiros indícios de habitações encontradas pelos arqueólogos reportam ao Paleolítico. O Neolítico, entretanto, apresenta maiores evidências, com a presença das palafitas, plataformas, casas de ossos, de paredes de pedra e as semi-subterrâneas. E, através dos séculos, novos tipos foram surgindo.

Os estudos realizados pelos antropólogos têm demonstrado que há uma grande variedade de habitações e de material; elas diferem em relação ao formato e à finalidade. Podem ser arredondadas, ovaladas ou retangulares; sólidas ou não; individuais ou coletivas, unidas ou espalhadas; de um ou mais andares, semi-subterrâneas, simples ou ornamentadas etc. Neste caso, indicam posição social ou função.

Na construção das casas primitivas – paredes e tetos – foi empregada uma grande variedade de materiais: estacas, cascas de árvore, colmo, capim, esteiras, peles, feltros, neves, couro, barro, pedras, ossos etc. O material utilizado vai depender do existente no hábitat, do clima e da cultura. De modo geral, a madeira e a fibra vegetal estão entre os mais disponíveis.

A atividade do grupo constitui um fator que influencia o tipo de moradia. As habitações de grupos nômades diferem das dos sedentários, na medida em que uma é transitória e a outra, fixa. Também parece haver uma correlação quanto ao formato: os nômades, em geral, constroem casas circulares e os sedentários, oblongas ou quadradas.

ALDEIA NEOLÍTICA. Arqueólogos israelenses descobriram os restos de uma aldeia do V milênio a.C. no *kibutz* Hagoshrim, ao norte do país, com objetos de pedra vulcânica e selos de pedra. Segundo o jornal *Haaretz*, de Tel-Aviv, os restos da aldeia pertencentes ao período Neolítico mostram que “naquela época já havia um avançado sistema burocrático e de relações comerciais de grandes distâncias”.

Principais tipos de habitações registradas entre sociedades simples ou ágrafas:

9.1.1 Cavernas

Supõe-se, em face de alguns indícios, que as cavernas e os abrigos rochosos tenham sido utilizados como habitações na Ásia, África e Europa, desde o Paleolítico Médio. Embora ainda hoje existam grupos humanos residindo nesses

tipos de locais, isso não quer dizer que tenha havido uma Era do Homem da Caverna. Parece mais que a humanidade sempre preferiu viver em campo aberto ou construir seus próprios abrigos ou casas.

Se as cavernas, por um lado, podem proteger o ser humano contra as intempéries (chuvas, frio, neve), os animais, os inimigos, por outro lado, apresentam algumas desvantagens em relação às populações nômades – caçadores, coletores e pastoreadores –, pela distância da água e alimento. Muitas vezes, estão localizados em lugares insalubres.

Nativos de Melanésia, populações de Cashemira estão entre os povos que, ainda hoje, residem em cavernas e abrigos rochosos.

9.1.2 Anteparos

O anteparo consiste em uma armação semicircular, provisória e de estrutura frágil, construída de ramos entrelaçados, cascas ou lascas de árvores, às vezes coberta de erva. Serve de abrigo contra o vento.

O anteparo está relacionado com os caçadores e coletores. O grupo nômade freqüentemente constrói uma sucessão regular de habilitações, de inverno e de verão. Dessa maneira, elas devem ser de fácil transporte ou de construção rápida.

São encontrados entre Aborígenes da Austrália, Bosquímanos do Sul da África e Pigmeus das Filipinas, índios do Chaco e do Brasil. Os Bosquímanos constroem os artefatos em torno de um fogo “sagrado” (lugar de culto) e os Dâmaras, em torno de uma árvore “sagrada”.

9.1.3 Tendas

A tenda é uma construção de forma cônica, com armação de varas unidas na extremidade superior e revestida de peles ou de casca de árvores superpostas, chegando a medir 8 m de altura. Fácil de armar, desarmar e transportar, ocupa pequeno espaço. Entretanto, resiste aos ventos fortes, chuvas, neve, frio e calor. Relaciona-se com povos nômades, principalmente pastores e caçadores. Atualmente, encontram-se tendas de tetos retangulares.

A cobertura varia de acordo com as regiões e povos: peles de rena (Esquimós), guanaco (Patagões), feltro ou tiras de casca de bétula, pinheiro e larício (siberianos).

São encontradas em todo o Norte da Ásia, no Norte da América até o Texas e na Terra do Fogo.

9.1.4 Abrigos Semi-subterrâneos

São vivendas que têm como base um fosso de mais ou menos 60 cm de profundidade, de onde são levantados postes que sustentam a cobertura, geralmente de ramos entrelaçados. Chegam a medir 15 a 20 m de diâmetro, podendo ser retangulares ou circulares. Datam do Paleolítico Superior.

As primeiras foram descobertas pelos antropólogos, no Sul da Rússia; depois, encontradas por todo o hemisfério Norte. São comuns, ainda hoje, entre povos siberianos, Esquimós ocidentais e certas tribos da América do Norte. Na Califórnia, por exemplo, as casas-fossos ou casas-de-covas constituem locais de reuniões para homens ou câmaras cerimoniais (Kivas).

Às vezes, esses abrigos possuem uma estrutura de madeira e de ossos de baleia, com cobertura de couro, ervas ou fibras vegetais, forradas com terra (casas-de-terra).

9.1.5 Cabanas

Tipo de habitação que predomina entre povos sedentários. Possuem os mais diferentes formatos – quadrada, retangular, circular, ovalada, oblonga – e diversos tamanhos. Os tetos podem ser planos, cônicos, com alvéolos, em forma de sela etc. Fazem-se paredes de madeira, ervas, ramos flexíveis atados em cima, junco, esteira, argila etc., revestidas, às vezes, com barro, excremento de animais, pedras etc.

Na cabana de cortiça, não se distingue a parede do teto. As retangulares, com telhados de duas ou quatro águas, predominam nas regiões de florestas.

As casas sobre estacas, as palafitas, edificadas em zonas lacustres, têm o piso acima do nível da água. São encontradas na América do Sul, Malásia e Melanésia.

As casas de neve (*iglus*) são habitações de estrutura cuneiforme, construídas com blocos de gelo, utilizados pelos Esquimós, que também constroem vivendas de pedras, líquenes, crânios e ossos de baleia. Às vezes, a casa é de pele, mas coberta de neve.

As habitações variam em relação a seu uso e função: familiares, dos homens, das mulheres, das menstruadas, das parturientes; cozinhas, celeiros, oficinas; locais de reuniões, templos etc. A disposição também diverge: circulares, semicirculares, em ferradura, retangulares etc., tendo uma praça no centro.

O mobiliário das habitações varia de acordo com o grupo, o tipo de vivenda, os recursos materiais, a técnica, as necessidades funcionais, fatores sociais, estéticos e outros.

TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO PRIMITIVAS. Na cidade de Dejnne, na República do Mali, África Ocidental, as edificações são feitas inteiramente de barro, dando a impressão de que continuam a natureza na região, o que, aliás, também se dá em outros pontos do oeste africano. Terra, pedra, palhas, troncos: esses materiais se combinam em múltiplas variações, formando cubos, cilindros, cones ou paralelepípedos que irão proteger pessoas, alimentos e utensílios da ação das chuvas, do sol e dos ventos. A terra misturada com a água forma o barro, matéria-prima mais utilizada na construção de paredes em forma de tijolo ou apenas socado.

9.2 Transportes

Entre as sociedades simples ou ágrafas, os meios de transporte podem ser classificados em duas categorias principais –, terrestres e aquáticos –, embora as funções de ambos sejam as mesmas: transportar bens ou indivíduos de um lugar para outro.

Não há provas concretas sobre o transporte no Paleolítico. O primeiro vestígio aparece no Mesolítico Escandinavo (Cultura Maglemosa), com um tipo de canoa. Quanto ao Neolítico, as provas referem-se apenas aos aquáticos: canoas e pirogas. A Idade do Cobre apresenta não só barcos maiores como alguns tipos de transportes terrestres.

A maneira mais simples de traslado reside na força-motriz, por meio das mãos, braços, ombros, cabeça e pernas, carregando ou arrastando bens e artefatos. Essas limitações diminuíram com a domesticação dos animais: cão, cavalo, rena, burro, boi, búfalo, elefante, lhama etc.

Se, no princípio, o homem se locomovia a pé e descalço, algumas invenções propiciaram proteção a seus pés: a sandália, no Velho Mundo; a mocassina, no Novo; a bota, entre os cavaleiros da Ásia Central; a raqueta de neve (redonda ou ovalada), difundida por todo o hemisfério Norte, que facilitava a caça em zonas de neve alta; o esqui, no Norte da Ásia e da Europa. O esqui permite deslizar ao longo das ladeiras e a raqueta, o avanço, com dificuldade, na neve. Os esquis podem ser curtos e largos, tendo muitas vezes um revestimento de pele sobre a sola.

9.2.1 Transportes Terrestres

Todos os povos conhecidos valem-se de alguma forma de transportes terrestres e parece ter sido o trenó o primeiro deles. O mais antigo corresponde ao Mesolítico da Finlândia, mas também foi encontrado nas planícies do Oriente

Próximo, por volta de 4.000 a.C. Veio, a seguir, o carro de duas e quatro rodas, que se estendeu da Europa Ocidental até a China, antes de 3.000 a.C.

O trenó originou-se de tronco de árvore escavado, seguindo linhas diferentes:

1. forma de barco (pulka lapônica);
2. de prancha (Esquimós);
3. tobogã (de índios);
4. patins sobre rodas (Escandinávia).

Outro tipo de transporte encontrado entre índios da América do Norte e no Velho Mundo, da China à Escandinávia e às Ilhas Britânicas, é o *travois*. Há dois tipos: o primeiro, puxado por cães, consiste em duas varas separadas, em forma de um V alongado, presas uma de cada lado do animal e arrastadas, com a carga amarrada sobre elas. O segundo, puxado por cavalos, tem o mesmo formato, só que na parte traseira são colocadas algumas traves, entre as duas varas e um suporte atrás para amparar a carga.

O maior avanço dos transportes terrestres ocorreu com a invenção da roda (talvez derivada do rolete e inventada na Mesopotâmia antes de 3.000 a.C.). Os primeiros carros possuíam rodas sólidas e pesadas, mas o seu aperfeiçoamento, com a introdução de eixo e raias, permitiu maior velocidade às carruagens.

9.2.2 Transportes Aquáticos

O homem, primeiramente, utilizou troncos, cabaças e peles cozidas e infladas, para flutuar ou sustentar-se sobre as águas. Esse recurso ainda é muito utilizado por alguns povos.

A seguir, vieram as embarcações. A princípio simples, rústicas; depois, envolvendo técnicas cada vez mais complicadas, especialmente as relativas à navegação de alto-mar, que requerem conhecimentos sobre ventos, astros e instrumentos específicos.

Os primeiros meios de transportes aquáticos, de acordo com provas existentes, reduziam-se a canoas, pirogas, balsas e jangadas.

O material utilizado varia desde a madeira (troncos de árvores), bambu, junco, hastes de papiros, folhas de palmeira, cascas de árvores, cortiça, até o couro.

O tamanho e a resistência relacionam-se ao tipo de acidente geográfico: rios, lagos, mares e oceanos. Formato, função, técnica de construção e estética (simples ou ornamentados) também não são uniformes.

A embarcação liga-se ao tipo de atividade econômica, ao material disponível na região, à predileção da cultura.

Entre os barcos de pele encontram-se o “coracles” (Irlanda, País de Gales e Tibete), barco-touro (índios das Planícies, América do Norte), pelotas (habitantes dos Pampas, América do Sul), unimaque e caiaque (Esquimós). Os de cortiça (Ásia, América do Norte e Austrália) têm armação de madeira, cujas junções são calafetadas com resina vegetal. A cortiça, cuidadosamente costurada, reveste a embarcação.

Os barcos a vela revolucionaram os transportes marítimos, tal como a roda e a raqueta de neve o fizeram em relação aos continentes. Ao que tudo indica, originaram-se dos países entre o Mediterrâneo e a Índia; segundo Childe (1966:111), entre 6.000 e 3.000 a.C. Daí difundiram-se para as diferentes partes do Velho e Novo Mundo e a Oceania.

9.3 Indumentária

Vestimenta e adornos fazem parte da cultura de qualquer povo em todos os tempos.

9.3.1 *Vestuário*

A origem do vestuário parece estar ligada ao Paleolítico Superior, tendo em vista os artefatos correspondentes àquela época cultural, ou seja, botões e agulhas de osso e a raspadeira, embora esta seja anterior.

O homem teria usado peles de animais, primeiramente, para se aquecer.

Os estudos comparativos sobre o vestuário têm revelado que são várias as funções da roupa.

Em climas rigorosos, com invernos cruéis, a vestimenta serve, na maior parte das vezes, como proteção do corpo. Entretanto, alguns povos, como os Ona, da Terra do Fogo, e os Aborígenes australianos, não usam roupas, a não ser para atividades rituais. Populações de climas tropicais também tendem a vestir-se sumariamente.

A roupa pode proteger o corpo contra picadas de insetos, cobras, agressividade dos terrenos etc.

O pudor, no sentido de cobrir certas partes do corpo, é outra função do vestuário, mas varia grandemente de uma sociedade para outra. Os Esquimós, por exemplo, dentro de suas aquecidas casas, mesmo na frente de estranhos, tanto podem ficar desnudos da cintura para cima quanto usar apenas uma tanga de

cordas ao redor da cintura. Já os seus vizinhos, os índios do Lavrador, acham obsceno mulheres ou homens mostrarem qualquer parte do corpo, exceto o rosto e as mãos. Entre os Andamaneses, os homens podem ficar nus, mas, na maioria das vezes, usam um cinto com um tufo de folhas ou de cordas, e as mulheres quase nunca despojam suas tangas. As chinesas tentam ocultar seus pés, ao passo que as mulheres de povos fineses têm vergonha de descobrir a cabeça.

Outra função importante é a que indica o *status* social. Certas indumentárias só podem ser usadas por determinadas pessoas: reis, sacerdotes, chefes, pajés etc.

A vestimenta também pode indicar o sexo, quando discrimina o que os homens e as mulheres devem usar, idade, condição civil (preto para viúvas, entre povos árabes), profissão (pajé) etc. Pode ter função ornamental, na medida em que é enfeitada, a fim de embelezar o seu portador.

Diferentes matérias-primas são utilizadas na confecção das vestimentas: peles, folhas, colmos, capim, cascas, feltros, tecidos etc. As roupas podem ser costuradas, ajustadas aos contornos do corpo, ou soltas, flutuantes, colocadas sobre os ombros, como os ponches, as togas, os mantos etc. Em geral, a indumentária requer material macio, maleável, fácil de ser costurado e/ou pintado. Raramente é utilizado em seu estado natural.

De todos, o tecido é o que requer um processo de preparação maior: colher a matéria-prima, fazer o fio, tingir e tecer, para depois confeccionar a roupa. Na tecelagem, usam-se: algodão, linho, cânhamo e lã de carneiro. As peles precisam ser curtidas, amaciadas, afinadas; as cascas e fibras são esmagadas, comprimidas, coladas, desfibradas etc.

Alguns povos cobrem apenas os órgãos genitais; outros, o rosto, a boca, a cabeça, além do corpo.

Outra peça importante do vestuário é o calçado, mas uma grande parte da humanidade não o usa. Sua origem está associada aos aspectos mágicos, ou seja, ao colocar o pé diretamente no solo, recebem-se fluidos que dele emanam, e militares, podendo apagar com facilidade o rastro deixado pela sandália.

9.3.2 Adornos

O adorno é um aspecto universal da cultura. Relaciona-se com a cabeça, o tronco e os membros. Pode indicar idade, estado civil, *status* social, ocupação e outras situações. Mesmo que não usem roupas, vários povos ostentam adornos, que variam muitíssimo nas maneiras de serem usados.

Alguns adornos têm apenas a finalidade de enfeitar; outros possuem caráter mágico (amuletos, talismãs).

Em algumas sociedades, principalmente de clima tropical, o adorno nem sempre está associado à vestimenta, podendo até ser mais importante do que ela. Esses povos, além de usar uma variedade de enfeites, decoram o corpo com pinturas, tatuagens, escarificações etc. Esticam os pescoços, os lábios e as orelhas; colocam pedras no nariz, orelha, testa e rosto; moldam as cabeças e os pés das crianças; picam ou enegrecem os dentes. Usam enfeites nos cabelos, brincos nas orelhas, colares e braceletes. Colocam na cabeça vários tipos de chapéus, gorros, tocados, cocares etc. Pintam ou trançam os cabelos, cortam-nos ou fazem os mais diferentes penteados.

A pintura, às vezes, é limitada a acontecimentos cerimoniais (enterro, casamento), mas os desenhos e as cores variam muito. Os adornos são confeccionados dos mais diversos materiais: penas, plumas, conchas, dentes, ossos, sementes, couro, fibras, folhas, metal, tecidos, pedras, madeiras etc.

9.4 Alimentos e Estimulantes

A alimentação, necessária à sobrevivência humana, em parte, está relacionada com os recursos do meio ambiente e às técnicas conhecidas.

9.4.1 Alimentos

Duas são as espécies de gêneros alimentícios: vegetais e animais, domesticados ou não, obtidos em dois ambientes diversos, terra e água. Porém, cada povo concentra sua dieta em um número básico deles. Uma alimentação restrita à carne ou aos vegetais é rara, exceto entre alguns grupos ou cultos religiosos. Mesmo os Esquimós, que durante o longo inverno são forçados a ingerir somente carne, no verão procuram outros alimentos. E aqueles que vivem da coleta, horticultura ou cultivo, recorrem também à caça ou à pesca.

Além da função fisiológica – manutenção nutricional –, o alimento pode ser importante em outros aspectos da cultura, relacionando-se com a religião, a magia, o totemismo, com a idade e o sexo, com os vivos e os mortos, com a política, a arte e a recreação.

As oferendas aos deuses e aos mortos, o alimento das crianças, velhos e doentes, os cerimoniais etc. são exemplos comuns.

Não só plantas e animais fazem parte da alimentação humana. Alguns povos incluem outros gêneros em suas dietas: lagartas, besouros, formigas, cobras, sapos, ninhos etc.

A preparação de alimentos, em geral, é trabalho feminino, mas, no decurso de viagens e deslocamento de caças, os homens são obrigados a exercer essa tarefa. O modo de preparar as refeições, os condimentos utilizados e a maneira como é ingerido o alimento variam de cultura para cultura. Carnes e vegetais podem ser consumidos crus ou cozidos, fritos ou assados, fermentados ou podres, frescos, secos ou defumados, socados ou moídos. Entre os condimentos aparecem: sal, pimenta, alho, cebola, louro, hortelã, araticum, nozes, sementes, açúcar, mel e outros. Usam-se óleos e gorduras, manteiga animal e vegetal (frescas ou rançosas).

Além dos alimentos sólidos, o homem necessita, com freqüência, da ingestão de líquidos.

9.4.2 *Bebidas*

As diferentes populações do mundo tomam: leite materno, leite de vaca, cabra e égua (cru, fervido, azedo ou fermentado), sangue de alguns animais, água, caldo de frutas, café, chocolate, chás diversos, água de coco e outros.

As diversas formas de líquidos fermentados, adicionando-se bactérias, saliva ou açúcar, estão bem difundidas pelo mundo. Há cervejas de trigo, milho, arroz, mandioca, cana, guaraná, kava; vinhos de uva, de arroz, de palam; licores de frutas variadas; álcoois de arroz, erva-doce e chicha.

Da destilação, processo relativamente moderno, surgiram o uísque (cereais), o rum (cana-de-açúcar), o conhaque (uva), a vodka (centeio e batata), a tequila (piteira) e outros.

9.4.3 *Estimulantes*

Entre os estimulantes e narcóticos utilizados pelas populações humanas encontram-se o fumo (cigarro, charuto, cachimbo), originário da América do Sul, Central e do Norte, que depois se difundiu pela Europa e outras partes do mundo. Têm significação social e religiosa, entre algumas populações. Outros tipos são: bétel (Pacífico Ocidental), ópio (Ásia), coca, peiote, paricá, cânhamo (do Novo Mundo).

9.5 *Recipientes e Têxteis*

As sociedades ágrafas ou simples, freqüentemente, valem-se de objetos materiais como cabaça, coco, pedaço de bambu, casca de árvores, conchas, chifres, pedras para servirem de receptáculo a comidas e bebidas. Entretanto, também

confeccionam grande variedade de peças, utilizando diferentes materiais. Os mais antigos trabalhos de cestaria e de cerâmica datam do Neolítico.

9.5.1 Cestaria

O termo inclui não só os cestos, mas também as esteiras, as caniçadas e os trançados decorativos. O material empregado varia de uma região para outra, figurando entre eles: junco, vime, bambu, taquara, folhas de palmeiras, palhas, cipós, raízes etc.

No trabalho de cestaria, são empregadas três técnicas:

1. tecido (tafetá e sarja);
2. torcido (enrolado);
3. em espiral (entrecruzado ou costurado).

Cada uma dessas técnicas subdivide-se em várias outras.

Trabalho manual, praticamente sem instrumento, mas que exige certa habilidade. Geralmente, é atividade feminina.

Os cestos apresentam diferentes formatos (redondos, ovalados, quadrados, retangulares) e tamanhos. Podem ser simples ou decorados, com ou sem tampa, com asas, alças e pés. As esteiras também têm papel importante entre as diferentes populações.

Atribui-se à cestaria impermeabilizada, para conter líquidos, a origem da cerâmica. As cores também sofreram alterações, passando do preto e vermelho para as mais diferentes tonalidades.

9.5.2 Cerâmica

A cerâmica parece ter sido um substituto da cestaria e dos recipientes de pedra. Sua feitura envolve processos técnicos complexos, com ou sem o uso do torno: encher ou revestir o molde; moldar uma bola de argila com as mãos, valendo-se de ferramentas simples; modelar, levantando as paredes da vasilha em espiral; modelar, colocando uma bola de argila no torno.

A cerâmica, praticamente, é conhecida em todo o mundo, a partir do Neolítico, com exceção de poucos povos, entre eles os Aborígenes australianos, os Polinésios, alguns índios americanos e os povos das regiões árticas.

O trabalho de cerâmica exige determinado tipo de argila, contendo minerais, como sílica, óxido de alumínio e ferro, e, às vezes, há necessidade de misturá-la com areia, calcário e até sangue, para obter boa liga. Deve ser maleável, não

pegajosa, quando molhada; fácil de moldar, mas não pode rachar ou esfarelar quando seca ao sol ou em fornos.

Potes e vasos de cerâmica apresentam os mais diversos tamanhos, formatos e decorações. Entre as técnicas de acabamento constam: polir, esfumar, pintar, vidrar, colocar adornos etc.

Sua utilização é bastante diversificada entre as populações do mundo, podendo, inclusive, ter caráter mágico-religioso. Há dois tipos de cerâmica: utilitária e figurativa.

Em relação ao trabalho inicial da cerâmica, não há provas de que tenha sido atividade masculina ou feminina. Atualmente, em quase toda parte, há a seguinte divisão: os homens moldam com o torno e as mulheres com as mãos.

9.5.3 Tecidos

Os tecidos têm grande importância no equipamento de muitos povos, sendo raros os que desconhecem as artes têxteis. Segundo Childe (1966:101), “os primeiros indícios de uma indústria têxtil” encontram-se entre os “restos das mais antigas aldeias neolíticas do Egito e Ásia Menor”.

Se, em princípio, o homem se protegeu com peles de animais, cascas de árvores ou palha, gradativamente foi substituindo essas vestimentas por roupas manufaturadas, tecidas com fibras vegetais ou lãs de animais. As primeiras matérias-primas foram o algodão, que começou a ser plantado no Vale do Indo, por volta de 3.000 a.C., e a lã, já utilizada na Mesopotâmia, na mesma época.

Para tecer é necessário o entrelaçamento dos fios em sentido vertical (urdidura) e horizontal (trama). Inventou-se, primeiramente, a técnica de fiar, utilizando o fuso e a roda; depois, a de tecer, com o tear manual (vertical e horizontal). Fiação e tecelagem exigem habilidade técnica, que pode ser adquirida com treino e prática. Em geral, é trabalho feminino.

Além do algodão e da lã, foram utilizados, na confecção de tecidos: o córtex, a seda, a crina. Toda a matéria-prima empregada na tecelagem necessita de preparo anterior.

ORIGEM DA TECELAGEM. Descobertas arqueológicas sugerem que há cerca de 27 mil anos certos grupos humanos aprenderam a fazer tecidos antes de desenvolver a agricultura. A partir disso, especialistas deduziram que, ao contrário do que se supunha, os caçadores-coletores nômades não andavam nus. O local do achado é a República Tcheca. Segundo os arqueólogos, o material encontrado é a mais antiga evidência de tecelagem do mundo. “Essa descoberta empurra em pelo menos 7 mil anos para trás a origem dessa tecnologia”,

afirmaram James Adovasio, do Mercyhurst College em Erie, e Olga Soffer, da Universidade de Illinois.

9.6 Instrumentos e Armas

Instrumentos e armas acompanham toda a história do homem desde a época paleolítica.

9.6.1 Ferramentas

Ferramentas ou artefatos são os objetos inventados ou utilizados pelo homem, desde os tempos paleolíticos.

Os povos primitivos, no início, usavam ferramentas simples, naturais, sem modificações ou com pequenas adaptações, para cortar, raspar ou bater: dentes de javali, conchas, pedras. A seguir, trabalhavam a pedra, a madeira e o osso. Depois, passaram das rústicas ferramentas paleolíticas para os instrumentos do Neolítico, mais acabados, polidos, seguindo-se a produção de diferentes instrumentos, inclusive os arados e os teares. O aperfeiçoamento das máquinas de madeira, o emprego de metais, os métodos de precisão das usinas constituíram a base da indústria moderna.

Os principais tipos de ferramentas simples são classificados pelos antropólogos em objetos de:

- a) *bater e cravar*: martelo, malho e maça, flecha e propulsor;
- b) *cortar e partir*: faca, machado, serra, enxó, acha, cunha, enxada;
- c) *esfregar*: raspador, ralador, buril, cinzel, plaina, lima, grosa;
- d) *furar*: faca, sovela, verruma, berbequim;
- e) *prender*: tenaz, alicate etc.

Cada tipo de ferramenta tem sua história e distribuição, que não ocorreu da mesma maneira nas diferentes regiões e entre as mais diversas populações. Os Tasmanianos, por exemplo, ignoravam o machado, mas desenvolveram outros instrumentos.

Uma ferramenta pode ter outra função além da estritamente utilitária.

Exemplos: o machado enfeitado, como preço da noiva, entre povos da Nova Guiné; o cachimbo da paz, entre sociedades tribais americanas.

As ferramentas são feitas de diferentes materiais – pedra, madeira, osso, marfim, concha, metais, presas etc. –, tendo os mais diversos tamanhos, formatos e funções. Podem ser ornamentadas ou não e a técnica de confecção também varia.

9.6.2 Armas

Nas sociedades primitivas, a diferença entre armas e instrumentos úteis à vida cotidiana era pequena. Contudo, à medida que elas se desenvolveram, os armamentos foram tornando-se mais especializados.

As primeiras armas ofensivas consistiam em porretes, machados e algumas peças de arremesso. Depois surgiram lanças, fundas, bolandeiras, zarabatanas, arpões e outras. Escudos e armaduras de fibra, madeira ou metal, foram inventados como meios de defesa.

Entre as mais importantes armas de arremesso utilizadas na caça estão a lança, o arpão e o arco-e-flecha. Este último parece ter sido encontrado em todas as populações do mundo, com exceção dos Aborígenes australianos e dos Tasmanianos.

As armas podem ser formadas de uma só peça ou de várias partes. Em algumas são aplicados venenos, feitiços e amuletos. Nesse caso, realizam-se cerimônias e rituais mágicos apropriados.

Há armas específicas de determinados indivíduos, grupos, classes e sexos. As mulheres, muitas vezes, estão proibidas de tocar e até de ver algumas delas. Podem ser simples ou ornamentadas.

Ao lado das armas, aparecem a buzina, os laços e as armadilhas mais diversas.

Literatura Recomendada

BEALS, Alan R. *Antropología cultural*. México: Pax: RTAC, 1971.

BEALS, Ralph L.; HOIJER, Harry. *Introducción a la antropología*. 2. ed. Madri: Aguilar, 1968. Capítulos 11, 12 e 13.

CHILDE, Gordon V. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. Capítulos 4, 5 e 6.

DITTMER, K. *Etnologia general*. México: Fondo de Cultura Económica, 1960. Parte 4, Capítulo 1 a 4.

FORDE, C. Daryll. *Habitat, economía y sociedad*. Barcelona: Oikos-Tau, 1966.

HERSKOVITS, Melville J. *Antropologia cultural: man and his work*. São Paulo: Mestre Jou, 1963. v. 2, Capítulos 15 e 16.

HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 1981. Capítulo 7.

KEESING, Félix M. *Antropologia cultural: a ciência dos costumes*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Capítulo 8.

MALINOWSKI, B. *Los argonautas del Pacífico occidental*. 2. ed. Barcelona: Península, 1972.

MAUSS, Marcel. *Manual de etnografia*. Lisboa: Pórtico, 1972. Capítulo 4.

MURDOCK, George Peter. *Nuestros contemporáneos primitivos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1945.

NOVAES, Sylvia Caiuby (Org.). *Habitações indígenas*. São Paulo: Nobel: Edusp, 1983.

TISCHNER, Herbert. *Etnologia*. Lisboa: Meridiano, 1972.

TITIEV, Mischa. *Introdução à antropologia cultural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963. Capítulos 6, 7 e 10.

GUIA PRÁTICO DE ANTROPOLOGIA. São Paulo: Cultrix, 1971. Parte 3.

10.1 Introdução

A temática referente às inter-relações de cultura e personalidade constitui um dos mais novos campos da Antropologia. Alguns estudiosos, de tendências mais radicais, acreditam mesmo que se possa dispensar a contribuição da psicologia no desenvolver dos estudos antropológicos. Crêem ainda que os antropólogos com orientação psicológica tenham uma ótica diferente ao explicar ou reinterpretar valores, padrões e instituições, que os distingue dos objetivos puramente antropológicos.

Esse posicionamento é contrariado pelas modernas tendências, que consideram a dimensão psicológica como um componente essencial da existência humana. Buscar na psicologia o que se passa na mente do indivíduo, como ele pensa e sente, é básico na ordenação das relações entre os homens e entre as instituições culturais que configuram a cultura de que participa.

Dessa forma, a Antropologia deve interessar-se também pela individualidade e como esta se adapta e dinamiza o processo social. Para tanto, deve levar em conta os aspectos instintivos e os racionais que determinam a relação indivíduo-sociedade.

Mesmo enfatizando as reações individuais, o campo da Antropologia psicológica continua sendo, em essência, o estudo da cultura. Esta, por sua vez, é decorrência da existência biopsíquica dos indivíduos, com seus componentes intrínsecos e peculiares, e da sociedade como soma de valores.

Considerando a ampla dimensão do problema, que é ao mesmo tempo individual, social e ambiental, a compreensão deve ser buscada não apenas através da psicologia individual, que pouco considera o contexto sociocultural, nem somente pela antropologia pura, que pouco considera o indivíduo, mas, sobretudo, por ambas.

O homem, isolado de um sistema social, não gera cultura, mas a soma de suas potencialidades, estimuladas pela sociedade e pelo meio, é que determina a

dinâmica da criação cultural. Portanto, três elementos se impõem na elaboração cultural: o indivíduo, a sociedade e o ambiente.

A harmonia cultural torna-se discutível, em função de uma série de variáveis inerentes ao indivíduo, à sociedade e ao meio ambiente, o que, via de regra, provoca um equilíbrio instável, determinando necessidades individuais e culturais. Essas exigências devem ser culturalmente satisfeitas, levando a novas adaptações socioculturais.

Daí a busca contínua das ciências que se preocupam com o homem, com a sociedade e com o meio. Somente a soma desses conhecimentos poderá permitir a melhor adaptação do indivíduo ao meio físico, social e cultural.

A Antropologia, hoje, com o auxílio das ciências correlatas, busca entender o homem em sua totalidade. Ao desenvolver estudos sobre grupos simples, tenta adquirir conhecimentos culturais básicos, onde as patologias psíquicas são pouco frequentes e as modificações ecológicas relativas, podendo levar a inferências mais seguras.

10.2 Indivíduo, Sociedade e Cultura

As sociedades são formadas de seres humanos que adotam uma forma de viver normativa, isto é, tornam-se portadores de culturas, em geral, adaptadas à ambiência local.

Atitudes, condutas e comportamentos fazem parte intrínseca do complexo cultural e são ditados pelas normas e padrões adotados pelo grupo, como saudáveis ao desenvolvimento sociocultural. Toda cultura está sujeita a mudanças, mas os padrões de comportamento, tanto individual quanto grupal, conservam-se mais ou menos estáveis. A persistência desses padrões é mais acentuada nas sociedades simples, cujas mudanças, de uma geração para outra, são, às vezes, imperceptíveis.

Hoebel e Frost (1981:57) afirmam que “a cultura com raízes no comportamento individual é superindividual”. Assim, quando se consideram, no dizer dos autores, humanidade, cultura e sociedade, pode-se concluir que não existe sociedade humana sem cultura e vice-versa. São, portanto, três entidades indispensáveis: homem, sociedade e cultura desenvolvendo-se adaptativamente num meio geográfico próprio.

10.2.1 *Indivíduo*

Considerando que o indivíduo só se torna humano a partir de sua interação com os demais seres humanos, torna-se impossível isolar o ser individual da sociedade. Essa interação é padronizada pela cultura.

O indivíduo, como membro de uma sociedade, tem um comportamento modelado em função de suas potencialidades hereditárias e das normas e padrões de sua cultura. Participa, desde o nascimento, de um sistema social, sendo herdeiro de uma tradição cultural mantida pelos seus antepassados e transmitida de geração a geração.

A partir do nascimento, a criança é submetida a um processo contínuo de aprendizagem, que se prolonga por toda a sua vida, com fases de maior ou menor apreensão. É o condicionamento consciente e inconsciente do indivíduo orientando-o e canalizando seus impulsos pessoais para as expectativas da sociocultura. Ao mesmo tempo, leva-o a evitar comportamentos anti-sociais, sujeitos a punições e sanções.

Trata-se da endoculturação, processo através do qual o comportamento humano é modelado culturalmente e organizado socialmente (veja item 2.5.4).

Resulta na produção de personalidades que caracterizam individualmente os membros de um grupo.

Os antropólogos preocupam-se com as formas que os indivíduos utilizam para assimilar sua cultura e adaptar-se convenientemente. Assim, para esses especialistas, a educação é um processo amplo, não apenas o desenvolvido pelas instituições oficiais, mas também todo tipo de socialização que tenha como resultado a aquisição de cultura e, portanto, de personalidade.

A família, os amigos e a sociedade, com seus meios de comunicação, exercem papel preponderante na assimilação de normas de conduta e atitudes e na formação dos sistemas de valores.

Nas sociedades simples, a educação se processa naturalmente por indivíduos e grupos (família, grupos etários etc.), oralmente, sendo relativamente orientada. A aprendizagem é feita mais por participação, ou seja, o menino, o jovem e o adulto aprendem toda a tradição cultural ao participar das atividades próprias de cada setor cultural, dos ritos e cerimoniais, onde mitos e lendas são narrados pelos mais velhos e memorizados pelos mais novos.

Submetido à endoculturação, o indivíduo estará em condições de participar plenamente de sua sociedade, tendo seu comportamento adaptado a modos culturalmente aceitos.

Nesses grupos, a aprendizagem mais formal ocorre sempre por ocasião da puberdade, tanto masculina como feminina. Nos rituais pubertários, o jovem não apenas é submetido a provas de resistência física e disciplinar, como também se inicia nos segredos do grupo, nos mitos, na religião e em todo o sistema de valores que norteia e forja sua personalidade e os papéis que deverá desempenhar durante sua vida.

Exemplo: entre os Xavantes, grupo tribal brasileiro do Mato Grosso, a educação é feita, em grande parte, pelos grupos de idade mais avançada, que se responsabilizam por ensinar os integrantes de grupos etários mais novos. É um método de aprendizagem onde o menino e o jovem são iniciados, por um instrutor natural, na tradição xavante. Todos os setores culturais são atingidos e a personalidade molda-se dentro das exigências do ambiente social.

“Quando as crianças em crescimento ajustarem seu comportamento aos padrões de sua cultura, quando seus valores pertinentes, crenças e modos de agir se tornarem parte normal de seu pensamento e comportamento, terão *interiorizado* sua cultura e se tornado totalmente enculturadas. Suas personalidades amadureceram” (Hoebel e Frost, 1981:59).

Na verdade, o indivíduo é moldado por fatores culturais e sociais, mas conserva sua capacidade de pensar, sentir e agir com independência, resguardando sua individualidade. Não é possível encontrar duas pessoas exatamente iguais, apesar da influência decisiva da sociedade e da cultura.

10.2.2 *Sociedade e Cultura*

Para Ruth Benedict (s.d.:276), “a sociedade e o indivíduo não são antagonísticos, mas interdependentes”.

O comportamento grupal tem suas raízes no comportamento individual, não havendo antagonismo, mas inter-relação entre o grupo social e os membros que o compõem. A sociedade não pode ser separada dos indivíduos e, por sua vez, nenhum indivíduo alcançará suas potencialidades sem uma cultura em que participe.

Padrões de cultura preestabelecidos, orientadores da conduta, acham-se intimamente relacionados com a psicologia dinâmica do indivíduo. Contudo, não se pode admitir, dada a diferença de temperamento das pessoas, uma aceitação compulsória do comportamento ditado pela sua sociedade. Entretanto, a maioria dos seus membros é moldada pela própria cultura, adotando espontaneamente o comportamento configurado pelo contexto em que vive.

Os adultos, em uma sociedade, com sua conduta já definida, representam o modelo com o qual as crianças vão identificar-se e cujo comportamento vão imitar. Conformam-se ao que a sociedade define como o melhor para o preenchimento das necessidades pessoais e culturais e para sua melhor adaptação.

Nem sempre é possível verificar essa uniformidade de atitudes e reações em função das diferenças de personalidade e da dinâmica cultural.

A participação comum dos indivíduos em um sistema social leva a experiências semelhantes e ao aprendizado mais homogêneo, o que não implica a uniformidade psicológica dos participantes. As culturas caracterizam-se largamente pela variabilidade de indivíduos e grupos.

As diferenças individuais têm por causa as variações na constituição genética, somadas à vivência pessoal e ao fato de que os indivíduos ajustam-se à cultura por diferentes e variados motivos, de acordo com seus próprios interesses. Entretanto, adotam comportamentos mais ou menos previsíveis e esperados, podendo-se reconhecer pelo menos alguma correspondência de identidade entre a cultura de um grupo e a personalidade de seus membros.

O antropólogo americano Edward M. Bruner (1966:220), referindo-se à personalidade e cultura, afirma, oportunamente, que “não podemos inferir a personalidade apenas das instituições sociais ou dos comportamentos patentes, mas devemos investigar os aspectos comuns aos padrões emocionais e cognitivos, baseados no estudo pormenorizado dos indivíduos e de suas relações sociais mais significativas”.

Sem a cultura, tanto a sociedade quanto os seus membros não poderiam inter-relacionar-se funcionalmente. A cultura é a própria maneira de viver de uma sociedade. A configuração dos padrões culturais garante seu eficiente funcionamento e sua conservação como unidade cultural. Proporciona ao indivíduo meios para a interação social, para a adaptação ao meio natural e mesmo para proteger-se do sobrenatural.

10.3 Personalidade

O termo *personalidade* implica tantos significados quantos são os autores que se preocuparam em defini-lo. A dificuldade aumenta em virtude de ser ela objeto de estudo de várias ciências, cada uma das quais enfatizando um determinado aspecto, o que inviabiliza uma conceituação global que satisfaça a todas as indagações científicas. São numerosas as teorias conflitantes sobre o comportamento humano.

Para o cientista social, todo indivíduo socializado tem personalidade, entendida como “os modos mais ou menos organizados de comportamento, tanto manifestos quanto ocultos, que caracterizam um dado indivíduo” (Biesanz e Biesanz, 1972:216).

Sob perspectiva mais ampla, pode ser conceituada como o produto da interação das potencialidades genéticas (hereditárias, inatas) do indivíduo, dinamizadas em função dos estímulos da educação (meio social) e das excitações do ambiente (meio físico).

10.3.1 Componentes da Personalidade

Três são os componentes básicos da estrutura da personalidade, ou seja, do “EU”: o biológico, o sociocultural e o ambiental. Nesse tripé, integrado e em grande parte desconhecido, fixa-se e estrutura-se a personalidade humana.

BIOLÓGICO. O composto psicossomático (capacidade física e mental), com suas relações recíprocas e cibernéticas (auto-reguladoras), gera as variáveis úteis da adaptabilidade humana.

Não mais se admite a supremacia da psique no processo da adaptação. O corpo, através do eixo neuro-hormonal, tem importância substancial, por meio de mecanismos químicos, físicos e autônomos de controle das funções vitais, assim como da ambulação (mobilização), adaptações físicas etc. Não só possibilita, como também, a cada instante, favorece o processo adaptativo do “todo” e não só do psíquico, como supõem alguns. A homeostase, ou seja, o bem-estar psicossomático, depende do equilíbrio entre o corpo e a mente, gerando a conduta e, portanto, a personalidade.

Os momentos psíquicos, isto é, os estados de consciência, são determinados pelos níveis cerebrais, atuantes no processo intelectual adaptativo solicitado pela sociedade e pelo meio.

Regiões antigas do cérebro humano, herdadas genética e evolutivamente, formam o “arqueocórtex” (tálamo-ótico, hipocampo, sistema límbico, sistema reticular ascendente e descendente de Papes etc.), que funciona fazendo a filtragem das excitações do meio, sejam elas físicas ou intelectuais. Desenvolve as necessárias proteções para o conjunto nervoso central e ainda determina as reações instintivas.

A região nova do cérebro, o “neocórtex”, característica essencial da espécie humana, recebe as influências do meio físico, da educação e do arqueocórtex, e cria, em última análise, o “EU”, isto é, a personalidade. Considerando que cada indivíduo traz um patrimônio genético e uma educação específica, pode-se inferir a alta individualidade que o caracteriza.

Assim, os componentes biopsíquicos não são estáticos, mas dinâmicos, na interação homem-meio, proporcionando a cada indivíduo sua qualidade pessoal, que consiste na soma das potencialidades genéticas (biologicamente criadas) e da educação (socialmente adquirida).

Determinados fatores, como constituição física, inteligência, deformações corporais, doenças etc., exercem influência decisiva sobre a personalidade. Entretanto, a significação social de uma característica física é determinada culturalmente. Diferentes culturas atribuem diferentes significados aos atributos físicos. Algumas valorizam, outras depreciam certos caracteres, como: estatura alta ou baixa; cor da pele, mais clara ou mais escura; peso, maior ou menor volume corporal; idade, o culto aos velhos ou sua eliminação precoce etc.

Entre os índios Cambeba do Brasil, as crianças recém-nascidas eram submetidas à deformação craniana: o crânio era prensado entre duas tábuas, que provocavam o seu alongamento. A esteatopigia (nádegas volumosas) é esteticamente aceita pelos Bosquímanos e Hotentotes, do sul da África.

SOCIOCULTURAL. Enquanto a personalidade é o sistema integrado de comportamentos aprendidos e não aprendidos característicos do indivíduo, a cultura é o sistema integrado de padrões de comportamento aprendidos, próprios dos membros de uma sociedade.

A personalidade se encontra, portanto, intimamente relacionada à cultura. Ela se estrutura no processo de endoculturação. O comportamento individual normal é estabelecido, em grande parte, pelos fatores culturais, que tendem a padronizar as personalidades. Posições extremadas de alguns teóricos vêem os indivíduos como simples reflexos de suas culturas, receptores passivos das chamadas “representações coletivas”. De acordo com essa interpretação, a realidade cultural é fixa, coagindo e pressionando o indivíduo, impedindo-o de selecionar, interpretar e decidir sobre os padrões de comportamento a serem observados.

Não se podem admitir sociedades e indivíduos estáticos, uma vez que as culturas estão continuamente mudando, e os indivíduos, permanentemente sujeitos à interação social, representam um agente ativo da dinâmica cultural.

Os padrões culturais não são incondicionalmente aceitos; muitas vezes, ao serem assimilados, estão sujeitos a reinterpretções, conforme a visão individual que a pessoa tem de si mesma e do mundo que a cerca.

Os grupos sociais, com suas culturas, têm grande importância na formação da personalidade, em decorrência da estreita relação que mantêm com o organismo humano. São esses grupos, como a família, por exemplo, que permitem a endoculturação ou socialização do indivíduo. Lenta e continuamente, ele incorpora à sua personalidade os significados e os valores de sua cultura.

Outros fatores afetam a formação da personalidade, como a classe e a subcultura racial, regional, religiosa e étnica do indivíduo, assim como o *status*, a idade, a ascensão social etc.

Concentrando-se no comportamento essencialmente humano, em comportamento de linguagem, George Herbert Mead, famoso psicólogo, autor de *Mente, personalidade e sociedade*, elabora uma teoria da interação humana e do desenvolvimento da personalidade. Sua teoria baseia-se em conceitos-chave, que permitem explicar a múltipla variedade do comportamento humano, fugindo às explicações deterministas (biológicas ou culturais).

São dez os conceitos-chave inter-relacionados de Mead: cultura, sociedade, símbolo significante, personalidade, eu, mim, outro generalizado, papéis, conservação dos gestos e mente (Biesanz e Biesanz, 1972:229).

Não cabe aqui uma análise mais acurada dessa teoria, ficando a sugestão para o estudioso que pretender um aprofundamento dessa temática.

Vários fatores, portanto, contribuem para a formação da personalidade, com conteúdo específico para cada indivíduo. É o caráter individual, formado por um conjunto de traços próprios de uma pessoa.

Quando se fala em reações psicológicas de um grupo social, considera-se a estrutura de caráter comum à maioria dos membros do grupo. Trata-se da personalidade coletiva, chamada por Erich Fromm (1983:219) de caráter social. Ele o vê como “uma seleção de traços, o núcleo essencial da estrutura do caráter da maior parte dos membros de um grupo, que se formou como resultado das experiências básicas e estilo de vida comuns àquele grupo”.

Fatores acidentais do nascimento e da experiência vital divergem de indivíduo para indivíduo e podem provocar variações neste núcleo, embora a estrutura de caráter seja própria da maioria do grupo.

AMBIENTAL. No capítulo referente à evolução humana (veja item 3.1), evidenciou-se a importância das eras e dos períodos geológicos, notadamente a partir do Cenozóico. As mutações ecológicas e as modificações climáticas ocorridas determinaram mudanças no mundo vegetal e animal. Avanços e recuos de geleiras, temperaturas oscilantes e outros fatores provocaram modificações alimentares e o surgimento de novas necessidades que exigiam novas soluções.

Grande número de seres vivos com alto ou baixo índice de adaptação encontrou, nessas mudanças geoclimáticas, o fim da espécie. Os primatas e o homem, com suficiente potencialidade adaptativa, foram ajustando-se gradativamente ao meio, embora com perda da semelhança física.

Os conhecimentos atuais sobre a alimentação humana tentam explicar diferenças físicas e até intelectuais em função dos componentes alimentares. Nas regiões frias, a alimentação é mais protéica e gordurosa; nas temperadas e nas quentes, é mais protéica e vegetal. Tais condições provocam peculiaridades adaptativas, tanto grupal quanto pessoal. A afirmativa “o homem é o que come” parece merecer maior atenção.

Também a temperatura determina o surgimento de necessidades básicas de proteção e requer todo um aparato sociocultural para a sua satisfação.

Alimentação e temperatura associadas a outros fatores interferem na adaptabilidade humana. Sabe-se que a temperatura ideal gira em torno de 22°C e ocorre, com mais frequência, nas regiões temperadas, mais favoráveis à permanência humana. A suposta inoperância nos trópicos com as altas temperaturas encontra correspondência também nas zonas frias, com suas baixas temperaturas, proporcionando ao homem maiores dificuldades de ajustamento ao meio. Contudo, isso constitui um estímulo à criatividade humana, pela necessidade de adoção de soluções, muitas vezes, extremas.

As regiões frias exigem o contínuo cuidado com o equilíbrio ecológico e social: acomodação hermética, fogo contínuo no inverno, roupas grossas capazes de manter o calor, estocagem de material calorífero (madeira) e de cobertura etc. Tais necessidades podem levar à mútua proteção, gerando maior contato social, maior interação entre os membros do grupo, maior comunicação, socialização e cultura.

Exemplo: os Esquimós.

Nas baixas temperaturas, a alimentação, principalmente protéica, é de mais fácil manutenção, sofrendo pouca degradação bacteriana. São condições que, somadas a numerosas outras, criam hábitos e costumes específicos.

Nas regiões temperadas, as necessidades costumam ser menos rigorosas. A ação do homem parece ser mais facilitada e, também, sua adaptação. As fontes protéicas e a colheita vegetal são mais abundantes, e o homem pode dominar e controlar maiores espaços.

Em geral, as regiões tropicais, consideradas inóspitas e desfavoráveis à fixação humana, apresentam dificuldades adaptativas, mas o alimento vegetal e protéico se mantém com poucas variações.

Dessa forma, a temperatura, isolando, restringindo ou alargando o ambiente humano, influi substancialmente na construção cultural, propiciando a elaboração de padrões e valores específicos.

No campo perceptivo-psicológico, a aquisição de conhecimentos e a elaboração de idéias decorrem do número de variáveis oferecidas pela riqueza ou pobreza do ecossistema, levando a um maior ou menor desenvolvimento das potencialidades humanas.

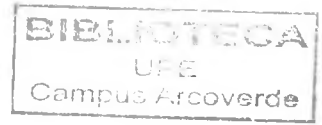
Outro fator de considerável importância é a dependência do homem em relação à água. As populações com abundância de água não só têm sua vida facilitada, como também podem contar com fartura de alimentos. As sociedades carentes de água sofrem, além das necessidades biológicas, sérios problemas endêmicos bacterianos, gerados em função do mau armazenamento do líquido.

A altitude é também fator valioso, uma vez que a adaptação biológica do homem se mantém adequada até uma altitude aproximada de 1.500 m. A partir daí, a pequena e crescente variação do oxigênio do ar cria sérios problemas de ajustamento ao meio. Os Sherpas do Himalaia e os Incas sul-americanos são bons exemplos, pois apresentam até mesmo uma crase sanguínea diferente. A adaptação em montanha provoca um volume físico menor, com hipertrofia muscular proporcional. Os hábitos e os costumes são característicos e as personalidades muito voltadas para as agruras do meio ambiente.

Não se pode ignorar a influência incisiva dos fatores ambientais na cultura e na personalidade. O que não se pode admitir são posições deterministas, das

quais surgiram alguns estereótipos indicativos de características psicológicas e comportamentais.

Exemplo: os Ona da Terra do Fogo.



10.4 Cultura e Personalidade

Antropólogos de orientação psicológica somente iniciaram seus estudos sistemáticos na década de 20 do século passado. As primeiras pesquisas antropológicas no campo da cultura e personalidade foram desenvolvidas por Malinowski e Margaret Mead. Estes antropólogos tiveram o grande mérito de inaugurar um novo campo de trabalho, mas não chegaram a formular, então, uma teoria explícita sobre o objeto de suas pesquisas.

Posteriormente, multiplicaram-se as contribuições científicas neste campo, que passou a interessar antropólogos e psicólogos, como Ruth Benedict, Kardiner, que também era psicanalista, Cora Du Bois, Ralph Linton, Murdock, John Whiting e outros.

Ao desenvolver suas pesquisas junto aos nativos das ilhas Trobriand, do Pacífico, Malinowski testou a teoria freudiana sobre o complexo de Édipo e chegou à conclusão de que existe um princípio básico neste complexo que, entretanto, muda de objeto em função da cultura. Baseou-se na matrilinearidade desses grupos, onde a autoridade paterna é exercida pelo tio materno e não pelo pai biológico. Observou que todas as manifestações edípicas são canalizadas para o tio materno.

Os trabalhos clássicos de Margaret Mead revelam sua constante preocupação em estudar fenômenos psicoculturais em sociedades não civilizadas.

Estudando a tribo Manu da Nova Guiné, M. Mead descreve como esses grupos criam suas crianças e como os métodos de socialização estão relacionados à cultura e à personalidade desses nativos.

Investigando outras três tribos da Nova Guiné, os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli, desenvolve um estudo comparativo de personalidades nessas diferentes culturas. Entre os primeiros, verificou que homens e mulheres atuam de forma evidentemente feminina: ambos são maternais, passivos, carinhosos e gentis. Entre os Mundugumor, tanto os homens como as mulheres agem de forma predominantemente masculina: são violentos, agressivos, competitivos e hostis. Entre os Tchambuli, observou uma inversão de papéis masculinos e femininos, ou seja, as mulheres dirigem e dominam, enquanto os homens são submissos, passivos e dependentes emocionalmente das mulheres.

São diferenças fundamentais que contrastam com as personalidades masculina e feminina encontradas nas sociedades em geral, como acontece no mundo ocidental.

As experiências antropológicas nessas três sociedades vêm demonstrar a hipótese de que as diferenças de temperamento entre os sexos são universais.

Os estudos desenvolvidos por Margaret Mead junto aos samoanos foram divulgados em seu livro *Coming of age in Samoa (Adolescência e cultura em Samoa, 1967)*. Trata-se de uma das obras mais divulgadas em toda a história das Ciências Sociais e foi considerada como a demonstração definitiva de que os fatores culturais são mais determinantes que os fatores biológicos na vida do ser humano.

Pesquisando os problemas dos adolescentes na sociedade samoana, onde permaneceu durante um ano, constatou a ausência de tensão e de repressão. A crise da adolescência, que afetava sua própria sociedade (americana) e que motivara suas investigações, inexistia em Samoa, onde havia completa liberdade sexual para os jovens, antes e depois do casamento. A ausência de conflitos tornava aquela sociedade feliz.

Era uma prova de que a cultura pode moldar um fato biológico, como a adolescência, sendo, segundo suas observações, o comportamento do jovem determinado culturalmente.

Recentemente, nos Estados Unidos, o antropólogo australiano Derek Freeman publicou seu livro *Margaret Mead e Samoa: a estruturação e desestruturação de um mito antropológico*, onde desmistifica todo o arcabouço erigido por M. Mead em Samoa.

Após conviver 40 anos com esses grupos, mostra que praticamente todas as afirmações da antropóloga estavam equivocadas. Notou que a sociedade samoana é extremamente repressiva, notadamente no que se refere ao sexo. Crianças e adolescentes sofrem todo tipo de repressão e as relações sexuais pré-conjugais e o adultério são severamente punidos.

A suposta harmonia cultural de Mead jamais existira e suas hipóteses e proposições foram refutadas, dado que ela pouco conviveu com o grupo, não dominava totalmente a língua nativa e, como mulher, estava impedida de participar das reuniões masculinas.

Na verdade, nem o biologismo exclusivo, nem o culturalismo exclusivo podem dar as explicações esperadas para os fenômenos socioculturais. Para entender a sociedade humana, deve-se buscar a fusão das explicações culturais e biológicas e, mesmo assim, as indagações e as dúvidas persistem.

Um exemplo clássico de inter-relação de cultura e personalidade é o trabalho de Ruth Benedict. Investigando três grupos tribais americanos, procurou demonstrar o aspecto configuracional ao tentar compreender o sentido de uma cultura, ou seja, uma cultura só pode ser entendida em sua totalidade.

Parte do princípio de que os componentes ideológicos de uma cultura são assimilados pelos indivíduos, determinando um tipo de personalidade ideal.

Segundo ela, em todas as sociedades, a personalidade da maioria é o reflexo da personalidade ideal convencionalizada pela cultura.

Referindo-se às formas de expressão comportamental, Ruth Benedict, inspirada em Nietzsche, aplica às culturas determinados e diferentes padrões emocionais, que ela chamou de “configuração dionisíaca e apolínea”. A primeira caracteriza-se por reações emocionais violentas e torturantes, e a segunda por reações emocionais equilibradas, ante situações culturais específicas.

No Brasil, os Bororo, grupo tribal do Mato Grosso, constituem-se em um exemplo dessas manifestações, durante a realização de um funeral, face à moléstia ou morte. Nesses casos, torna-se possível reconhecer para o homem Bororo um padrão “apolíneo” de comportamento, ou seja, conduta emocionalmente equilibrada, justa e tradicional. A mulher Bororo, por sua vez, reage dentro de experiências opostas, de caráter violento, reação emocional “dionisíaca”, onde as emoções são exploradas ao máximo: escarificações, verdadeiras autotorturas, são praticadas por elas. É a tensão emocional feminina ante a ameaça constante do sobrenatural.

No final da última guerra, Ruth Benedict encarregou-se de delicada missão, solicitada pelo governo americano: estudar a cultura e o caráter dos japoneses, portadores de comportamentos extremamente diferenciados dos do mundo ocidental. Os resultados positivos contribuíram para a condução da política americana em relação ao Japão, notadamente no pós-guerra.

As indagações sobre as inter-relações de cultura e personalidade continuam despertando o interesse de muitos estudiosos, que prosseguem dedicando-se à análise psicocultural dos grupos humanos em geral.

Literatura Recomendada

BEALS, Ralph L.; HOIJER, Harry. *Introducción a la antropología*. Madri: Aguilar, 1968. Capítulo 21.

BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. *Padrões de cultura*. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.]. Parte 3, Capítulo 2.

BIESANZ, John; BIESANZ, Mavis. *Introdução à ciência social*. São Paulo: Nacional: Edusp, 1972. Capítulos 11 e 12.

CHAPPLE, Eliot D. *El hombre cultural y el hombre biológico: antropología de la conducta*. Buenos Aires: AID, 1970. Capítulo 3.

COPANS, Jean. *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* São Paulo: Martins, 1971. Capítulo 6.

FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro : Zahar, 1983. Apêndice.

- HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 1981. Capítulo 4.
- LINTON, Ralph. *Cultura e personalidade*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *La sexualité et sa repression dans les sociétés primitives*. Paris: Payot, 1971.
- _____. *La vida sexual de los salvajes del noroeste de la Melanesia*. Madri: Morata, 1971.
- MEAD, Margaret. *Adolescencia y cultura en Samoa*. Buenos Aires: Paidós, 1967.
- _____. *Growing up in New Guinea*. New York: Morrow, 1930.
- _____. *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- NUTTIN, Joseph. *A estrutura da personalidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1969. Capítulos 1 e 2.
- PRESOTTO, Zelia Maria Neves. *Aspectos do mundo feminino Bororo*. Franca: Unesp, 1974. Tese (Doutoramento) a ser publicada pelo Museu Paulista. Parte 4.
- PRESOTTO NETTO, Angelo. *Psicopatologia das deficiências mentais*. Franca: Unifran, 1979. Capítulos 1 e 2.
- TAX, Sol et al. *Panorama da antropologia*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1966. Capítulo 19.

A arte é uma das características universais da cultura. Acha-se presente em todos os agrupamentos humanos, mesmo os mais simples e isolados. Em todas as épocas e em todos os tempos, o homem empenhou-se na busca da beleza, usando sua imaginação criadora na expectativa de satisfazer a sua necessidade de expressão estética.

As atividades artísticas distinguem-se dos demais aspectos da cultura pelo seu componente estético, que proporciona satisfação e prazer não só ao artista produtor da obra de arte, mas também aos que a observam e apreciam. Nas inúmeras e variadas expressões artísticas elaboradas através dos tempos, acham-se objetivadas todas as emoções humanas: alegrias, tristezas, aspirações, ideais, angústias e frustrações.

A universalidade e a antigüidade da arte despertaram entre os antropólogos o interesse em relacionar arte e antropologia. Sua preocupação volta-se particularmente para as relações existentes entre a arte e os demais aspectos da cultura e da sociedade, para o condicionamento e controle dos impulsos e atividades estéticas. Só no século XX começaram a apresentar o resultado dos seus estudos nesse campo, em trabalhos mais consistentes e menos descritivos.

A obra clássica, que praticamente inaugura essa fase, é a de Franz Boas, intitulada *Arte primitiva*, publicada em 1927, cujas considerações e discussões vieram imprimir ao tema novas abordagens e novo tratamento.

11.1 Conceituação

Toda manifestação do impulso criador da beleza e do prazer é esteticamente válida e merece ser chamada de arte.

Beals e Hoijer (1968:638) relacionam qualquer atividade como arte, quando o objeto construído, além de seu valor prático e utilitário, proporciona satisfa-

ção tanto ao artista quanto aos que participam de sua obra como espectadores ou colaboradores. É, portanto, a estética que distingue o objeto artístico das demais manifestações culturais.

Darcy Ribeiro (1980:257) considera “arte ou atividade artística todo produto de uma preocupação estética, de uma vontade de beleza, quando resulta numa obra de alta perfeição técnica”.

Toda obra de arte pode ser observada e estudada sob duplo aspecto:

- a) *Descritivo*: quando considerada em relação a determinado tempo e espaço, identificada e caracterizada em seus antecedentes e de acordo com as influências internas e externas que a produziram.
- b) *Simbólico*: quando, ao se projetar no tempo, adquire sentido.

A obra artística reflete sempre a realidade no momento em que é criada, mas o seu sentido nem sempre permanece o mesmo: acha-se sempre enriquecida, ganhando nova dimensão quando submetida a outros observadores.

11.2 Arte e Simbolismo

Ao contrário dos animais, que são incapazes de simbolizar, os homens conferem significados e sentidos às palavras e aos fenômenos do cotidiano. São sempre culturalmente determinados e fazem parte do mundo das idéias, as quais levam o homem a simbolizar, ou seja, a adotar valores e sistemas de símbolos, usados para a aquisição e transmissão de conhecimentos. Entre esses sistemas, os símbolos lingüísticos são os mais importantes, vindo a seguir as artes.

O comportamento simbólico, característico de cada grupo humano, é aprendido e transmitido de tal forma que as experiências de apenas um membro podem servir à sociedade como um todo. Coletivamente, cada nova geração aprende os símbolos que regem sua sociedade, assimilando os modos de comportamento orientadores de sua conduta.

Da mesma forma que a linguagem, as expressões artísticas fazem parte de um sistema simbólico, específico para cada cultura em particular. Símbolos, abstrações e idéias juntam-se no sentido de, através da obra de arte, expressar o conteúdo da própria cultura.

Nas sociedades simples, a arte consiste em um instrumento de comunicação social, muito mais do que nas sociedades complexas.

O artista, ao compor suas criações, desenvolve um estilo altamente formalizado, usando valores culturalmente determinados. Sua obra tem uma função social específica dentro de sua cultura, com a finalidade de legitimar o comportamento moral e a conduta adequada. A função primordial de um

produto artístico primitivo é a de comunicar simbolicamente os valores que regem sua cultura.

Entre os povos ágrafos, a arte relaciona-se intimamente com a religião, com a política, com a visão do universo, com o mundo de representação e com as demais instituições culturais, servindo aos interesses individuais e sociais dos grupos humanos.

Exemplo: o desenho ou a pintura de um animal, na parede de uma caverna, tem significado que transcende a forma apresentada, isto é, simboliza algum acontecimento mítico ou ritual, sendo seu conteúdo social e religioso.

A arte destina-se a transmitir uma mensagem simbólica. A forma utilizada é sempre convencionalizada, ou seja, o artista criador subordina-se às exigências de sua própria cultura, cumprindo uma função social determinada. Por isso, a forma – contorno, cor, textura etc. – é menos importante que o conteúdo simbólico implícito em todas as produções artísticas.

Nas sociedades pré-letradas, a sobrecarga simbólica da arte é muito maior do que nas sociedades modernas, o que reforça os valores culturais e a coesão social.

11.3 As Artes

Sendo um dos aspectos da cultura, a arte deve ser estudada e compreendida em termos de sua posição no contexto cultural global. Isso é válido tanto para a arte primitiva quanto para as artes das modernas civilizações.

11.3.1 Origem

O nascimento da arte parece ter ocorrido por volta do ano 40.000 a.C., no Paleolítico Superior, nas regiões da Europa Sul-ocidental, Centro-setentrional, Oriental e Bacia do Mediterrâneo. Coincide com a presença do homem de Neanderthal, o chamado homem da caverna. Suas criações representam manifestações de sua vontade criadora e do desejo de exteriorizar suas idéias, fixando-as em formas determinadas, nas paredes das grutas, nos ossos de animais e em esculturas variadas.

É a chamada arte rupestre, que exprime a visão que o homem pré-histórico tinha da realidade do seu ambiente e, ao mesmo tempo, a sua consciência mágica do mundo.

No aurignacense, com o homem de Cro-Magnon, começa a modelagem; no solutreense, a escultura; no magdalenense, o desenho e a pintura. Outras artes,

como a música, a dança, a narração, carecem de informações e testemunhos mais concretos; parece provável terem existido desde o Paleolítico.

São representações realísticas da natureza, possivelmente relacionadas com crenças religiosas e mágicas, freqüentemente executadas com grande habilidade.

Os estudiosos da arte propõem diferentes teorias, na tentativa de explicar suas origens; muitas suposições são fundamentadas em informações etnográficas.

Uns vêem-na como atividade técnica e motriz do homem e não uma imitação da natureza; outros relacionam a arte ao instinto, atribuindo-lhe uma função erótica antes mesmo da função mágica; outros, ainda, fazem-na derivar da religião. Algumas explicações a vinculam ao seu significado, permitindo considerá-la uma arte mágica, associada ao instinto de imitação, de ornamentação, de necessidade de transmitir o pensamento.

Ao examinar essas diferentes concepções, Roger Bastide (1971:37 ss) afirma que as diversas teorias procuram para a arte uma origem coletiva, ou seja, ter-se originado da colaboração de indivíduos. A ótica do sociólogo possibilitou a primeira conclusão sobre o assunto.

Entretanto, a polêmica a respeito da origem da arte continua, não se chegando a um consenso. Roger Bastide evidencia o papel do indivíduo criador e da coletividade, que estimula e regula a atividade individual; salienta a importância do elemento comunitário, sem esquecer sua criação pessoal. Sozinho, afirma ele, o homem seria capaz de tomar consciência de seu poder, mas não teria condições de ir muito longe.

A avaliação comparativa dos padrões artísticos das culturas primitivas e civilizadas pode levar à idéia de que a arte das culturas simples seja imatura ou mesmo infantil. Toda manifestação artística deve ser avaliada em relação à cultura que a produziu.

Na verdade, não há qualquer distinção de natureza entre a arte dos povos civilizados e a dos primitivos.

Como afirmava Boas, o impulso criativo é inerente e inato a todos os seres humanos, resultando em formas artísticas distintas. E conclui que este impulso libera-se através de formas culturalmente determinadas.

Pode-se dizer que a arte dos povos pré-letrados oscila numa escala de graduação que vai da ausência de técnica à grande habilidade, da simplicidade pueril à complexidade da forma, do realismo à abstração.

11.3.2 Tipos

No universo primitivo, o aspecto estético da cultura alcança significação. A arte, sendo uma parte da vida desses povos, exterioriza-se nas seguintes categorias:

- a) *artes gráficas*: desenho, gravura, pintura;
- b) *artes plásticas*: entalhe, baixo e alto relevo, escultura;
- c) *outras*: arquitetura, música, dança, narração, canto, poesia, representação.

Três elementos são fundamentais para que o artista possa expressar o seu impulso criador: forma, função e desenho. Estes elementos, associados ao componente estético, conferem à obra o atributo de esteticamente válida.

As manifestações artísticas dos povos pré-letrados incluem formas de criação relacionadas com a utilidade prática, com a decoração, com a figuração, sendo frequentemente chamadas de arte utilitária, decorativa e figurativa. É ainda uma arte reconhecidamente naturalista, representativa, pictórica, realista, impressionista e, principalmente, simbólica.

11.3.3 *Significado e Funções da Arte*

Muitos estudiosos da gênese da arte atribuem-lhe um significado mágico-religioso. Para os grupos ágrafos, ela tem um sentido prático, do qual parece depender a sobrevivência grupal. Tem também um caráter utilitário, como meio para vencer a natureza envolvente, superar os obstáculos e os perigos que os ameaçam, as angústias e os temores, através do domínio sobre os objetos e os seres vivos.

Desenhos, esculturas, coreografias poderiam estimular a reprodução animal, colaborar na sua atração, favorecendo uma alimentação mais farta e fácil de obter. Seria por essa razão que as pinturas rupestres apresentam os animais feridos por flechas e crivados de furos?

Outras interpretações associam essas figuras a um possível culto animal, praticado, via de regra, nas partes mais profundas das grutas. Seria o poder místico da imagem. Essas interpretações baseiam-se na análise de algumas pinturas, como, por exemplo, o bisão sem cabeça, da caverna de Tuc d'Audoubert (França).

O aparecimento de figuras femininas com seios, ventre e nádegas excessivamente desenvolvidos são testemunhos de um culto à fecundidade e de uma arte que reproduzia o cotidiano, arte socializada e utilitária.

Nas sociedades simples, mais do que nas complexas, a arte é um elemento de revigoramento cultural. Sua função, considerada essencial, consiste em reforçar e conservar os padrões e valores grupais, sendo um dos instrumentos ideais de comunicação.

Idéias, emoções, atitudes e valores são comunicados à medida que os símbolos e as convenções adotados pelo artista sejam entendidos pelos demais

membros do grupo. Nos grupos pequenos e homogêneos, eles são comuns a todos os indivíduos, o que torna a comunicação muito mais eficaz. É a comunicação simbólica dos valores da cultura.

Segundo Hoebel e Frost (1981:408), a arte desempenha funções psicológicas, no sentido de produzir reações emocionais, tanto em relação ao artista criador quanto ao espectador do objeto de arte. Essas reações podem atenuar as tensões, gerando sensações agradáveis, ou reforçar sentimentos de angústia e frustrações.

Como parte integrante da cultura, tem funções sociais, atendendo aos interesses da sociedade e dos indivíduos. Vinculada à religião, à magia e à política, ela representa a exteriorização dos sistemas sociais e, funcionalmente, colabora na sua manutenção.

11.4 Arte Pré-histórica

“A Idade da Arte Pré-histórica floresceu no final da última Era Glacial, que teve início ao redor de 30.000 anos atrás, atingiu seu apogeu na época de Lascaux, há uns 15.000 anos, e desapareceu para sempre à medida que os lençóis de gelo se retraíram há 10.000 anos atrás.” Assim se expressa R. Leakey (1981:16), referindo-se ao que denomina de “A Arte da Era Glacial”.

Alguns autores recuam esta data para 40.000 a.C., para indicar o surgimento da arte. Mas foi no decurso do Paleolítico Superior, também chamado de “Idade da Rena”, graças à grande proliferação desse animal, que o homem pré-histórico desenvolveu uma arte das mais notáveis e variadas.

Na Europa da Era Glacial, as regiões mais propícias à vida humana e animal localizavam-se no Sul da França e Norte da Espanha, onde o clima se mantinha mais ameno. Região rica em animais selvagens, o Sul da Europa, da Era Glacial, abrigava grande variedade de caça: além da rena, mamutes, veados, bois selvagens, bisões, rinocerontes, camurças, ursos, leões, leopardos, lobos, raposas e outros.

A população era pequena, constituída de caçadores-coletores nômades que, tendo sempre vivido ao ar livre, passaram, a partir de então, a procurar abrigo nas cavernas.

Utilizando ou vivendo nessas cavernas e grutas, o homem pré-histórico pôde manifestar-se livremente, principalmente através das pinturas rupestres. Na elaboração dessa arte, lançou mão de recursos variados: modelagem, desenho, gravura, pintura, escultura. O entalhe, o alto e baixo relevo e a policromia alcançaram grande expressão.

PINTURAS EM CAVERNAS. Cerca de 200 pinturas rupestres, cuja antigüidade oscila entre 5 e 3 mil anos a.C., foram descobertas em três cavernas localizadas no Monte San Carlos, na região de Puno, Peru, próxima da fronteira com a Bolívia.

As amostras de arte pré-histórica foram encontradas pelos camponeses que habitavam as imediações das cavernas, na província de Chucuito. Segundo o pesquisador Fernando Sosq, do Instituto Nacional de Cultura de Puno, as pinturas rupestres representam cenas domésticas e rituais de adoção. Elas foram pintadas nas cores vermelha, amarela, azul e verde e têm diversas tonalidades.

11.4.1 Arte do Paleolítico Superior

Em meados da última época glaciária, quando o *Homo sapiens* chegou à Europa, é que a arte figurativa aparece. A antiga atividade da utensilagem das épocas anteriores produzira artefatos de pedra talhada, que, embora harmoniosos, como, por exemplo, os bifaces, não podiam ser chamados de artísticos.

As mais longínquas manifestações artísticas datam do aurignacense, quando o ornamento e a presença de estatuetas femininas alcançam grande importância. As representações animais são características do magdalenense.

As produções artísticas do Paleolítico Superior podem ser classificadas em duas categorias: arte móvel ou mobiliária (que se transporta com facilidade) e arte parietal ou rupestre (nas paredes, em superfícies imóveis).

ARTE MÓVEL. As figuras femininas, esculpidas em esteatita ou marfim, de pequeno tamanho, foram encontradas em diferentes lugares e em grande número (dezenas de exemplares, só na Europa). São as chamadas “Vênus”, cujas formas salientavam os atributos femininos ligados à procriação e à maternidade (grandes seios e nádegas abundantes), num verdadeiro culto à fecundidade. O escultor paleolítico atribuiu pouca importância à figuração da cabeça e dos membros.

As Vênus mais conhecidas são as de Willendorf, de Laussel e de Lespugne. Apresentam-se sempre desnudas e, às vezes, levemente adornadas. Foram encontradas nos jazigos de origem e longe deles, graças à sua grande mobilidade.

Data também do aurignacense uma série de baixos-relevos de pedra, de grande tamanho. O mais citado deles tem 46 cm e sua superfície lisa foi pintada de ocre vermelho, onde se acha representada uma mulher desnuda. Nota-se o grande exagero dos caracteres sexuais; e, em sua mão direita, um corno de bisão.

As Vênus representam o tipo somático característico do homem de Cro-Magnon.

Outra manifestação desse período é a impressão da mão aberta sobre as paredes, como nas grutas de Gargas (30.000 a.C.), esfumadas de cor vermelha. Em algumas, a ausência de dedos pode ser um indicativo de sacrifícios rituais.

As estatuetas masculinas desse período são inferiores às femininas e raramente aparecem. Uma escultura em osso, representando uma “cabeça de homem”, e os bastões, também esculpidos em osso, revelam o acentuado grau de realismo que caracterizou a arte pré-histórica em geral.

A estatuária animal começa no aurignacense ou perigordense, na região central da Europa. Aparecem animais gravados em osso ou em pedra. É, entretanto, no magdalenense que esta atividade artística alcança sua maior expressão. Na França, aparece no solutrense, mas floresce mais acentuadamente no magdalenense. As gravações são, em geral, feitas em placas de pedra, onde as figuras animais são isoladas, ou, às vezes, superpostas, tendo-se a impressão de verdadeiras composições. Os desenhos são feitos, muitas vezes, uns sobre os outros, num emaranhado de traços, dificultando sua compreensão.

Com o advento do magdalenense, os desenhos vão tornando-se mais esquematizados, transformando-se em simples ornamentos. Nesse período, as figuras humanas têm relativo valor artístico.

Os animais representados eram aqueles que compunham a fauna do Paleolítico, já citados anteriormente.

ARTE RUPESTRE OU PARIETAL. Foram necessários 15.000 anos de intensa evolução para que o homem progredisse de suas experiências artísticas iniciais até a elaboração das pinturas rupestres nas grutas e cavernas, principalmente no Sul da França e na Península Ibérica. Definem-se, assim, duas áreas características: a Franco-Cantábrica e a do Levante Espanhol.

Outros testemunhos artísticos do homem pré-histórico são encontrados na área mediterrânea: Itália, Sicília e Norte da África.

A. Área Franco-Cantábrica

A área Franco-Cantábrica estende-se pelo Norte e Sul da França e Centro e Sul da Espanha. Nessa área, viveram renas, bisões, eqüinos e bovinos, mamutes, cervos, cabras, camurças, que inspiraram o artista paleolítico em suas manifestações pictóricas. Através de linhas expressivas e seguras, dava formas aos animais que pretendia representar.

É surpreendente a pintura rupestre encontrada nas profundezas das cavernas, onde as representações eram gravadas com buril de sílex e já pintadas a cores: preto (do carvão e manganês), ocre (do qual se obtinham os matizes do amarelo, vermelho e marrom), branco etc. Desses minerais, triturados e mistu-

rados a outras substâncias, como o sangue, obtinha-se a tinta, que era aplicada sobre a rocha, utilizando-se os dedos ou pincéis de mechas de pêlos. O interior das cavernas era iluminado por tochas, alimentadas com sebo.

As figuras apresentam-se isoladas e de tamanho avantajado. Essa arte encontra suas raízes no aurignacense, quando se registram reproduções lineares e de contornos duros. Alcança seu grande desenvolvimento no magdalenense, com pinturas mais lisas, sombreadas de claro e escuro, dando sensação de profundidade. A pintura policromada, complementada com realística representação dos chifres, dos olhos, dos pêlos e incisões, constitui o apogeu dessa arte, cuja exteriorização demonstra a consagração do animal. A figuração humana passou a ter importância secundária, tendo quase desaparecido.

Outros desenhos, além dos animais, foram executados pelos artistas paleolíticos: desenhos em forma de choças, de armadilhas para caça, impressão das mãos, figuras antropomorfas (meio humanas, meio animais), figuras de feiticeiros etc.

Conhecem-se, atualmente, na França, 50 cavernas contendo pinturas e gravações, das quais as mais importantes são as de Lascaux, Font-de-Gome, La Mouthe, Trois-Frères, Niaux, Les Combarelles e Genièvre (14.000 a 13.500 a.C.).

A gruta de Lascaux, descoberta em 1940, consta de um corredor de acesso, seguido da sala dos touros. Estes, em número de seis, são delineados por contornos pretos. A ilusão de relevo é dada pelas manchas vermelhas descontínuas. As figuras, realísticas e dinâmicas, de grande movimentação, são distribuídas ao acaso, reproduzindo os animais livres no seu espaço natural. Outra representação figural é o conjunto de cervos correndo, com chifres ramificados, possivelmente elaborado por um artista-feiticeiro.

Na gruta de Font-de-Gome, as primeiras pinturas estão a 65 metros de profundidade, já em total escuridão. O número de representações ainda preservadas alcança 198.

Na gruta de Niaux, o artista valeu-se das reentrâncias da rocha para representar os ferimentos do animal, que foram acentuados com flechas pintadas.

Na Espanha, as cavernas conhecidas são em número de 40, sendo mais significativas as de Altamira, Las Monedas, Las Chimeneas e La Pasiega (14.000 a 9.500 a.C.).

Altamira foi a primeira gruta a ser descoberta (1879) e revelou, pelas escavações, a presença do homem primitivo em seu interior. Pedços de marfim trabalhados, objetos e armas de pedras, osso e chifre, materiais corantes, como o carvão, o ocre etc., foram encontrados em seu vestíbulo. Alguns metros mais adiante, abre-se à esquerda a galeria principal ou sala das pinturas.

A figuração, no teto da sala, compõe-se de bisões sempre imóveis, encolhidos ou feridos, evidenciando o animal dominado pelo homem que, por sua vez, demonstra a consciência de sua força física e inteligência.

Os contornos dos animais são em preto e marrom, e o relevo modelado com vermelho e outras cores. As figuras policromadas de Altamira, geralmente apontadas como a arte rupestre mais bela do Quaternário, indicam o apogeu do magdalenense superior, em que a modelagem alcança a sua mais alta expressão, o que justifica atributos de modernidade à arte pré-histórica parietal.

B. *Área do Levante Espanhol*

Corresponde à região Oriental e Sudeste da Espanha (Lérida, Tarragona, Valência, Almeria etc.). Referem-se a 36 localidades com 60 abrigos, pouco profundos, geralmente ao ar livre, descobertos no século XX; são numerosas as representações de animais pintadas e poucas as esculpidas. A maioria encontra-se pintada de vermelho, amarelo, preto e raramente em branco. As espécies faunísticas apresentam-se em menor número.

Em algumas representações humanas, valorizam-se as proporções do corpo e os detalhes do natural; em outras, a expressão do movimento. Evita-se a reprodução do rosto e incentivam-se os adornos, as armas e outros complementos. Trata-se de uma arte preocupada em reproduzir a vida e o movimento, numa tendência francamente expressionista. São de pequenas dimensões.

Os homens, em suas atividades de caça e guerra, aparecem sempre nus. As mulheres, em menor número, apresentam-se vestidas com largas e longas túnicas ou curtos aventais, ficando o busto descoberto.

Nas pinturas cênicas, nota-se grande dinamismo, como, por exemplo, a caçada de cervos, quase todos feridos no peito por flechas, tendo à frente quatro arqueiros, no chamado abrigo de Caballos. Na caverna de Bicorp (Valência), encontra-se representada uma caçada de cabras monteses, atingidas por numerosas flechas de caçadores que cercam o rebanho. Figurações humanas e figurações animais acham-se sempre combinadas em uma mesma cena. São composições que diferem da arte parietal franco-cantábrica, voltada, geralmente, para animais isolados e de grandes proporções.

11.4.2 *Arte do Neolítico*

O Neolítico (Idade da Pedra Polida) estende-se de 10.000 a 6.000 a.C., no Norte da África, na Europa, na Escandinávia, na Rússia Setentrional etc. O homem neolítico, ainda inseguro ante a natureza, tem mais consciência de si. A

arte rupestre diversifica-se com predominância do figurativo estilizado. O homem apresenta-se isolado ou em comunidade, muitas vezes armado.

Nas representações cênicas, surgem muitos personagens, com figurações complexas, possivelmente de cenas rituais. As figuras humanas apresentam-se, às vezes, superpostas, entrelaçadas; perfis humanos em movimentos; homens desenvolvendo trabalhos agrícolas ou ocupando naus que vagueiam pelo mar; arqueiros que lutam entre si; enfim, evidenciam, expressivamente, o cotidiano do homem neolítico.

Registra-se, a partir de 4.000 a.C., a ocorrência da cerâmica, pintada ou gravada com decorações geométricas rudimentares, empregada na cocção, guarda de alimentos e outras utilidades. Refere-se a um elemento de grande importância, sobretudo para povos sedentários. Representa também uma forma de expressão artística. Atualmente, pode ser encontrada em quase todo o mundo.

ARTE PRÉ-HISTÓRICA. Recentemente arqueólogos portugueses e franceses descobriram uma verdadeira “galeria de arte pré-histórica” ao norte de Portugal. Trata-se de uma parede rochosa que exhibe mais de 60 animais esculpidos, estima-se, há mais de 20 mil anos. Ao contrário de outras manifestações artísticas do homem pré-histórico, essas esculturas foram feitas ao ar livre, o que intriga os arqueólogos. A área, entretanto, será inundada por uma hidrelétrica em quatro anos (1999).

11.4.3 Civilização Megalítica

As primeiras manifestações arquitetônicas da Europa surgem entre o 3º e o 2º milênios a.C. A arquitetura megalítica (pedra grande), de caráter sagrado, está associada ao culto dos mortos. Sua presença é registrada em várias partes da Terra, como na Escandinávia, na Alemanha, na Itália, ocorrendo mais na Europa Ocidental (França, Inglaterra).

Referem-se a grandes blocos de pedra, erguidos verticalmente, podendo ter cada um até 25 m de altura. Suas principais formas são: o menir, o dólmen e o cromlech.

- a) *Menir* (*men*, pedra; *hir*, comprida): os menires são pedras verticais erguidas isoladamente. Apresentam-se também alinhadas ao longo de três quilômetros, como os de Karnak, na França. São interpretados, geralmente, como monumentos de culto ao Sol.
- b) *Dólmen* (*dol*, mesa; *men*, pedra): conjunto de pedras verticais, encimadas por pedras horizontais, adquirindo nítido formato de mesa. Possivelmente, daí derivou o altar egípcio.

- c) *Cromlech* (pedras colocadas em círculo): o mais notável exemplo é o de Stonehenge, sul da Inglaterra, que contorna uma área de 100 mil m². Trata-se de um conjunto de dois círculos concêntricos: o exterior, com 38 pedras sobre as quais repousam outras horizontais; o interior, com 10 pedras verticais, forma cinco pares, cada um unido por pedras horizontais.

Não se sabe exatamente quais as finalidades e qual a funcionalidade desses monumentos e menos ainda como foram construídos, pois se trata de monólitos de grandes dimensões e volume, que requerem soluções sobre-humanas de extração, transporte e construção.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO. O maior e mais antigo sítio arqueológico do continente americano é o Boqueirão da Pedra Furada, localizado entre os rios Piauí e Itaueira, em São Raimundo Nonato, Piauí, com 32 mil anos. Foram localizados 340 abrigos sob rocha nessa região, a maioria repleta de detalhadas pinturas rupestres que evidenciam ocupação humana.

11.5 Arte Indígena no Brasil

O princípio da relatividade das culturas, ou seja, umas não sendo superiores às outras, deve ser também aplicado em relação ao aspecto artístico: arte é arte, quer refira-se a sociedades civilizadas ou ágrafas. Trata-se de expressões artísticas diferentes que só podem ser compreendidas, interpretadas e apreciadas em relação à cultura onde se originaram.

Nas sociedades sem escrita, os padrões artísticos são ditados pela própria cultura. O artista tem sua liberdade de expressão limitada ao tentar satisfazer suas necessidades estéticas. O ideal de beleza acha-se vinculado aos padrões e valores da cultura e as obras são produzidas em conformidade com eles.

O contato com o mundo civilizado provoca transformações nas atividades artísticas dos grupos tribais, em função das mudanças decorrentes do processo aculturativo que atingem a sociedade como um todo. A possibilidade de comércio com os civilizados, em geral, afeta a qualidade de suas produções. Novos valores e conceitos introduzidos pelo branco, a rarefação da matéria-prima, as mudanças de hábitat e outras ocorrências exigem um esforço de adaptação às novas situações de contato.

O aspecto artístico da cultura manifesta-se, entre os indígenas brasileiros, de forma bastante rica e sugestiva. Numerosos grupos tribais distinguem-se pelas suas produções características no setor da arte plumária, na representação gráfica – pintura corporal, cerâmica e outros artefatos –, chegando alguns deles a um alto nível de criação estética.

11.5.1 Arte Plumária

Pode-se afirmar que praticamente todos os grupos tribais brasileiros fazem uso de penas e plumas coloridas na confecção de adornos e enfeites. Por isso, costuma-se associar a idéia de índio ao uso desses adornos, principalmente em cerimônias ritualizadas.

A profusão de aves tropicais com revestimento plumário multicolorido estimulou a criatividade do homem tribal. Uma das primeiras preocupações estéticas é o embelezamento do próprio corpo, colando nele as penas coloridas e outros objetos, como brincos, braceletes, diademas, mantos etc., com os quais se ornamentam.

Segundo Darcy e Berta Ribeiro (1957:8), “só é legítimo falar de arte plumária quando o valor estético das penas é superado por um esforço de imaginação, sensibilidade e virtuosismo, que permite construir com elas obras que valham por si próprias, como criações singulares da combinação cromática e, ainda, por uma consistência táctil, suave e atrativa”.

Os autores chamam a atenção para a caracterização da verdadeira arte plumária e salientam que, embora haja certa uniformidade nas manifestações dessa natureza, não se pode falar em um único estilo plumário dos grupos brasileiros.

Alguns a desenvolveram de forma aprimorada, como os antigos Tupi da costa brasileira no século XVI. Os cronistas coloniais registraram toda a beleza dos objetos plumários desses índios, que utilizavam, além das penas de pássaros, as de galinhas (trazidas pelos colonizadores), que tingiam de vermelho (com tinta de pau-brasil). Esses índios praticavam a chamada tapiragem, ou seja, mudança da cor das penas dos pássaros, principalmente do papagaio. Usavam, para tanto, um processo que consistia em arrancar as penas dos pássaros vivos e esfregar em sua pele a gordura de certos peixes ou sangue de rã, obtendo um colorido amarelado.

Entre os adornos plumários dos Tupi, os de maior efeito consistiam: no enduape, confeccionado de plumas de ema e amarrado ao quadril, usado em situações ritualísticas e também quando faziam a guerra; na acangatara, enfeite de cabeça; além desses, tufo de penas eram amarrados nos braços, completando a indumentária.

O grupo brasileiro da atualidade que possui arte plumária altamente desenvolvida é o dos Urubus-Kaapor, do Maranhão, tidos como os modernos representantes dos Tupi antigos. Darcy e Berta Ribeiro (1957:16), ao estudarem a arte desse grupo indígena, descreveram-na minuciosamente, em toda a sua expressão e beleza artísticas: “o estilo plumário dos índios Kaapor se caracteriza pelo gosto do detalhe, a sensibilidade da composição cromática e o virtuosismo da execução”.

A maior parte dos adornos plumários dos Kaapor é destinada à cabeça: diadema (akangatar), com longas penas atrás da cabeça; belos pentes, com extremidades emplumadas, colocados sobre a franja; debaixo desta, a testeira e plumas coladas sobre as faces; brincos, colares, labretes, braçadeiras e pulseiras, cintos de algodão emplumado, tornozeleiras, tipóias enfeitadas de penas.

Homens e mulheres ornamentam-se profusamente.

Da ornamentação feminina está excluído o diadema de penas, cujo uso somente é permitido aos homens. Refere-se a uma faixa tecida de algodão, sobre a qual cuidadosamente são colocadas penas (de japu e papagaio) e lateralmente colocam-se pingentes. Na parte posterior, estão belas penas de arara vermelha e, quando em uso, abrem-se majestosamente sobre a cabeça.

Não seria possível, aqui, descrever todos os objetos que compõem a arte plumária desses índios, verdadeiras peças de joalheria, pela delicadeza do tamanho e do acabamento, pelo detalhe minucioso e pela associação cromática das penas, de grande beleza estética.

Apesar da padronização na confecção dos adornos, as peças diferenciam-se umas das outras, não havendo duas iguais. Têm finalidade ritual, sendo usadas em cerimoniais como a nominação, a iniciação, o casamento, a ascensão ao cacicato, ao tuxaunato e nos funerais.

A arte plumária entre os Urubus-Kaapor é atribuição masculina, o que não impede às mulheres de revelarem-se artistas, quando confeccionam os ornamentos de seu uso exclusivo.

Ainda hoje, apesar do contato com a civilização, que leva à desorganização social e à perda dos valores tribais, a arte plumária representa para esses índios sua maior riqueza, sendo motivo de profundo orgulho tribal.

Outros grupos indígenas, como os Bororo, os Karajá e os Tapirapé, desenvolvem estilo plumário majestoso, de amplas proporções; utilizam penas longas e coloridas sobre grandes armações trançadas, o que lhes confere efeito grandioso. Mas nenhum tem o refinamento e a sofisticação da arte plumária dos Urubus-Kaapor.

11.5.2 *Pintura Corporal*

Altamente difundida entre os indígenas brasileiros, a pintura corporal é utilizada por homens e mulheres. As cores usadas na sua execução são o vermelho obtido do urucu, e o negro, do suco de genipapo. É comum também a aplicação, sobre o corpo, de uma pasta de pó de carvão e de tabatinga (cor branca).

Para a pintura do corpo, utilizam-se as mãos e os dedos, mas é necessário auxílio de outra pessoa, que se encarrega das pinturas mais sofisticadas e de difícil execução para o próprio indivíduo.

Os índios Kadiwéu (da bacia do Paraguai), estudados por Darcy Ribeiro (1980:257 ss), usam numerosos e variados padrões de desenho para a pintura do corpo (homens), rosto e braços (mulheres). Utilizam três cores: negro, vermelho e branco, cujo uso ainda tem caráter simbólico. Rapazes e moças submetem-se à pintura facial. Os desenhos, cobrindo todo o rosto, são de grande beleza, simétricos e assimétricos.

Os índios Karajá (do rio Araguaia) fazem uso de carimbos para imprimir no rosto o sinal distintivo da tribo: um círculo em ambas as faces dos indivíduos integrantes do grupo. Os carimbos são obtidos de um coco de babaçu cortado ao meio. No ritual de iniciação feminina, as participantes têm seu corpo ornamentado de figuras geométricas semelhantes “às gregas”.

Entre os índios Bororo (do Mato Grosso), é grande o número de pinturas, desenhos e enfeites corporais. Os motivos são inspirados na fauna local (jaguar, tamanduá, tatu-canastra etc.). Os desenhos são estilizados, tendo finalidade mágica e preservativa contra maus espíritos e doenças. A prática da tatuagem não é muito difundida entre eles, sendo executada só por homens, embora raramente. Fazem-se incisões, as quais são cobertas com pó de carvão, visando ornar e fortalecer a pessoa tatuada.

11.5.3 Cerâmica

O senso artístico dos indígenas brasileiros manifesta-se também através da cerâmica, mas nem todos os grupos são ceramistas. Ausente em alguns, como os de filiação Jê, é de grande simplicidade entre os Bororo e os Kaingang, alcançando alto grau de elaboração e requinte entre os Kadiwéu.

A arte ceramista mais expressiva do Brasil encontra-se na bacia Amazônica (Ilha de Marajó e Santarém). Foi produzida por grupos já desaparecidos, como os Aruã e os Tapajó. Em ambos os locais, foram encontrados exemplares de cerâmica muito elaborada.

Numerosas peças fazem parte da cerâmica marajoara: grandes vasos ornamentados para enterramento dos mortos, vasilhas utilitárias, bancos de cerâmica, colheres, tangas de argila, figurinhas antropomorfas etc.

A ornamentação das peças apresenta grande variedade e complexidade e se expressa através da pintura. O complicado tratamento dessa cerâmica atesta a presença de uma técnica mais adiantada do que as atuais da região.

Os ceramistas trabalhavam com uma pasta à qual adicionavam cacos moídos. As peças eram ricamente decoradas por meio de incisões, excisões e pinturas. Os exemplares mais notáveis são as urnas funerárias antropomorfas, coloridas de vermelho e marrom sobre fundo branco.

A cerâmica de Santarém, da região do rio Tapajós, caracteriza-se pelo uso de um barro muito fino com o qual se obtinham peças delicadas e de pequeno porte. Não fabricavam grandes urnas. Os vasos, chamados “cariátides” e “de gargalo”, apresentam-se ornados de figuras femininas e de cabeças de pássaros ou de crocodilos. Utilizavam ornamentos plásticos zoomorfos, rostos humanos e pequenos ídolos antropomorfos. As cores empregadas nas pinturas eram o vermelho e o preto, sobre superfície branca. Trata-se de uma cerâmica altamente elaborada, com relevos e ornatos esculpidos, que permite o conhecimento de aspectos sociopolíticos e religiosos dessas culturas extintas.

Em relação aos indígenas da atualidade, dois grupos são conhecidos como exímios ceramistas: os Kadiwéu e os Karajá.

Entre os Kadiwéu, a cerâmica é uma arte exclusivamente feminina. Usam argila não muito apropriada, pois as peças quebram-se com facilidade, mesmo depois de bem queimadas. Em compensação, sua arte ornamental é de rara beleza, embora complexa e de difícil execução. A decoração da cerâmica assemelha-se à pintura somática. Os desenhos são improvisados, inspirados em figuras geométricas de linhas retas e curvas. Parte dele é pintada com tinta vermelha, valendo-se o artista de seus dedos. A peça é levada ao forno, para cozimento, ou pode ser ao ar livre, numa grande fogueira. Depois de cozida, submete-se a peça a outros tratamentos que completam a execução. Na confecção das peças, empregam-se de três a cinco cores.

As mulheres ceramistas, verdadeiras artistas, expressam-se de variadas formas, de acordo com sua criatividade: vasos altos,oringas ornitomorfas, tigelas e terrinas de formas excêntricas, potes baixos e achatados etc. Em todos há decoração diferente: desenhos geométricos, abstratos, simétricos. Uma técnica de impressão muito usada por esses índios baseia-se na utilização de linhas ou cordões aplicados na superfície da peça ainda mole, obedecendo ao desenho antes elaborado.

Segundo Darcy Ribeiro, dois estilos caracterizam a arte ornamental dos Kadiwéu: um geométrico e outro figurativo. O primeiro é executado pelas mulheres; o segundo pelos homens.

Outras expressões plásticas evidenciam o senso artístico desses índios: trançados, tecidos, entalhes em madeira, objetos de metal etc.

Os índios Karajá (do Araguaia) são largamente conhecidos pela originalidade de sua arte, que, apesar do contato com o branco e tribos vizinhas, não sofreu substanciais transformações. Os estudiosos desse grupo tribal afirmam ser a cerâmica karajá a mais conhecida atualmente no Brasil.

Os exemplares mais significativos dessa cerâmica são as bonecas de barro ou litxokós, através das quais são acentuados os traços essenciais da cultura Karajá e o inconfundível estilo tribal. É uma representação de cunho simbólico, de responsabilidade feminina.

As litxokós são moldadas em barro, sem grande preocupação anatômica; empenham-se as mulheres ceramistas em salientar os atributos próprios do grupo, através da pintura, e evidenciar o sexo e a idade. Não faltam nessas representações a tatuagem tribal, as pinturas e os adornos corporais, os mesmos usados por todo o grupo na pintura somática.

As litxokós, de tamanhos variados, alcançando as maiores cerca de 50 cm, são esteticamente coloridas de vermelho, negro e branco, em desenhos sugestivos, predominando listas e faixas. Os cabelos são sempre negros.

Se, originalmente, essas bonecas eram apenas brinquedos de criança, hoje são produzidas comercialmente, atendendo à procura contínua por parte dos turistas. A preocupação em satisfazer ao comprador tornou a arte Karajá muito mais naturalista e realista.

Literatura Recomendada

- BANDI, Hans-Georg; MARINGER, Johannes. *L'art préhistorique*. Paris: Holbien, 1955.
- BASTIDE, Roger. *Arte e sociedade*. São Paulo: Nacional: Edusp, 1971. Capítulo 2.
- BEALS, Ralph L.; HOIJER, Harry. *Introducción a la antropología*. Madri: Aguilar, 1968. Capítulo 20.
- HERSKOVITS, Melville J. *Antropologia cultural: man and his work*. São Paulo: Mestre Jou, 1969. Capítulo 23.
- HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 1981. Capítulo 23.
- HOWELL, Clark. *O homem pré-histórico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. Capítulo 5.
- KEESING, Felix M. *Antropologia cultural: a ciência dos costumes*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Capítulo 14.
- LEAKEY, Richard E. *A evolução da humanidade*. São Paulo: Melhoramentos: EUB, 1981. Capítulo 10.
- MAUSS, Marcel. *Manual de etnografia*. Lisboa: Pórtico, 1972. Capítulo 5.
- MELLO, Luiz Gonzaga de. *Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas*. Petrópolis: Vozes, 1982. Capítulo 16.
- MONTAGU, Ashley. *Introdução à antropologia*. São Paulo: Cultrix, 1972. Capítulo 15.
- RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu*. Petrópolis: Vozes, 1980. Capítulo 3.
- RIBEIRO, Darcy; RIBEIRO, Berta G. *Arte plumária dos índios Kaapor*. Rio de Janeiro: Silva Araujo-Roussel, 1957.
- VARAGNAC, A. *O homem antes da escrita*. Lisboa: Cosmos, 1963. Capítulo 4.

12.1 O índio e a Realidade Brasileira

Este capítulo aborda aspectos de uma parcela da população brasileira que coexiste com a sociedade nacional, embora seja demograficamente pouco representativa. Trata-se da população indígena brasileira, constituída por grande diversidade de grupos tribais, distribuídos irregularmente pelo território nacional, mas constituindo uma realidade que não pode ser ignorada.

Os grupos que integram o Brasil indígena contemporâneo são os que restaram do longo processo a que foi submetida a população ameríndia ou pré-cabralina, a partir do Descobrimento do Brasil, no século XVI. Nas fases da conquista e colonização, foi inevitável o contato entre europeus e os grupos indígenas litorâneos, dando origem ao processo aculturativo, que resultou na subordinação ou dizimação de muitos deles, enquanto outros foram empurrados para áreas distantes.

Nas fases subseqüentes, Império e República, os contatos entre índios e brancos prosseguem. Dos grupos tribais atingidos, poucos sobreviveram, muitos se destribalizaram com tendências ao desaparecimento, em decorrência da perda parcial ou total da própria cultura e da redução do seu efetivo populacional.

A população do continente americano era bastante significativa antes da chegada dos europeus, mas faltam dados consistentes para uma avaliação exata. No Brasil, as estimativas indicam um montante que varia de 2 a 2,5 milhões de indivíduos. A partir do contato com os colonizadores, essa população começa a decrescer progressivamente, não se tendo notícias de quantos grupos desapareceram.

Segundo Darcy Ribeiro (1957:18), em 1900 havia 230 grupos tribais no Brasil, que ficaram reduzidos, em 1957, a 143. Em aproximadamente meio século, desapareceram 87 grupos indígenas do território brasileiro.

A depopulação continua até os dias atuais, e hoje a população indígena não representa mais que 0,2% da população brasileira, avaliada, em 1957, pelo etnólogo citado, em um mínimo de 68.100 e um máximo de 99.700 indivíduos.

Acham-se assim distribuídos:

Amazônia	52.550	62,9% da população indígena
Brasil Central	18.125	21,6% da população indígena
Brasil Oriental	7.700	9,0% da população indígena
Região Sul	5.525	6,5% da população indígena

Outras informações mais otimistas elevam esse percentual. Na realidade, “o genocídio praticado nos 484 anos que decorreram da ocupação europeia reduziu a população indígena brasileira a 200.000 pessoas”. (Conforme *Terra Indígena*, boletim mensal da GEI Kurumin. Araraquara, 3, 1984.)

Os índios formam uma etnia minoritária, com características individualizantes, que, na verdade, dificilmente se diluem na população brasileira.

12.2 Origens

O Descobrimento da América revelou aos europeus a existência de uma população até então desconhecida, que suscitou uma série de indagações. Na tentativa de explicar essa presença, surgiram, desde o século XVI, suposições e conjecturas, redundando no levantamento de hipóteses quanto à sua origem. Muitas delas carecem de provas.

12.2.1 Antigos Povoadores Americanos

Durante algum tempo, o autoctonismo do homem americano, defendido por Ameghino, foi tema de discussão e, não podendo ser comprovado, foi substituído por novas e mais prováveis hipóteses, mas mesmo essas não respondem definitivamente ao problema.

O que se sabe com certeza é que a América é continente de povoamento secundário, isto é, contingentes humanos do Velho Mundo migraram, em épocas remotas, para as terras americanas.

Entre os estudiosos do povoamento da América, destaca-se a contribuição do pesquisador francês Paul Rivet (1960). Segundo ele, o continente americano foi povoado por fluxos sucessivos de grupos humanos que utilizaram, pelo menos, três vias de acesso:

- a) o Estreito de Behring (grupos asiáticos);
- b) a Antártida e a Terra do Fogo (grupos australianos);
- c) o Oceano Pacífico (grupos polinésios).

Tenta, assim, explicar o povoamento do continente americano e justificar a diversidade étnica que caracteriza a população pré-colombiana.

Pesquisando e analisando os elementos biológicos, lingüísticos e culturais dos povos ágrafos do Velho e do Novo Mundo, verificou que se assemelhavam significativamente. Através de um número considerável de provas antropológicas, etnográficas e lingüísticas, pôde fundamentar suas hipóteses que admitem para o povoamento da América as três correntes migratórias: asiática, australianas e melanésio-polinésica.

Apesar de essa temática conservar-se ainda no terreno das hipóteses, a existência de um consenso entre seus estudiosos permite considerar que:

- a) o homem americano não é autóctone, suas culturas sim;
- b) a migração asiática, através do Estreito de Behring, foi a mais expressiva, mas não a única;
- c) a antigüidade do homem americano remonta a 40.000 anos, quando ocorreram os primeiros fluxos migratórios;
- d) os Esquimós foram os últimos a povoar a América;
- e) os primeiros a chegar estavam no nível cultural de caçadores;
- f) antropologicamente, são mongolóides, pertencentes ao grande grupo racial amarelo e não vermelho (como se supunha);
- g) o nível cultural dessas populações é o Neolítico;
- h) não conheciam o uso da roda, o torno do oleiro, o vidro, o trigo etc.

12.2.2 Antigos Povoadores do Brasil

Com relação ao Brasil, as pesquisas arqueológicas e paleontológicas vêm demonstrando que as datas mais antigas da presença do homem situam-se em torno do ano 8.000 a.C., constatadas pelos testemunhos fósseis do Homem da Lagoa Santa, em Minas Gerais. Recentes pesquisas da arqueóloga Conceição Beltrão talvez permitam recuar essa data para 12.000 ou 14.000 anos.

Outros testemunhos são os sambaquis, ou seja, grandes montes de conchas, restos de cozinha e fósseis humanos, amontoados pelo chamado homem do Sambaqui, que habitou o litoral brasileiro em tempos pré-históricos. O depósito conhecido mais antigo é o de Maratuá, na baía de Santos, que data de

5.000 a.C. Caracteriza-se pela presença de artefatos de pedra lascada, rudemente confeccionados. Nos sambaquis mais recentes (500 d.C.), os instrumentos são de pedra polida, de osso ou de conchas. Neles foram também encontrados os chamados zoólitos (pequenas esculturas em pedra representando animais), considerados como manifestações artísticas.

A presença da cerâmica em território brasileiro é registrada na Amazônia por volta do ano 500 a.C. É a mais antiga, enquanto a cerâmica marajoara data do ano 1.000 da era cristã, assim como as demais manifestações ceramistas do Centro e Sul do Brasil. Referindo-se à cerâmica da Ilha de Marajó, Edson Soares Diniz (1972:13) enfatiza a qualidade técnica e artística dos objetos, com decorações diversas, adornos antropomorfos, pintura policrômica, incisões e excisões que garantem sua superioridade sobre os demais achados.

Material mais perdurável restante das culturas de tribos já desaparecidas, a cerâmica é o indicativo da presença de grupos portadores de nível cultural mais avançado, em relação ao homem do Sambaqui, cujas manifestações culturais limitavam-se a instrumentos de pedra lascada e posteriormente polida.

12.3 Culturas e Famílias Lingüísticas

São numerosas as culturas e as línguas tribais que compõem essa parcela da população brasileira, num verdadeiro mosaico de grupos indígenas diversificados e diferenciados.

O elemento humano que compõe esses grupos é genericamente chamado de índio, denominação dada pelos europeus, na suposição de haverem chegado às Índias, destino provável da rota que descobriu a América. *Índio* é uma expressão que se generalizou, sendo aplicada a todas as populações nativas de modo geral.

12.3.1 Conceituação de Índio

Segundo Darcy Ribeiro (1977:254), “indígena é, no Brasil de hoje, essencialmente, aquela parcela da população que apresenta problemas de inadaptação à sociedade brasileira, em suas diversas variantes, motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana”. Assim, o índio é aquele que pertence a uma etnia diferente da nacional, identifica-se como índio e é assim reconhecido pelos demais segmentos da sociedade.

Tanto no passado como no presente, é uma expressão depreciativa, sendo muitas vezes etnocentricamente substituída por “selvagem”, “pagão” (no

sentido de não cristianizado). Nas primeiras décadas do século XVI, eram tidos pelos colonizadores como seres subumanos, desprovidos de alma, estando mais próximos dos animais. Sua dignidade humana só foi restabelecida após 1537, quando a bula do Papa Paulo III os reconheceu como “verdadeiros homens e livres”.

12.3.2 *Diversidade Indígena*

A heterogeneidade que caracteriza a população indígena brasileira manifesta-se sob três aspectos: biológico, lingüístico e cultural.

BIOLÓGICA. Etnicamente, o conjunto da população indígena brasileira pertence ao *stock* racial mongolóide, tendo, portanto, uma origem comum, cujos caracteres físicos freqüentes entre eles os aproximam dos asiáticos: pigmentação da pele, olho mongólico, cor e forma dos cabelos, maçãs do rosto salientes, poucos pêlos no corpo etc. As diferenças são notáveis quanto à estatura: uns são muito altos, como os Bororo (MT), antes do contato com os brancos; outros pequenos, como os Guató (MT). Quanto à cor da pele, varia do amarelo claro ao escuro.

LINGÜÍSTICA. Curt Nimuendajú, antropólogo alemão que dedicou sua vida aos indígenas brasileiros, elaborou um mapa etno-histórico do Brasil, no qual foram registradas 1.400 tribos pertencentes a 40 famílias lingüísticas. Seu levantamento abrangeu todos os grupos conhecidos desde 1500. Em relação a toda a América, encontrou 900 línguas, no século XVI.

Não se pode, assim, falar em unidade lingüística, nem para a América, nem para o Brasil. Fonética e gramaticalmente, as línguas diferem entre si. A cada cultura corresponde uma língua própria, que é falada por todos os grupos que a ela pertencem, mesmo estando distanciados uns dos outros.

Exemplo: o tupi é falado tanto pelos Mawé (AM), como pelos Urubus-Kaapor (MA) e Guarani (MS). É a língua mais difundida no Brasil, tornando-se, no passado, a “língua geral”, falada por índios e colonizadores.

CULTURAL. A heterogeneidade biológica e lingüística é acompanhada pela heterogeneidade cultural. Padrões e valores diferem essencialmente de uma família para outra e as diferenças culturais podem surgir mesmo entre grupos pertencentes à mesma família lingüística. Pode ocorrer também que, em determinadas regiões, diferentes famílias, por influências de contato, apresentem afinidades culturais (similitudes nos usos e costumes).

É possível, assim, agrupar as tribos em áreas culturais, onde os grupos localizados são classificados lingüística e culturalmente, uma vez que têm em comum alguns traços culturais. Steward, por exemplo, formulou uma classificação cultural que abrange toda a América do Sul.

Com relação ao Brasil, as áreas culturais foram caracterizadas por Eduardo Galvão (1979:193) que, para tanto, considerou o espaço de tempo compreendido entre 1900 e 1959 e os grupos sobreviventes, levando em conta a distribuição de elementos da cultura material e aspectos socioculturais.

Uma série de fatores, como as relações intertribais e interétnicas e as mudanças resultantes, permitiu a delimitação de 11 áreas culturais.

Quadro V *Áreas culturais.*

Áreas	Grupos Indígenas
Norte-Amazônica (três subáreas)	Makuxi, Oiampi, Maku, Tukuna etc.
Juruá-Purus	Yamamadi, Kaxinawa, Katukina etc.
Guaporé (três subáreas)	
Tapajós-Madeira (duas subáreas)	Munduruku, Mawé, outros grupos Tupi
Alto Xingu	Kamayurá, Waurá, Bakairi, Suyá etc.
Tocantins-Xingu (três subáreas)	Bororo, Apinayé, Xavante, Kayapó, Karajá etc.
Pindaré-Gurupi	Tenetehara, Urubus-Kaapor, Guajá etc.
Paraguai	Kadiwéu, Terêna
Paraná	Nandeva, Kawiá, Mbuá (Guarani)
Tietê-Uruguai	Kaingáng
Nordeste	Funiô, Potiguara, Pataxó, Maxakali etc.

De todas essas áreas, a mais homogênea é a do Alto Xingu, graças ao número avantajado de elementos culturais comuns a todas as tribos.

12.3.3 *Troncos ou Famílias Lingüísticas*

Entende-se por tronco ou família lingüística o conjunto de grupos tribais portadores de línguas semelhantes, conservadas pelos membros de uma mesma família, que pode integrar vários grupos. As semelhanças são explicadas por uma origem comum – que no passado foi uma só e mesma língua.

A primeira classificação lingüística dos índios do Brasil dividiu-os em dois grupos: Tupi e Tapuia, e persistiu por largo tempo:

- a) *Tupi*: numerosos grupos litorâneos que falavam a “língua boa” (tupi) e apresentavam homogeneidade cultural.

- b) *Tapuia*: considerados de “língua travada”, eram os habitantes do sertão, inimigos dos Tupi.

Na verdade, Tapuia nunca foi um grupo indígena, e para os Tupi significava toda tribo inimiga, aqueles que não falavam sua língua.

Entre os grupos Tupi ou Tupi-guarani quinhentistas, figuram os Tupinambá, os Tamoios, os Tupinikin, os Goitacá, os Temiminó, os Tape, os Caeté, os Tabajara, os Potiguara etc., ocupando uma faixa ao longo do litoral de Norte a Sul.

É o tronco lingüístico de maior influência na cultura e na sociedade brasileiras. Por três séculos foi a língua mais falada no Brasil. Eram povos horticultores, sedentários, mas migravam com frequência, principalmente em busca da “Terra sem males”, o paraíso terrestre desses índios.

Tapuia eram os grupos não Tupi, considerados pertencentes à família Jê e a outras isoladas. Os Jê sempre foram considerados os mais atrasados do Brasil (pesquisas posteriores provaram o contrário) e são genuinamente brasileiros, uma vez que a cultura Jê não existe fora do Brasil. Entre seus representantes estão os Botocudos, os Kayapó, os Kariri etc.

Contatos posteriores vieram demonstrar a multiplicidade de famílias lingüísticas e línguas isoladas que configuraram o Brasil indígena. Foram numerosas no passado. Hoje, estão divididas em quatro grandes troncos: Tupi, Macro-Jê, Aruák e Karib; dois menores: Pano e Xirianá; e dezenas de línguas isoladas.

- a) *Tronco Tupi*: 26 grupos, reunidos em sete famílias;
Tupi-Guarani (a mais importante e numerosa), Juruna, Arikê, Tupari, Ramarama, Mondé e Puruborá.
- b) *Tronco Macro-Jê*: 18 grupos, reunidos em três ou cinco famílias;
Jê (a mais numerosa), Kayapó, Xikrin, Gaviões, Apinajé etc.; Maxakali e Fulniô.
- c) *Tronco Aruák*: 23 grupos, duas famílias;
Aruák (a mais numerosa), Apurinã, Palikur, Waurá, Paresi etc.; Arauá.
- d) *Tronco Karib*: 22 grupos;
Karib (vários grupos): Taulipang, Makuxi, Aparai, Galibi, Bakairi etc.
- e) *Família Pano*: 12 grupos;
Línguas Karipuna, Kaxinawa, Marubo etc.
- f) *Família Xirianá*: cinco grupos;
Línguas Pakidai, Waiká, Xirianá etc.

g) *Outras línguas*: 37 grupos (línguas isoladas):

Línguas Tukano, Nambikwara, Maku, Mura, Txapakura, Guaicuru, Katukina, Guató, Trumai etc.

Sendo a língua a esfera mais persistente da cultura, o seu conhecimento e registro são tarefas urgentes antes que desapareça. A atuação do *Summer Institute of Linguistics*, embora eficiente e louvável, viu-se interrompida por uma série de razões que não justificam sua exclusão do território nacional (Magalhães, 1981).

12.4 Índios e Brancos no Brasil

A expansão da civilização em território brasileiro atingiu os agrupamentos indígenas, provocando situações de contato diferenciadas no tempo e no espaço.

A perspectiva histórica tem demonstrado que nesses quatro séculos e meio, poucos são os grupos tribais que escaparam ao impacto destruidor da civilização. Os grupos litorâneos foram os primeiros a sofrer as conseqüências da presença do homem branco e acabaram sendo subjugados ou dizimados. Posteriormente, no século XIX e principalmente no século XX, novos grupos foram alcançados no interior do país pelas frentes pioneiras da sociedade nacional, na sua expansão em direção ao Oeste.

O contato índios e não-índios deu origem a um processo de aculturação chamado por Roberto Cardoso de Oliveira (1972:17) de fricção interétnica, no sentido de oposição entre a ordem tribal e a ordem nacional. Como salienta o autor, trata-se de relações de oposição entre sociedades diferentes e não-sociedades contrárias, em que a existência de uma tende a negar a da outra. O que vem ocorrendo no Brasil é que o contato interétnico (entre grupos de culturas e etnias diferentes) tem favorecido os civilizados (cultura dominante) em detrimento dos grupos tribais (subjugados), que vêm sofrendo os efeitos da destruição, da depopulação, da desorganização tribal etc., quando não são destruídos totalmente, e desaparecem como unidade étnicas.

12.4.1 Os Primeiros Contatos e o Escambo (Século XVI)

Ao aportar no Brasil, Cabral entra em contato com os Tupinikin, grupo tribal de filiação lingüística Tupi-guarani, localizado na Baía Cabralia (sul da Bahia). É um grupo de fala Tupi, como os demais que participaram da obra da colonização. A unidade lingüística litorânea favoreceu sobremaneira o colonizador que,

no decurso do século XVI, valeu-se do numeroso contingente indígena de duas maneiras:

- a) apropriação de suas terras economicamente rentáveis;
- b) apropriação do indígena como mão-de-obra indispensável e largamente utilizada.

As terras litorâneas foram progressivamente ocupadas e os indígenas, violenta ou pacificamente, iam acomodando-se à nova situação, não sendo escravizados, a não ser esporadicamente.

Desenvolve-se entre índios e brancos o escambo, um comércio baseado na troca de mercadorias: produtos tropicais da terra, como pau-brasil, farinha de mandioca etc., por objetos trazidos pelos europeus. A exploração e a colonização do Brasil dependeram, durante as primeiras décadas quinhentistas, do fornecimento indígena que facilitava a manutenção da população.

Quando o escambo se torna inoperante, o índio é transformado em escravo e somente se livra dessa condição em meados do século XVIII (1757). O governo português, repetidas vezes, proibiu a escravidão, mas autorizava a “guerra justa” contra índios arredios e hostis, escravizando os que caíssem prisioneiros.

12.4.2 A Interiorização do Brasil (Séculos XVII e XVIII)

Vastas regiões interioranas despertaram o interesse do colonizador. Sua ocupação foi efetivada através da penetração pelos sertões, regiões propícias à criação de gado, indispensável à manutenção da população.

No interior do Nordeste e pelo rio São Francisco, a expansão pastoril alcançou a população indígena local, que reage violentamente à presença do criador branco. Muitos são trucidados e os sobreviventes transformados em escravos. Outros, mais conformistas, conseguiram sobreviver, embora dominados pelos criadores e colonos e recebendo alguma proteção dos missionários.

Entre os grupos mais atingidos estão os Potiguara, os Xukuru, os Fulniô ou Carijó e muitos outros, dos quais restam poucos remanescentes que ainda conservam alguns costumes tribais. Esforçam-se por não perder sua identidade índia e são alvo do desprezo das populações sertanejas.

A expansão pastoril contribuiu para despovoar e descolonizar o Nordeste, de onde o homem era tirado para dar lugar ao gado.

A ocupação do Maranhão e do Pará foi também acompanhada de choques armados entre brancos e índios, que resistiam bravamente à invasão de suas terras, mas tinham sempre de afastar-se para ceder lugar ao gado que se multiplicava.

A exploração dos produtos nativos, as “drogas do sertão”, exigia mão-de-obra indígena, que, além de farta e barata, era adaptada à região. Expedições de caça ao índio sucediam-se, alcançando os altos rios para desbravar e resgatá-los. São os chamados “descimentos”, ou seja, buscar, aldear e repartir os índios para o serviço dos jesuítas, dos colonos e para a manutenção dos próprios aldeamentos. Os habitantes da terra assim obtidos eram aldeados e escravizados (forma disfarçada de escravidão).

Esse tratamento dado ao índio pelos colonos e jesuítas provocava atitudes do governo colonial, que continuava proibindo e autorizando a escravização indígena, usando para isso o recurso das “guerras justas”.

No Sul do Brasil, a terra dos Guarani passa também a ser ocupada. Instalam-se aí as reduções jesuíticas, onde os índios estavam a salvo do cativoiro dos espanhóis. Mas não se livraram dos bandeirantes paulistas, que as invadiam e arrebanhavam aqueles indivíduos a fim de vendê-los como escravos. Era a “República dos Guarani” atingida pelo bandeirismo, na caça ao índio.

Também os bandeirantes, na busca do ouro e de pedras preciosas, contactaram numerosas tribos em Goiás e Mato Grosso: os Guaicuru, os Paiaguá, os Paresi, os Terena, os Bororo, os Kayapó etc. Os índios opuseram grande resistência, muitos foram mortos, milhares exterminados, mas um extenso território foi conhecido e incorporado à Coroa portuguesa.

A introdução da mão-de-obra negra, desde meados do século XVI, a rarefação da mão-de-obra indígena e a transformação das aldeias em povoados, tornando dispensável a atuação jesuítica, levaram à extinção da escravidão indígena em 1757. Em 1759, os jesuítas são expulsos do Brasil, onde desenvolviam uma política etnocêntrica que resultou em violência, escravidão e morte para os índios.

12.4.3 O Século XIX

Após a expulsão dos jesuítas, os índios são submetidos ao regime do Diretório do governo pombalino. Esta mudança em nada beneficiou as populações tribais, principalmente no Norte do país. Na metade do século XIX, o interesse econômico foi canalizado para a extração da borracha e, mais uma vez, a mão-de-obra indígena não pôde ser dispensada.

Novos grupos indígenas são contactados, como os Maué, os Munkuruku e os Mura que, envolvendo-se no movimento nativista chamado Cabanagem (1834), foram seriamente reprimidos, suas aldeias invadidas e os indígenas dispersados.

Também no Brasil Central ocorre o extermínio de tribos inteiras pela ação de grupos armados que tinham como objetivo o desaparecimento dessa população

que impedia o progresso. Para tanto, lançavam mão de métodos degradantes, como cita Berta Ribeiro (1983:71): “envenenar as águas com estricnina, deixar roupas contaminadas de varíola, botar fogo nas aldeias para dispersar os índios, aprisionar as mulheres e crianças para atrair os homens e outras formas mais sutis e depravadoras, como oferta de bugigangas e de cachaça, para amolecer as vontades e a consciência”.

Só nos últimos anos do século XIX é que, pela primeira vez, o índio passa a receber tratamento humanístico, a partir da atuação de Rondon e seus colaboradores, e vai estender-se pelo século XX.

12.4.4 População Indígena no Século XX

Foram pouco numerosos os grupos indígenas que, nos séculos anteriores, sofrendo todo tipo de compulsão e de coerção, conseguiram sobreviver, apesar de submetidos aos processos aculturativos e à miscigenação.

Outros grupos, entretanto, persistiram como unidades culturais e étnicas, porque só foram alcançados no decurso do século XX; alguns, ainda hoje, conservam-se isolados, longe das influências coercitivas da civilização.

É formada por uma multiplicidade de tribos, lingüística e culturalmente diversificadas, confinadas em aldeias ou postos indígenas. O número de indivíduos que compõem esses grupos é, via de regra, pequeno. Segundo Darcy Ribeiro (1977):

- | | |
|-------------------------------------|-----|
| a) grupos com menos de 250 pessoas | 51; |
| b) grupos com mais de 1.000 pessoas | 58; |
| c) grupos com 2.000 pessoas | 06; |
| d) grupos com 5.000 pessoas | 01. |

A maior parte da população indígena brasileira está concentrada na Amazônia, seguida do Brasil Central, Oriental e Região Sul, nas seguintes proporções:

Quadro VI População indígena.

Região	Grupos	Indivíduos
Amazônia	94	62.050
Brasil Central	34	21.400
Brasil Oriental	11	9.500
Região Sul	4	6.750
TOTAL	143	99.700

Pode-se perceber que, na região Centro-leste brasileira, o índio praticamente inexistente, o que se explica por fatores históricos e circunstanciais. As áreas com maior densidade indígena são aquelas hoje cobertas pela colonização em seus empreendimentos de caráter socioeconômico. A exploração extrativista, agrícola, pastoril ou de outra natureza, a necessidade de mão-de-obra barata e a falha intervenção protecionista farão repetir no presente os fatos do passado, de certa forma atenuados pela atuação da Comissão Rondon e pela Fundação do Serviço de Proteção aos Índios.

A ambição pela ocupação das terras continuava a exigir o deslocamento dos grupos tribais e os contatos eram inevitáveis. Grupos de índios refugiavam-se nas matas: os Kamakân e os Pataxó, na Bahia; os Botocudos, em Minas Gerais; os Kaingáng, em São Paulo (alcançados pela abertura da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil); os Xoklég, em Santa Catarina, e muitos outros.

As conseqüências da penetração dos brancos nos territórios tribais são drásticas para a população indígena, cuja tendência é o desaparecimento, em virtude de:

- a) diminuição ou perda do território tribal;
- b) aquisição de doenças, para as quais não têm imunidade;
- c) perda da autonomia econômica e política;
- d) depopulação e destribalização;
- e) surgimento de necessidades a que não podem satisfazer.

A posse das terras é de fundamental importância para os indígenas, a fim de que possam viver e obter sua subsistência. Entretanto, a demarcação desses territórios não é feita previamente, isto é, antes da atração do grupo; posteriormente, ela dificilmente se efetiva, configurando as Reservas e os Parques Indígenas. As áreas destinadas a servir de habitat aos grupos indígenas, com meios suficientes à sua subsistência, são chamadas reservas indígenas.

Até 1975, contam-se 11 reservas:

1. Apiaká, Kayabi (1968).
2. Erigpactzá, Paresi e Tapayuna (1968).
3. Irantxe (1968).
4. Areões, Couto Magalhães e Pimentel Barbosa (1969).
5. Nambikwara (1968).
6. Parakanã (1971).
7. Waimiri-Atroari (1971).

8. Kararaô (1971).
9. Sangradouro (1972).
10. São Marcos (1972).
11. Xerente (1972).

“Parque indígena é a área contida em terra na posse dos índios, cujo grau de integração permita assistência econômica, educacional e sanitária dos órgãos da União, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região.” Em 1975, eram quatro:

1. Parque Nacional do Xingu (1961).
2. Parque Nacional Indígena do Tumucumaque (1968).
3. Parque Indígena do Aripuanã (1969).
4. Parque Indígena do Araguaia (1971).

12.5 Aculturação Indígena

Duas são as modalidades de aculturação provocadas pelos contatos entre índios e não-índios: aculturação interétnica e aculturação intertribal.

12.5.1 Aculturação Interétnica

A aculturação interétnica ocorre quando grupos étnicos e culturalmente diferentes entram em contato direto e permanente, ficando ambos os grupos sujeitos a mudanças em seus padrões culturais. No Brasil, podem-se tomar como exemplo todas as situações de contato entre índios e civilizados, portadores que são de técnicas e culturas diferenciadas.

Eduardo Galvão (1979:131) discute as causas da maior ou menor facilidade de os grupos se aculturarem e justifica esse fenômeno pelo que ele chama de “distância cultural”. Alguns grupos como os Karajá e os Timbira são mais resistentes à assimilação, por possuírem culturas de tal modo especializadas ao ambiente que suas características diferem muito das da cultura cabocla. As causas desse apego aos valores tribais é que esses grupos ocupam regiões menos devassadas, onde não houve tentativas de assimilação do índio ou sua incorporação à economia regional. Já os Tupi apresentam grande receptividade para os traços da cultura cabocla com a qual se identificam. Estão sujeitos a uma rápida assimilação ou mesmo extinção, enquanto os demais se preservam por mais tempo.

No desenvolver do processo aculturativo, estabelecem-se complexas relações de fricção entre índios e não-índios. Fricção no sentido de oposição, quando a sociedade colonizada torna-se instrumento da sociedade colonizadora.

FRENTES DE EXPANSÃO DA SOCIEDADE NACIONAL. As várias comunidades indígenas diferenciadas estruturalmente entram em contato com frentes pioneiras de natureza socioeconômica também diversificada. Cada uma delas, seja a extrativa, a agrícola ou a pastoril, integra ou destrói o índio, conforme o seu caráter de empresas capitalistas que vêm no mundo tribal um obstáculo à sua expansão.

Essas frentes de expansão, também chamadas pioneiras, são integradas por indivíduos da sociedade nacional que, estimulados por interesses econômicos, propõem-se explorar partes do território ainda não ocupadas pelos civilizados, mas habitadas, via de regra, por grupos indígenas.

- a) *Frente Extrativa:* caracteriza-se pelo interesse na extração mineral, vegetal ou animal, como, por exemplo, a exploração do pau-brasil e a procura das drogas do sertão, no passado; contemporaneamente, a extração do látex e da castanha na Amazônia e da erva-mate no Sul do Brasil. Se no passado os contatos eram mais ou menos pacíficos, hoje revestem-se de grande agressividade contra o índio, provocando sua destruição e quase destruição. Mulheres e crianças são confinadas e violentadas, enquanto os homens são utilizados como mão-de-obra mal remunerada, quase gratuita, sempre oprimidos pelos civilizados.

Entre os numerosos grupos indígenas atingidos pela frente extrativa estão os Tukuna do Alto Solimões, estudados por Roberto Cardoso de Oliveira (1972); os Suruí, os Assurini e os Gaviões do médio Tocantins, estudados por Roque de B. Laraia e Roberto da Matta (1967).

- b) *Frente Agrícola:* tem suas raízes no Brasil colonial, quando o plantio da cana-de-açúcar exigia a ampliação da lavoura canavieira. Os índios, desalojados de suas aldeias, eram empurrados para mais longe e suas terras entregues a novos donos. O mesmo ocorreu no século XVIII, no Maranhão, com o cultivo do arroz e do algodão; no século XX, com a expansão agrícola de colonos europeus em Santa Catarina. Numerosas outras situações poderiam ser citadas, mas, basicamente, o interesse de todas centrava-se na posse das terras indígenas, nas quais seus legítimos donos eram utilizados como escravos.

Entre os grupos que sofreram o impacto da frente agrícola estão os Maxakali, os Botocudo, os Kamakân, os Pataxó, os Kaingáng, os Xoklêng e numerosos outros grupos dos quais, ainda hoje, podem-se encontrar alguns remanescentes.

- c. *Frente Pastoril*: o interesse dessa frente está também na posse da terra indígena, a fim de transformá-la em pastagem. O elemento humano deve ser substituído pelo gado, cujos cuidados exigem mão-de-obra reduzida. É uma frente violenta, cuja agressividade foi registrada no passado, tendo dizimado numerosas tribos, e continua no presente.

Grupos tribais atingidos pela frente pastoril: os Potiguara, os Xukuru, os Fulniô etc., no Nordeste; os Timbira, no Maranhão; os Akwéx-Xavante, os Karajá, os Kayapó, os Xerente, os Bororo, no Brasil Central; os Kadiwéu, os Guató, os Guarani, no sul do Mato Grosso; os Oti, do oeste paulista. Muitos estão extintos.

Darcy Ribeiro (1977:13), considerando o impacto da civilização sobre as populações tribais, prefere a expressão *transfiguração étnica*, em vez de *aculturação* ou *assimilação*. Ele a entende como “o processo através do qual as populações tribais que se defrontam com sociedades nacionais preenchem os requisitos necessários à sua persistência como entidades étnicas, mediante sucessivas alterações em seu substrato biológico, em sua cultura e em suas formas de relação com a sociedade envolvente”.

Seus estudos o levaram a concluir que não houve propriamente assimilação e sim transfigurações étnicas, pois muitos grupos foram exterminados, e os que conseguiram sobreviver permanecem índios, dificilmente se diluindo na sociedade nacional.

INTEGRAÇÃO DOS GRUPOS TRIBAIS À SOCIEDADE NACIONAL. Os grupos indígenas, em sua maioria, mantêm contato com a sociedade nacional, sendo poucos os que se conservam isolados, escapando às influências civilizatórias.

São quatro as categorias de grupos tribais classificados quanto ao grau de contato:

- a) *Grupos isolados*: ocupando regiões não alcançadas pela civilização, esses grupos arredios e hostis ainda não foram contactados, conservando sua autonomia tribal e seu efetivo demográfico.

Em 1900, esses grupos eram estimados em 105 tribos. Em 1957, foram reduzidos para 33.

Exemplos: os Ava-Canceiros, os Xiriana, os Waimiri, os Tiriyo.

- b) *Grupos em Contatos Intermitentes*: são aqueles que começam a ser atingidos pela sociedade nacional, tendo sua autonomia cultural ameaçada pelos contatos esporádicos que tendem a se tornar efetivos. Criam no

índio certa dependência em relação aos civilizados, dos quais pretendem obter objetos e instrumentos que lhes são indispensáveis.

Em 1900, havia 57 grupos nessa condição. Ficaram reduzidos a 27, em 1957.

Exemplos: os Kayabi, os Urubus-Kaapor, os Waurá, os Kalapalo, os Xikrin, os Trumai.

- c) *Grupos em Contatos Permanentes:* nesta categoria, a dependência em relação ao civilizado é quase total, estando sujeitos a todos os tipos de compulsões e coerções. Mantendo contatos permanentes com a sociedade nacional, perdem sua autonomia sociocultural, conservando, contudo, traços da cultura original.

Em 1900, contavam-se 30 grupos indígenas. Em 1957, o número aumentou para 45.

Exemplos: os Tapirapé, os Yamamadi, os Taulipang, os Krahó, os Bororo, os Xavante, os Karajá etc.

- d) *Grupos Integrados:* são aqueles que, tendo passado pelas etapas precedentes, conseguiram sobreviver. Mesmo considerados integrados, conservam-se ilhados em relação à sociedade nacional, como reserva de mão-de-obra. “Em geral estão descaracterizados, tendo perdido sua língua e cultura original, assemelhando-se mais a um caboclo. Todavia, conservam a todo custo sua identidade índia, com crescente participação na vida socioeconômica da sociedade nacional.”

Em 1900, havia 29 tribos na condição de integradas, que foram aumentadas para 38, em 1957.

Exemplos: os Guarani, os Mawé, os Paresi, os Terena, os Makuxi, os Kaingáng, os Xoklég, os Fulniô etc.

Das quatro categorias de contato, os grupos que oferecem condições ideais de pesquisas são os que se encontram em contato intermitente. Conservam ainda sua cultura original quase intacta. É um grau de contato que favorece a permanência do pesquisador no campo. O mesmo não acontece com os isolados, e a pesquisa entre eles é praticamente impossível. Os grupos em contato permanente são sempre visitados pelos pesquisadores, enquanto os integrados, mesmo descaracterizados, têm despertado o interesse dos etnólogos em geral.

Os dados aqui apresentados correspondem aos levantamentos realizados na primeira metade do século XX, ou seja, de 1900 a 1957. Hoje, certamente, uma avaliação quantitativa dessas quatro categorias evidenciaria números diferentes. Resta ainda mencionar que, das 230 tribos que compunham o mundo

indígena no início do século, restaram, em 1957, 143, tendo desaparecido até então 87 grupos.

Entre os extintos, incluem-se:

1. *Tupi*: 26 grupos (os Apiaká, os Xipayá, os Kokama, os Aruá etc.).
2. *Aruák*: 14 grupos (os Katiana, os Kinikinao, os Kustenao etc.).
3. *Karib*: 10 grupos (os Arara, os Bakairi, os Pauxiana etc.).
4. *Jê*: 9 grupos (os Krikati, os Kayapó do Sul, os Timbira etc.).
5. *Outros*: 29 grupos (os Botocudos, os Guató, os Oti, os Kamakân etc.).

12.5.2 *Aculturação Intertribal*

Entende-se por aculturação intertribal o fenômeno que se verifica quando grupos tribais, portadores de culturas e línguas diferentes, entram em contato. Etnicamente iguais, culturalmente diferentes, influenciam-se mutuamente, vivendo em contato permanente e, geralmente, pacífico.

Várias são as áreas de aculturação intertribal no Brasil. Entre elas, a mais representativa é a do Alto Xingu, no Brasil Central, onde a coexistência de cinco famílias lingüísticas deu origem à cultura xingwana. Na área da Guiana Brasileira, convivem tribos de língua Karib e Aruák. Na área do Rio Negro, contactam-se grupos Arák, Tukano e Maku. Ao sul do Pantanal mato-grossense, processa-se a aculturação entre tribos Kadiwéu e Terena e outros grupos Guaná.

Nessas áreas, de intenso intercâmbio cultural, as relações interétnicas levam a duas situações peculiares:

- a) estabelece-se uma estratificação étnica, isto é, uma tribo predominará sobre as demais, como acontece entre os Kadiwéu e os Terena;
- b) as relações desenvolvem-se sem que haja o predomínio de uma sobre as demais tribos. O exemplo clássico é o da área do Alto Xingu.

O Alto Xingu é uma região altamente individualizada, graças às suas peculiaridades não encontradas em nenhuma outra área do Brasil.

Numa verdadeira mesopotâmia, convivem há longo tempo representantes de cinco famílias lingüísticas distintas: Tupi, Jê, Aruák, Karib e Trumai. Quando Karl von den Stein lá chegou pela primeira vez, em 1884, encontrou 39 aldeias, com um montante populacional de 3.000 indivíduos, assim distribuídos:

1. Tupi-guarani – Kamayurá (4 aldeias), Aweti (1).
2. Aruák – Waurá (2), Mehimaku (2), Yaulapiti (2), Kustenau (1).

3. Jê – Suyá (1).
4. Karib – Bakairi (8), Nahuquá (15).
5. Trumai – Trumai (2).

O que mais chama a atenção no Alto Xingu é sua unidade e pluralidade, que mereceu estudos de vários etnólogos, entre eles, Egon Schaden (1969:65).

Na área cultural xinguna, a interação de sociedades distintas levou a uma homogeneização cultural. Contudo, a autonomia de cada grupo foi respeitada, assim como sua língua, não havendo o predomínio de uma sobre as demais.

Através de um processo de adaptação ecológica e cultural, formou-se uma nova e única sociedade, a sociedade xinguna, caracterizada por grande uniformidade de padrões culturais que foram adotados pelos diferentes grupos que a integram:

- a) aldeia de forma circular e casas elípticas cobertas de sapé;
- b) no pátio, a casa das flautas e a gaiola do gavião real;
- c) uso do beiju e ausência de bebidas fermentadas;
- d) supremacia da pesca sobre a caça;
- e) uso do uluri (tanga feminina), colares de concha, redes etc.;
- f) bancos e vasos zoomórficos;
- g) família extensa, com descendência bilateral;
- h) residência patrilocal;
- i) xamanismo, festas dos mortos (Kuarup);
- j) comércio intertribal (moitará).

As dificuldades de acesso à região e outros fatores impediram a penetração das frentes de expansão em seu território. Mesmo assim, contatos esporádicos provocaram certas mudanças, mas a cultura original persiste graças ao conservantismo dos grupos xinguanos.

12.6 Política Indigenista Brasileira

12.6.1 Antecedentes

No desenvolver do processo histórico brasileiro, a população indígena sempre foi alvo de medidas de caráter protecionista, que visavam precipuamente a sua defesa em face das arbitrariedades contra ela cometidas.

No decurso dos três primeiros séculos da História do Brasil, o europeu colonizador conviveu intimamente com os grupos indígenas que constituíam a maioria populacional. Para ele, o aborígene ou autóctone representava, antes de tudo, a mão-de-obra exigida pelos empreendimentos coloniais, mas o objetivo que justificava a própria obra colonizadora era a cristianização dessa população. Para isso, contava com o concurso dos jesuítas, incansáveis em sua tarefa evangelizadora, mas que muito pouco fizeram para impedir que o índio fosse explorado, escravizado e dizimado, desde os primeiros anos da colonização.

Escravidão e luta de extermínio foram duas características que prevaleceram desde os primeiros contatos. Embora os regimentos expedidos recomendassem o bom tratamento dos índios, por outro lado, autorizavam guerrear contra os rebeldes e inimigos. Eram as “guerras justas” contra índios hostis, que vão ser empreendidas durante todo o período colonial e até posteriormente.

Algumas vezes, medidas extremas foram tomadas, como, por exemplo: o segundo Governador Geral, Duarte da Costa, determinou a escravização dos índios Caeté, sem distinção de sexo e idade, em represália pela morte do primeiro bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha que, juntamente com seus companheiros, foram submetidos ao ritual antropofágico.

A Coroa Portuguesa desenvolveu durante o período colonial uma política em relação ao índio que condenava sua escravização, mas, ao mesmo tempo, a incentivava, provocando o seu extermínio. Esse posicionamento era apoiado pelos missionários que detinham a direção temporal das aldeias, confinando os índios nas reduções jesuíticas ou em suas fazendas.

Mantiveram essa política, praticamente, até a sua expulsão por Pombal, em 1759.

Até então, os índios ficavam ora sob a jurisdição dos jesuítas, ora das autoridades civis ou dos administradores.

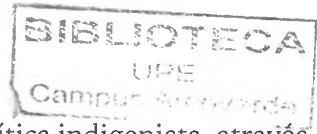
Em maio de 1757, foi concedida aos indígenas sua total liberdade, através das leis pombalinas que reconheciam o seu direito de igualdade aos demais súditos da Coroa Portuguesa e o direito de remuneração pelos trabalhos prestados.

Em 1798, através de uma carta régia, o índio é considerado “menor”, com todas as implicações, condição que vem sendo mantida até hoje.

Com a chegada de D. João VI ao Brasil (1808), mais uma vez é autorizada a “guerra justa”, restabelecendo-se a escravização do índio por 15 anos. Os mais atingidos foram os Botocudo de Minas Gerais.

Em 1823, José Bonifácio defende princípios de justiça e brandura, propondo o comércio com os indígenas e incentivando a miscigenação entre índios, brancos e mulatos.

Esses princípios serviram de base para a inauguração de uma política indigenista eminentemente humanitária, com pretensões de atender aos interesses das sociedades indígenas, ideal que nem sempre foi atingido.



12.6.2 Serviço de Proteção aos Índios

O advento do século XX exigiu a oficialização da política indigenista, através da criação de um órgão oficial que ordenasse as relações entre índios e brancos. A adoção de tais medidas era da maior urgência, em face da ocupação progressiva do território nacional e do inevitável contato das frentes colonizadoras com a população tribal regional.

Em 1910, é criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), à frente do qual se colocou o Marechal Rondon. Os princípios que nortearam o SPI foram inspirados na filosofia positivista e nas idéias de José Bonifácio de Andrada e Silva, formulados no início do século XIX.

Inaugura-se uma nova política protecionista, cujas propostas visavam basicamente à assistência, à defesa e à proteção dos silvícolas, através dos seguintes princípios humanísticos:

- a) garantir a posse dos territórios tribais;
- b) proteger o índio em seu próprio território, evitando seu deslocamento e, conseqüentemente, a desorganização da vida tribal;
- c) garantir a autonomia tribal, preservando sua cultura original (seus padrões, suas crenças, seus valores, sua língua);
- d) proibir o desmembramento da família indígena, sob qualquer pretexto;
- e) assegurar seus direitos de cidadão, respeitando sua condição de índio, no que tange aos seus deveres;
- f) punir crimes praticados contra índios.

Nos anos subseqüentes, novas disposições foram acrescentadas, como, por exemplo, passagem da tutela orfanológica do índio para a tutela do Estado; começo da demarcação das terras indígenas; posse das riquezas naturais, garantindo a emancipação econômica das tribos; criação de "conselhos de índios" para os grupos mais aculturados, tendo uma série de atribuições de seu interesse.

Outras medidas de caráter social, educacional, econômico etc. foram determinadas, mas não efetivadas em razão dos sérios empecilhos para a prática dessa política.

Os contatos prosseguiram e os fatos repetiam-se com a mesma freqüência do passado:

- a) redução do território tribal, onde os índios se achavam cada vez mais pressionados;
- b) depopulação progressiva e acelerada, em face de doenças, ataques armados, envenenamentos das águas e dos alimentos etc.;

- c) perda do *ethos* tribal e, conseqüentemente, da autonomia e dos padrões tradicionais;
- d) destribalização, depauperamento, desilusão.

Embora tenham sido esses os resultados da política indigenista, deve-se mencionar a ação humanitária do Marechal Rondon e de seus companheiros, que tinham como princípio norteador o lema: “morrer, se preciso for; matar, nunca”. Conseguiram assim atenuar a violência dos contatos, pacificando as tribos hostis e permitindo a expansão da sociedade nacional, evitando conflitos armados entre índios e civilizados.

As pacificações levadas a efeito pelos integrantes do SPI, ideologicamente preparados por Rondon, obedeceram incondicionalmente às técnicas por ele preconizadas para essas situações específicas. Assim, foram pacificados:

- 1911 – os Botocudo (vale do Rio Doce), Minas Gerais e Espírito Santo;
- 1912 – os Kaingáng, do Oeste paulista;
- 1914 – os Xoklêng, de Santa Catarina;
- 1918 – os Umotina (rio Sepetuba e Paraguai);
- 1922 – os Parintintin (rio Madeira) por C. Nimuendajú;
- 1928 – os Urubus-Kaapor, do Maranhão;
- 1946 – os Xavante (rio das Mortes), em Mato Grosso;
- 1952 – os Kayapó (médio Xingu);
- 1953 – os Jaruna (rio Xingu);
- 1962 – os Parakanan, Assurini (rio Tocantins).

Os acontecimentos épicos que acompanharam cada uma dessas intervenções assumem, em cada caso, uma feição característica e são narrados detalhadamente por Darcy Ribeiro (1977), dando margem a uma avaliação da atuação do SPI, quando aplicava os ideais humanitários e as técnicas elaboradas por Rondon, sempre baseados em métodos persuasórios não violentos.

Ideologicamente, os princípios que nortearam o SPI foram os mais saudáveis e humanísticos, sendo até aprovados internacionalmente, devendo ser aplicados em países com populações nativas.

Logo nos primeiros anos de atividade, surgiram dificuldades que se multiplicariam nos anos subseqüentes, como a falta de verba, de pessoal qualificado e mesmo de conscientização da maior parte da população. Enquanto Rondon se manteve à frente do SPI, esta instituição sobreviveu. Com o seu afastamento, a partir de 1930, os problemas indígenas aumentaram ainda mais: numerosas tribos pacificadas e atraídas ao convívio nacional esperavam a suposta ajuda que nem sempre o SPI pôde dispensar-lhes.

A história do SPI é, em grande parte, marcada pela presença de dirigentes incapazes de entender uma obra como a proteção aos índios e totalmente despreparados para a sua execução.

Na década de 60, o SPI estava sendo acusado internacionalmente de genocídio e até de etnocídio. Inquéritos e processos administrativos e criminais foram abertos contra os seus servidores, que vinham praticando bárbaras injustiças e arbitrariedades contra as populações indígenas.

Nos últimos anos de sua existência foi entregue a militares que, ignorando e não se interessando pelos problemas indigenistas, conduziram o SPI a uma tal degradação que provocou sua extinção em 1967.

Criou-se, no mesmo ano, uma Fundação vinculada ao Ministério do Interior, com a finalidade de substituir o antigo SPI e executar a política indigenista: é a Fundação Nacional do Índio (Funai). O instrumento legal de ação da Funai nas atividades indigenistas, o Estatuto do Índio, foi sancionado em 1973, fixando a política oficial de defesa e assistência ao índio.

Lamentavelmente, os propósitos da Funai, a exemplo do antigo SPI, não vêm sendo cumpridos satisfatoriamente. Pelo contrário, parecem dar continuidade à política do período colonial, beneficiária dos interesses econômicos nacionais em detrimento dos interesses indígenas.

12.6.3 Rondon e as Missões Religiosas

Rondon adquirira grande experiência no trato com os índios, com os quais conviveu mais de 20 anos nos sertões de Mato Grosso, desde 1890. Fora incumbido da construção das linhas telegráficas em três regiões estratégicas: de Cuiabá ao Araguaia, de Cuiabá às fronteiras do Paraguai e Bolívia, e de Cuiabá ao Acre, contribuindo para, através das comunicações telegráficas, unir o território nacional.

Além de outros interesses, sua preocupação maior era o conhecimento das populações indígenas da região. Sua intenção era livrá-las do mesmo destino que outros grupos tiveram após o contato com o branco, defendendo-as da presença da população rural e dos integrantes das frentes de expansão.

Contactou com remanescentes de muitos grupos tribais como os Terena, os Kadiwéu, os Guató, os Kaiwá etc. e pacificou dezenas de tribos, como os Paresi, os Nambikwára, os Arikém, os Tupari, os Kayapó etc. Instalou 97 postos indígenas de amparo aos índios, em todo o país.

Rondon foi o reconhecido pacificador que desenvolveu um trabalho científico, mas antes de tudo humanístico junto aos indígenas brasileiros, sem nunca apelar para a força ou violência.

Lamentavelmente, interesses políticos, econômicos e sociais impediram a manutenção dessa política. Nos últimos anos, as imposições do progresso e a ganância da posse da terra exigiram a ocupação rápida dos territórios e a dizimação toma o lugar da pacificação.

A atuação das missões religiosas (católicas e protestantes) junto aos grupos indígenas tem sido motivo de críticas, principalmente no que se refere à cristianização compulsória dessas populações. A imposição da religião cristã, aliada à substituição dos padrões considerados exóticos dos grupos tribais por outros da sociedade nacional, vem ferir frontalmente os princípios antropológicos que defendem a preservação das culturas indígenas em seus moldes originais. Isso não significa a idéia utópica do isolamento desses grupos, mas a sua integração lenta, a longo prazo, à sociedade nacional, da qual é impossível isolar-se.

É a defesa do princípio da relatividade cultural (veja item 2.1.6) e a condenação do etnocentrismo que estão sempre presentes nas atitudes dos brancos em relação aos índios.

12.6.4 Conquistas Recentes

Só muito recentemente a questão indígena vem sensibilizando incisivamente a opinião pública nacional e mundial. No Brasil, surgiram várias instituições que representam a retomada da causa indígena: além da Associação Brasileira de Antropologia, que há muitos anos luta em defesa dos índios, outras mais recentes, como as Comissões Pró-Índio, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), acham-se em plena atividade em favor das populações tribais. Em 1980, uma nova instituição, a União das Nações Indígenas (Unind), formada por líderes indígenas de várias tribos, representa a tomada de consciência do problema pelos próprios indígenas, que pretendem defender a sua própria causa. Acham-se, certamente, fortalecidos com a maior de todas as recentes conquistas.

A união de todas essas forças permitiu que, pela primeira vez na história do Brasil, o atual presidente da Funai fosse indicado pelos próprios índios, sendo pessoa de sua confiança, e que os chefes dos Postos Indígenas sejam também índios, como acontece atualmente na região do Alto Xingu.

Essas novas e recentes conquistas são acompanhadas de esperanças de sobrevivência para os poucos e pequenos grupos que ainda subsistem.

12.7 O Índio Brasileiro: Passado e Presente

A história da Etnologia Brasileira confunde-se com a própria história do Brasil em decorrência dos dados e informações por ela fornecidos. Notícias dos po-

vos observados desde a época da Conquista pelos descobridores e colonizadores traduziam o ambiente social e cultural das diferentes épocas que contribuíram para a construção da civilização e cultura brasileiras. Por isso, os conhecimentos sobre os grupos indígenas, obtidos no decorrer de quase cinco séculos, revelam-se particularmente significativos, contendo dados valiosos sobre as relações que os ligam a fenômenos históricos mais gerais e particularmente à caracterização sociocultural de uma época.

12.7.1 *História da Etnologia Brasileira: do Empirismo à Sistematização*

Analisando o conjunto das produções da Etnologia Brasileira, é possível reconhecer a predominância do caráter descritivo e empírico das contribuições dos primeiros cronistas, sobretudo no período colonial, e em seu primeiro século. Entretanto, já no século XVII nota-se um esforço no sentido de uma pequena sistematização dos dados observados. Mas é no século XIX que a investigação das culturas indígenas no Brasil adquire cunho científico e sistemático, principalmente a partir de sua segunda metade, quando ocorreram as expedições científicas ao interior do país. As observações que antes eram predominantemente descritivas passam a ser sistematizadas, conferindo à Etnologia Brasileira as condições de verdadeira ciência social.

No século XX e XXI, a preocupação e o rigor científicos estão presentes em grande parte dos trabalhos resultantes de pesquisas com diferentes grupos indígenas em todo o território nacional. Pesquisadores nacionais e estrangeiros estudam sistematicamente esse segmento da população que hodiernamente enfrenta sérios problemas ligados à posse e ao uso da terra, à sua cidadania, à sua identidade e à sua própria sobrevivência.

PERÍODO COLONIAL: RELATÓRIOS E DESCRIÇÕES. É substanciosa a riqueza de informações nos escritos quinhentistas, seiscentistas e setecentistas referentes aos indígenas brasileiros desses séculos. Missionários, viajantes, militares, colonos e outros cronistas expressaram seu interesse em registrar a presença de grupos humanos diferentes e até exóticos que aguçavam sua curiosidade. O registro de seu modo de vida, se seus costumes e padrões era acompanhado de observações sobre sua etnia, da descrição da terra, do quadro natural que lhes servia de hábitat.

Coube a Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada portuguesa, inaugurar em 1500 a história da Etnologia Brasileira, ao redigir a certidão de nascimento do Brasil, ou seja, a Carta ao rei Dom Manuel de Portugal. Contendo ricos dados etnológicos, exaltava ainda ao rei português mais uma oportunidade de converter populações pagãs ao Cristianismo.

No século XVI, a América recém-descoberta atraía a atenção dos europeus que apreciavam sobremaneira as obras quinhentistas dos cronistas da época. As mais precisas e completas são as de Hans Staden, Jean de Léry, Pe. Anchieta, André Thevet e Gabriel Soares de Sousa.

O alemão Hans Staden é autor da primeira monografia sobre índios brasileiros, publicada em 1557, de fecundo conteúdo sobre os Tupinambá junto aos quais permaneceu vários meses. Apesar de prisioneiro à espera da prática antropofágica, conduziu-se como observador atento, relatando com objetividade os padrões culturais desses índios, suas instituições sociais, suas manifestações religiosas, seu comportamento em diferentes situações. É uma obra bastante consultada ainda hoje, assim como a do francês Jean de Léry, com significativo conteúdo lingüístico. Além de confirmar as observações de Staden, registra detalhes e minúcias da vida dos Tupinambá, com os quais conviveu quase um ano. Também Thevet inclui-se entre os melhores informantes quinhentistas.

Dos jesuítas portugueses, o estudo do Pe. Anchieta fornece dados sobre o sistema de parentesco e as regras matrimoniais desses índios. É autor da primeira gramática em língua tupi.

Senhor de engenho na Bahia, Gabriel Soares de Sousa destaca-se como perspicaz observador dos Tupi da costa baiana e redige o seu *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, talvez a mais importante obra do século XVI.

A produção etnológica seiscentista não ofereceu a mesma riqueza de informações do século anterior. Dois missionários franceses deixaram, entretanto, valiosos dados sobre os Tupi do Maranhão: Yves d'Evreux e Claude d'Abbeville, que se preocupavam com as questões religiosas e a personalidade indígenas.

Durante este século, não apenas os grupos da nação Tupi são observados, mas também os chamados Tapuia despertam o interesse dos cronistas, sobre os quais conseguem reunir bom material. Começa a ser suplantada a fase da tupimania.

Salientam-se Joannes de Laet, Georg Marcgrav e Maurício de Heriarte com seus escritos sobre os Tupi e os Tapuia. O jesuíta Simão de Vasconcelos publica em 1663 sua obra histórica sobre as missões no Brasil, apresentando um esboço de classificação das tribos conhecidas. Sua *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil* praticamente encerra a primeira fase dos estudos sobre o índio brasileiro.

As contribuições subseqüentes, abrangendo o século XVIII, foram poucas, embora significativas. Parece que os assuntos etnológicos já não despertavam o mesmo interesse dos séculos passados. Assim, as escassas informações da segunda metade do século referem-se aos grupos Guaikuru, do Mato Grosso (rio Paraguai), observados por Sánchez Labrador e por Francisco Rodrigues do Prado, com contribuições de real valor.

PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: INÍCIO DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA. Os legados do período colonial, embora valiosos, não se constituíam em trabalhos científicos, dado seu caráter descritivo e empírico. A primeira metade do século XIX representa a transição para a sistematização dos conhecimentos a respeito do indígena, com a presença de naturalistas europeus no Brasil. Interessados no estudo da fauna e da flora, não deixaram de contactar com o natural da terra, do qual reuniram material etnográfico de tribos litorâneas e do interior.

A mais importante contribuição dessa fase foi a de Carl F. Ph. von Martius, em função do seu pioneirismo, abrindo caminhos à sistematização das observações coletadas e dos conseqüentes rumos à pesquisa científica. Além disso, a ele se devem os esforços de classificação dos grupos indígenas.

Outra colaboração de valor foi a de Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwid, com sua monografia sobre os índios Botocudos, escrita com a objetividade e a precisão próprias de um cientista. A partir daí, a Etnologia começa a adquirir o foro de verdadeira ciência.

SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS AO INTERIOR DO BRASIL. No período compreendido entre 1884 e 1914, o Brasil foi visitado por missões científicas estrangeiras que alcançaram vários pontos do interior do país, com a finalidade de contactar com grupos indígenas, observar e coletar informações que viessem enriquecer os conhecimentos etnológicos e propiciassem uma visão mais profunda da própria natureza humana.

De grande significado foram as duas expedições científicas à região do Alto Xingu (1184 e 1888) dos alemães Karl von den Steinen e Paul Ehrenreich, quando contactaram com representantes das quatro grandes famílias indígenas do Brasil, ou seja, Tupi, Jê, Karib e Aruak e uma de língua Trumai, culturas originais, ainda não afetadas pela presença do homem branco.

Também Max Schmidt empreendeu várias expedições ao Estado de Mato Grosso, assim como Teodor Koch-Grünberg, que percorreu a região noroeste do Brasil e Fritz Krause, o vale do Araguaia. As obras resultantes das pesquisas que empreenderam vieram enriquecer os estudos indígenas, fornecendo dados etnográficos, sociológicos, psicológicos e lingüísticos, além de substanciais informações sobre a mitologia, a vida social e religiosa dos grupos em foco.

As expedições ao interior brasileiro representaram um marco nos estudos sobre a população tribal. Inicia-se o período áureo da história da Etnologia do Brasil.

SÉCULO XX: CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS NACIONAIS E ESTRAN-GEIRAS. Até as primeiras décadas do século XX, o estudo do índio brasileiro despertou sobretudo a atenção de europeus em geral, e de alemães em particular. Os pesquisadores nacionais pareciam não se interessar por este objeto de

estudo, com raras exceções, como Couto de Magalhães e Barbosa Rodrigues e, mais tarde, Capistrano de Abreu, que pesquisou e escreveu sobre os Kaxinauá, e E. Roquette Pinto, que estudou os índios Pareci e Nambikuara.

Nas décadas que se seguiram, pesquisadores nacionais e norte-americanos tiveram seu interesse despertado para esse segmento minoritário da população, participando cada vez mais ativamente das pesquisas etnológicas.

Salienta-se a figura do general C. Mariano da Silva Rondon, o fundador do Serviço de Proteção aos Índios e pacificador incansável de tribos contactadas. Também Curt Nimuendajú, que durante 40 anos conviveu com grupos indígenas e tornou-se seu profundo conhecedor. Ainda Charles Wagley, Jules Henry, Lévi-Strauss, Herbert Baldus, Florestan Fernandes, Egon Schaden, Gioconda Mussolini, Fernando Altenfelder Silva, Darcy Ribeiro, Harald Schultz e numerosos outros especialistas que contemporaneamente desenvolvem seus trabalhos e pesquisas num esforço de continuar registrando e interpretando toda a cultura material e espiritual desses grupos humanos, sujeitos que são a um inevitável desaparecimento como unidade étnica e cultural.

12.7.2 *A Questão Indígena: Atualidade e Abrangência*

A questão indígena no Brasil sempre se revestiu de caráter polêmico, muitas vezes constrangedor, em face da relação índio-não-índio. Historicamente, pode-se constatar que os interesses dessa minoria étnica quase nunca coincidiram com os interesses da sociedade nacional. O conflito, manifesto ou latente, sempre existiu relacionado a problemas territoriais, à posse e ao uso do solo e do subsolo, à desvalorização da própria cultura indígena, ao desprezo pela etnia etc., dificultando ao índio encontrar seu espaço na sociedade brasileira.

No final de século, numerosas entidades e associações civis lideradas pela União das Nações Indígenas (UNI) tomam a si a questão indígena, na tentativa de entender sua problemática, repensar e questionar sua complexidade, em apoio e defesa dos poucos remanescentes constantemente ameaçados de extinção.

ÁREAS INDÍGENAS: O DIREITO DE POSSE. Como primeiros ocupantes das terras brasileiras, os grupos indígenas têm jurídica e constitucionalmente garantido o direito sobre suas terras e sobre as riquezas minerais nelas existentes.

Apesar disso, ao longo da história do Brasil, os territórios tribais vêm-se reduzindo progressivamente e, cada vez mais, o índio se vê acuada em pequenas áreas, muitas vezes insuficientes à sua sobrevivência. No século XX, o problema se agrava com a expansão da sociedade brasileira em sentido oeste e noroeste. Os grupos contactados já não têm a opção de fuga para regiões mais distantes, pois já se encontram no limiar da fronteira.

É fundamental à sobrevivência do índio que o Estado desenvolva uma política especial de proteção às terras, aos indivíduos, às instituições, incentivando o etnodesenvolvimento que vem possibilitar a preservação e a continuidade dos grupos remanescentes.

ÁREAS INDÍGENAS: AS RIQUEZAS DO SUBSOLO. Contam-se hoje no Brasil cerca de 170 sociedades indígenas que, distribuídas pelo território nacional, vêm desenvolvendo padrões culturais diferenciados e tentando, a todo custo, vencer as pressões da própria sociedade como um todo. As perspectivas de sobrevivência desses grupos são duvidosas, uma vez que a expansão do capitalismo vem forçando o seu desaparecimento, lenta ou rapidamente, conforme as exigências da conjuntura atual.

Se no passado distante se tolerava o índio para escravizá-lo e tomar-lhe as terras, hoje os interesses se voltam para as riquezas naturais do solo e principalmente do subsolo das poucas e ainda não demarcadas reservas que lhes foram concedidas.

Em 1983, através de decreto presidencial, as áreas indígenas ficaram à mercê da exploração mineral. Alegando-se o prioritário interesse da nação, as concessões seriam feitas somente a empresas estatais e apenas para minerais estratégicos. Os protestos foram de tal monta que o decreto não foi regulamentado e, mesmo assim, os alvarás de pesquisa e exploração foram concedidos... ilegalmente.

Contesta-se a constitucionalidade desse decreto e os alvarás, já autorizados, que incidem sobre áreas indígenas adequadamente estabelecidas, devem ser revogados. Em relação aos territórios tribais, 30% são terras já demarcadas, 59% são terras descritas por memoriais da Funai, com atrasos na demarcação, e 10% são terras de índios não contactados.

Referindo-se ao problema em foco, Lux Vidal argumenta com muita propriedade: “Esta questão se apresenta com maior intensidade na Amazônia legal, onde se concentram os grandes projetos estatais desta década (estradas, hidrelétricas, projeto Polonoroeste, projeto Grande Carajás e, agora, Calha Norte), região coberta, em grande parte, pela floresta tropical e onde se concentram, além das populações regionais, 60% da população indígena do País. Isto significa que não pode haver um autêntico projeto amazônico sem que a questão indígena seja considerada parte integrante desse projeto” (Revista *Pau Brasil*, 1986:32).

Segundo informações oficiais, na Amazônia foram concedidos 537 alvarás, sendo 10% para estatais brasileiras, 50% para grupos privados nacionais e 40% para grupos multinacionais. Das 302 áreas indígenas da Amazônia que ocupam 15% de sua superfície, as mais atingidas foram as do Estado do Pará e Rondônia, o Alto rio Negro e a área dos índios Yanomami.

O projeto Calha Norte, já em execução, consta de um plano de ação para a região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas (do Amazonas ao Amapá), atingindo uma população de cerca de 50.000 índios. Por isso, a criação e demarcação do Parque Yanomami se torna prioritária para garantir a sobrevivência dos 8.000 índios que aí vivem. Infelizmente para os indígenas, a área possui um subsolo rico e cobiçado.

Em face desses problemas, urgente é a tarefa de demarcação adequada das terras, adoção de medidas para garantia dos territórios tribais e a tentativa de evitar conflitos decorrentes das pressões provocadas pela ambição desmedida de exploração das riquezas minerais locais. Afinal, o objetivo desses projetos deveria ser de tornar beneficiárias as populações atingidas e não vítimas indefesas.

IDENTIDADE ÉTNICA E CIDADANIA. Segundo o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 1973), “aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei” (Funai, Legislação, 1975:5).

Juridicamente, cada índio é um cidadão brasileiro perante a lei, simplesmente por ter nascido no Brasil, embora pertença a uma comunidade que tem seus próprios valores, sua própria realidade sociocultural e é a razão mesma de sua sobrevivência.

Embora se configure, pela própria lei brasileira, a diferença entre o comum dos cidadãos e os índios, verifica-se um esforço no sentido não de reconhecer as nações indígenas e seu direito de autodeterminação, mas de considerar suas terras como território nacional, passíveis de exploração. A conveniência dessas atitudes se justifica, uma vez que ocupam terras férteis com rico subsolo, que já fazem parte de macroprojetos de desenvolvimento implantados pelo governo.

Em decorrência, não há território indígena autônomo e independente, assim como a população que o ocupa. Estão submetidos diretamente à proteção do Estado através da chamada tutela, onde o tutor é o próprio Estado, cujas ações nem sempre satisfazem aos interesses dos tutelados.

Acresce ainda o fato de ao índio ser reconhecida sua capacidade apenas relativa no exercício de seus direitos reconhecidos por lei. Ficam assim sujeitos a essa tutela especial, pela Funai, da qual se espera proteção e não coação, para que a tutela seja benéfica e garanta aos tutelados a liberdade de permanecerem índios ou de se tornarem cidadãos comuns brasileiros.

O índio estará em condições de construir sua própria identidade étnica e social a partir da conscientização de sua diferença em relação ao branco e de sua semelhança com os grupos indígenas.

Reconhecer-se como minoria étnica consciente de seus direitos e de sua subordinação ao Estado.

Manter sua identidade coletiva sem se descaracterizar, sem perder sua autonomia tribal.

Jamais concordar com a proposta de “emancipação” dos grupos indígenas que seriam despojados de suas terras e estariam condenados à destruição definitiva.

Civilizar é destruir a identidade do índio.

Literatura Recomendada

BALDUS, Herbert. *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954. Introdução.

BELTRÃO, Luzi. *O índio, um mito brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1977. Capítulos 1, 2 e 3.

DINIZ, Edson Soares. *Algumas noções sobre a etnologia e a arqueologia da Amazônia brasileira*. Marília: Unesp, 1972.

_____. *Os índios Makuxi de Roraima: sua instalação na sociedade nacional*. Marília: Unesp, 1972.

_____. *Dependência e destino: os Guarani e os Terena do Araribá*. Marília: Unesp, 1976.

GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Capítulos 7 e 9.

LARAIA, Roque de Barros; DA MATTA, Roberto. *Índios e castanheiros*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

MAGALHÃES, Erasmo d’Almeida. *As atividades do Summer Institute of Linguistics no Brasil*. Coimbra: Biblos, 1981. v. 57.

MARCHANT, Alexandre. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil. 1500-1580*. São Paulo: Nacional, 1943.

MATTOSO CÂMARA JR., J. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1977. Capítulos 5 a 10.

MELATTI, Júlio Cesar. *Índios do Brasil*. Brasília: Brasília, 1970.

NUNES DIAS, Manuel. *A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. *História*. São Paulo: USP, 1971. Parte V, Capítulo 2.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972. Capítulos 4 e 5.

OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Pioneira, 1972. Capítulo 1.

RIBEIRO, Darcy. Culturas e línguas indígenas do Brasil. *Educação e ciências sociais*. Rio de Janeiro, 6, 1957.

_____. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____, RIBEIRO, Berta G. *O índio na história do Brasil*. São Paulo: Global, 1983.

RIVET, Paul. *As origens do homem americano*. São Paulo: Anhembi, 1960.

SCHADEN, Egon. *Aculturação indígena*. São Paulo: Pioneira: Edusp, 1969. Capítulo 2.

STEINEN, Karl von den. *Entre os aborígenes do Brasil Central*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.

VIDAL, Lux (Org.). *O índio e a cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1983. Parte I.



13.1 Evolucionismo Cultural

Evolucionismo cultural é uma das grandes linhas de pensamento ou “escolas” teóricas sobre a origem da cultura que surgiram no século XIX, tendo sido a primeira delas, numa seqüência histórica.

Para Winick (1969:258), evolucionismo é a “teoria segundo a qual toda a vida e o universo se desenvolveram graças ao crescimento e às mudanças”.

O termo, que se insere no conceito de evolução, não é novo, pois os antigos gregos já o haviam empregado em suas enunciações.

Evolução cultural designa, segundo Leslie A. White (In Silva, 1982:443), “um processo temporal-formal, contínuo e geralmente acumulativo e progressivo, por meio do qual os fenômenos culturais sistematicamente organizados sofrem mudanças, uma forma ou estágio sucedendo ao outro”.

Evolucionismo cultural seria, portanto, a aplicação da teoria geral da evolução ao fenômeno cultural. Nas Ciências Sociais, foi um princípio que norteou a interpretação dos fatos sociais, tendo-se expandido no meio científico através de inúmeras obras publicadas no final do século XIX.

O evolucionismo cultural concebe a cultura quando e onde quer que se encontrem o seu desenvolvimento progressivo através dos tempos e a seqüência básica desse desenvolvimento entre todos os povos da Terra.

Os argumentos em favor da teoria, segundo Tylor (Apud Boas, 1964: 183), “fundamentam-se nas semelhanças de tipos de cultura observados em distintas raças do mundo inteiro, e na freqüência dos costumes peculiares em nossa própria civilização, que só pode explicar-se como sobrevivência de outras antigas, que tinham um significado mais profundo em um período distante, e ainda se encontram em pleno vigor entre os povos primitivos”.

A teoria da evolução cultural, como qualquer outra teoria importante, foi obra de muitos pensadores e assumiu várias formas. Alguns deles trabalhavam

a teoria em uma abordagem mais ampla, procurando descrever e explicar o desenvolvimento da civilização humana em sua totalidade. Outros limitavam-se a aspectos específicos da cultura, ou seja, arte, religião, família, economia, Estado etc. Não só estudaram diferentes aspectos da cultura, como também diferiram nas interpretações que deram aos fatos utilizados para definir posições. Almejavam compreender o ritmo de crescimento sociocultural do homem, através dos dados coletados, a fim de formular generalizações de grande aplicabilidade, que pudessem explicar o desenvolvimento da história humana.

13.1.1 Primeiros Evolucionistas

O conceito de evolução cultural, que predominou no pensamento dos antropólogos e outros estudiosos do século passado, não sofreu, conforme se pensa, influência direta das idéias de Darwin (1809-1882), uma vez que alguns autores dessa disciplina já manifestavam idéias evolucionistas antes e concomitantemente com ele. Spencer (1820-1903), por exemplo, não só popularizou o termo *evolução*, como também foi o primeiro a usar a expressão *sobrevivência do mais apto*; em conseqüência, Darwin, aceitando o termo, modificou o título de *Origem das espécies* para *Seleção natural*. Maine (1822-1888) deu importância à evolução do Estado, desde a organização baseada no parentesco, que se encontrava ligada a determinado território, até formas mais complexas. Sustentava que a família patriarcal era a forma original e universal da vida social. Haddon (1855-1940) e outros ressaltavam a evolução nas formas de arte, do realismo ao convencionalismo. McLennan (1827-1881) defendeu o ponto de vista de que o sistema de descendência matrilinear precedeu, no esquema de evolução da família, o sistema de descendência patrilinear. Estabeleceu estágios na evolução do matrimônio e da família, inclusive na “captura da noiva”. Frazer (1854-1941) postulava três etapas de evolução pelas quais passam todas as sociedades: magia, religião e ciência. Bastian (1826-1905) aventou a possibilidade de que as semelhanças das culturas em geral baseavam-se em uma estrutura comum de “idéias elementares”. Lubbock (1834-1913) remontou a origem moderna da instituição do matrimônio a um estado de promiscuidade. Além desses, havia pensadores evolucionistas, como Comte (1798-1857), que apresentava o homem passando do estado “teológico” para o “metafísico” e chegando ao “positivo” ou científico; Buckle (1857-1861), que procurou explicar a evolução do homem por meio de uma interação de fatores como clima, alimentação e tipo físico; e ainda Turgot, Condorcet e outros.

13.1.2 Representantes

Na teoria antropológica, os primeiros grandes evolucionistas do século XIX foram: na *Inglaterra* – Spencer (1820-1903), Maine (1822-1888), Tylor (1832-

1917) e Frazer (1854-1941). Na *Escócia* – McLennan (1827-1881); nos *Estados Unidos* – Morgan (1818-1881); na *Alemanha* – Bastian (1826-1905) e Wundt (1832-1920); na *Suíça* – Bachofen (1815-1887).

Esses teóricos se destacaram mais de uma vez na história do desenvolvimento intelectual ao estudarem a evolução social e cultural. Mais tarde, surgiram outros nomes, também importantes, que aprimoraram os conceitos anteriores e refutaram os ataques dirigidos contra os postulados do evolucionismo. Entre eles destacam-se os ingleses Frazer (1854-1941), Marett (1866-1943), Radcliffe-Brown (1881-1955), Pitt Rivers (1890-1921) e Balfour; os pensadores finlandeses Westemarck e Landtmanns, o sueco Stolpe etc.

Os fundamentos da teoria evolucionista foram demonstrados por Edward B. Tylor, que, segundo Poviña (1969:269), “dominou, configurou e consolidou a Antropologia da Grã-Bretanha”. Considerava a humanidade um todo em crescimento através dos tempos, indo da infância à maturidade, estando os povos primitivos situados no estágio infantil.

Em seu livro *Primitive culture* (1865), Tylor centrou seu interesse na religião, no folclore e em outros aspectos não materiais da cultura. Empregou o termo *sobrevivência*, significando processos, costumes, opiniões etc., que foram transmitidos de um estágio originário para outro da sociedade, por força do hábito. Deu ao termo *cultura* uma nova conotação (ver item 2.1). Atribuía aos antropólogos a tarefa de estabelecer, de modo geral, uma escala da civilização, colocando as nações européias em um extremo da série social e, na outra, as nações selvagens. Achava que as instituições humanas eram distintamente estratificadas, tal como as diferentes camadas da Terra, que se sucedem em séries uniformes por todo o globo, independentemente das raças ou da linguagem.

Tylor procurou dar um cunho científico à Antropologia, usando o que chamou “aritmética social”, ou seja, a disposição dos costumes em tabelas para ver como se relacionavam. Por isso, pode ser considerado o fundador do método comparativo, embora não usasse o termo.

Morgan apresentou a tese evolucionista na introdução de seu livro *Ancient society* (1877). Para ele, é incontestável que parte da família humana viveu em estado de selvageria, outras em estado de barbárie e outras, ainda, em estado de civilização, sendo também inegável que essas três condições distintas estavam ligadas umas às outras por uma seqüência do progresso natural.

Morgan descreveu os Iroqueses e fez, em seguida, rápidas incursões a outras populações indígenas. Sua teoria nasceu do contato com fatos.

Foi ele quem começou o estudo comparativo dos sistemas de parentesco que constituem desde então parte muito importante da investigação antropológica.

Embora outros autores tenham estabelecido uma ordem sucessiva de etapas ou estágios culturais, a sucessão mais detalhada é a do esquema esboçado por Morgan.

Ele distinguiu três grandes períodos: antigo, intermediário e recente, que por sua vez foram subdivididos em vários estágios. O início de cada um era marcado por uma invenção ou uma série de invenções maiores que, na realidade, nada mais eram do que pontos de referência.

Morgan “definiu cada período por uma série complexa de traços, e se esforçou por estabelecer correlações entre suas características técnicas, econômicas, sociais, religiosas e políticas”, afirma Mercier (1974:36).

		ESQUEMA DE MORGAN	
<i>Períodos</i>		<i>Estágios</i>	
Selvageria (Antigo)	{	<i>Superior</i> ou Alto	{ Desde a invenção do arco-e-flecha. Ex.: Polinésios.
	{	<i>Médio</i>	{ Desde a dieta do peixe e o uso do fogo. Ex.: Australianos.
	{	<i>Inferior</i> ou Baixo	{ Desde a infância da humanidade. Ex.: Pré-hominídeos.
Barbárie (Interme- diário)	{	<i>Superior</i> ou Alto	{ Desde a fundição do ferro como uso de ferramentas. Ex.: Gregos homéricos.
	{	<i>Médio</i>	{ Desde a domesticação dos animais e culturas do milho e plantas, por meio da irrigação. Uso de tijolos, adobe e pedras. Ex.: Zuñis.
	{	<i>Inferior</i> ou Baixo	{ Desde a invenção da cerâmica. Ex.: Iroqueses.
Civilização (Recente)	{	{ Desde a invenção do alfabeto fonético, com o uso da escrita, até nossos dias. Ex.: As culturas modernas em todo o seu desenvolvimento.	

Esse esquema, todavia, não pretende explicar a história da cultura ou de povos determinados, mas apenas resumir a evolução da cultura como tal, pois cada sociedade pode mudar diretamente, em virtude de contatos com outros

povos mais avançados, de um estágio a outro, sem passar obrigatoriamente pelo intermediário.

13.1.3 Postulados Básicos

Podem-se distinguir três elementos básicos, sempre presentes, nos estudos da teoria evolucionista da cultura:

- a) *Sucessão unilinear*: existência de um fio singular ou evolução unilinear através de toda a história cultural; mesmo havendo, em determinado momento, degeneração, a tendência geral era sempre ascendente. Consistia, portanto, em um esquema hipotético da progressão que assinala a evolução da humanidade. Significa que diferentes grupos humanos partiram, em tempos remotos, de uma condição geral de carência de cultura e, devido à unidade da mente humana e à conseqüente resposta similar a estímulos externos e internos, evoluíram em todas as partes aproximadamente do mesmo modo, parecidos. A história cultural encontra, portanto, “raízes em uma *unidade psíquica* pela qual todos os grupos humanos teriam supostamente o mesmo potencial de desenvolvimento evolucionário, embora alguns estivessem mais adiantados do que outros devido ao clima, ao solo e outros fatores” (Keesing, 1961:228). Enfatiza, pois, a seqüência para o curso do desenvolvimento de toda sociedade. Elas passariam, dessa forma, pelos mesmos estágios de evolução, embora isoladas umas das outras.
- b) *Método comparativo*: o método essencial usado pelos antropólogos do século XIX consistia em ordenar os fenômenos observados de acordo com os princípios estabelecidos e interpretados como uma ordem cronológica. Primeiramente, os fatos ou objetos de estudo eram devidamente detalhados e depois classificados e organizados em categorias sucessivas. Todavia, o método comparativo foi usado de forma rudimentar, pois, às vezes, dispunham-se os costumes arbitrariamente, em seqüência de estágios regressivos, indo até a origem. Se o documento fosse vago ou inexistente, os evolucionistas estabeleciam, mesmo assim, certa conexão. Por exemplo: os sistemas de matrimônio supostamente originaram-se de um estágio de promiscuidade. Outras vezes, um elemento podia ser retirado, sem que julgassem prejudicial ao contexto concreto, o que podia levar a extrapolações contestáveis. Embora falho na aplicação, foi válido na metodologia.
- c) *Sobrevivência*: elemento que persiste hoje, vindo do passado, ou seja, a perpetuação de um fenômeno originário em épocas anteriores, em condições diversas.

13.1.4 Aspectos Negativos e Positivos

Para os críticos do evolucionismo, as restrições mais acentuadas referem-se: (1) à não-consideração do fator tempo e espaço, importante em qualquer estudo da dinâmica cultural; (2) ao emprego indiscriminado do método comparativo, porque usado de forma generalizada, sem considerar o alcance limitado dos fatos culturais, por isolar as instituições sociais de seu contexto cultural mais amplo e pela falta de rigor teórico no seu emprego, que podia levar a conclusões nem sempre fidedignas; (3) ao conceito de sobrevivência, que teria retardado o trabalho de campo, deixando o investigador mais preocupado em atingir uma entidade rígida e auto-suficiente.

Os evolucionistas, incapazes de manter sua posição clássica, deram motivo a que seus postulados básicos fossem invalidados pelo uso de técnicas mais aprimoradas e pela acumulação de dados mais adequados.

Apesar das críticas, as contribuições dos evolucionistas para a Antropologia, são consideráveis. Foram os primeiros a dar à disciplina nascente o impulso formalizador e a unidade até o final do século XIX. Proporcionaram, além disso, contribuições teóricas como: análise da realidade social e conhecimento de diferentes sociedades, para o entendimento geral da humanidade.

Foram os primeiros a empregar o conceito de cultura e a livrar este conceito de sua primitiva confusão com o de raça, e a observar que os fenômenos culturais não são fortuitos ou acidentais, mas que estão sujeitos à lei científica e à generalização, tal como os fenômenos da Física e da Biologia. Estimularam grande quantidade de investigações sobre o assunto, conscientemente dirigidas. Deram ênfase ao estudo do parentesco e às formas de casamento, estabelecendo uma correlação entre a terminologia de parentesco, princípios de descendência e regra matrimonial. Enriqueceram o vocabulário com a introdução de termos como: exogamia e endogamia (McLennan), terminologia classificatória do sistema de parentesco (Morgan), primos cruzados e primos paralelos (Tylor), sobrevivências, evolução cultural, religião, magia simpática, totemismo, clã, tribo, fratrias e tantos outros.

“Estabeleceram o princípio da continuidade e o desenvolvimento ordenado da cultura, princípio que deve servir de base a todo acesso realista à análise da dinâmica cultural” (Herskovits, 1963:287).

Embora com falhas, o evolucionismo não deixou de dar valiosa contribuição à Antropologia.

13.1.5 Neo-evolucionismo

O neo-evolucionismo cultural surge no início do século XX e tem como seus representantes: Leslie A. White, V. Gordon Childe e Julian Steward.

Para eles, o estudo da evolução social está intimamente relacionado com o da evolução tecnológica. Também descrevem o processo da cultura tendo por base etapas de desenvolvimento.

Leslie A. White, seu maior defensor, preconizou o retorno à “culturologia”, que consiste em elaborar generalizações relativas à evolução cultural. Seguiu o esquema de Morgan (ver item 13.1.2), embora tenha estabelecido outro critério, o da energia do homem, para a delimitação dos estágios de evolução.

Segundo Herskovits (1963:287), White realizou intensa campanha para reabilitar o evolucionismo e, em seus estudos, “apurou e refinou os conceitos dos evolucionistas”. Achava que o erro básico dos que atacaram a evolução foi o de não terem conseguido “distinguir evolução da cultura da história cultural dos povos”.

Renovou os conceitos sobre os quais podem ser estabelecidas generalizações, uma vez que, para ele, o nível de desenvolvimento cultural deve ser avaliado pela quantidade de energia de que uma sociedade dispõe. Desse modo, os índices de progresso seriam definidos, levando em consideração o domínio sempre maior, no curso da história, de fontes de energia cada vez mais abundantes e diversificadas.

White afirma que o “homem explora seu modo circundante ou âmbito natural para obter dele os meios que lhe permitem sustentar sua vida, perpetuar a espécie” (In Beals e Hoijer, 1969:722). Considerava importante estudar não só a evolução cultural, como também o estabelecimento das seqüências de seu desenvolvimento e os fatores que a motivaram.

Estabeleceu, a exemplo de Morgan, três etapas principais de evolução, levando em consideração a energia despendida pelo homem, que são:

ESQUEMA DE WHITE

<i>Períodos</i>	<i>Estágios</i>
<i>Selvageria</i> (Baixo)	{ Energia do próprio corpo, salvo exceções no emprego do fogo, do vento e da água.
<i>Barbárie</i> (Médio)	{ Energia na domesticação dos animais e cultivo das plantas; na fabricação e uso de instrumentos e de ferramentas; na invenção do calendário e da escrita.
<i>Civilização</i> (Alto)	{ Energia na descoberta e aplicação da máquina a vapor (Revolução Industrial).

White negou a importância do estudo psicológico da cultura e enfatizou o de uma ciência da culturologia. Valeu-se do método funcional-temporal e referiu-se à evolução de traços, instituições, sistema filosófico etc., ou seja, da evolução cultural como um todo.

Os neo-evolucionistas continuaram a preocupar-se com as fases do processo de evolução cultural e deram grande ênfase ao aspecto material e técnico da cultura.

13.2 Difusionismo

13.2.1 Origem

O termo *difusionismo* (do inglês *diffusionism*) foi empregado pela primeira vez em 1930 para “designar a corrente antropológica que procurava explicar o desenvolvimento cultural através do processo de difusão de elementos culturais de uma cultura para outra, enfatizando a relativa raridade de novas invenções e a importância dos constantes empréstimos culturais na história da humanidade” (Barbosa In Silva, 1982:348).

Para os adeptos dessa corrente de pensamento, as semelhanças e diferenças culturais resultaram mais da presença ou ausência dos processos de difusão do que das invenções isoladas de diferentes culturas.

Tentaram explicar as similitudes e diferenças entre as culturas particulares, enfatizando o fenômeno de difusão e dos contatos entre os povos. Procuraram dar aos métodos da Antropologia Cultural mais rigor científico, desenvolvendo várias técnicas de pesquisa de campo, principalmente a observação participante.

Pode-se dizer que o difusionismo foi um movimento de reação ao evolucionismo do século XIX, que, mesmo afetando a orientação teórica e os procedimentos metodológicos, não rejeitou completamente os conceitos básicos formulados pelos evolucionistas.

O difusionismo predominou no período entre 1900 e 1930, mas foi na década de 20 que obteve sua maior aceitação e popularidade.

Conhecido também pelo termo *historicismo*, o difusionismo engloba três linhas de pesquisa: (a) escola hiperdifusionista inglesa, da qual G. E. Smith e W. J. Perry foram defensores; (b) escola histórico-cultural alemã-austríaca, representada por F. Grabner e W. Schmidt; (c) e escola histórico-cultural norte-americana, cujas idéias foram sistematizadas por Franz Boas, C. Wissler e A. L. Kroeber.

13.2.2 Difusionismo Inglês

A escola difusionista inglesa, também chamada heliocêntrica, hiperdifusionista ou “de Manchester”, caracteriza-se pelo dogmatismo e atitude anticientífica, tendo desenvolvido ao extremo as idéias da pouca criatividade humana.

Seus principais representantes foram G. Elliot Smith e W. J. Perry. Smith, impressionado com as descobertas arqueológicas de Petrie e outros, no Egito, atribuiu a esse único local a origem da cultura. Achava que os egípcios, tendo viajado por diferentes lugares à procura de ouro, pérolas e outros valores, haviam levado seus inventos através da Ásia e das ilhas do Pacífico até a América Central.

Sem um critério rigoroso de avaliação, concluiu que os costumes egípcios – culto ao Sol, reinado, mumificação etc. – haviam sido amplamente difundidos pelo mundo, por esse povo.

W. J. Perry expôs a tese central dessa teoria em sua obra *The children of the sun*. Acreditava que a cultura do mundo todo era idêntica, em consequência da difusão cultural.

O método histórico, defendido por esses autores, é aceitável, mas não ocorre o mesmo em relação à maneira como manipulavam os dados, baseados em informações imprecisas, duvidosas, devido à falta de meios de comunicação na época.

Embora tenham valorizado a difusão cultural, esses autores se esqueceram do rigor cronológico dos fatos em pauta.

Essa escola não ganhou muitos adeptos, nem mesmo entre os antropólogos ingleses, e logo caiu no esquecimento.

Ao lado de Smith e Perry, no difusionismo inglês, encontra-se W. H. R. Rivers (1864-1922), que introduziu inovações na Antropologia, principalmente na pesquisa de campo, valendo-se da genética genealógica para o estudo de sistemas de terminologia para o parentesco, e na aplicação de testes psicológicos (sensoriais, motores, de inteligência), entre os Papuas da Guiné e populações européias. Defendia o estudo das culturas como totalidades integradas e, dada a sua formação de médico, relacionou a Psicologia com a Etnologia e também com a Psicanálise. Foi um dos precursores da escola de cultura e personalidade (ver Capítulo 10).

13.2.3 Difusionismo Alemão-Austríaco

A escola difusionista alemã foi também chamada histórico-cultural, histórico-geográfica e alemã-austríaca, em virtude de alguns representantes de seus grupos formarem a “escola de Viena”.

Sua característica principal é a visão pluralista da origem da cultura, aceitando vários locais de evolução, que deram origem à totalidade da mesma.

Os nomes mais expressivos dessa escola foram: Friedrich Ratzel (1844-1904), Willi Roy (1873-1929), Fritz Grabner (1877-1934) e Pe. Wilhelm Schmidt (1868-1954).

F. Ratzel, considerado o fundador da Antropologia Geográfica, deu à história da cultura mundial um tratamento especial chamado método cultural histórico.

W. Roy é tido como um dos representantes da teoria dos “círculos culturais”, mas são Grabner e Schmidt seus principais formuladores.

Grabner considerava o grande objetivo do método cultural-histórico a determinação histórica e geográfica das combinações de elementos básicos chamados *Kulturkreise* (círculos culturais). Para ele, a cultura humana ter-se-ia desenvolvido em alguma parte do interior da Ásia, *Urkultur* (centro de cultura), e daí se difundiu para as mais longínquas partes do mundo, em círculos cada vez mais amplos, através das imigrações.

Schmidt, figura de maior projeção em Viena, apresentou o moderno cenário cultural como resultado de uma difusão complexa de uma série de esquemas, que poderiam reconstruir os círculos culturais originais.

O esquema de Schmidt, mais conhecido, apresenta três fases, subdividida cada uma delas em mais três, num total de nove.

- a) três *primitivas* ou *arcaicas*: representadas pelos pigmeus, esquimós e aborígenes australianos;
- b) três *primeiras*: com os coletores e nômades pastoris;
- c) três *secundárias*: com os agricultores.

Pode-se verificar que esse esquema apresenta certa característica do evolucionismo imperante no século XIX.

A principal contribuição do difusionismo alemão-austríaco reside na noção de “círculos culturais”, entendidos como um conjunto de traços associados com um sentido, podendo ser isolados e identificados na história cultural, na insistência da historicidade do método e dos contatos culturais, primeiro passo para a compreensão do problema de trocas.

Todavia, os críticos assinalam que os “círculos de cultura” eram compostos generalizados e que seus autores não fizeram qualquer tentativa para demonstrar como eles se originaram, quando e onde existiram como entidades do passado e como se teriam difundido em áreas tão distantes.

Embora mais erudita do que a escola inglesa, teve duração relativa, sendo logo abandonada.

13.2.4 Difusionismo Norte-Americano

A escola difusionista norte-americana, que também recebeu o nome *historicismo*, focalizou a atenção antropológica na análise específica da história cultural. Defendeu a reconstrução histórica da cultura para poder compreendê-la.

Caracterizou-se pela formulação de conceitos como traço cultural, complexo cultural, padrão cultural e área cultural (ver item 13.2.2), válidos até hoje, pela pesquisa de campo e pela delimitação do campo de estudo da Antropologia, optando pelo estudo de áreas limitadas e pequenas.

Seus seguidores deram preferência às informações e dados primários, para os quais realizaram inúmeras pesquisas de campo, coletando considerável material.

Os difusionistas norte-americanos reagiram fortemente às formulações especulativas do evolucionismo do século XIX e levaram a Antropologia a uma tendência antievolucionista que dominou a disciplina até o final da Segunda Guerra Mundial.

Seus principais representantes são: Franz Boas (1858-1942), de origem alemã, mas naturalizado norte-americano, Clark Wissler (1870-1947) e Alfred L. Kroeber (1876-1960).

F. Boas acenava para o estudo da história cultural, a única que, para ele, permitia a compreensão da situação e das características atuais de qualquer sociedade. Era partidário de uma visão histórica especial da cultura, que não deveria significar mero estudo do passado, mas ser aplicado, igualmente, à observação do presente.

Pugnava pelo estudo de objetos e acontecimentos singulares ou específicos no tempo e no espaço. Correlacionou a perspectiva histórica com a invenção e a difusão, do que resultaria a distribuição de elementos culturais em determinados momento e área cultural.

O método histórico de Boas defendia um estudo cuidadoso e bem detalhado de fenômenos locais, dentro de uma área bem definida e geograficamente pequena, com as comparações limitadas à área cultural que constituiu a base da investigação. Desse estudo emergiram histórias das culturas de diferentes tribos.

A metodologia histórica de Boas desviou a perspectiva antropológica do modelo evolucionista global e coletivo para uma preocupação com a individualidade ou diversidade das culturas. Além disso, o enfoque dado aos traços culturais propiciou uma visão não funcional da cultura.

Para Boas, a aceitação ou a rejeição de qualquer traço ou complexo cultural dependia de fatores psíquicos e qualquer regularidade ou uniformidade do processo refletia uniformidade de processos mentais e, assim sendo, as leis ou regularidades culturais tornar-se-iam, na análise final, de natureza psicológica.

Boas e os que o seguiram aceitavam, até certo ponto, a premissa de unidade psíquica, mas divergiam dos grandes esquemas de desenvolvimento cultural dos evolucionistas.

Wissler, contemporâneo de Boas, apresentou a idéia de que a cultura se distribui em padrões, significando padrão cultural o agrupamento de complexos e traços, que formam uma organização maior, de feições distintas, que caracterizam uma cultura.

Ressaltou, ainda, o aprendizado do indivíduo desde a infância. Para ele, a cultura significava apenas um conjunto de “reflexos condicionados”, podendo ser estudados por si mesmos. Tentou dar à área cultural um mesmo significado histórico, combinando-a com a área de idade.

O conceito de área de idade fundamenta-se em dois postulados: (a) traços e complexos culturais tendem a difundir-se de forma igual em todas as direções, a partir de sua origem; (b) a análise de áreas, onde se difundiram traços e complexos, permite verificar a idade desses elementos, uns em relação aos outros, no âmbito da mesma região. Segue-se, assim, que, se dois traços de uma mesma fonte se difundiram por áreas desiguais, aquele que for encontrado mais distante será o mais antigo.

Wissler notabilizou-se por seus estudos sobre áreas culturais, cujo principal enfoque eram as relações entre a cultura e o meio.

Kroeber apresenta sua maior contribuição na parte referente à distribuição dos traços culturais. Para definir área cultural, estabeleceu uma série de itens, cada um em sua própria cultura, a fim de poder comparar e analisar as relações históricas entre as diferentes populações estudadas.

Substituiu a pesquisa direta por formulários aplicados diretamente aos pesquisadores e chegou a um requinte de pormenores (subtraços) até então desconhecidos.

13.2.5 *Postulados Básicos*

São três os elementos básicos do difusionismo:

- a) *método histórico*: reconstituição histórica, que observa o passado e o presente;
- b) *pesquisa de campo*: altamente aplicada na coleta de número considerável de dados, principalmente primários;
- c) *formulação de conceitos*: enriquecimento da teoria e surgimento de vários termos, com conotações específicas.

13.2.6 *Aspectos Negativos e Positivos*

As restrições feitas ao historicismo são as seguintes: (1) excessivo tratamento unitário da cultura, relegando os aspectos universais da mesma; (2) ma-

nipulação estatística dos traços, levando a pensar que as distribuições culturais ocorreram de modo mecânico; (3) determinismo cultural ou tratamento que considerava o indivíduo o elemento passivo no qual a cultura, elemento ativo, seria impressa.

Todavia, o difusionismo norte-americano ofereceu importantes e valiosas contribuições ao progresso da ciência antropológica, como afirma Keesing (1961:235):

- “a) Acentuou a identificação dos elementos componentes da cultura mediante observação objetiva e trabalhos de campo, que constituem ainda a base essencial da Antropologia Cultural.
- b) Salientou a identidade de uma cultura e a necessidade de estudos de culturas específicas em termos dos comportamentos básicos em causa.
- c) Impôs normas críticas à reconstituição histórica.
- d) Isolou princípios de ordem, tais como padrões, áreas etc.
- e) Realizou uma triagem considerável da interação de forças envolvidas no processo de desenvolvimento e transformação cultural; os fatores positivos de *habitat*, a ampla unidade de potencial biopsicológico, os processos de criação e comunicação nos níveis cultural e social.”

13.3 Funcionalismo

Na década de 30, a Antropologia teórica foi contemplada com nova orientação, o funcionalismo, cujos pressupostos básicos imprimiram diferente forma explicativa dos fenômenos culturais. Não representava o desprezo nem mesmo a negação das orientações que o antecederam, mas sim nova abordagem que teve o mérito de inovar no campo da interpretação antropológica.

Os mentores dessa escola, ao proceder ao estudo da cultura, passaram a preocupar-se não mais com suas origens ou sua história, mas com a lógica do sistema focalizado, ou seja, defendiam a visão sincrônica, procurando conhecer a realidade cultural em dado momento e a visão sistêmica, relacionando a sociedade a um organismo, a uma unidade complexa, a um todo organizado.

Pode-se afirmar que os pioneiros da análise funcional em seus postulados mais gerais desenvolveram seus trabalhos no campo da Sociologia. Entre eles, os nomes de Herbert Spencer e Émile Durkheim são reconhecidos pelos próprios antropólogos sociais que adotaram a orientação, repensando-a dentro do campo antropológico.

Em sua abordagem sobre o funcionalismo, Leslie A. White (1978:143) afirma: “A essência, a natureza fundamental ou característica do funcionalismo pode ser exposta com rapidez e simplicidade: as sociedades humanas e suas respectivas culturas existem como todos orgânicos, constituídos de partes interdependentes. As partes não podem ser plenamente compreendidas separadamente do todo, e o todo deve ser compreendido em termos de suas partes, suas relações umas com as outras e com o sistema sociocultural em conjunto.”

Na tentativa de caracterizar essa escola teórica, o autor salienta as tendências organicistas que permeiam essa corrente de pensamento: o estudo de uma sociedade deve ser feito como o do fisiólogo. Ao estudar um organismo, observa suas numerosas partes componentes, as relações que desenvolve, as funções que desempenha e como mantém sua continuidade de existência.

Qualquer traço cultural ou costume, qualquer objeto material ou qualquer idéia, como a escarificação, o fogo, uma peça de cerâmica, a noção de deus ou deuses etc., que existem no interior das sociedades, têm funções específicas e mantêm relações com cada um dos outros aspectos da cultura para a manutenção do seu modo de vida total. Cada costume é socialmente significativo, já que integra uma estrutura, participando de um sistema organizado de atividades. Uma cultura não é simplesmente um organismo, mas um sistema.

13.3.1 Representantes

A escola funcionalista tem como principais representantes B. Malinowski (1884-1942) e A. R. Radcliffe-Brown (1881-1955). Em seus clássicos trabalhos, resultados de pesquisas de campo nas ilhas do Pacífico, formularam individualmente os fundamentos da teoria funcional para o estudo da cultura. Elaboraram e utilizaram diferentes conceitos, mas são muitas as semelhanças de suas posições teóricas, evidentemente funcionalistas.

Malinowski era polonês, mas estudou e viveu na Inglaterra, onde publicou seus trabalhos. Em *Uma teoria científica da cultura* (1944), expõe os fundamentos do funcionalismo, dentro de sua visão antropológica.

Na base do pensamento malinowskiano, os conceitos de natureza humana e de cultura configuram o ponto de partida da formulação de sua teoria na qual a própria cultura é conceituada a partir do conceito de natureza humana. Se todos os seres humanos pertencem a uma espécie animal, só poderão sobreviver quando suas necessidades biológicas forem satisfeitas pelas culturas de que participam. Ao satisfazerem a essas necessidades ou “imperativos” primários, as culturas o fazem construindo conteúdos diferenciados.

Desenvolveu assim a teoria das necessidades humanas, consideradas universais:

- primárias ou biológicas (nutrição, defesa, excreção etc.);
- derivadas ou instrumentais (organização econômica, educação etc.);
- integrativas ou sintéticas (magia, religião, arte etc.).

O homem, ao atender e satisfazer às necessidades primárias criadas pela própria natureza, constrói um ambiente secundário em resposta às exigências de sua própria sobrevivência. Este ambiente artificial é a cultura propriamente dita, que, segundo ele, deve ser entendida como um todo vivo e interligado, de natureza dinâmica, onde cada elemento ou traço tem uma função específica a desempenhar no esquema integral. De acordo com Malinowski (1975:767), “... o conceito de necessidade é simplesmente a primeira abordagem para a compreensão do comportamento humano organizado. Tem-se afirmado que nem mesmo a necessidade mais simples, nem ainda a função fisiológica mais independente de influências ambientais, pode ser considerada completamente intocada pela cultura”.

Assim, cada parte da cultura tem sua forma específica e desempenha uma função determinada, não existindo isoladamente. As partes se relacionam entre si e com o sistema cultural total, configurando sua própria estrutura.

Para Malinowski, a cultura está apta a fornecer os meios para satisfazer às necessidades de seus membros, quer básicas, quer derivadas, através de suas instituições culturais, tais como a família, o parentesco, a economia etc.

A afirmação de Mello (1982:250) a esse respeito é elucidativa: “Malinowski apresenta a instituição como composta analiticamente de estatuto, pessoal, normas, aparelhagem material, atividades e função. Na instituição, ele vê uma relação necessária entre ela e o cumprimento da função. Acredita mesmo que uma instituição desprovida de função tende a desaparecer.”

Para tanto, não encarecia a importância de se conhecer o passado das culturas, enfatizando sobremaneira a visão sincrônica, num esforço de compreender a realidade cultural a partir da observação, só possível através do contato direto com o grupo.

Reconhece-se nas proposições de Malinowski a preocupação com as explicações psicológicas para os fenômenos culturais, mas em suas formulações teóricas prevalece o conceito de cultura como base para o sistema por ele construído.

O inglês Radcliffe-Brown considera a cultura um sistema adaptativo, enfatizando a importância da função e da estrutura social como contribuintes para a manutenção do equilíbrio da sociedade. Suas explicações são eminentemente sociológicas e, embora ele admita as analogias da cultura com um organismo vivo, demonstra certas reservas a esse respeito.

No centro do sistema de Radcliffe-Brown está o conceito de sociedade a partir do qual a função de um elemento é o papel que ele representa em toda a vida social, razão mesma da manutenção da estrutura e da integração social. Considera não propriamente “necessidades”, mas fala em “condições necessárias de existência” para atender aos interesses de sobrevivência dos grupos.

Dedicando-se mais à Antropologia Social que à Cultural, preocupou-se com o conceito de sistema, entendido como um todo organizado, embora tenha abordado apenas sistemas de parentesco, sociais ou políticos. A cultura como um todo sistêmico não foi estudada por ele, que, de certa forma, deixa de enfatizar os aspectos da cultura material, canalizando seus interesses em direção aos aspectos da vida social.

Sua abordagem pode ser considerada estrutural-funcional, isto é, uma instituição social tem a função de contribuir para a manutenção e continuidade da estrutura da sociedade. Defendia o estudo sincrônico e admitia a existência de culturas mais ou menos integradas. Desenvolveu conceitos inspirados em Durkheim no que se refere ao estado patológico das sociedades, sua saúde ou doença social, relacionado ao nível de integração.

Àquelas sociedades que tendem para uma integração social saudável, deve-se aplicar o termo *eunomia*. Para uma sociedade desarmonica, caracterizada pela desordem e pela não-integração, o termo é *disnomia*. Com os conceitos de *euforia* e *disforia* ficam caracterizados respectivamente a ordem e o conflito, ou seja, o equilíbrio ou a disfunção social.

13.3.2 Postulados Básicos

São os seguintes:

1. A cultura é um todo sistêmico, dotado de racionalidade própria, cujo funcionamento deve ser captado em dado momento.
2. Constitui-se de partes interdependentes, relacionadas entre si e com o sistema sociocultural em conjunto.
3. Os conceitos de natureza humana e de cultura levaram à concepção da existência de um mundo natural e de outro artificial em correspondência mútua.
4. Criação da teoria das “necessidades”.
5. Reconhecimento e valorização da função desempenhada pelos elementos culturais.
6. Para Malinowski, a unidade de análise são as instituições culturais. Para Radcliffe-Brown, são as estruturas sociais.

7. O arcabouço teórico de Malinowski é funcional, o de Radcliffe-Brown é estrutural-funcional.
8. Introdução do relativismo cultural, que permite visão do cenário social e cultural das sociedades diferentes, sem que nele sejam projetados os valores do observador.

O funcionalismo constituiu-se numa reação positiva às teorias evolucionistas e difusionistas, principalmente em relação ao conceito de *sobrevivências*. Valorizou a pesquisa de campo que aproxima o observador dos grupos nativos, que passam agora a ser o centro de referência, reconhecidos como portadores de padrões próprios e respeitáveis dentro da lógica do sistema que desenvolvem.

O funcionalismo realizou verdadeira revolução dentro das ciências do comportamento, dando novas perspectivas à teoria antropológica.

13.4 Configuracionismo

13.4.1 Caracterização

O configuracionismo é a quarta “escola” de pensamento ou de orientação na seqüência histórica; pode ser considerado um prolongamento do difusionismo norte-americano, em virtude de seu interesse estar voltado também para as culturas particulares, embora com métodos e enfoques diferentes.

O configuracionismo destaca a integração e a singularidade do todo. Tem por tema básico a integração da cultura.

Essa “escola” ou orientação também ficou conhecida por tratamento “psicológico” ou “tipológico” do comportamento cultural.

Entende-se por configuracionismo a “combinação de diversos traços e complexos que integram um sistema de cultura de uma área em um momento dado, que depende da presença ou ausência de uns ou outros elementos da cultura e da maneira como os mesmos se encontram unidos” (Fairchild, 1949:59-60).

A cultura seria, portanto, um conjunto integrado de elementos culturais encontrados em determinado tempo e espaço, cujas partes devem estar de tal modo entrelaçadas, que formem um todo coeso e uniforme, pois, se uma das partes for afetada, automaticamente afetará as demais.

O primeiro autor a empregar a expressão *configuração inconsciente* foi Sapir, em seu estudo da linguagem. Mas cabe a Ruth Benedict o mérito de ter desenvolvido as idéias implícitas no termo *configurações*, apresentadas em sua obra *Padrões de cultura*, na qual ela ilustra seu conceito com o estudo dos Zuñis e seus vizinhos, os Pueblos do Novo México.

O enfoque característico do configuracionismo aparece, de certa forma, no difusionismo de Boas, mas foram seus dois alunos – Sapir e Benedict – que deram maior ênfase a essa orientação.

13.4.2 Representantes

Edward Sapir defendeu a idéia de que todo comportamento tem uma “configuração inconsciente”, que nem sempre é comunicada à mente, mas que dá à cultura um feitiço próprio. E mais, que todo comportamento cultural é “simbólico”, ou seja, tem como base os “sentidos”, que são compreendidos e comunicados entre os diferentes elementos de uma sociedade.

Para ele, “as culturas não são ‘entidades verdadeiramente objetivas’, mas ‘configurações abstratas de idéias e padrões de ação’, que têm ‘significados infinitamente diferentes para os vários indivíduos’ do grupo em causa” (Keesing, 1961:250).

Sapir dá à cultura, à sociedade e ao comportamento uma nova perspectiva, quase lhes atribuindo uma personalidade.

Ruth F. Benedict (1887-1948), em seu *Padrões de cultura* (s.d.:37-38), declara: “Uma cultura, como um indivíduo, é um modelo mais ou menos consistente de pensamento e de ação. Dentro de cada cultura surgem objetivos característicos não necessariamente partilhados por outros tipos de sociedade. Em obediência a esses objetivos, cada povo consolida cada vez mais a sua experiência, leva os heterogêneos aspectos de comportamento a assumirem formas cada vez mais congruentes.”

Se as culturas conseguem esta subordinação ao todo ou à maioria de seus modos heterogêneos de comportamento, tendo em vista os objetivos característicos ou “impulsos”, diz-se que estão integradas. Todas elas apresentam objetivos próprios que podem ser definidos pelas correntes ideológicas que nelas se desenvolvem.

Para Benedict, o conjunto “não é apenas a soma de todas as suas partes, de que resultou uma nova entidade”. As culturas são “mais do que a soma das feições particulares que as constituem”, pois se apresentam como realizações mais ou menos felizes de comportamento integrado. Cada uma delas possui “propósitos” próprios ou “molas mestras emocionais e intelectuais” que entram no comportamento e as instituições de uma dada sociedade.

Uma região, por exemplo, deve ser observada como uma configuração de instituições, costumes, tradições, meios de transporte etc., dentro de certa área geográfica, com um caráter próprio.

Para Fairchild (1949:60), a integração de tais configurações e sua maior ou menor coesão dependem da vitalidade e do funcionamento da cultura, pois o “grau de integração correlaciona-se ao funcionamento mais ou menos eficaz da sociedade”.

Sendo a configuração um todo funcional, formado de partes em reciprocidade de ação, a cultura não pode ser entendida como mera somatória de elementos, ou análise de cada parte, mas vista, no seu conjunto, como um todo uniforme e operante.

Essa escola fundamenta-se também no conceito de difusão de traços e complexos culturais. Porém, ao estudar esse processo, evidencia os aspectos psicológicos que interferem no mesmo. Assim, certos elementos são selecionados, tendo por base o interesse: do todo, aceitam-se aqueles elementos que podem ser úteis, rejeitando-se os que não se encaixam no contexto. Outra característica a ser destacada é que os empréstimos culturais são readaptados de acordo com as necessidades do grupo em pauta, visando a sua integração. Todavia, o processo não é necessariamente consciente.

13.4.3 Críticas e Contribuições

Morris E. Opler foi o principal crítico da posição de Benedict, apontando determinado número de lacunas e mesmo falhas em seus estudos de integração do todo cultural. Para ele, o mecanismo de integração não está plenamente explicado nos estudos dela. Tomando por base os termos utilizados pela autora, muitas culturas, talvez mesmo a maioria, parecem não estar integradas. Pode-se afirmar até, segundo Opler, que “a integração no sentido de uma cultura total dominada por um princípio adicionante central parece ocorrer com relativa raridade” (Apud Beals e Hoijer, 1969:272).

Dessa forma, para ser útil na descrição e comparação das culturas, o conceito criado por Benedict deveria ser passível de aplicação mais ampla, ou seja, como se apresenta é mais utilizado na análise de determinadas culturas e não na cultura como um todo.

Os críticos apontam como contribuições:

- a) Emprego de vários conceitos, tais como: configurações, padrões de cultura total, propósitos, molas mestras, objetivos, orientações etc.
- b) Desenvolvimento da idéia de que todo comportamento cultural é simbólico.
- c) Investigação concreta de casos culturais.
- d) Empréstimo dos conceitos psicológicos de Nietzsche e Spengler, na classificação de dois tipos de cultura: *apolínea* ou cultura introvertida; e *dionisíaca* ou cultura extrovertida.

13.5 Estruturalismo

Entre as orientações teóricas da Antropologia, a escola estruturalista é a mais recente, não tendo sido ainda suplantada por outra. Desenvolveu-se paralelamente ao funcionalismo e teve seu apogeu nas décadas de 40 e 50. Adotou posições próprias, sempre de natureza subjetiva. Considerada como uma super-teoria, nem por isso deixa de ter os seus pontos vulneráveis que suscitam críticas e questionamentos.

Mello (1982:262), em suas considerações sobre essa corrente do pensamento, afirma: "... julgamos o estruturalismo como uma espécie de refinamento do funcionalismo. Ao menos, é forçoso reconhecer que esta escola não se opõe ao funcionalismo. De certo modo, podemos afirmar que existem muito mais pontos de convergência entre elas do que de discordância". Acresce a isso que também Radcliffe-Brown utilizou largamente o termo *estrutura*, mas de forma diferente da empregada por Lévi-Strauss.

Estruturalismo e funcionalismo são duas orientações diferentes e individualizadas por suas características e pressupostos básicos próprios. Entretanto, em alguns pontos são concordantes:

1. Visão sincrônica da cultura.
2. Visão sistêmica e globalizante do fenômeno cultural.
3. Adoção do termo *estrutura*.
4. Influências da escola francesa.

13.5.1 *Principal Representante*

Claude Lévi-Strauss (1908) foi o reconhecido mentor da teoria estruturalista, posicionando-se como um dos mais proeminentes e discutidos antropólogos sociais da atualidade.

Nascido na Bélgica, transferiu-se mais tarde para a França, onde passou grande parte de sua vida. Visitou o Brasil, convidado para lecionar Sociologia na Universidade de São Paulo. Teve a oportunidade de contactar com vários grupos tribais do interior do país. Permaneceu algum tempo nos Estados Unidos, mas foi na França onde recebeu a mais alta distinção científica, a Medalha de Ouro do Centre National de la Recherche Scientifique.

Sua fecunda e volumosa obra, fruto de sua erudição e de experiências de campo, é considerada de grande complexidade para a compreensão dos que não estão familiarizados com suas posições conceptuais. Ao mesmo tempo, lhe é reconhecida grande originalidade na exposição e aplicação do seu pensamento.

Edmund Leach (1973:9-10), ao analisar as idéias de Lévi-Strauss, considera: “A sua preocupação básica consiste em estabelecer fatos que sejam verdadeiros a respeito de ‘a mente humana’, mais do que apurar a organização de qualquer sociedade ou classe de sociedades.” É a preocupação subjetiva que permeia as obras de Lévi-Strauss.

Além das influências dos teóricos das escolas sociológicas e antropológicas que o precederam, interessou-se vivamente pela Geologia, pela Psicanálise, pelo Marxismo e pelo Existencialismo de Sartre, com quem polemizava constantemente.

13.5.2 *Estrutura e Relações Sociais*

Os movimentos lingüísticos elegeram algumas concepções, como a de estrutura, que também está na base do estruturalismo. Entretanto, à medida que a língua passa a ser considerada como sistema, seus adeptos, como Saussure, Jakobson e outros, preferem a designação *sistema* a *estrutura*.

Lévi-Strauss, tendo como modelo a análise estrutural desenvolvida por Ferdinand de Saussure no campo da lingüística, adotou-a e passou a aplicá-la na Antropologia. Sem desprezar a noção de sistema, optou pelo termo *estrutura* e muitos de seus trabalhos revelam sua constante preocupação: “o fundamental nas relações estruturais ou sistêmicas permanece de maneira latente. Para ele, a estrutura social não se confunde com a realidade empírica. Ela seria sim um modelo de análise construído a partir da observação da realidade social” (Mello, 1982:265).

O próprio Lévi-Strauss deixa claro que estrutura social e relações sociais são duas noções que se confundem. “As relações sociais são a matéria-prima empregada para a construção dos modelos que tornam manifesta a própria estrutura social” (Lévi-Strauss, 1967:316). Assim, o objeto de estudo das pesquisas estruturais são as relações sociais com o auxílio dos modelos.

Refere-se à estrutura como um sistema que reflete a realidade social ou cultural, seu funcionamento, as alterações regulares a que está sujeita, o rumo das transformações provocadas por fatores externos à cultura, e as previsões de reação quando alguma de suas partes é afetada.

13.5.3 *Estrutura e Modelos*

É o próprio Lévi-Strauss (1967:316) que afirma:

“... para merecer o nome de estrutura, os modelos devem, exclusivamente, satisfazer a quatro condições:

Em primeiro lugar, uma estrutura oferece o caráter de sistema. Ela consiste em elementos tais que uma modificação qualquer de um deles acarreta uma modificação em todos os outros.

Em segundo lugar, todo modelo pertence a um grupo de transformações, cada uma das quais corresponde a um modelo da mesma família, de modo que o conjunto destas transformações constitui um grupo de modelos.

Em terceiro lugar, as propriedades indicadas acima permitem prever de que modo reagirá o modelo, em caso de modificação de um de seus elementos.

Enfim, o modelo deve ser construído de tal modo que seu funcionamento possa explicar todos os fatos observados”.

No dizer de Freedman (1978:170), “não é a maneira como os homens vêem a realidade (‘cultural ou natural’) que importa verdadeiramente, mas o modo pelo qual se pode explicar a sua maneira de ver e de agir por uma realidade mais profunda, que lhes é bem difícil conhecer”.

Ao expor seu pensamento, Lévi-Strauss estimulou discussões em torno de temas polêmicos, posicionando-se cultural e cientificamente. Elaboraões teóricas, principalmente as de Freud e Marx, tiveram grande ascendência sobre seu espírito: do primeiro, adotou a noção de inconsciente, fundamento básico de suas explicações, e do segundo, a teoria da ideologia.

Entre as temáticas que suscitaram uma análise mais acurada estão: natureza e história, culturas simples e complexas, e modelos conscientes e inconscientes.

13.5.4 *Natureza e História*

Em relação a essa temática, é indispensável estabelecer a distinção entre o pensamento de Lévi-Strauss e o de Marx, embora ambos considerassem a estrutura consciente de uma cultura, ou seja, suas normas e padrões, como tendenciosa, objetivando apenas a preservação da realidade.

Lévi-Strauss supervaloriza a natureza e a ordem natural ao avaliar as culturas, aproximando-se das concepções de Rousseau (*bon sauvage*). Para ele, a história é produto da natureza.

Marx, por sua vez, embora pessimista em face da exploração econômica e do domínio dos detentores do poder, valoriza, mesmo assim, a história em detrimento da natureza e a considera como o móvel de construção e aprimoramento da condição humana.

13.5.5 *Culturas Simples e Complexas*

Ao questionar sobre a intrinsidade das sociedades e culturas humanas e com o objetivo de melhor perceber as estruturas mentais inconscientes básicas, Lévi-Strauss fala em culturas frias e culturas quentes. Considera sociedades frias as que estão mais próximas do estado de natureza, com contingente populacional restrito, não estáticas, mas com o dinamismo cultural comprometido. São as sociedades simples, aparentemente harmônicas e resistentes a mudanças em suas culturas, oferecendo melhores condições para a identificação das estruturas mentais inconscientes.

As sociedades quentes são as históricas, complexas, industrializadas, todas afetadas pela civilização e pelo progresso. Estão cada vez mais distantes da ordem natural e apresentam aparência de desarmonia e desordem.

Percebe-se a aproximação rousseauiana de Lévi-Strauss, o que não significa ser ele adepto da idéia de um retrocesso da humanidade. É difícil estabelecer diferenças entre as sociedades simples e as complexas com base seja nas estruturas mentais inconscientes, seja na própria estrutura concreta (normas e padrões). A forma assumida por uma cultura é a possível, não a única.

13.5.6 *Modelos Conscientes e Inconscientes*

Ao propor essa forma de abordagem, Lévi-Strauss, baseando-se nas experiências das escolas anteriores, tenta criar um método adequado para captar os modelos inconscientes que condicionam e explicam os modelos conscientes.

“Com efeito, afirma, os modelos conscientes – que se chamam comumente normas – incluem-se entre os mais pobres que existem, em razão de sua função, que é de perpetuar as crenças e usos, mais do que expor-lhes as causas” (Lévi-Strauss, 1967:318). O modelo consciente é assim a parte da cultura facilmente observada, seja material ou imaterial, que retém atrás de si o modelo inconsciente que lhe deu origem. Considera-o em geral deformado, o que vem dificultar a plena compreensão do que ele chama estrutura profunda, ou seja, do modelo inconsciente. Este, por sua vez, é explicativo das causas que determinaram as representações conscientes, concretas de um grupo humano.

Ao interpretar o pensamento de Lévi-Strauss, Luiz Gonzaga de Mello afirma: “... a consideração do inconsciente no agir humano é geralmente aceita como dado importante. Como atingir o inconsciente? (...) a objetividade do comportamento humano está em se considerar e levar em conta o inconsciente camuflado; isto contudo pode levar a um outro subjetivismo, o do pesquisador, que ao construir seus modelos de análise pode, simplesmente, fazer uso de seus

modelos pré-fabricados pelo próprio inconsciente. Aí está o ponto mais vulnerável do estruturalismo straussiano” (Mello, 1982:270).

13.5.7 *Postulados Básicos*

Pode-se dizer que o estruturalismo é, ao mesmo tempo, um conjunto de teorias e um método de análise, cujos postulados básicos podem ser assim configurados:

1. Visão sincrônica e sistêmica da cultura.
2. Visão globalizante do fenômeno cultural (o conhecimento do todo leva à compreensão das partes).
3. Adoção das noções de estrutura social e relações sociais.
4. Utilização de modelos na análise cultural.
5. Unidade de análise: estruturas mentais inconscientes.
6. Compreensão ampla da realidade cultural.

Literatura Recomendada

BEALS, Ralf; HOIJER, Harry. *Introducción a la antropología*. Madri: Aguilar, 1969. Capítulo 22.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Antropología social*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1967. Capítulos 2 e 3.

FREEDMAN, Maurice. *Antropologia social e cultural*. Lisboa: Bertrand, 1968. Parte B, Capítulos 6 e 7.

HERSKOVITS, Melville J. *Antropologia cultural: man and his works*. São Paulo: Mestre Jou, 1963. Capítulos 27 e 30.

KEESING, Felix M. *Antropologia cultural: a ciência dos costumes*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Capítulo 6.

KUPER, Adam. *Antropólogos e antropologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. Capítulos 1, 2 e 3.

LEACH, Edmund. *As idéias de Lévi-Strauss*. São Paulo: Cultrix, 1973.

LEAF, Murray. *Uma história da antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. Capítulo 6.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. Parte II, Capítulos 1 a 9.

MELLO, Luiz Gonzaga de. *Antropologia cultural: iniciação, teoria e tema*. Petrópolis: Vozes, 1982. Parte II, Capítulos 6 a 10.

MERCIER, Paul. *História da antropologia*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1974. Capítulos 2, 3 e 4.

MOULLOUD, Noel et al. *Estruturalismo e marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. Capítulos 4 e 5.

POIRIER, Jean. *História da etnologia*. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1981. Capítulo 4.

POUILLON, Jean et al. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. Capítulos 1 e 3.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973. Capítulos 9 e 10.

14.1 Introdução

O negro, como grupo étnico integrante da população brasileira, vem exigindo dos estudiosos tratamento, se não especial, pelo menos cuidadoso e profundo, dada sua significativa presença desde o início de nossa história. Genética e culturalmente, vem imprimindo no povo e na cultura brasileira suas marcas, especificidades físicas e traços culturais, que até hoje persistem como herança formadora da nossa sociedade. Em se tratando de contatos interétnicos, talvez não haja país como o Brasil, onde se mesclaram tantas etnias e culturas diferentes. Não apenas o negro, mas também o indígena, o elemento europeu e, mais tarde, o asiático, diversificados, determinaram a formação étnica do brasileiro, fornecendo elementos que plasmaram sua cultura.

Concorreram para isso os processos de mestiçagem e aculturação que se iniciaram no começo do período colonial e se desenrolaram através dos mais de cinco séculos de nossa história.

É fundamental ressaltar que esses grupos étnicos diversificados – indígena, africano, europeu e asiático – não constituíram “raças na verdadeira acepção da palavra”. Eram grupos heterogêneos, com diversidade de valores, resultantes de longa formação étnica e cultural, secularmente miscigenados, que, portadores de origens diversas, legaram uns aos outros, a partir dos primeiros contatos, traços e valores de suas culturas.

Grupo étnico é aquele que se perpetua por meios biológicos e partilha cultura comum, comunicando-se e interagindo de tal forma que se torna fácil a identificação de seus membros. É, na verdade, uma forma de organização social.

O Brasil recebeu variados grupos étnicos que contribuíram fundamentalmente para a estruturação da cultura brasileira em valores específicos e modelos *sui generis* que a caracterizam. Desses grupos, a etnia negra teve, desde o início,

papel de grande relevância nos destinos do povoamento, da economia e da formação da sociedade.

Genericamente considerados, é muito comum, praticamente em todo o território nacional, a presença de valores, crenças, costumes e hábitos derivados de padrões africanos, mesclados com elementos culturais das demais etnias. São os afro-brasileirismos que persistem, embora redefinidos por força do complexo cultural em formação.

Em algumas regiões, as influências africanas imprimiram à subcultura regional traços extremamente marcantes nas expressões materiais, espirituais e simbólicas, que a diferenciam, nitidamente, de outras subculturas regionais. Constituem exemplo dessa afirmativa os contrastes dos padrões culturais da região Nordeste, especialmente da Bahia, marcadamente de influência da África Ocidental, com os da região Sul, de colonização européia.

Levando em conta as influências, o papel e as contribuições do negro à vida brasileira, a partir do final do século XIX, multiplicam-se os estudos sobre essa etnia. O “negro” tem servido como temática a muitos cientistas sociais, sobretudo antropólogos, sociólogos e historiadores, na defesa de teses muitas vezes discordantes, mas por isso mesmo bastante estimulantes, na interpretação dos fenômenos relativos à presença africana no Brasil.

A contribuição do negro e do mestiço à cultura e à mentalidade do brasileiro é substancial e duradoura. Graças à fusão e à integração dos elementos culturais africanos que, reinterpretados, foram assimilados pela configuração cultural brasileira, não se plasmou em nosso país uma subcultura afro-brasileira, que daria origem a minorias, verdadeiros quistos culturais em que os valores da negritude suplantariam as idéias, os padrões e as cosmovisões essencialmente brasileiros.

Apesar do longo e violento processo aculturativo, conseqüência do contato forçado entre as sociedades, a cultura africana não foi destruída, mas persistiu, mesmo esfacelada. Pode-se notar isto pelo sincretismo, principalmente religioso, tão evidente quando se abordam os aspectos culturológicos da questão.

14.2 Aspectos Históricos

Os séculos XV e XVI caracterizaram-se pela vigorosa e fecunda expansão da Europa Ocidental, cujos interesses atingiram grande parte da humanidade, provocando mudanças nas configurações socioculturais e colaborando para a formação de etnias e nacionalidades.

Era o surgimento de novo estágio do desenvolvimento humano, possível pela conseqüente redefinição da concepção do universo, condicionada pela eclo-

são do Renascimento e pela ampliação do mundo com a descoberta do continente americano. Processava-se assim verdadeira revolução nos setores econômico, cultural, social, artístico e religioso, moldando novas ideologias liberais, inspiradoras de vida sociocultural dos grupos atingidos pela amplitude e difusão do domínio europeu.

Povos europeus, africanos e americanos foram os protagonistas dessa fase histórica. Os primeiros, como agentes civilizadores; os segundos, como instrumentos construtores; e os últimos, como pacientes do processo civilizatório dos últimos séculos.

Portugal e Espanha, povos ibéricos, arrojados em sua expansão ultramarina, tornaram-se os responsáveis pela transfiguração cultural da América Latina, ao descobrir e conquistar novos povos, sujeitando-os à sua dominação.

14.2.1 Primórdios da Escravidão Africana

É inegável a participação do elemento negro na formação sociocultural e econômica do Brasil, que recebeu, durante três séculos, contingentes africanos cada vez mais numerosos. Foram trazidos compulsoriamente pelos portugueses, na condição de escravos e não de grupos portadores de configurações culturais integradas. Essa situação concorreu para que a inevitável transmissão de suas culturas se fizesse de forma fragmentada e mesmo depreciada.

Ao se considerar a condição do negro em seu continente de origem, depara-se com culturas diversificadas, plasmadas pelos variados grupos que adotaram padrões culturais e comportamentos sociais específicos. Alguns grupos praticavam culturas bem primitivas; outros apresentavam níveis culturais mais elevados; e outros ainda se desenvolviam sob a influência islâmica, dando origem a estruturas políticas, econômicas e sociais bem significativas. Os diversos níveis culturais podiam ser identificados pelos conhecimentos das atividades coletoras e agrícolas, pela presença da habitação e da cerâmica, e por níveis mais adiantados ainda, que foram rompidos quando o homem branco, na sua ambição e cobiça, passou a apresar e a escravizar o homem negro, iniciando o comércio negro para sustento do regime escravagista.

Na Europa, o tráfico de escravos já era bastante ativo no século XV. Os portugueses, por sua vez, desenvolveram um pequeno comércio de escravos comprados na Costa do Ouro e, mais tarde, ao longo de toda a Costa Ocidental da África. Com a descoberta do Brasil, no século XVI, esse comércio foi incrementado por força da necessidade de mão-de-obra nas tarefas da colonização. Na África, as populações passaram a sofrer intensamente as conseqüências do abominável comércio que apreendia, escravizava e até exterminava a mercadoria humana; conseqüentemente, modificavam-se as sociedades de que participavam.

14.2.2 O Escravo na Economia Brasileira

A exploração de terra brasileira exigia a presença de mão-de-obra ativa e permanente para o desenvolvimento do trabalho nas lavouras. A escravidão do indígena já era praticada, sem, entretanto, obtenção de resultados satisfatórios, pois os nativos não entendiam o trabalho sistemático dos brancos e muito menos a escravidão, acostumados que estavam a uma economia de subsistência, sem nenhuma preocupação com o armazenamento futuro.

Essa problemática se arrastaria por longo tempo. Era urgente a introdução de mão-de-obra operante e escrava como, certamente, a negra, já testada anteriormente.

Não se tem registro da vinda dos primeiros negros para o Brasil, mas é certo que, a partir da produção do açúcar, primeira indústria nacional, levadas contínuas foram introduzidas, satisfazendo à política colonizadora de Portugal de valer-se de escravos como mão-de-obra.

Ao adotar, a partir de meados do século XVI e durante o século XVII, uma colonização de povoamento, tornou-se possível o surgimento da chamada aristocracia rural do açúcar, liderada pelos senhores de engenho. Paralelamente, desenvolveram-se o latifúndio, a monocultura e a escravidão, para a manutenção desse complexo socioeconômico. Nos séculos XVIII e XIX, a mineração e a cultura do café exigiram a importação de novos contingentes.

A cultura como um todo foi influenciada pela presença africana, mas alguns setores (como a vida social, econômica e religiosa) foram fortemente marcados por essa herança que persistiu durante, pelo menos, três séculos. Apesar da destruição das estruturas africanas, seus valores subsistiram através da formação de novas instituições, influenciadas pelos modelos africanos associados aos europeus e aos nativos.

Tão significativa quanto a cultural foi a herança biológica legada pelo elemento negro em contato com europeus e índios no território brasileiro. Em 1525, começaram a chegar os primeiros africanos, mas a legalização de sua entrada no Brasil data de 1549, quando D. João III autorizou a vinda de 120 escravos por engenho. A partir daí, o tráfico negreiro se intensificou e, em 1600, já havia 20.000 escravos nos engenhos de açúcar. Em início do século XVIII, a população brasileira era de 3.250.000 indivíduos, dos quais dois milhões eram negros. Em 1850, a população orçava em cerca de oito milhões de habitantes, incluindo nessa cifra 2.500.000 escravos.

A miscigenação, que se processou através dos séculos, provocou o aparecimento do chamado mulato, mestiço de branco e negro, e do cafuzo, mestiço de negro e índio, tipos intermediários entre senhores e escravos, característicos da sociedade agrária. Até hoje sua presença é continuamente acentuada na comunidade brasileira.

Os grupos escravos, através dos séculos, sofreram sensível diminuição em relação ao total de habitantes brasileiros; com a miscigenação, o negro puro está desaparecendo e a população, embranquecendo. A tendência, entretanto, é predominar um tipo nem branco nem negro, mas mulato, pardo ou moreno.

A reconstrução das culturas africanas sempre foi problemática, porque para o homem branco havia, simplesmente, o negro escravo, e não grupos de negros portadores de culturas diversificadas. Por isso, desde o início, foi impossível ao negro praticar suas culturas de origem, sendo estas grandemente deturpadas, perdendo muitos de seus elementos. Na condição de escravo, o negro era considerado de etnia e cultura inferiores.

Mesmo assim, muitos padrões persistiram, subsistindo apesar da mistura étnica e cultural, o que torna difícil sua identificação.

Todo o litoral brasileiro, do Maranhão ao Rio de Janeiro, recebeu contingentes de africanos cujas etnias foram niveladas pela escravidão. Os primeiros grupos foram apresados no litoral da África e, com a exigência de maior número, penetraram o interior do continente africano, tornando o comércio mais sistemático e operante.

Tanto no trabalho agrícola, quanto no doméstico ou de mineração, os negros se espalharam por todo o território nacional, nos campos e nas cidades, estando mais concentrados em algumas regiões, onde até hoje se apresentam em maior número.

As preocupações do trabalho eram atribuídas ao escravo, enquanto as classes dirigentes se ocupavam de outras atividades consideradas mais dignas. No final do processo, a escravidão deixou de existir como instituição e a mão-de-obra escrava já não fazia mais parte do mundo rural, mas o escravo não se transformou em camponês. Passou a desempenhar outras funções, geralmente de caráter urbano, tornando-se assalariado numa fase em que a oferta de mão-de-obra era maior que a demanda, dificultando sobremaneira a vida do despreparado ex-escravo.

14.3 Origens Africanas

“O negro representa um elemento tão significativo na vida brasileira, que não é possível escrever uma história da cultura no Brasil ou discorrer sobre a história nacional sem abrir um capítulo a esse tema”, afirma Thales de Azevedo (1975:11).

Os negros, oriundos da África, foram introduzidos no Brasil desde meados do século XVI até a metade do século XIX. Os estudiosos do assunto fazem uma estimativa entre 3,5 e 4 milhões de escravos trazidos do continente africano desde os primórdios da colonização até o fim do tráfico legal ou clandestino.

Difícilmente saberemos o número e a origem exatos dos africanos embarcados para o Brasil.

Diversos historiadores procuraram estabelecer o número, a origem geográfica e a filiação tribal dos escravos negros, baseando-se em critérios variados, tais como dados relativos aos lugares de compra e venda, portos de embarque, matrículas, direitos alfandegários etc. Mas todos esses dados, computados com as mortes ocorridas nos navios, foram insuficientes para uma comprovação, uma vez que os documentos oficiais foram destruídos após a supressão do trabalho servil, numa tentativa de apagar a mancha escravocrata no país.

O critério das reconstituições históricas baseadas em generalizações e hipóteses foi considerado falho. Hoje, está demonstrado que o estudo comparativo entre os traços culturais dos negros sobreviventes no Brasil e os padrões culturais africanos nas suas terras de origem, aliado ao método comparativo lingüístico e etnográfico, permite visão mais completa do assunto, em relação à origem.

Nina Rodrigues foi o primeiro a empregar esses métodos, a fim de encontrar solução satisfatória para o problema, mas coube a Arthur Ramos o mérito da sua sistematização.

14.3.1 *Diversidade de Grupos e Culturas*

Durante três séculos (1575-1850), foram introduzidos no Brasil milhares de escravos oriundos do litoral e do interior da África, pessoas pertencentes às mais diversas tribos e culturas.

Acredita-se que, nos primórdios da colonização, a maioria dos escravos procedesse de locais situados acima do Equador, onde o domínio europeu desde há muito havia se implantado e onde o comércio entre brancos e negros já era tradicional. Vinham da Guiné Portuguesa, região imprecisa que se estendia para o Norte, até o Senegal, e para o Sul, até a Serra Leoa, incluindo a Guiné.

Segundo Thales de Azevedo (1975:15), Luiz Viana Filho fixa três séculos (com pequenas modificações estabelecidas por Pierre Verger) para o tráfico feito por portugueses e brasileiros. Vieram:

1. *Da Guiné*: durante a primeira metade do século XVI, quando os portugueses comerciavam ou apresavam escravos, aproximadamente em toda a costa africana ocidental, porém em número reduzido. Compreendiam: Bérberes, Jalopos, Felupos e Mandingas.
2. *De Angola e do Congo*: durante boa parte do século XVII até os meados do século XIX. Foram introduzidos os maiores contingentes de negros de língua banto, provenientes da Costa da Mina, embarcados na Nigéria, na Costa do Ouro e no Daomé. Angola representava, des-

de os primeiros anos do século XVII, a grande praça de escravos do Brasil. Esses negros eram conhecidos por nomes geográficos e tribais: Cançanjes, Benguelas, Rebolos, Cabindas, Muxicongos etc.

3. *Da Costa da Mina*: no século XVIII, da linha Setentrional do Golfo da Guiné, foram embarcados os Minas, negros de língua Tshi e Gá, da Costa do Ouro. Na Bahia, são chamados apenas negros Minas.

Há dois tipos de Minas:

- a) os Ashantis, também denominados Minas-Santés;
- b) os Minas-Popos, de língua Tshi. No Rio de Janeiro, havia ainda nações de negros denominadas Minas-Nejôs, Minas-Maís e Minas-Cavalos.

Dos negros superequatoriais chegaram vários grupos:

- A. *Do Litoral*: Nagôs, Jejes, Fantis, Ashantis, Gás e Tshis (Minas). Os Jejes eram chamados Evés ou Eués pelos franceses e Ewes pelos ingleses. Procediam da Costa dos Escravos, que vai de Bageida a Akraku.

Na Bahia, todos os negros da Costa dos Escravos, que falam a língua ioruba, são chamados Nagôs. Desta procedência havia escravos de pequenas nações, tais como: Oió (capital do reino de Ioruba), Ilorin, Ijesá, Ibadan, Ifé, Iebu, Egbá, Lagos etc.

- B. *Do Interior*: do Sudão islamizado, os Sudaneses, que compreendiam os Haussás ou Hauçás, Kanúris, Tapas, Grúncis, Ornus, Fulas e Mandingas. Segundo Nina Rodrigues (1976:35), os Sudaneses eram compostos por quatro nações: Minas, Ardras, Angolas e Crioulos.

Dada a diferença de culturas, Arthur Ramos (1956:29) apresenta o seguinte esquema das famílias étnicas:

1. *Sudanesa*: representada principalmente pelos Ioruba (Nagô, Ijesá, Egbá, Ketu etc.); pelos Daomeanos e pelo grupo Jeje (Ewe e Fon); pelo grupo Fanti-Ashanti ou Mina; e grupos menores dos Krumans, Agni, Zema e Timini.
2. *Sudanesa Islamizada*: compreendendo os Peuhls, Mandingas, Haussás, Fulas e, em menor número, os Tapa, Bornu e Gurunsi.
3. *Banto*: do grupo angola-congolês, representados pelos Ambundas de Angola (Casangues, Bangalas, Imbangalas e Dembos); os Congos ou Cabindas do estuário do Zaire e os Benguelas.
4. *Banto da Contracosta*: abrangendo os de Moçambique: Macuas e Angicos.

De Moçambique chegaram ao Brasil poucos negros; primeiro, por seu comércio se dirigir mais para o Oriente; segundo, porque os escravos dali trazidos não alcançavam boa cotação nos mercados brasileiros.

Nina Rodrigues (1976:14) apresenta uma estatística em relação à procedência africana, entre 1812 e 1820, para a Bahia:

- *África Setentrional*: Castelo de Mina, Costa da Mina, Ajudá, Bisau, Oorin, Calabar e Camerum. Total de escravos: 17.691.
- *África Meridional*: Congo, Zaire, Cabinda, Angola, Moçambique, Quelimane, Cabo Lopes, Malambo, Rio Ambis, Zanzibar. Total: 20.841 escravos.

Pelos Tratados de Paris (1817) e Aix-la-Chapelle (1818), o comércio de escravos, sob pressão dos ingleses, passou a ser ilícito. Entretanto, o tráfico clandestino de negros superequatoriais continuou e bem vigoroso.

Chegaram ao Brasil, portanto, negros africanos de diferentes lugares e culturas. Havia criadores e agricultores, habitantes das florestas e das savanas, moradores de casas redondas ou retangulares, artesãos, técnicos de mineração e de trabalhos com ferro, pessoas pertencentes a grandes reinos ou a pequenas organizações tribais, a sistemas religiosos politeístas ou monoteístas, totêmicos ou adoradores de ancestrais de linhagem. Portanto, de condições culturais diversas, algumas de níveis elevados. Homens de diferentes padrões culturais, lingüísticos e biológicos.

O tráfico para o Brasil nem sempre se realizou por famílias, etnias ou tribos, mas por meio de grupos variados, com as mais diversas culturas. Havia uma mistura de pessoas antes mesmo da entrada nos navios. Chegando ao Brasil, as famílias remanescentes eram novamente separadas, marido e mulher, pais e filhos, parentes. Jovens, adultos e velhos eram arrancados de suas famílias, terras, costumes, atividades econômicas e culturais, quando de sua captura; uma vez no Brasil, os compradores ou fazendeiros adquiriam apenas aqueles que lhes interessavam para substituir os mortos ou ampliar sua produção. Assim, o tráfico dispôs o campo para o intercâmbio cultural e biológico do negro.

14.3.2 *Distribuição no Território Nacional*

Para Thales de Azevedo (1975:15), “os 4 milhões de africanos importados couberam nos mercados brasileiros nas proporções aproximadas de 38% para o Rio de Janeiro, de onde foram distribuídos em parte para Minas e Goiás, 25% para a Bahia, 13% para Pernambuco, 12% para São Paulo, 7% para o Maranhão e 5% para o Pará”.

Os principais entrepostos litorâneos para a entrada dos africanos foram, inicialmente, Bahia e Pernambuco e daí iam para Sergipe, Paraíba e Alagoas. Outro entreposto foi o Maranhão, de onde os escravos eram levados até o Pará. Mais tarde, Minas Gerais se tornou pólo atrativo de mão-de-obra escrava para as atividades da mineração e, por último, o Rio de Janeiro, onde eram reclamados para a lavoura de cana-de-açúcar, a princípio, e mais tarde para a do café.

Com as mudanças do interesse econômico, houve dispersão deles: do açúcar para o ouro e do ouro para o café. A mineração absorveu o braço escravo ocioso nas antigas plantações de cana-de-açúcar do litoral. Quando a corrida do ouro arrefeceu, muitos escravos foram vendidos para Pernambuco. Chegaram ao extremo Sul, no Rio Grande do Sul, com o empreendimento da pecuária, ao extremo Norte, no Amazonas, e igualmente ao Centro-Oeste, com a expansão das minas de ouro. Desse modo, todo o Brasil recebeu contingentes de negros africanos.

A distribuição no território nacional foi mais ou menos a seguinte:

- *Bahia*: entre os negros Sudaneses, os Nagôs, que ainda hoje são os mais numerosos e influentes; os Sudaneses islamizados, em proporções menores; e os Bantos, também em número considerável.
- *Rio de Janeiro*: Bantos e Sudaneses diversos.
- *Pernambuco*: Bantos de Angola e do Congo, Sudaneses (Minas) e Macuas e Angicos, de Moçambique.
- *Maranhão*: Sudaneses (Jejes e Minas).
- *Pará*: Sudaneses e Bantos (Macuas e Angicos).
- *Minas Gerais*: Sudaneses e Bantos.
- *São Paulo*: Bantos de Angola (em maior número) e do Congo.

Os Sudaneses são considerados culturalmente mais desenvolvidos que os Bantos, tendo-se destacado em meio às populações negras do Brasil. Entre eles, os Nagôs usavam tatuagem variada e apresentavam dois tipos físicos bem distintos:

- a) cor mais carregada e caracteres negróides mais acentuados;
- b) cor mais clara, caracteres negróides menos pronunciados.

Os Minas se adaptavam bem à mineração, sendo mais fortes, vigorosos e corajosos. Os Jejes também eram valentes. Os Ardras ou Ardrenses, apesar de impetuosos, eram teimosos, com menos conhecimentos e capacidade. Os da Guiné destacavam-se por serem brigões, teimosos, indolentes e indisciplinados.

Dos Sudaneses islamizados, os Fulas eram povos negros, mas de miscigenação com o ramo Camita.

Os Bantos destacavam-se por sua robustez e os Angolenses por serem mais trabalhadores, demonstrando excelência no trabalho da agricultura. Os negros de Benguela, vindo através de Moçambique, pertenciam às tribos dos Cazimbás, Schéschés e Schingas, homens das raças etíopes. De compleição robusta e estatura pouco elevada, apresentavam cor negra retinta, inclusive os lábios, caráter decidido e eram inclinados à perseverança, mas exacerbados nas paixões: amor e ódio.

Os negros de Angola, das tribos dos Ausazes, Pimbas, Schingas e Tembas, à exceção dos primeiros, apresentavam-se calmos e mais desenvolvidos culturalmente. Os Cabindas, provenientes do Congo, eram mais fracos, de estrutura baixa e de cor negra menos acentuada. Os de Angola revelavam mais disposição para o trabalho.

Os de Moçambique, de cor menos escura, apresentavam menor vitalidade física e mental e não possuíam boa índole.

ESQUEMA SEGUNDO OS GRANDES GRUPOS

- | | |
|--|---|
| I CULTURA SUDANESA | <ul style="list-style-type: none"> a) Povos Iorubanos: Nagô, Ijesá, Eubá ou Egbá, Ketu, Ibadan, Iebu ou Ijebu e Grupos Menores |
| <ul style="list-style-type: none"> 1. (Litoral) – Nigéria e Golfo da Guiné | <ul style="list-style-type: none"> b) Povos Daomeanos: Jeje, Ewe, Fon ou Efan e Grupos Menores |
| <ul style="list-style-type: none"> 2. Costa do Ouro e dos Escravos | <ul style="list-style-type: none"> c) Povos Fanti-Ashanti (Minas propriamente dito), os Fanti e os Ashanti |
| <ul style="list-style-type: none"> 3. Gâmbia, Serra Leoa, Libéria, Costa da Malagueta e Costa do Marfim | <ul style="list-style-type: none"> d) Grupos Menores |
| II CULTURA SUDANESA ISLAMIZADA (Interior)
Sudão, Costa da Mina, da Guiné | Negros Maometanos: <ul style="list-style-type: none"> a) Peuhls, Fulha, Fula etc. b) Mandinga (Solinke, Bambarra etc.) c) Haussá d) Tapa, Boren, Gurunsi e outros menores e) Kahuris, Ronus, Kakuís, Guincis etc. |
| III CULTURA BANTO | Angola-Congolês: |
| <ul style="list-style-type: none"> 1. Angola e Congo | <ul style="list-style-type: none"> a) Abunda, Caçanjes, Bangalas, Imbangalas e Dembos b) Cabindas, Rebolos, Muxicongos e Benguelas |
| <ul style="list-style-type: none"> 2. Contracosta ou Moçambique | <ul style="list-style-type: none"> – Macuas e Angicos |

14.4 Contribuição Cultural dos Negros

A cultura africana, no Brasil, está devidamente evidenciada, em face dos estudos realizados por vários pesquisadores do assunto, iniciados por Nina Rodri-

gues, depois Arthur Ramos, e seguido por outros. Esses estudiosos escreveram várias obras sobre o negro da África, abordando tanto os aspectos físicos quanto os culturais.

Apesar de os escravos serem considerados étnica e culturalmente inferiores, foi possível verificar que muitos traços e mesmo padrões culturais, principalmente religiosos, sobreviveram em nosso meio. Alguns desapareceram e outros diluíram-se ou mesclaram-se, mas permaneceram em várias atividades. A condição de escravo não lhes permitiu a transmissão de uma cultura inteiramente pura, mas não lhes tirou a possibilidade de influenciar a existente no país.

Arthur Ramos (1956:98) classificou em três grupos a evidência dos traços culturais negros no Brasil: (a) *Iorubano* – os Sudaneses; (b) *Malês* – os islamizados ou negros Maometanos; (c) *Angola-Conguês* – os Bantos.

14.4.1 *Cultura Material*

Os diferentes grupos que vieram para o Brasil contribuíram, uns mais, outros menos, com sua arte e sua técnica, na formação da cultura brasileira.

Os Iorubas, considerados de cultura mais adiantada, senhores da agricultura e da criação de gado, eram mais avançados que os outros, pois em seu país de origem possuíam cidades, conheciam a metalurgia, a fundição de vários metais e realizavam trabalhos artísticos de bronze, ferro e cerâmica.

A escultura teve papel importante na arte africana, distinguindo-se os trabalhos de madeira, como os ídolos do culto religioso, a figa, os braceletes, a bateia etc.

A pintura transmitiu-se através de desenhos realizados na ornamentação dos pejis ou altares religiosos, os santuários do candomblé.

De Benin, Nigéria, Angola, Congo e Moçambique foram introduzidos os objetos de bronze e outros metais, como armas de caça e pesca, sabres, punhais etc., e material de mineração. Os negros de Moçambique eram hábeis ferreiros.

Na arquitetura, houve sobrevivência Ioruba e Angolense, na construção de pejis dos mocambos de barro batido e nos tipos de habitação populares ainda hoje encontrados no Nordeste.

Eram bem conhecidas e desenvolvidas as artes da cerâmica na confecção de vasos de barro e a de cestaria, com peças de palha. Também não se pode esquecer de que os africanos faziam e utilizavam máscaras.

Na indumentária, os Iorubas usavam panos vistosos, de algodão, saias rodadas e xales da Costa; ornavam-se com colares, braceletes e brincos de argolões. Dos Hussás, cuja cultura se mesclou à maometana (genericamente chamados

Maleses), originou-se o traje da “baiana”, com o turbante ou rodilha na cabeça, saias redondas, chinelinho, miçangas e balangandãs (estes oriundos de Angola e Congo).

Quanto aos instrumentos musicais, encontra-se no Brasil uma série deles, de variadas formas, principalmente de percussão. Os Iorubas e Congueses trouxeram os tambores, atabaques, campânulas, agogôs, adjás, gonguês, flautas e afofiés. Os Bantos contribuíram com os tambores de jongo (hoje, dança encontrada em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo), o ingono (tambor de macumba e candomblé, usado no Nordeste), o zambê, a cuíca, o urucungo, o berimbau (elemento importante na capoeira) e outros.

Todos esses instrumentos, de madeira ou metal, alguns de sopro, são ainda hoje fabricados pelo contingente negro do Brasil.

Na culinária, os Iorubas, principalmente os Nagôs, contribuíram com numerosos pratos, em especial na Bahia. O complexo do inhame, o uso do azeite de dendê, o vatapá, o acaçá, o bobó, o acarajé, o abará, o efó, o axoxó etc. são de origem Ioruba. A pimenta pura, mastigada na comida ou esmagada no caldo da carne ou do peixe, reinava em toda a África, de onde foi trazida.

14.4.2 *Cultura Imaterial*

É através do estudo das sobrevivências religiosas e folclóricas, realizado pela escola de Nina Rodrigues, que se pode reconstituir a herança cultural do negro no Brasil. Embora oriundos de grupos étnicos diversos e de diferentes graus culturais, eles deram contribuição valiosa à cultura brasileira, também no campo imaterial.

As sobrevivências negras no Brasil são numerosas, principalmente nos campos religioso, literário e lingüístico.

Apesar da dispersão dos escravos pelo território nacional e da pressão social e religiosa exercida pelos brancos, os negros conservaram, muitas vezes secretamente, aspectos de suas religiões.

No processo aculturativo, surge, portanto, não uma prática pura, mas um sincretismo religioso. Entre esses rituais, podem-se apontar: (a) *Candomblé* (Bahia) significava primitivamente dança e instrumento musical, e depois passou a designar a própria cerimônia religiosa dos negros; (b) *Macumba* (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) – religião e ritual mágico, tendo-se transformado e adquirido formas novas; (c) *Xangô* (Nordeste Oriental); (d) *Tambor* (Nordeste Ocidental); (e) *Batuques* ou *Parás* (Rio Grande do Sul) etc.

“A religião Ioruba se mesclou ao catolicismo, adaptando os seus deuses ou orixás aos santos católicos. *Oxalá* é identificado com o Senhor do Bonfim; *Xangô* identifica-se ora com São Jerônimo, ora com Santa Bárbara, e, na forma de

Airá, com São Pedro, na de *Xangô de Ouro*, com São João Menino; *Oxóce*, com São Jorge; *Ogum*, com Santo Antônio; *Omòlu*, com São Lázaro outras vezes com São Bento, dependendo do local ou grupo; *Iemanjá*, com Nossa Senhora da Conceição; *Iansã*, com Santa Bárbara; *Oxúm*, com a Senhora das Candeias e outros.

As práticas religiosas afro-brasileiras sofreram também influência do espiritismo, como Candomblés, Umbanda, Quimbanda, Sessão de Terreiro e até a Mesa Redonda e as Sessões de Caboclo” (Carneiro, 1961:76-79).

O modelo Nagô sobrepôs-se às diferenças tribais em matéria religiosa, com marcada preponderância sobre os Jejes. Assumi a liderança na Bahia, Pernambuco e Maranhão. A celebração do culto nagô realizava-se em templos próprios, os terreiros, levantando seus altares ou pejis.

Os maometanos, por se terem isolado, conservaram a pureza da sua religião, que somente se diluiu mais tarde, como aconteceu com as manifestações culturais Jejes ou Fanti-Ashanti, absorvidas pelos Nagôs.

O Nagô tornou-se a “língua geral” dos negros nas cerimônias religiosas, nos cânticos de terreiro, nos atos litúrgicos. Em contato com a língua portuguesa, exerceu forte influência, contribuindo com inúmeros termos e formas de expressão, principalmente o quimbundo.

A influência do africano na literatura popular foi riquíssima, destacando-se contos, fábulas, lendas, poesias e autos populares.

A dança e a música, que os negros africanos introduziram no Brasil, tiveram origem religiosa e mágica, e aqui se difundiram e se modificaram. Entre as danças, podem-se indicar o jongo, o batuque, o maracatu, o coco-de-zambê, os congos e outras mais.

A contribuição na música brasileira foi profunda e extensa. A melodia negra, em geral, de pequena variação, não foi tão importante; sua riqueza encontra-se no ritmo, graças aos instrumentos de percussão. Devem-se ainda ressaltar os cantos de trabalho e as cantigas diversas.

Os negros trouxeram também suas instituições sociais, seus usos e costumes, que se incorporaram em larga escala ao folclore nacional.

Concluindo, pode-se afirmar que a contribuição negra na cultura do Brasil, tanto material quanto imaterial, foi ampla e variada, abrangendo os mais diversos setores da vida nacional.

14.5 Processos de Miscigenação

No Brasil, durante três séculos ininterruptos, verificaram-se contatos interraciais resultantes do encontro de três etnias e culturas diferenciadas: branca, negra e índia. Sociedade e cultura plasmaram-se em decorrência das trocas cul-

turais e dos intercruzamentos biológicos. Posteriormente, correntes imigratórias euro-orientais vieram contribuir para que novo caldeamento e nova mudança cultural se processassem nitidamente. O povo brasileiro é mestiço e ainda em processo de miscigenação e aculturação.

Justificam-se as observações de Darcy Ribeiro (1977:22): “O caráter do POVO NOVO da etnia nacional brasileira assenta-se na sua formação multicultural e multirracial em que representaram papéis decisivos o negro e o indígena, além do europeu... Apesar da disparidade das matrizes originais e das diferenças ecológicas, plasmou-se no Brasil uma etnia peculiar: racialmente heterogênea e em pleno processo de fusão, mas culturalmente coesa pela unidade do idioma, dos modos de ação sobre a natureza, das formas de organização social, das crenças e da visão do mundo.”

A articulação entre os processos de miscigenação, indissociáveis, gerou através do tempo a estrutura sociocultural brasileira, isto é, sua configuração cultural contemporânea.

14.5.1 *Contatos Interétnicos*

No decorrer dos três primeiros séculos da história brasileira, três etnias passaram a desenvolver relação de raça e cultura, constituindo o tronco básico do povo brasileiro.

1. Os lusitanos, de origem européia, foram os descobridores e colonizadores do Brasil, sem uniformidade étnica, provenientes tanto da Metrópole quanto das ilhas, como Açores e Madeira. No princípio, vinham individualmente e mais tarde organizados em famílias, contribuindo para o povoamento mais efetivo das regiões. Influíram demográfica e culturalmente na constituição populacional brasileira com a vinda de degredados, criminosos, aristocratas, lavradores, artesãos, colonos e homens do povo em geral. Todos os setores da cultura passaram a ser moldados pelos portugueses, que impuseram sua língua e suas instituições culturais, influenciando tanto os elementos da cultura material quanto da espiritual. “Fundamental, pois se constituiu para a formação brasileira a contribuição lusitana. Além da língua e da organização social, a religião, a arte, a vida de família, o espírito tradicionalista, enfim o ‘ethos’ do brasileiro” (Diégues Júnior, 1980:88-89).

2. Os indígenas, na época do Descobrimento, povoavam o país em grande número. Todo o litoral brasileiro era ocupado por comunidades nativas. Suas bases culturais eram predominantemente Tupi; grupos perfeitamente adaptados às condições naturais da tropicalidade.

Foram os Tupi-guarani, representados por seus grupos integrantes (Tupinambá, Tamoio, Tupiniquim e muitos outros), que mantiveram maior contato

com os colonizadores. Desenvolviam atividades de coleta, caça e pesca e eram horticultores.

Portadores de patrimônio cultural próprio e adaptados à natureza tropical circundante, possuíam uma visão do mundo específica. Falavam a mesma língua (Tupi) e eram portadores de padrões culturais semelhantes, facilitando extremamente a obra da colonização.

Não se pode relegar a plano secundário a contribuição cultural indígena. Ela foi significativa, como se pode observar pela Toponímia das regiões brasileiras e nas expressões da cultura como um todo. Mesmo coagidos pela escravidão a que foram submetidos desde o início, concorreram como etnia para os cruzamentos inter-raciais na formação do povo brasileiro. Legaram elementos materiais e imateriais que foram assimilados, como a rede, a farinha de mandioca, usos e costumes, superstições, lendas etc.

3. Os negros africanos foram trazidos ao Brasil em consequência do fracasso da escravidão indígena. Mais bem condicionados ao trabalho servil, tornaram-se escravos por excelência.

Entretanto, suas configurações culturais foram esfaceladas, seus elementos socioculturais perderam os valores, deturpados pela condição de escravos. Como afirma Gilberto Freyre, a influência sobre o povo e a cultura não foi do negro como elemento étnico, mas do escravo como mão-de-obra servil desprezada. Jamais como agente colonizador ativo.

A presença do negro como elemento étnico influenciou decididamente na constituição somática do povo brasileiro, legando vários traços físicos através da miscigenação.

Os Sudaneses, de modo geral, eram altos, magros, dentuços e ossudos. Pertencentes a povos Iorubanos, os Nagôs foram, em sua maioria, para a Bahia. Pode-se dizer que representavam dois tipos somáticos distintos: uns, de grande estatura e corpulentos, apresentavam cor negra carregada. Seus caracteres raciais eram bem definidos: dolicocefalos, prógnatos, lábios grossos, nariz chato, cabelo carapinha. Outros, de estatura média, possuíam compleição menos forte, a cor da pele mais clara, persistindo os caracteres negróides na conformação do crânio e do rosto. Os Nagôs destacavam-se, pois, pelo seu cabelo espesso e encarapinhadíssimo, ventas abertas, barba rala, rosto chato, lábios grossos, nádegas enormes (esteatopigia). Eram baixos e mais troncados, principalmente os do Sul.

Os Jejes (povos Daomeanos) possuíam estatura mais elevada, chegando a 1,80 m. Os Fulas (Sudaneses islamizados) apresentavam traços mais delicados, cabelos mais lisos, nariz afilado, traços mais próximos dos europeus e cor da pele mais clara.

Os Gurunsis (Sudaneses islamizados) ou Galinhas eram guerreiros por excelência, grupo bravo e indomável.

Os Bantos, considerados fortes, apresentavam estatura pouco elevada e eram negros retintos de caráter decidido. Os Cabindas ou Congos, mais fracos e baixos, tinham a mesma cor, porém menos carregada e os traços do rosto ligeiramente diferentes. Os da Contracosta também possuíam cor preta não muito acentuada. Além de indolentes física e psiquicamente, não eram de boa índole.

4. Outros grupos étnicos, em menor número, também deram a sua contribuição à formação da etnia e cultura brasileiras, desde o início do período colonial: espanhóis, franceses, holandeses, judeus e ciganos. Contribuições individuais seriam as dos ingleses e alemães, mas sem maior significado.

Já nos séculos XIX e XX, a concorrência das correntes migratórias européia e asiática enriqueceu ainda mais o quadro étnico brasileiro.

14.5.2 Resultante Biológico

“Certamente, em nenhum outro episódio da história da humanidade uma série de fenômenos de miscigenação tão evidente e de tamanhas conseqüências para o aparecimento de um novo homem, como o que posso assinalar quando observo o processo de formação da sociedade brasileira”, assim se expressa Creso Coimbra (1977:79). Ele observa ainda a continuidade da mestiçagem nos dias atuais.

A etnia nacional começou a ser plasmada nos primeiros estabelecimentos econômicos, ou seja, nos engenhos de açúcar e nas fazendas de criação, onde entraram em contato o indígena, o português e o negro. Os cruzamentos inter-raciais determinaram o surgimento dos chamados mestiços, tipos humanos novos, caracteristicamente brasileiros.

Da fusão biológica de indígenas e brancos surgiu o mameluco, herdeiro mais dos padrões indígenas que dos europeus. Falava a língua materna e geograficamente ocupava o interior do Nordeste e o Extremo Norte, aparecendo também no Extremo Sul e no Oeste brasileiros.

Já o mulato, resultante da mestiçagem entre o negro e o branco, surgiu nos engenhos de açúcar, na região açucareira do Nordeste (litoral), Recôncavo Baiano, Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

O intercruzamento social tornou-se possível, desde o início, graças à liberdade sexual, que permitia as relações extraconjugais e o amancebamento do português com a mulher índia e também com a negra, malgrado o protesto missionário que defendia o casamento legal.

Por outro lado, os casamentos e a constituição da família monogâmica eram estimulados pela própria política colonizadora portuguesa, como instituições consideradas indispensáveis à estruturação da sociedade brasileira.

Casamentos e relações extraconjugais, segundo Thales de Azevedo (1971:6), geraram, no decorrer do processo, outros tipos mestiços, sendo vários os graus de mestiçagem, não importando o tipo físico, a cor do indivíduo ou suas condições sociais, por exemplo, o escravo livre. Isso se justifica quando se considera a alta proporção de indígenas e de negros em um país de ideologia racial permissiva e assimilacionista.

O mulato e o mameluco representaram os tipos mestiços de maior expressão, mas não os únicos. Os contatos entre as etnias fundamentais e aquelas que resultaram dos cruzamentos já realizados determinaram a existência de outros mestiços que podem ser sistematizados de acordo com a sua procedência étnica:

Mulato: branco × negro

Mameluco: branco × índio

Crioulo: negro × negro

Cafuzo, Curiboca ou Caboré: negro × índio

Cabra: negro × mulato

Caboclo: índio × índio

Pardo: mulato × mulato; crioulo × crioulo; mulato × mameluco

Outras designações são regionais ou deixaram de ser usadas, como: fulas, pardavascos, cabrochas, guajiru, sarará, saruê, olho-de-fogo etc.

Incomuns e praticamente inexistentes em outras sociedades, os mestiços, no Brasil, eram homens livres, desenvolvendo atividades artesanais, agrícolas e numerosas outras. Formaram um grupo social *sui generis*, com peculiaridades próprias, culturais e físicas. Algumas denominações indicam mais um tipo social do que um tipo étnico, como *cabra*.

A destribalização e a deculturação provocaram a perda de suas características puras, diluídas no decorrer do processo, mas em grande parte perpetuadas, principalmente quando se consideram os conteúdos religiosos africanos impregnados na cultura brasileira.

O fator positivo em torno da conjunção interétnica centra-se em uma ideologia integracionista que estimula o caldeamento e condena a discriminação.

Não se verificam no Brasil atitudes discriminatórias radicais em relação aos mestiços de negro e branco, estando mais ou menos integrados na sociedade nacional. Se comparado com outros países, como os Estados Unidos, por exemplo, as relações de grupos étnicos são pacíficas e mais ou menos harmoniosas, sendo o preconceito racial moderado.

14.5.3 Resultante Cultural

A miscigenação foi intensa e prolongada e, nas mesmas proporções, o processo de transculturação.

Não se podem dissociar os dois processos, uma vez que se desenvolveram concomitantemente; da mesma forma, não se pode abordar uma etnia em suas peculiaridades sem considerar as demais. Todas elas emprestaram e foram receptoras de elementos culturais, muitos dos quais assimilados, outros reinterpretados, uns diluídos e outros ainda que não sobreviveram.

Os portugueses trouxeram consigo sua sociedade e sua civilização. Em um esforço da adaptação ecológica na nova terra, imprimiram as linhas ordenadas da nova sociedade. Assim, a língua portuguesa aos poucos foi-se impondo, mesclada de vocábulos indígenas e africanos. Ocorreu o mesmo em relação à religião: a negra impregnou-se de elementos do catolicismo e, em menor proporção, a dos indígenas, num sincretismo que foi e é muito expressivo nessas duas esferas da cultura: religiosa e lingüística.

Nas expressões da cultura, tanto material quanto imaterial, identifica-se a presença portuguesa. Seus elementos culturais foram alterados principalmente no contato com o indígena, cujos hábitos e costumes adaptados à terra, e de grande eficácia, passaram a ser adotados pelos colonos, em substituição aos seus próprios. Nas expressões de Roger Bastide (1971:56), “os colonos precisavam aceitar os hábitos dos índios que estavam casados com a natureza ambiente, isto é, substituíram o pão de trigo pela farinha de mandioca, o leito muito quente pela rede, os antigos instrumentos de caça e de pesca pelos dos indígenas; adotaram seus barcos feitos de cascas de árvores ou cavados num tronco para subir os rios; começaram a gostar dos frutos do país e do tabaco que mascavam, aprendendo a tragar a fumaça à moda dos índios”.

Nas regiões ocupadas pelos indígenas da nação Tupi, instalaram-se os colonizadores e, no dizer de Darcy Ribeiro, deram origem a uma cultura neobrasileira. O patrimônio cultural era de feição predominantemente Tupi-guarani, sendo assimilado pelos primeiros povoadores europeus.

Os indígenas não só emprestaram seus elementos culturais, mas também assimilaram muito através dos vários contatos. Novos núcleos surgiram, coexistindo com as aldeias. Estas acabaram por desaparecer, em conseqüência da deculturação e destribalização.

Também sujeito a esses fenômenos, o elemento negro passou a fazer parte intrínseca da nacionalidade brasileira. Adaptou-se às novas condições de vida, embora desfavoráveis sob vários aspectos: escravidão, tráfico desumano, esfacelamento de sua cultura, maus-tratos nas senzalas, humilhações etc.

O processo aculturativo no Brasil só foi possível pela fusão desses grupos heterogêneos, dos quais a etnia negra, resistente culturalmente, prestou grande contribuição.

Essa contribuição poderia ter sido muito maior, mas a destribilização foi muito rápida. A deculturação compulsória no novo ambiente teve tempo suficiente para corroer as tradições mais enraizadas. “Contudo, o tráfico renovava a cada instante as fontes de vida, estabelecendo um contato permanente entre os antigos escravos ou seus filhos e os recém-chegados, em cujas fileiras vinham, com frequência, sacerdotes, adivinhos, médico-feiticeiros, o que fez que houvesse durante todo o período escravista um rejuvenescimento dos valores religiosos, exatamente quando esses valores tendiam a enfraquecer-se”, afirma Roger Bastide (1971:69).

Outras causas somaram-se para a sobrevivência da religião africana, que, após a abolição da escravatura, pôde desenvolver-se mais livremente. Ela sobreviveu sobretudo nas regiões açucareiras do Nordeste, onde os negros das plantações tiveram chances de reafirmar suas representações simbólicas e seus valores em festas e reuniões permitidas e, às vezes, incentivadas pelos senhores, para a obtenção de um escravo mais eficiente.

As influências recíprocas tiveram inicialmente caráter intertribal, em consequência da promiscuidade a que foram submetidos nos porões dos navios negreiros e posteriormente nas senzalas, onde se acentuaram. Desde o início, as línguas se misturaram, perdendo sua pureza original.

A mistura de línguas deu origem a um novo dialeto que, em parte, foi sendo assimilado e adotado, persistindo até os dias atuais vocábulos africanos.

Paralelamente à aculturação lingüística, desenvolveu-se a aculturação religiosa, verdadeiro sincretismo de crenças e cultos predominantemente totêmicos e fetichistas. As sobrevivências religiosas africanas foram mescladas com elementos religiosos indígenas, católicos e espíritas. Mas foi o catolicismo que exerceu maior influência, pois o negro era obrigado a se converter à religião católica. A conversão realmente não se deu, e o negro passou a praticar as duas religiões concomitantemente.

Hábitos e costumes, de modo geral, foram alterados e também se mesclaram. O legado africano relativo à dança, à música e aos instrumentos musicais foi bastante significativo, tendo sido adotado, muitas vezes reinterpretado, e persistindo até hoje.

Foram numerosas as contribuições para a estruturação da sociedade e da cultura brasileiras. Apesar da pluralidade étnica e cultural, não se observa no Brasil a existência de regionalismos extremos, de subculturas segregadoras e opostas.

A configuração cultural e étnica brasileira é *una*, falando-se em todo o território a mesma língua e praticando-se os mesmos padrões, sem diferenças profundas que poderiam ameaçar a integração nacional.

Literatura Recomendada

- AZEVEDO, Thales. *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1975. Capítulos 1 e 2.
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira: Edusp, 1971. v. 1, Capítulo 1.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967. p. 177-196.
- CARNEIRO, Édison. *Candomblés da Bahia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1961. p. 11-34.
- COIMBRA, Creso. *Fenomenologia da cultura brasileira*. São Paulo: LISA-Livros Irradiantes, 1972. Capítulos 4 e 5.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Paralelo: MEC, 1972. p. 80-102.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. v. 1, Capítulos 1 a 4.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976. Capítulo 1.
- RAMOS, Arthur. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1956. Capítulos 1 e 7 a 11.
- RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1977. Capítulo 5.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1976. (Brasiliana, 9.) Capítulos 1, 4, 5 e 7.
- VALENTE, Waldemar. *Sincretismo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1976. Capítulos 1 a 3.

Linguagem e Cultura: em um contexto antropológico

15

“Sem linguagem não há homem e sem homem não há linguagem” (Ulmann, 1991:118).

A anterioridade da espécie humana, ou seja, sua condição primata, caracteriza-se pela ausência da fala. Quando ou como o homem se livra dessa condição, passando a expressar-se através da palavra, é uma indagação que a Arqueologia Pré-Histórica se empenha no sentido de encontrar respostas. Não apenas em relação ao fato fundamental da aquisição dos padrões da fala, mas, sobretudo, na capacidade de transmissão oral e simbólica dos conhecimentos e experiências adquiridos que tornou possível o advento da cultura humana.

O homem *sapiens* nasceu melhor aparelhado para aprender sua língua e, ao mesmo tempo, aprender sua cultura. Linguagem e cultura estão íntima e mutuamente relacionadas.

A natureza humana se completou a partir do desenvolvimento cerebral que capacitou o homem a emitir sons específicos para expressar seus pensamentos, sentimentos, necessidades e meios protetores. É de supor que com essa evolução dos primeiros homens tenha surgido a reflexão, exteriorizada de formas diferenciadas, das quais se tem pouquíssimas evidências. Como saber, se não há fósseis de palavras!

Fala articulada, capacidade de expressão, aprendizado imediato e a transmissão dos conhecimentos adquiridos evidenciam que a linguagem é o grande fator adaptativo, próprio e natural dos homens.

15.1 Homem, Linguagem e Cultura

A linguagem, como capacidade exclusiva do homem não condicionada biologicamente, mas aprendida, permite a ordenação e exteriorização das idéias, pensamentos, conceitos e valores próprios codificados conforme a particular visão de mundo de cada grupo humano.

É um fenômeno cultural por excelência, sempre adequado para satisfazer as necessidades adaptativas da cultura, determinando a configuração de seus padrões culturais, portanto, a própria cultura.

A linguagem é tão antiga quanto a cultura e sempre houve tantos modos de falar quanto culturas. As correlações de cada grupo humano são complexas e específicas, desde suas mais simples origens até os complexos idiomas das sociedades civilizadas da atualidade.

Recentemente, estudos específicos e pesquisas sobre a evolução da linguagem vêm buscando explicações na psicobiologia, na neurologia e na fisiologia, no sentido de se indagar melhor onde estão as raízes da linguagem humana.

Recentes descobertas científicas demonstram que o genoma humano é 98% igual ao do chimpanzé e, portanto, se discute se a linguagem só foi e é possível graças aos restantes 2%. Estariam as estruturas da linguagem em todo o cérebro humano?

Entre os cientistas interessados nessa área de estudos destaca-se a americana Christine Kenneally, que publicou recentemente o livro *The first word* (A primeira palavra), e também, Sue Savage-Humbaugh e Philip Liberman, com seus trabalhos de lingüística, baseados em novas indagações e colocações, que vêm permitindo o avanço da ciência em geral.

Não se pode desprezar a contribuição dos teóricos do século XX que se empenharam em desvendar os mistérios e os enigmas da linguagem, como: Sapir, Edward (1921), Jespersen (1923), Vendryes (1925), Boas (1938), Bloomfield (1933), Bloch e Trager (1942), Whorf (1956), Chomsky (1969), Gorce, Maxime (1974) e muitos outros.

15.2 Sistema Aprendido e Transmitido

A linguagem não é um mecanismo instintivo e biológico. Os seres humanos têm, necessariamente, de aprender sua língua e, conseqüentemente, a cultura da qual fazem parte. Trata-se do instrumento fundamental para o ingresso em uma cultura.

É, portanto, um sistema aprendido, uma atividade intelectual, simbólica e de compreensão, inseparável do pensamento e da imaginação, que são ordenados de modo a permitir uma visão mais global da realidade. O homem aprende, mas é necessário que sua representação na mente seja conceitualizada, transformando-se em um primeiro dado da consciência, com um objetivo determinado, criando as condições para o surgimento da linguagem.

A aquisição da linguagem processa-se de forma natural, ouvindo a fala dos membros do grupo, assimilando os sons e seus diferentes significados. A cada contexto sociocultural corresponde um conjunto de regras próprias definindo a

forma de falar, suas variações, seus significados, seu comportamento lingüístico, numa verdadeira interação entre língua e cultura.

15.3 Origem e Mudança

A aquisição da linguagem foi a primeira e imprescindível revolução na história da humanidade. Originada nos pequenos agrupamentos familiares, onde aos primeiros rudimentos da fala seguiu-se a formulação de um vocabulário comum, chega-se a uma língua básica, compreendida pelos integrantes do grupo.

Até o momento não há evidências de quando ou como a linguagem se realizou, isto é, de como o som vocal passou a ter significados.

Na tentativa de encontrar respostas a essas indagações, antropólogos lingüistas, de longa data, vêm aventando teorias e hipóteses explicativas, fundamentadas em ciências várias e na Antropologia propriamente dita: a teoria onomatopéica ou imitação dos sons, ruídos, gritos, dando-lhes um caráter verbal, sons associados a um sentido; a teoria gesticular, o uso do corpo e das mãos, gestos, expressões faciais estimulando a fala articulada; a teoria originada no evoluir da cultura material, isto é, o aperfeiçoamento gradativo dos objetivos líticos levaria a um cérebro mais complexo e, conseqüentemente, a uma linguagem gradativamente mais elaborada.

Estas e outras hipóteses podem ser contestadas e novas poderão surgir.

Torna-se importante realçar seu aspecto eminentemente social, levando-se em conta que as palavras e os símbolos são convencionais e arbitrários, associados às experiências de cada grupo humano e às exigências da cultura. É através da estrutura da linguagem que se pode conhecer o mundo mental dos falantes de uma língua, seus pensamentos e idéias, sua visão global.

Faz-se necessário que pesquisadores de campo, antropólogos, etnólogos, lingüistas, tenham conhecimento das línguas dos grupos ágrafos contatados, para o sucesso de suas investigações. Não apenas observar o cotidiano dos indivíduos, mas também saber o que pensam e sentem e, só assim, penetrar no intrínseco da cultura.

Cada língua consiste em uma estrutura própria, das mais antigas às mais modernas, das mais simples às mais sofisticadas. Não são entidades estáticas, pois sofrem lentas e constantes mudanças, certamente em resposta ao desenvolvimento contínuo e cumulativo das culturas. Na dependência de fatores como expansão dos grupos humanos, contatos, migrações, conquistas e outros, as mudanças podem ocorrer sempre gradualmente, seja pela adoção ou pelo empréstimo de elementos lingüísticos. Palavras, modificações na pronúncia, na gramática, no vocabulário podem dar origem a línguas aparentadas, ao surgimento de outras línguas, mistura de línguas, bilingüismo e mesmo a substituição de uma língua por outra.

Algumas sociedades são resistentes às mudanças, outras as aceitam com facilidade, dependendo do tradicionalismo e das necessidades da cultura. Isso pode ocorrer tanto nos grupos simples quanto nas sociedades complexas.

15.3.1 No Brasil

A região do Alto Xingu apresenta aspectos significativos e singulares: tradicionalmente habitada por grupos tribais lingüística e culturalmente diferenciados, partilham uma uniformidade cultural comum.

Egon Schaden (1965:66) refere-se a essa unidade e pluralidade cultural na área onde estão os representantes das quatro grandes famílias lingüísticas: Tupi, Jê, Aruák e Karib e uma isolada, num total de 9 grupos. Cada um deles mantém sua própria língua, elemento de identidade tribal, e participa de uma cultura comum material e imaterial.

Alguns indivíduos são monolíngües, bilíngües, outros são políglotas. É uma área de aculturação intertribal na qual não há a imposição de uma língua sobre as demais, mas todos se entendem e se comunicam, mesmo após a presença do português usado na comunicação com os “brancos”, coexistindo com as línguas indígenas.

Nas cerimônias e encontros tribais, os indivíduos são muito formais, falando a própria língua. Como afirma Suey Seki (2000:39), “cada grupo mantém sua própria língua [...] e o próprio sistema intertribal vigente reforça o valor da língua como elemento distintivo”.

15.4 Difusão e Declínio

As línguas não apenas se modificam ao longo do tempo. Elas também se difundem em decorrência de fatores de ordem histórica e geográfica, tais como guerras, conquistas, migrações, colonização etc.

Algumas línguas podem mesmo entrar em declínio e até desaparecer quando são substituídas por outra de maior aceitação, passando assim a ser a língua dominante. Em geral, isso é freqüente acontecer em países colonizados, em detrimento de sua própria língua pelas vantagens de comunicação com o mundo exterior e na aquisição de novos conhecimentos e padrões culturais.

15.4.1 No Brasil

Situação lingüística e sociocultural significativa e até mesmo incomum ocorreu na faixa costeira brasileira ocupada predominantemente por grupos in-

dígenas de fala tupi (da família lingüística Tupi-Guarani) a partir do descobrimento e durante a colonização. Brancos e índios passaram a desenvolver longo processo de miscigenação e de aculturação quando praticamente a língua tupi-nambá tornou-se o idioma mais falado na costa brasileira. Todos se obrigavam a aprendê-la, sobretudo os jesuítas em seus trabalhos de catequese.

A expansão da língua mesclada com o português, do litoral para o interior, foi inevitável, difundindo-se a chamada Língua Geral Brasileira ou *ñeengatú* (língua boa) a tal ponto que foi proibida pelo governo português, em 1727, através da Provisão Régia de 12 de outubro. Essa proibição atingia mais os colonos dos núcleos urbanizados, e menos as regiões interioranas mais distantes, como a Amazônia, por exemplo.

O uso corrente da Língua Geral, durante séculos, teve papel relevante na troca e adoção dos padrões culturais e lingüísticos entre brancos e índios, pois facilitou os contatos e o entendimento entre eles.

A língua portuguesa no Brasil sofreu influência decisiva da língua tupi, com a incorporação de numerosos termos de origem indígena ao vernáculo. Os estudos da Toponímia brasileira revelam o grande número de topônimos de origem tupi-guarani, principalmente na faixa costeira e região amazônica.

Deve-se assinalar que no Brasil, muitos idiomas indígenas vêm morrendo desde o início da colonização e podem, hoje, estar desaparecendo em consequência da diminuição brusca da população tribal ou porque os mais jovens já se esqueceram da língua materna, ou que não lhes foi ensinada. É uma constatação preocupante dada a biodiversidade lingüística brasileira com quatro grandes troncos: Tupi, Macro-Jê, Aruák e Karib e muitas outras famílias menores e grupos isolados.

Calcula-se que por ocasião da descoberta e durante a colonização os milhões de índios (de 6 a 10 milhões) que habitavam o país falavam cerca de 1.300 línguas. Hoje, estão reduzidos a 170 mil indígenas e 181 línguas.

Aryon Dall'Igna Rodrigues, estudioso das línguas indígenas (Universidade de Brasília), alerta os antropólogos e lingüistas para estes dados acima, no sentido de evitar a extinção das línguas indígenas, para que não se perca a imensa riqueza cultural que representam, e estabelecendo uma ortografia para seu vocabulário, já que são idiomas orais. Também através do ensino bilíngüe nas escolas indígenas, como determina a Constituição Brasileira de 1988.

Como exemplo de um idioma que está morrendo, pode-se citar o dos índios Xipaia, de filiação Tupi, do qual resta apenas uma última falante viva, capaz de fornecer as informações necessárias para uma reconstituição cultural do grupo. Carmen Rodrigues, lingüista da Universidade Federal do Pará, tenta, há vários anos, salvar o idioma xipaia da extinção, trabalhando junto à última pessoa falante da língua, na cidade paraense de Altamira, registrando seu vocabulário, observando a fonética, as regras gramaticais, gravando histórias, canções, mi-

tos, diálogos, identificando palavras, textos de sua aldeia que fica a dez dias de viagem de barco, de Altamira.

Na verdade, o idioma xipaia pode morrer, mas não será extinto.

15.5 Diversificação e Universalidade

O registro das primeiras evidências culturais remonta há cerca de 1 milhão de anos, quando as culturas passaram a se desenvolver lenta e segura, de forma contínua e cumulativa, o mesmo acontecendo com a linguagem, porque homem e linguagem são duas entidades indissociáveis, que se perde no tempo.

Hodiernamente, através de estudos e de pesquisas da Antropologia Lingüística, é possível afirmar a universalidade e a diversidade das línguas existentes, sua multiplicidade e sua extensão no mundo: estima-se em vários milhares.

Reiterando a estimativa da Academia Francesa, o lingüista Berlitz (1988:11) afirma haver 2.796 línguas diferentes no mundo e cerca de 7 a 8 mil dialetos regionais, que são as variantes dos idiomas. Claude Hagège (1985:301-304) estima 5.000 línguas, enquanto Hoebler (1981:386) calcula 6.000.

Derivadas sempre de uma língua originária, elas têm sua própria estrutura, isto é, fonemas, regras gramaticais, construção de frases etc., acham-se relacionadas entre si, podendo ser agrupadas em troncos e famílias lingüísticas conforme suas semelhanças e diferenças. Há também grupos isolados, sem nenhum parentesco.

Resulta daí um pluralismo lingüístico e cultural facilmente compreensível quando se analisa a distribuição geográfica das línguas.

É de supor que as línguas indo-européias, também conhecidas como arianas, tenham se originado há 25 mil anos na Europa Central, difundindo-se pelos territórios europeus e Ásia, por meio de grandes e constantes migrações.

Na Europa, a família das línguas indo-européias abrangia o latim que originou as línguas romanas; o grego, que por pouco não se tornou a língua dominante no mundo. As línguas celtas (o gaélico, o galês e o bretão), as línguas germânicas (as escandinavas e o frísio que originou o inglês). O grupo eslavo (russo e outras).

Na Ásia, os dialetos iraniano, curdo e beluchi; línguas da Índia em grande número, salientando-se o hindi cujos falantes constituem um dos maiores grupos lingüísticos do mundo. Ainda, as línguas armênia, albanesa etc.

O grupo das línguas semíticas atuais incluem o hebraico e o árabe, que se relacionam intimamente através do aramaico, língua geral do Oriente Médio da Antiguidade que desapareceu como língua viva. Outras línguas semíticas são o amarico, o bérbere, o haussá etc.

Na África Negra, línguas aparentadas em grande número formam a grande família Níger-Congo-Cordofaniana, inclusive o grupo banto. Na parte central, as línguas nilóticas e outras. O suaíli, idioma internacional, é a língua oficial em dez países africanos, tendo já adotado muitas palavras do inglês, língua que poderá ser por ela substituído.

Línguas oceânicas ou malaio-polinésias: trata-se de uma imensa família de línguas faladas de Madagascar ao Hawaii e do Vietnã à Ilha de Páscoa.

As línguas da Austrália, da Nova Guiné e das Ilhas Molucas têm características próprias. Na Austrália, ocorre um fenômeno lingüístico digno de nota: os 200 idiomas indígenas relacionados pertencem a uma única família lingüística.

No sudeste asiático, duas famílias predominam: a austro-asiática (vietnamita, a dravidiana e a tamul), línguas do Cáucaso e a grande família sino-tibetana.

O tai e o japonês aparentados ao grupo uralo-altaico (tunguse, grupo mongol, grupo turco) com os dialetos que originaram o lapão, o finlandês e o húngaro.

Na Sibéria, há várias famílias lingüísticas.

A língua esquimó se expandiu, supõe-se, do estreito de Behring, através do Alasca até a Groelândia.

No continente Americano, de norte a sul, eram numerosas as línguas faladas pela população indígena, da mesma forma como eram numerosas as famílias lingüísticas e as línguas isoladas.

Na América do Norte, as principais famílias eram o algonquino, o iroquês, o sioux etc.

Na América do Sul, eram quatro os troncos principais: Tupi-Guarani, Macro-Jê, Aruák e Karib, no Brasil.

No Peru e na Bolívia, o quéchua-aymará. Ao Sul, línguas da Patagônia e da Terra do Fogo, afirma Laburthe-Toira Warnier (1997:301).

Bastante crítica é a situação das línguas existentes no mundo, pois estão ameaçadas de extinção. Antropólogos e lingüistas acreditam que neste século, de 50% a 90% das línguas vão desaparecer. É uma preocupante previsão: quando morre uma determinada língua, desaparece uma cultura e conseqüentemente uma visão do mundo.

Segundo o Ethnologue, principal catálogo de línguas do mundo, todos os continentes têm numerosas línguas nessa situação: nas Américas, 170 idiomas ameaçados, sendo 30 no Brasil, 68 nos Estados Unidos, 11 no Peru, 8 no México. Na África, 46 línguas; no Pacífico, 210; na Ásia, 78 línguas; com maior número, na Austrália, em um total de 168 ameaçadas.

Alguém já se expressou assim: “as línguas morrem em silêncio. Envelhecem quando não são mais ensinadas às novas gerações, quando diminui o número

de falantes ou quando as gerações jovens adotam outro idioma após contato intertribal ou interétnico”.

15.6 Generalidades Distintivas das Línguas

Segundo alguns autores, nos milhares de idiomas mundiais apenas 101 contam com mais de 1 milhão de falantes: o chinês (mandarim) é o primeiro com cerca de 1 bilhão, seguido do inglês com 300 milhões, mais 200 milhões que o empregam como segunda língua, ocupando assim uma área geográfica muito maior do que a China. O hindi, na Índia, com 300 milhões; o árabe, com 272 milhões; o português, com 70 milhões; o russo, com 164 milhões; e o japonês, com 125 milhões.

O norte da Espanha e o sudeste da França (parte ocidental dos Pirineus) abrigam etnias que falam o basco e o catalão, línguas que diferem totalmente do espanhol. O basco talvez seja a mais difícil de aprender, pois não se relaciona com nenhuma outra do mundo. Constitui-se em um vínculo que os une e reforça a preservação de sua identidade étnica. Supõe-se ter sua origem no Neolítico.

Outro aspecto interessante refere-se à tribo indígena brasileira, os chamados Pirahãs, cuja língua desafia as teorias sobre a formação dos idiomas. Este grupo tribal, habitante às margens do rio Maici, afluente do rio Madeira, no Estado do Amazonas, apresenta situação *sui generis*. Seu idioma parece ser o único no mundo: não tem frases subordinadas, nem palavras para designar as cores; não usa tempos verbais que indiquem o passado e o futuro. Os índios não contam histórias do passado, pois conhecem o presente; ignoram qualquer manifestação artística, não cultivam mitos, não sabem contar.

Foram contatados pelo etnólogo inglês Daniel Everett com os quais conviveu sete anos e observou essas diferenças com os demais idiomas. Seus esforços para ensiná-los não obtiveram sucesso, pois esses indígenas não conhecem palavras indicativas do conceito de números e seus significados, não podendo, portanto, aprendê-los.

Em relação a eles, não se pode falar em gramática universal com regras comuns, como preconiza o lingüista Noam Chomsky. Everett afirma: “sua gramática vem da sua cultura que é absolutamente única”.

O desenvolvimento cultural e social de um país depende do ensino satisfatório de seu idioma (língua falada e escrita), já que todos obedecem à mesma gramática.

A linguagem, tendo a comunicação como função primordial, permite aos indivíduos a transmissão dos padrões culturais armazenados às gerações num processo de continuidade cultural que só a educação pode desenvolver. Pensar, falar e escrever corretamente são necessários para perpetuar a visão do mundo da cultura.

Literatura Recomendada

BERLITZ, Charles. *As línguas do mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 1981.

LABURTHE-TORA, Philipe; WARNIER, Jean Pierre. *Etnologia antropológica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras*. São Paulo: Loyola, 1994.

SEKI, Lucy. *Gramática do Kamaiurá: língua tupi-guarani do Alto Xingu*. Campinas, Imprensa Oficial, 2000.

ULLMAN, Reinholdo Alosio. *Antropologia: o homem e a cultura*. Petrópolis: Vozes, 1991.

16.1 Introdução: a Língua é a Raiz da Cultura

No âmbito das ciências antropológicas, o capítulo referente às línguas indígenas em geral e brasileiras em particular é de grande relevância, dada a evidente pluralidade cultural e lingüística observada desde os primeiros contatos dos colonizadores com os grupos tribais e acentuada no decorrer do processo civilizatório.

A população indígena do Brasil tem como característica primordial a multiplicidade de povos com diferenças acentuadas entre si. Cada grupo tribal tem sua específica configuração cultural e, conseqüentemente, sua própria língua. Os indivíduos comunicam-se entre si por intermédio da língua falada, da linguagem, e é por meio dela que se integram com o universo cultural de que fazem parte, associando o símbolo lingüístico ao que ele representa.

A língua é o microcosmo da cultura, já afirmava J. Mattoso Câmara Jr. (1964:129), e constitui-se numa representação da cultura material e espiritual de um povo e é por si só o veículo de comunicação entre os homens.

A familiarização com o fenômeno lingüístico deriva do conhecimento do ambiente, da cultura e da língua falada cotidianamente pelos integrantes dos grupos. No tratamento dessas questões, a preocupação da maioria dos estudiosos era a comunicação com os indígenas em detrimento do conhecimento da análise estrutural de língua, geralmente colocada em segundo plano. Evidenciava-se assim um maior interesse etnológico que lingüístico. São duas abordagens que não se excluem, ao contrário, complementam-se na busca de conhecer e registrar as diferentes formas de expressões em todos os setores da cultura. Cada grupo desenvolve uma visão de mundo própria, que se manifesta nos elementos socioculturais e emocionais que se evidenciam por meio da língua.

No decorrer dos primeiros séculos da colonização, o conhecimento das línguas indígenas era empírico e incompleto, não atuando nenhum lingüista.

Inicialmente, os que mais se interessaram pelas línguas indígenas foram os missionários, que conviviam permanentemente com os índios, chegando alguns deles a falar corretamente seus idiomas, utilizados sobretudo na catequese e na divulgação da religião. Missionários e outros cronistas, durante três séculos, legaram registros de vocabulários, de orações e textos bíblicos, catecismos, pequenos dicionários, gramáticas e informações etnológicas.

Posteriormente, naturalistas, geógrafos, sertanistas e outros estudiosos se esforçaram, junto com os etnólogos e lingüistas, para conhecer as línguas dos grupos contactados, facilitando a pesquisa em suas áreas de estudo, na segunda metade do século XIX.

Os estudos e o conhecimento científico das línguas indígenas brasileiras se intensificaram no decorrer do século XX, com a multiplicação dos estudiosos da questão indígena em geral e da lingüística em particular. Entretanto, a contribuição efetiva ao conhecimento sistemático das línguas data da segunda metade do século XIX, com a presença de pesquisadores europeus.

Os naturalistas Spix e Martius publicaram em 1867 *Contribuição à etnografia e lingüística americanas*, contendo dialetos Tupi, um dicionário da Língua Geral brasileira, registros de línguas da família Jê, considerações sobre a fauna e flora, sobre lugares etc.

Karl von den Steinen, 1886, etnólogo, estudou no Alto Xingu a língua dos índios Bakairí da família Karib. Pesquisou outras tribos como os Paresi, os Waurá, os Mehináku, os Kamaiurá etc. Organizou vocabulários e registrou diferentes aspectos dessas culturas.

Também T. Koch-Grünberg estudou os Guaicuru do sul do Mato Grosso e deixou substancial literatura etnológica. Registrou vocabulários de grupos Aruák e Karib contactados e suas gramáticas.

Paul Ehrenreich dedicou-se à pesquisa lingüística e tornou-se conhecedor apurado dos problemas ligados a ela. Pesquisou e coletou material sobre vários grupos de língua Jê, sobre os Karajá, os Xerente, os Xavante, os Botocudo contactados durante suas viagens pelo Brasil.

Outro pesquisador com vasta obra lingüística foi Curt Nimuendajú, que, vivendo grande parte de sua vida com os indígenas, dominava várias de suas línguas. Seus trabalhos contêm dados valiosos sobre vários grupos, como os Guaraní, os Apinayé, tribos do rio Xingu, como os Kaiapó, Juruna, sobre os Tukuna etc. Atribuía maior importância ao vocabulário que à gramática.

Na primeira metade do século XX, o estudo das línguas indígenas no Brasil foi grandemente estimulado por instituições que se interessaram pela pesquisa etno-lingüística: o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Summer Institute of

Linguistics (1956), o Museu Emílio Goeldi, a Universidade de Pernambuco, a Unicamp etc.

Incentivando os projetos de pesquisa, ofereciam condições aos estudiosos, professores e alunos que se empenharam na tarefa da documentação, descrição e comparação das línguas.

16.2 Classificação das Línguas Indígenas Brasileiras

Conta-se hoje no Brasil com cerca de 170 línguas indígenas faladas. Ao tempo da descoberta e nos primórdios da colonização, é de se supor que fossem o dobro. Algumas delas desapareceram sem deixar nenhum registro. Outras estão extintas, mas existe documentação sobre elas, embora pouca e irregular.

Nas áreas de colonização mais efetiva, situadas no Leste, Nordeste e Sul do país, seu desaparecimento foi intenso e progressivo. Nas regiões Norte e Oeste do Brasil, elas sobreviveram e se constituem em fértil campo de pesquisa para os estudiosos.

No período colonial, a língua mais conhecida e usada pela população luso-brasileira foi o Tupinambá da família Tupi. Regionalmente, eram conhecidos como índios Tamio, Tupinikim, Caeté, Potiguara etc. O domínio da língua foi tamanho, que o governo português, mediante decretos, chegou a proibir seu uso.

Os primeiros registros dessa língua datam do século XVI pelos franceses André Thevet e Jean de Léry (1575-1578). Em 1575, o Padre José de Anchieta publica sua *Arte de grammatica da língua mais usada na costa do Brasil*.

A interação branco/índio decorrente da prolongada convivência explica o grande número de vocábulos e expressões da língua Tupi ou Tupinambá incorporados à língua portuguesa para a designação de nomes ligados à fauna e à flora. Também nomes geográficos de numerosos lugares atestam uma rica contribuição à toponímia em nosso país.

Etnólogos e lingüistas sempre se preocuparam com a classificação das línguas a fim de sistematizá-las e melhor entendê-las. Segundo o critério genético, elas são classificadas em famílias lingüísticas, isto é, um grupo de línguas tem origem comum de uma língua ancestral (esta, em geral, já desaparecida, sendo quase sempre pré-histórica).

Num primeiro esforço de classificação, as línguas indígenas no Brasil foram divididas em Tupi e Tapuia (língua boa e língua travada, respectivamente). É uma classificação simplista e preconceituosa: de um lado, os falantes da língua Tupi, do tronco Tupi. De outro, os não-falantes dessa língua, tidos como seus inimigos, os Tapuia.

Considerando os grupos tribais pelas línguas que falam, o problema da classificação lingüística adquiriu caráter mais consistente. Foram identificadas, no Brasil, quatro grandes famílias lingüísticas: Tupi, Jê, Aruák e Karib, todas de grande expansão territorial; famílias lingüísticas menores, de distribuição geográfica mais restrita e com menor número de línguas; línguas isoladas, sem parentesco genético com nenhuma outra.

16.3 Família ou Tronco Tupi-Guarani

O parentesco lingüístico das línguas integrantes dessa família facilitou sobremaneira a tarefa do colonizador europeu em território brasileiro, graças às semelhanças em sua fonética, vocabulário e gramática. Graças ainda a sua larga expansão territorial, sendo a língua mais falada na maior parte do litoral brasileiro e bacia do rio Paraná, no século XVI e séculos subseqüentes.

Identificadas dentro e fora do território brasileiro, em decorrência de suas migrações históricas e de caráter religioso, só no Brasil somam-se cerca de trinta línguas distribuídas em vários Estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, São Paulo etc. Fora das fronteiras brasileiras, Tupi-Guarani é falado em vários países, como o Paraguai, onde o Guarani Paraguaio é falado por cerca de três milhões de pessoas. Na Bolívia, por cerca de 50.000 pessoas. É de uso corrente também na Venezuela, Colômbia, Peru, Argentina etc.

O Tupi-Guarani, ou Tupinambá (Tupi antigo), passou a ser denominado Língua Brasília e, posteriormente, Língua Geral, por ser a de maior difusão no país. Tornou-se a língua materna dos descendentes dos colonizadores miscigenados com índios e africanos, isto é, de toda a população colonial.

Hoje, as 21 línguas vivas da família Tupi-Guarani contam com cerca de 33.000 falantes, e seus representantes com maior população são os Tenetehára Guajajara do Maranhão (quase 7.000 falantes), os Kayová do Mato Grosso do Sul (7.000), os Nhandéva (5.000), os Mbiá nos Estados do Sul (mais de 2.000).

Algumas línguas não Tupi-Guarani são pertencentes ao Tronco Tupi em função de um parentesco mais remoto e origem comum. Estão situadas em território brasileiro, geralmente ao sul do rio Amazonas: os Mawé, no Pará e Amazonas, com 3.000 falantes; os Mundurukú, também no Pará e Amazonas, com 1.500. São os mais populosos. Outras línguas estão extintas, como o Juruna, o Xipáya. Em Rondônia, existem famílias menores, como a Arikém, a Mondé, a Tuparí etc.

O Nheengatú (língua boa ou Tupi moderno) ou Língua Geral Amazônica se impôs à região a partir do Maranhão, na primeira metade do século XVII, e penetrou na Amazônia por meio dos núcleos de povoamento nos séculos XVIII

e XIX. Ainda hoje, é a língua de comunicação entre índios e a população local, sobretudo na bacia do rio Negro, e de modo geral em toda Amazônia penetrando até o Peru e a Venezuela, em regiões onde nunca habitaram os índios Tupi-Guarani.

16.4 Família ou Tronco Macro-Jê

O Jê é uma família exclusivamente brasileira e seus representantes habitam as regiões de campos cerrados em contraste com os Tupi-Guarani que se localizam em áreas de floresta tropical e subtropical. Distribuem-se por vários Estados, como o sul do Maranhão e Pará, Goiás, Mato Grosso e Estados do Sul.

Ainda são numerosas as línguas Jê faladas no Brasil. O grupo tribal de maior população falante é o Kaingáng, situado nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (10.500 falantes).

Outros grupos de fala Jê são os Timbira (Canela, Krinkatí, Krahô etc.), do Maranhão, Pará e Goiás, com quase 4.000 falantes; os Karajá (Javaé, Ximbioá), de Goiás e Mato Grosso, com quase 2.000 falantes; os Kayapó (Gorotíre, Xikrín, Txukahamãe etc.) do Pará e Mato Grosso, com mais de 2.000 falantes; os Akwén (Xavante, Xerente, Xikriabá etc.), em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, com cerca de 8.000 falantes.

Outras línguas Jê podem ser reconhecidas mediante registros, pois já desapareceram, como a família Kamakã (Bahia), a Puri (Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro), a Kariri (Bahia, Pernambuco e Sergipe). Da família Botocudo (Minas Gerais e São Paulo) restam poucos sobreviventes.

Grupos existentes ainda hoje que falam suas línguas se constituem em fértil campo de pesquisa e estudo, como os Maxacali, os Bororo, os Karajá, os Guató, os Fulnió, os Apinayé, os Suyá, os Pataxó.

16.5 Família Lingüística Karib

No Brasil, as regiões situadas ao norte e ao sul do rio Amazonas sempre foram ocupadas pelos grupos lingüisticamente tidos como Karib. Extenso é seu hábitat dentro e fora das fronteiras brasileiras, ocupando a costa norte da América do Sul e Pequenas Antilhas, a grande região das Guianas e a Venezuela.

Esses grupos indígenas foram contactados pelos colonizadores europeus (espanhóis, franceses, ingleses e holandeses).

No Brasil, os grupos de fala Karib situam-se, em grande parte, ao norte do rio Amazonas (Amapá, norte do Pará, Roraima e parte do Estado do Amazonas). São 14 grupos, dos quais o mais populoso é o Makuxi de Roraima, com mais de 5.000 falantes. Os demais têm população pequena, como os Ingarikó (450), os Waiwái (900), os Atroari (350), os Taulipáng (200) etc.

Ao sul do rio Amazonas, os Karib estão ao longo do rio Xingu, nos Estados de Pará e Mato Grosso. O grupo com maior número de falantes é o Bakairi (400), localizados a sudoeste do rio Xingu. Na região do Alto Xingu, estão os Kuikúru (200), os Kalapalo (200), os Nahukuá (80), os Txikão (100), e no baixo Xingu, os Arára do Pará (70).

Nesse extenso território, as línguas das famílias Karib, Tupi-Guarani (Nheengatú) e Aruák se intercalam, e as relações lingüísticas são inevitáveis, já que estão em situação de contato há longo tempo. São observadas palavras comuns, elementos gramaticais semelhantes, correspondências sonoras nas línguas, que se mesclam sem perder sua identidade.

16.6 Família Lingüística Aruák

A localização geográfica dos grupos que falam a língua Aruák coincide em larga escala com a dos grupos de filiação Karib, isto é, região setentrional do Brasil, Guianas e parte do Caribe. Trata-se de um conjunto de línguas aparentadas à língua Aruák, também conhecida como Lokano, Maipure ou Nu-Aruák. Mais ao sul, seus representantes alcançam o Brasil Central, Mato Grosso do Sul e Bolívia.

Situada entre os rios Juruá e Purus, a família Arawá engloba alguns grupos lingüisticamente aparentados: os Yamamadí, os Paumarí, os Kulína, os Dení etc. Os Kulína do Alto Purus são encontrados do rio Juruá até o Acre, e também no Peru. Têm a população falante mais numerosa (cerca de 2.500 pessoas).

No extremo noroeste do Estado do Amazonas, ao longo do rio Içana (afluente do rio Negro), estão os Baniwa do Içana, que englobam mais de 20 grupos que falam numerosos dialetos. Regionalmente, são conhecidos como Karútana (os do baixo Içana) e Koripáka (os do alto Içana).

Outras línguas Aruák são a Warekana (do rio Xié), a Tariana (do rio Uaupés), a Baré (quase extinta), a Wapixána (do Roraima), a Palikur (do Amapá). As línguas Apurinã, Piro, Kampa, Paresi e Salumã localizam-se ao sul do Amazonas, enquanto no Alto Xingu estão as línguas Mehináku, Waurá e Yawalapití. A língua Aruák falada mais ao sul é a Terêna dos rios Aquidauana e Miranda. Na década de 30, foram levados em parte para o Estado de São Paulo, onde se radicaram na região de Bauru. Ao todo, somam-se 10.000 indígenas que falam a língua Aruák há 70 anos.

Em relação às demais línguas, os Baniwa do Içana têm quase 5.000 falantes; os Apurinã, 3.000; os Tariána, aproximadamente, 1.500; os Wapixána, 5.000.

16.7 Famílias Lingüísticas Menores

Com menor número de línguas, essas famílias ocupam territórios mais restritos, geralmente na Amazônia (do Pantanal do Mato Grosso às fronteiras da Venezuela).

No Mato Grosso do Sul, a família lingüística Guaicuru, com 850 falantes, é representada pela língua Kadiwéu, semelhante ao Mbayá do Paraguai, mas diferindo bastante dos Toba da Argentina.

Exclusivamente brasileira, a família lingüística Nambikwara situa-se do Mato Grosso até Rondônia. Com quase mil falantes, compreende alguns dialetos e línguas com muitas correspondências semelhantes.

Família menos conhecida é a Txapakura dos rios Guaporé e Madeira com as línguas dos Pakaanóva, dos Urupá e a dos Tora (em Rondônia e no sul do Amazonas), com quase 1.500 falantes.

No Estado do Acre, mas também na Bolívia e Peru, a família lingüística Pano é bastante numerosa, possuindo mais de uma dezena de línguas, como a Kaxinawa, estudada por Capistrano de Abreu e com quase 2.000 falantes; a Karipúna de Rondônia; a Katukina do Acre, a Marubo e outras. É uma região muito pouco pesquisada, tanto pelos etnólogos, como pelos lingüistas.

A família lingüística Mura do rio Madeira teve considerável expansão geográfica no século XVIII. Hoje, restam dois grupos: os Mura e os Pirahã, seus remanescentes, com cerca de 1.500 falantes.

A família lingüística Katukina, com menos de 1.000 indivíduos, situa-se no sudoeste do Amazonas. Falam línguas aparentadas os Kanamaré (os mais numerosos), os Katawixi etc.

A família lingüística Tukáno localiza-se ao longo do rio Uaupés, um dos grandes formadores do rio Negro. À família Tukáno pertencem 12 línguas. Sua importância deriva de ter-se tornado a Língua Geral dessa área, por meio da qual se comunicam grupos de falas diferentes. Trata-se de uma área com características próprias e individualizantes, onde as condições socioculturais, as linhas de parentesco e os contatos tribais justificam a existência de indivíduos (homens e mulheres) bilíngües e mesmo políglotas, dominando de oito a dez línguas. Não somente as da família Tukáno, mas também as da família Aruák, Maku, Tupi-Guarani (Nheengatú), e mesmo o português e o espanhol.

Maior número de falantes: os Tukáno, propriamente ditos (quase 3.000), os Tariana (com 1.500), os Desána (quase 1.000) e outros com menor número de falantes.

A família lingüística Maku encontra-se nas bacias dos rios Negros, Uaupés e Japura. Engloba grupos ainda pouco estudados. São línguas tão aparentadas entre si, que se constituem em verdadeiros dialetos.

No extremo norte do Brasil, em Roraima, está a família lingüística Yanomami, também conhecida como família Xirianá, alcançando também o território venezuelano. Os grupos com população mais numerosa são os Yanomám (6.000) e os Yanomami com 2.000 falantes.

16.8 Línguas Isoladas

Conta-se no Brasil com uma dezena de línguas chamadas isoladas, por não terem parentesco genético com nenhuma outra. Suas características são únicas e exclusivas, não tendo correspondência em nenhuma família ou tronco lingüístico.

Em sua maioria, essas línguas têm pequena população, como os Aikaná de Rondônia com 80 falantes e os Kanoê (Kapixaná), também de Rondônia, com 20 falantes. Da mesma forma, os Arikapú, os Awakê, os Jabuti, os Koaiá. No Alto Xingu, os Trumái têm apenas 40 falantes. No norte do Mato Grosso, os Irántxe e Mynky (com menos de 200 falantes).

Das línguas isoladas, somente o Tukúna ou Tikúna do rio Solimões no Amazonas conta com população numerosa (18.000 indivíduos). É também falada no Peru, onde tem sido objeto de estudo dos lingüistas. No Brasil, só hodiernamente começa a ser estudada.

Alguns falam línguas relativamente isoladas, como os Guató do alto rio Paraguai, que, embora se filiem ao tronco Macro-Jê, não se relacionam com nenhuma língua desse tronco. Da mesma forma, os Rikbaktsá (500), os Karajá (1.500), os Krenák ou Botocudo de Minas Gerais e Espírito Santo, todos com filiação lingüística Macro-Jê.

Filiados ao tronco Tupi-Guarani, os Puruborá de Rondônia, os Juruna do Xingu (120), os Karitiána de Rondônia (100).

Os grupos indígenas brasileiros falam hoje 170 línguas. Não há informações exatas sobre esse número, pois elas são ainda mal conhecidas e os estudiosos encontram sérias dificuldades de pesquisa e registro. No passado, eram muito mais numerosas, mas desapareceram no decorrer dos séculos.

Nos dias atuais, as que restam estão ameaçadas de desaparecer em curto tempo, em virtude do avanço das frentes de expansão, das relativas condições de sobrevivência dos indígenas, da discutível atuação dos órgãos de proteção ao índio, da aculturação compulsória, dos grupos tribais com reduzido número de falantes, adoção da língua portuguesa em muitos grupos etc.

Há algumas décadas, o Prof. Aryon Dall'Igna Rodrigues já alertava para a urgência de tarefa dos pesquisadores de proceder ao estudo e documentação das línguas indígenas em face da ameaça de extinção.

Com o desaparecimento das línguas, perde-se um conjunto de experiências sociais e individuais de agrupamentos cujas culturas certamente enriqueceriam o universo cultural brasileiro.

Literatura Recomendada

ANCHIETA, Joseph de. *Arte de grammatica da língua mais usada na costa do Brasil*. São Paulo: Edições Anchieta, 1946.

BALDUS, Herbert. *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

DINIZ, Edson Soares. *Os índios Macuxi de Roraima: sua instalação na sociedade nacional*. Marília: Unesp, 1972.

MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1970.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

RIBEIRO, Darcy. *Culturas e línguas indígenas do Brasil*. Educação e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Seikel, 1957. v. 6.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1974.

SCHADEN, Egon. *Aculturação indígena*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1969.

STEINEN, Karl von den. *O Brasil central*. São Paulo: Nacional, 1942.



17.1 Histórico

Três grandes escolas de antropologia legal (jurídica) foram criadas no século XIX e ainda existem: a britânica, a holandesa e a americana, sendo a primeira a mais conhecida.

As características da britânica são:

1. Basicamente mercantil – os britânicos visavam garantir seus monopólios comerciais e conservar abertos os meios de transporte de suas mercadorias, em vez de conquistas de terras e de povos;
2. Dominação indireta – (a) construção de portos fortificados que pudessem ser controlados como centros de comércio e base naval; (b) criação de Estados-clientes, que pudessem governar cordialmente a baixo custo;
3. Utilização do Direito Consuetudinário da estrutura imperial.

Mudança no direito consuetudinário, entretanto, torna-se muito difícil, pois trata-se da cultura legal de um povo. O que poderia ser imoral para um povo, pode ser legal para outro. Exemplo: o “sati” – costume de cremar a viúva, viva, na pira de seu falecido marido, comum entre hindus do norte da Índia. O “lobola” ou “bogadi”, referente ao pagamento de gado, pelo noivo, à família da futura esposa, entre tribos africanas e outras.

Os holandeses também fundaram escolas de Antropologia Jurídica visando governar melhor seu império colonial. Seu objetivo era o de compreender as leis consuetudinárias, entre elas o Adat.

As origens da escola americana de Antropologia Jurídica são mais complexas, por ter sido o país sempre imperialista.

Os antropólogos estudaram a Nação Cheyenne, quando desenvolveram uma metodologia para a pesquisa, o Estudo de Caso. Na realidade, os americanos também praticavam a dominação indireta em suas conquistas nas Ilhas Filipinas. Seu primeiro grande estudo diz respeito ao povo Ifugao.

Nos últimos anos, a Antropologia Jurídica se converteu em um campo de especialização importante na Antropologia mexicana e latino-americana. Muitos desses estudos abordam a problemática do direito em sociedades coloniais, pós-coloniais e ágrafas.

A Antropologia Jurídica tem se voltado para o estudo da organização social, das regras, das sanções, do controle social, dos costumes no casamento, dos comportamentos etc. Pesquisam a violência familiar, policial etc.

O campo da pesquisa, para o antropólogo ou estudioso da ciência jurídica, é o do direito comparado, cujas principais escolas encontram-se na França e no México.

O Brasil oferece ao antropólogo jurídico um imenso laboratório de pesquisas em todas as áreas do direito, para isso, utilizam métodos e técnicas específicas.

17.2 Conceitos

Segundo Shirley (1987:15), “o domínio tradicional da Antropologia legal (jurídica) tem sido do estudo do direito ‘primitivo’, ou, exatamente, das sociedades de pequena escala e sem Estado”.

Para Rouland (2008:70), a Antropologia Jurídica “se propõe a estudar os direitos de culturas não ocidentais e voltar, em seguida, com um olhar novo aos das sociedades ocidentais”.

De acordo com Krotz (2002:24-25), a Antropologia Jurídica “trata de explicar fenômenos através de estudos mediante a procura de estruturas subjacentes ao observável e ao explícito. Na medida em que logra, o estudo científico-social do ‘jurídico’, sobrepassa os limites do fenômeno legal propriamente dito e contribui para o conhecimento da sociedade estudada em seu conjunto”.

O primeiro problema a ser definido na pesquisa é o que pode ser considerado lei, direito e sistema jurídico.

Lei é uma regra de direito ditada pela autoridade estatal e tornada obrigatória para manter a ordem e o progresso da comunidade. A Lei se encontra em todas as partes onde há sociedade, mas as normas legais diferem de acordo com as diferentes sociedades.

As normas são preceitos existentes em uma sociedade e dizem respeito a certo grau de obrigatoriedade para seus membros, portanto, certo conheci-

mento geral. O sistema de regras fundamenta um certo consenso. De outro modo, não seriam regras, “mas ordens terminantes, obrigações sem ambigüidade e sem espaço de interpretação, sem possibilidade de desvio ou delito” (Krotz, 2002:33).

O sistema de regras reflete as características socioeconômicas e políticas fundamentais da realidade sócio-histórica. Ao mesmo tempo, expressa os valores fundamentais aceitos consensualmente pela respectiva sociedade. Essa expressão só se torna clara a partir do estudo do sistema como um todo, ou seja, o conjunto de proibições, prescrições, permissões, isenções, requisitos, limites e tipos da consideração de circunstâncias especiais e da instituição elaborada.

A Antropologia Jurídica pode ser entendida de duas maneiras:

1. trata-se de um ramo da Antropologia que aborda um campo ou uma esfera social de um algum modo distinto de outros campos ou esferas sociais;
2. refere-se a uma perspectiva específica elaborada para a captação da realidade social, dando conta da vida e das características de uma determinada sociedade.

Nas sociedades ágrafas, os sistemas de regras diferem dos das sociedades com algum desenvolvimento industrial e informativo.

A Antropologia põe em evidência a multiplicidade de práticas e idéias jurídicas, condutas e normas legais na sociedade que estuda. Esses sistemas jurídicos encontram-se à margem da legislação estatal.

A Antropologia é uma ciência interpretativa em busca de significações. A pesquisa e a análise dos dados coletados permitem decifrar as estruturas de significação da coletividade que as compartilha. Para Krotz (2002:37), aqui se trata de uma aproximação ao estudo dos fenômenos jurídicos, e não se limita ao registro de ações e coleta de expressões verbais, mas se interessa também pelo mundo das idéias, dos estereótipos, das expectativas, das emoções e das valorizações conscientes e comunicáveis encontradas entre os integrantes da pesquisa.

Qualquer sistema normativo, criado pelo homem, permite saber como os membros de um grupo são introduzidos no mundo dos direitos e deveres, faculdades e obrigações. Desse modo, os processos de enculturação jurídica fazem parte do estudo sociocientífico do direito, incluindo a transmissão de normas e de justificações.

Um dos campos de estudo da Antropologia Jurídica é o dos direitos humanos. Direito legalmente reclamado como o de direitos morais, que todavia não se encontram nas regras legalmente obrigatórias. O código dos Direitos Humanos reflete uma certa visão ideal do ser humano e da sociedade.

17.3 Costumes e Leis

Para se entender a relação entre a cultura e o direito, deve-se estabelecer uma divisão entre os costumes sujeitos a sanções informais e difusas, e as leis, que exigem sanções normais e específicas.

A diferença entre costume e lei não quer dizer que esta seja obrigatória e o costume não. O costume pode ter conotações de “dever ser” tão forte quanto as normas legais.

O costume é inerente a todos e a cada uma das instituições. Há costumes familiares, religiosos, econômicos e políticos. Exemplo: proibição de casamento entre pessoas de diferentes credos, etnias etc.

Em certas sociedades e em certas circunstâncias aparece um âmbito institucional especial – o âmbito legal: o direito – no qual algumas das regras, não todas, são recriadas fora de seu contexto, para converter-se em critérios universais de conduta que, formalmente codificadas, devem ser impostas pela autoridade a partir de processos adjudicatórios.

17.4 Natureza, Cultura e Comportamento

Em geral, as sociedades contemporâneas ocidentais são bastante complexas, dificultando sua análise. Os antropólogos, no começo, estudaram as sociedades simples, embora seu sistema de parentesco e matrimônio seja bastante complexo em relação às sociedades ocidentais contemporâneas. Estudar as sociedades simples ajuda a compreender as complexas. Todavia, em alguns casos o inverso pode ocorrer.

Ao estudar a natureza e a cultura, percebe-se que há diferenças entre elas. A natureza compreende o conjunto das características físicas e mentais dos seres humanos. A cultura engloba os modos comuns e aprendidos da vida, transmitidos pelos indivíduos e grupos em sociedade. A natureza não impõe normas, atua espontaneamente. A cultura, ao contrário, impõe regras sobre o que for necessário. Ela se sobrepõe à natureza.

Por exemplo: a proibição do incesto, única regra universalmente encontrada em todas as culturas. Ela provém simultaneamente da natureza e da cultura, cujas sanções são severas. Há um conjunto de fenômenos estreitamente relacionados com a proibição do incesto, a exogamia, o sororato, o levirato, o matrimônio preferencial entre primos cruzados e proibição entre primos paralelos. É muito freqüente que as sociedades de estruturas simples adotem a descendência por uma só via, por exemplo: a patrilinear ou a matrilinear. Essa escolha

não tem qualquer razão biológico-genética, ecológica, econômica, política ou de conteúdo cultural diferente.

Em um campo mais amplo, pode-se discutir a relação entre cultura e comportamento, concebendo este como parte da cultura, mas também é possível separar um do outro sem pretender que não haja relação entre ambos.

De acordo com Varela (2002:74), “em certas ocasiões a palavra cultura pode ser substituída por atitude. Prosseguindo no mesmo raciocínio, muda-se a atitude e muda-se o comportamento. Trata-se, portanto, de ações imanentes e não de ações de mudança passageiras”. Existem comportamentos diferentes e culturas também diferentes, inferindo a possibilidade de ao menos existir um tipo de relação entre os dois fenômenos.

A cultura é um conjunto de signos e símbolos. O comportamento em si é uma ação, seja um movimento corporal, uma locução verbal, uma ação ritual, ou manifestação exterior perceptível por outras pessoas. O comportamento é um ato com significado e constitui os hábitos.

Embora toda cultura exerça influência no comportamento, nem sempre ela impulsiona a ação.

17.5 Correntes Anglo-Saxões

Na metade do século XIX e início do XX ocorreram vários debates sobre a existência ou não do direito nas sociedades primitivas, temas fundamentais da Antropologia Jurídica. Muitos estudos abordaram a problemática do direito consuetudinário em sociedades coloniais e pós-coloniais.

De acordo com Sierra e Chenaut (2002:113), “esses debates têm oscilado entre uma visão legalista do direito, que buscou identificar códigos e normas legais, transportando o modelo ocidental ao estudo das sociedades primitivas e/ou colonizadas, com uma visão ampla da lei para a qual direito, cultura e sociedade constituem partes inseparáveis da realidade social”.

Essas perspectivas têm sido consideradas como referentes centros que estruturam o campo da Antropologia Jurídica a partir das quais novas argumentações podem surgir.

Os antropólogos interessados pelo estudo do jurídico nas sociedades ocidentais têm debatido sobre as distintas posições implicadas nos enfoques teóricos e metodológicos das pesquisas. Defendem a necessidade de investigar códigos e normas que governam a vida social e os comportamentos dos participantes.

O direito é considerado como o campo das sanções legais, que em uma sociedade estão organizadas de acordo com funções e regras bem definidas, o

que implica na existência de sociedades e instituições que garantem seu cumprimento.

Para Hoebel (2002:118), nas sociedades mais simples, as funções do direito residem em cumprir os seguintes aspectos:

- 1) “Definir as relações entre os membros das sociedades;
- 2) Organizar a força encarregada de manter e exercitar a coerção física;
- 3) Resolver os conflitos;
- 4) Manter a adaptabilidade mediante a redefinição das relações entre indivíduos e grupos.”

Exemplo: os esquimós. Eles não têm normas, mas um conceito de propriedade da terra. Possuem mecanismos jurídicos para resolver disputas, como o caso das canções de duelo.

17.6 Cultura Jurídica

A cultura jurídica pode ter como objetivo geral “conhecer o modo como se produzem, reproduzem, circulam e modificam as idéias, significados, interpretações e discursos que populações urbanas possam ter em relação ao direito”. A questão seria “conhecer como o direito lhes dá certo modo de imaginar sua realidade e, por sua vez, como desta realidade, outorgam significado ao direito”, afirma Claudett (2001:361).

A cultura jurídica, entre populações urbanas, resulta de uma contínua luta entre diferentes significados do jurídico, que circulam na cidade, em vez de um sistema integrado de atitudes e opiniões, em relação ao direito estatal. Pode-se, portanto, dizer que a cultura jurídica popular é o resultado da reunião temporal de um contínuo processo de produção e reprodução de sentidos – o jurídico – que se confrontam, negociam, complementam e interpretam em um espaço social dado.

O termo *Cultura Jurídica* tem sido um marco da definição prévia quando se entende o que é direito e o que é cultura. O conceito serve para delimitar o conjunto de atitudes, expressões e modos de argumentação dos operadores judiciais. Em determinada região, esse conceito deve ser entendido como algo uniforme, integrado, comum e compartilhado por todos os cidadãos de um país. Ao abordar a cultura jurídica, devem-se estabelecer, primeiramente, os traços culturais comuns na comunidade.

Segundo alguns autores, as culturas jurídicas, entre as populações latino-americanas, podem ser idealistas, paternalistas, legalistas e fortemente formalistas.

Para os antropólogos, as culturas jurídicas locais encontram-se no interior dos Estados e não devem ser entendidas como subculturas, tampouco como algo próprio de comunidades harmônicas e integradas, mas de uma comunidade que compartilha uma herança cultural comum, com similaridades, valores e normas, exercendo a mesma percepção da ordem social.

Para Combe (2001:264), a cultura jurídica “deve ser novamente reconceituada como uma atividade de luta e não como uma coisa, como práticas significativas em conflito mais do que sistemas integrados de significados”.

Para Claudett (2001:363), “considerando-se a cultura como um fenômeno local, faz-se necessário trabalhar com três idéias de análises:

- 1) definir os traços centrais que dão identidade ao espaço local onde se reproduz a cultura jurídica;
- 2) identificar quais são as representações, idéias e discursos, que acerca do ‘direito’ e do ‘jurídico’, portam e manejam os diferentes atores que interatuam e se relacionam no interior do espaço local;
- 3) estabelecer as jurisdições internacionais, locais, para que possam ser consideradas propriamente jurídicas ou não, nas quais se produzem, reproduzem e circulam idéias, representações e discursos sobre o direito”.

Dessas três idéias, o que interessa analisar é a questão da definição dada à cultura jurídica entre as populações de um determinado lugar.

Ao analisar a maneira como se vêm entendendo a presença do direito no espaço urbano, deve-se definir o que é direito formal e direito informal. Nas cidades encontram-se os dois tipos:

- 1) *Formal* – que dá sustento e significado às práticas que se encontram dentro das cidades;
- 2) *Informal* – que se caracteriza por aqueles que moram nas periferias das cidades.

Devem-se estabelecer as diferenças ocorridas no interior da periferia jurídica, integrada no conjunto de práticas e idéias do legal, que têm diferentes fontes, sentidos e finalidades. Assim, a mesma conduta, idéia ou discurso podem ter diferentes significados legais, dependendo do espaço no qual se pratica, podendo ser considerados como válidos em alguns casos e transgressores em outros. Exemplo: os esquimós. Devido às severas condições de vida, eles não têm como sustentar famílias grandes, por isso, alguns devem ser sacrificados

para que outros sobrevivam. Entre eles, meninas recém-nascidas, solteiros, idosos e enfermos são abandonados para morrer de frio, de fome ou devorados por animais.

Em resumo, conclui-se que a cultura jurídica, entre determinadas sociedades, pode apresentar diferentes marcos a partir dos quais a população define o que é lei e se relaciona com as instituições, sejam estatais ou não, devendo falar sobre uma cultura jurídica ou concluindo que há diferentes marcos culturais.

17.7 Pluralismo Jurídico

O pluralismo jurídico, surgido entre as décadas de 70 e 80, aparece como corrente particular da Antropologia Jurídica, quando cientistas sociais consideraram importante refletir sobre as implicações sociais e políticas da pluralidade de ordens jurídicas existentes nas sociedades. Vários antropólogos se interessam por entender a coexistência de ordens jurídicas diferenciadas, sobretudo em sociedades com passado colonial.

Para Moore (2002:153), o pluralismo jurídico “trata da interação de diferentes sistemas jurídicos no mesmo campo social”.

Há duas versões em relação ao Pluralismo Jurídico:

- a) *Clássico* – que se refere à situação histórica resultante do colonialismo;
- b) *Novo Pluralismo Jurídico Legal* – que diz respeito a toda forma de regulamentação vigente em qualquer sociedade.

O conceito de campo social semi-autônomo dá uma visão da pluralidade de direitos em sociedades complexas, demonstrando que os sistemas sociais geram seus próprios regulamentos por meio de regras, costumes e símbolos.

Antropólogos, advogados e sociólogos, que integram a Comissão de Direito Consuetudinário e o Pluralismo Jurídico, estão interessados em compreender a relação entre sistemas jurídicos e sociedades com passados coloniais e também estudar as formas de regulamento não oficiais em sociedades urbanas contemporâneas. Questionam também a visão centralista do direito e dão por definido a existência de um direito consuetudinário.

O Direito Consuetudinário consiste em um dos referentes tradicionais da Antropologia Jurídica que, em novo enfoque, deve ser considerado como construções do colonialismo; como um conjunto de registros e tradições e não como uma expressão atemporal de um direito pré-colonial; interessam-se, também, em documentar tensões e conflitos e expressar a definição dos costumes e do direito.

17.8 Direito Internacional dos Indígenas

Os novos direitos internacionais dos direitos indígenas, que estão sendo construídos nos mercados das organizações multilaterais, refletem também na procura de uma nova relação entre os povos indígenas e o Estado nacional, que caracteriza a etapa atual em vários países latino-americanos. Nesta dinâmica, encontram-se envolvidas as organizações indígenas, algumas agrupações políticas, associações de profissionais e academias, assim como setores do Estado que não podem desvincular-se da evolução do indigenismo.

O indigenismo oficial teria objetivos e propósitos relativamente claros:

- 1) considerar que uma adequada política indigenista faz-se necessária para acelerar e consolidar a integração nacional dos países latino-americanos;
- 2) servir para promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades indígenas geralmente marginalizadas face ao progresso material que ocorre em outras regiões principalmente nos centros urbanos.

O Primeiro Congresso Indigenista Interamericano estabelece os seguintes princípios fundamentais:

- a) respeitar a personalidade e as culturas indígenas;
- b) rechaçar os procedimentos legislativos ou práticos que tenham origem em conceitos de diferenças raciais com tendências desfavoráveis para os indígenas;
- c) ter igualdade de direitos e de oportunidades para todos os grupos da população americana;
- d) respeitar os valores positivos da cultura indígena;
- e) facilitar os grupos indígenas, sua elevação econômica e a assimilação para aproveitamento dos recursos da técnica moderna e da cultura universal;
- f) contar com a aceitação da comunidade, toda ação que se intente sobre as comunidades indígenas.

Os princípios de direitos humanos incorporados à DU (Direito Universal) são, geralmente, aceitos como direito consuetudinário internacional ou *jus cogens*, querendo dizer que os países do sistema assumam a obrigação de comportar-se de acordo com seus preceitos.

A DU pretende romper com a visão hierárquica e exclusiva das sociedades humanas e problema *urbis et orbis* que todos os seres humanos são iguais e têm

os mesmos direitos que os Estados – qualquer que seja seu regime político e ideológico – estão obrigados a respeitar.

A Associação de Antropologia Norte-Americana susteve:

- a) que o indivíduo realize sua personalidade por meio de sua cultura e, desse modo, que o respeito das diferenças individuais implica o respeito das diferenças culturais;
- b) que o respeito das diferenças entre culturas é válido pelo fato científico de que ainda não se descobriu qualquer técnica de valorização qualitativa das culturas;
- c) que as normas e os valores se relacionam com a cultura da qual derivam, de modo que qualquer intenção por formular postulados que procedem das crenças ou códigos morais da cultura dada devem, pelo menos, diminuir a aplicabilidade de qualquer Declaração de Direitos Humanos à humanidade em conjunto.

De acordo com a Associação Americana de Antropologistas, somente quando se incorpora à Declaração, a afirmação de que os homens têm direito de viver conforme suas próprias tradições, é que se poderia dar o próximo passo.

Referências Bibliográficas

AMERICAN Anthropological Association (1947).

CLAUDETT, Eduardo Castillo. Cambios y continuidades en la cultura jurídica popular. *Boletim del Instituto Riva-Aguero (BIRA)*, Lima, 2001, p. 28.

COMBE, Rosemary. In: CLAUDETT, Eduardo Castillo. Cambios y continuidades en la cultura jurídica popular. *Boletim del Instituto Riva-Aguero (BIRA)*, Lima, 2001, p. 28.

KROTZ, Esteban (Ed.). *Antropología jurídica: perspectivas socioculturales en el estudio del derecho*. México: Anthropos, 2002.

HOEBEL, E. Adamson. In: SIERRA, Maria Teresa; CHENAUT, Victoria. *Los debates recientes y actuales en la antropología jurídica*. Corrientes anglosajones. México: Anthropos, 2002.

MOORE, Sally Falk. In: KROTZ, Esteban (Ed.). *Antropología jurídica: perspectivas socioculturales en el estudio del derecho*. México: Anthropos, 2002.

SIERRA, Maria Teresa; CHENAUT, Victoria. *Los debates recientes y actuales en la antropología jurídica*. Corrientes anglosajones. México: Anthropos, 2002.

VARELA, Roberto. *Naturaleza/cultura, poder/política, autoridad/legalidad/legitimidad*. México: Anthropos, 2002.

Literatura Recomendada

ALVES, Elizete Lanzoni; SANTOS, Sidney Francisco Reis dos. *Iniciação ao conhecimento da antropologia jurídica: por onde caminha a humanidade?* Florianópolis: Conceito, 2007.

CLAUDETT, Eduardo Castillo. Cambios y continuidades en la cultura jurídica. *Boletim del Instituto Riva-Aguero (BIRA)*, Lima, 2001.

KROTZ, Esteban (Ed.). *Antropología jurídica: perspectivas socioculturales en el estudio del derecho*. México: Anthropos, 2002.

SIERRA, Maria Teresa; CHENAUT, Victoria. *Los debates recientes y actuales en antropología jurídica*. Corrientes anglosajones. México: Anthropos, 2002.

ROULAND, Norbert. *Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade*. São Paulo: Martins, 2008.

SHIRLEY, Robert Weaver. *Antropologia jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1987.

VARELA, Roberto. *Naturaleza/cultura, poder/política, autoridad/legalidad/legitimidad*. México: Anthropos, 2002.

Bibliografia

ABBEVILE, Claude d'. *História da missão dos pobres capuchinhos na ilha de Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Biblioteca Histórica Brasileira, 1945. v. 15.

ABREU, Aurélio M. G. de. *Civilizações perdidas das Américas*. Belém: Secretaria da Educação e Cultura, 1977.

_____. *Introdução ao estudo das culturas indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: Nosso Brasil, 1974.

ALFONSO, Juan Maestre. *La investigación en antropología social*. Madri: Akal, 1974.

ALVES, Elizete Lanzoni; SANTOS, Sidney Francisco Reis dos. *Iniciação ao conhecimento da antropologia jurídica: por onde caminha a humanidade?* Florianópolis: Conceito, 2007.

AMERICAN anthropological association (1947). In: *American Anthropologist*. 49. 4.

ANCHIETA, Joseph de. *Arte de grammatica da língua mais usada na costa do Brasil*. São Paulo: Edições Anchieta, 1946.

ARDREY, Robert. *Génesis en África: la evolución y el origen del hombre*. Barcelona: Hispano Europea. 1969.

AUZIAS, Jean Marie. *Antropologia contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1978.

_____. *Chaves do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

AZEVEDO, Thales. *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1975.

BALDUS, Herbert. *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

BANDI, Hans-George; MARINGER, Johannes. *L'art préhistorique*. Paris: Holbein, 1955.

BASTIDE, Roger. *A arte e sociedade*. São Paulo: Edusp, 1971.

_____. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira: Edusp, 1971. v. 1.

BEALS, Alan R. *Antropología cultural*. México: Pax: RTAC, 1971.

BEALS, Ralph L.; HOIJER, Harry. *Introducción a la antropología*. Madri: Aguilar, 1969.

BEATTIE, John. *Introdução à antropologia social*. São Paulo: Nacional: Edusp, 1971.

BELTRÃO, Luiz. *O índio, um mito brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1977.

- BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. *Padrões de cultura*. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.]
- BERLITZ, Charles. *As línguas do mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- BERNARDI, Bernardo. *Introdução aos estudos etno-antropológicos*. Lisboa: Edições 70, 1974.
- BERREMAN et al. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BIESANZ, John; BIESANZ, Mavis. *Introdução à ciência social*. São Paulo: Nacional: Edusp, 1972.
- BOAS, Franz. *El arte primitivo*. México: FCE, 1949.
- _____. *Cuestiones fundamentales de antropología cultural*. Buenos Aires: Solar: Hachette, 1964.
- _____. *Race, language and culture*. New York: Macmillan, 1966.
- _____. *The mind of primitive man*. New York: Macmillan, 1965.
- BOCK, Philip K. *Introducción a la moderna antropología cultural*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- BRACE, C. Loring. *Os estágios da evolução humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CALDERÓ, Alaor A. *Antropología social*. 4. ed. México: Oasis, 1971.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a el rey D. Manuel*. Estudo de Jaime Cortesão. Lisboa: Livros de Portugal, [s.d.]
- CARNEIRO, Édison. *Candomblés da Bahia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.
- CARVALHO, Edgar Assis (Org.). *Antropologia econômica*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- CHAPPLE, Eliot D. *El hombre cultural y el hombre biológico: antropología de la conducta*. Buenos Aires: AID, 1970.
- CHILDE, V. Gordon. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- _____. *Evolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- CLAUDETT, Eduardo Castillo. *Cambios y continuidades en la cultura jurídica popular. Boletim del Instituto Riva-Aguero (BIRA)*, Lima, 2001.
- COIMBRA, Creso. *Fenomenologia da cultura brasileira*. São Paulo: LISA – Livros Irradian-tes, 1972.
- COLLIER, JR., John. *Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo: EPU: Edusp, 1973.
- COMAS, Juan. *Manual de antropología física*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.
- _____. et. al. *Raça e ciência*. São Paulo: Perspectiva, 1960.

- COMBE, Rosemary. In: Claudett, Eduardo Castillo. *Cambios y continuidades en la cultura jurídica popular. Boletim del Instituto Riva-Aguero (BIRA)*, Lima, 2001.
- COPANS, Jean et al. *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1974.
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. *Ensaio de antropologia estrutural*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- DAY, Michael H. *O Homem fóssil*. São Paulo: Melhoramentos: Edusp, 1978.
- DIÉGUES JR., Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Paralelo: MEC, 1972.
- DINIZ, Edson Soares. *Algumas noções sobre a etnologia e a arqueologia da Amazônia brasileira*. Marília: Unesp, 1972 (mimeografado).
- _____. *Convívio e dependência. Os Tenetehara-Guajajara. Journal de la Société des Américanistes*. Paris, 69, 1983.
- _____. *Dependência e destino: os Guarani e os Terena do Araribá. Tese (livre-docência)*. Marília: Unesp, 1976.
- _____. *Os índios Makuxi de Roraima: sua instalação na sociedade nacional*. Marília: Unesp, 1972.
- DITTMER, K. *Etnología general*. México: Fondo de Cultura Económica, 1960.
- DIVERSOS, Terra indígena. *Boletim mensal do GEI (Grupo de Estudos Indígenas). Kurumin, Araraquara, v. 3, nº 27, 1984.*
- DOBZHANSKY, Th. *O homem em evolução*. São Paulo: Polígono: Edusp, 1968.
- _____. DUNN, L. C. *Herança, raça e sociedade*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- ELIADE, Mircea. *El chamanismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1960.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Antropología social*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1967.
- _____. *Los Nuer*. Barcelona: Anagrama, 1977.
- _____. *Antropologia social da religião*. Rio de Janeiro: Campus, 1978.
- FABBRI, Dino (Dir.). *Antropologia*. Milano: Fratelli Fabbri, 1964.
- _____. *Museo dell'uomo*. Milano: Fratelli Fabbri, 1964. v. 10.
- FAIRCHILD, Henry Pratt (Ed.). *Diccionario de antropología*. México: Fondo de Cultura Económica, 1949.
- FIGUEIREDO, Napoleão. *Amazônia: tempo e gente*. Belém: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1977.
- FIRTH, Raymond. *Elementos de organização social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- _____. *Temas de antropología económica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- FORDE, C. Daryll. *Habitat, economía y sociedad*. Barcelona: Oikos-tan, 1965.

- FOSTER, G. M. *Las culturas tracionales y los cambios técnicos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.
- FRAZER, J. G. *El totemismo*. México: Juan Pablos, 1971.
- FREEDMAN, Maurice. *Antropologia social e cultural*. Lisboa: Bertrand, 1978.
- FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966. v. 1.
- FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GEE, Henry. Neanderthal DNA confirms distinct history nature. *Nature*, Londres: Macmillan, 2004.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- GIACCARIA, B.; HEIDE, A. *Xavante: povo autêntico*. São Paulo: Dom Bosco, 1972.
- GIMPERA, Pedro Bosh (Dir.). *Las razas humanas*. Barcelona: Gallach, 1972. v. 2.
- GUIA PRÁTICO DE ANTROPOLOGIA. São Paulo: Cultrix, 1971.
- GUIART, Jean. *Chaves da etnologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- HAGEGES, Claude. In: LABURTHE-TOIRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. *Etnologia-antropología*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HAWKES, Jacquetta. *The atlas of early amn*. New York: St. Martin's Press, 1976.
- HEBERER, Gerhard et al. *Antropologia*. Lisboa: Meridiano, 1967.
- HEDGES, S. Blair. Human evolution: a star for population genomics. *Nature*, Londres: Macmillan, nº 408, 2000.
- HERSKOVITS, Melville J. *Antropologia cultural: man and his works*. São Paulo: Mestre Jou, 1963.
- _____. *Antropología económica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- HOEBEL, Ed. Adamson. In: SIERRA, María Teresa; CHENAUT, Victoria. *Los debates recientes y actuales en la antropología jurídica: las corrientes anglosajones*. México: Anthropos, 2002.
- HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- HOPKINS, Michael. Early man steered clear of Neanderthal. *Nature*, Londres: Macmillan, 2004.
- HOWELL, F. Clark. *O homem pré-histórico*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965.
- HULSE, Frederick S. *La especie humana: introducción a la antropología física*. Madrid: Aguilar, 1968.
- INGMAN, Max et al. Mitochondrial genome variation and the origin of modern humans. *Nature*, Londres: Macmillan; nº 408, 2000.

- JOHANSON, Donald; SHREEVE, James. *O filho de Lucy: a descoberta de um ancestral humano*. Tradução de Fernando Py. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- JOHNSON, Harry M. *Introdução sistemática ao estudo da sociologia*. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.
- KAHN, J. S. *El concepto de cultura: textos fundamentales*. Barcelona: Anagrama, 1975.
- KAPLAN, David; MANNERS, Robert A. *Teoria da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- KEESING, Felix M. *Antropologia cultural: a ciência dos costumes*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- KLUCKHORN, Clyde. *Antropologia: um espelho para o homem*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963.
- _____; MURRAY, Henry. *Personalidade na natureza, na sociedade e na cultura*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. v. 2.
- KRADER, Lawrence. *A formação do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- KROEBER, A. L. *Antropología general*. México: Fondo de Cultura Económica, 1945.
- _____; KLUCKHORN, C. Culture: a critical review of concepts and definitions. *Papers of the Peabody Museum of Archeology and Ethnology*, v. 47, nº 1, 1952.
- KROTZ, Esteban (Ed.). *Antropología jurídica: perspectivas socioculturales en el estudio del derecho*. México: Anthropos, 2002.
- KUPER, Adam. *Antropólogos e antropologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- LABRADOR, José Sánchez. *El Paraguay católico*. Buenos Aires, 1910.
- LABURTHE-TORA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. *Etnologia antropológica*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1983.
- _____. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1983.
- LARAIA, Roque de Barros; DA MATTA, Roberto. *Índios e castanheiros*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- LEACH, E. R. *Repensando a antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *As idéias de Lévi-Strauss*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- LEAF, Murray. *Uma história da antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- LEAKEY, Richard E. *A evolução da humanidade*. Brasília: Melhoramentos: EUB, 1981.
- _____; LEWIN, Roger. *Origens*. São Paulo: Melhoramentos: EUB, 1980.
- LECLERC, Gérard. *Crítica da antropologia*. Lisboa: Estampa, 1973.
- LEROI-GOURHAN, André. *Evolução e técnica*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Martins, 1960.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- _____. *Las estructuras elementares del parentesco*. Buenos Aires: Paidós, 1969.
- _____. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Nacional, 1970.
- _____. *Tristes trópicos*. São Paulo: Anhembi, 1957.
- LINTON, Ralph. *Cultura e personalidade*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- _____. *O homem: uma introdução à antropologia*. São Paulo: Martins, 1965.
- LLOBERA, José R. et al. (Org.). *La antropología como ciencia*. Barcelona: Anagrama, 1975.
- MAGALHÃES, Erasmo D'Almeida. *As atividades do Summer Institute of Linguistics no Brasil*. Coimbra: Biblos, 1981. v. 57.
- MAIR, Lucy. *Introdução à antropologia social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Los argonautas del Pacífico occidental*. 2. ed. Barcelona: Península, 1975.
- _____. *Crimen y costumbre en la sociedad salvaje*. Barcelona: Ariel, 1973.
- _____. *La sexualité et la repressión dans les sociétés primitives*. Paris: Payot, 1971.
- _____. *Magia, ciencia y religión*. Barcelona: Ariel, 1974.
- _____. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MARCHANT, Alexandre. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. São Paulo: Nacional, 1943.
- MARCONI, Marina de Andrade. *Garimpos e garimpeiros em Patrocínio Paulista*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.
- _____; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1982.
- MARQUER, Paulette. *Las razas humanas*. 2. ed. Madri: Alianza, 1973.
- MARTIUS, Carlos Frederico Ph von. O passado e o futuro da humanidade americana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. São Paulo, 1905. v. 9.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos, 1977.
- _____. *Princípios de linguística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.
- MAUSS, Marcel. *Manual de etnografia*. Lisboa: Pórtico, 1967.
- _____. *Sociología y antropología*. Madri: Tecnos, 1971.
- MEAD, Margaret. *Adolescencia y cultura en Samoa*. Buenos Aires: Paidós, 1967.
- _____. *Growing up in New Guinea*. New York: Morrow, 1930.
- _____. *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. Brasília, 1970.

- MELLO, Luiz Gonzaga de. *Antropologia cultural: iniciação, teoria e tema*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MENDES, Josué Camargo. *Introdução à paleontologia geral*. São Paulo: Nacional, 1965.
- MERCIER, Paul. *História da antropologia*. Rio de Janeiro: Eldorado: Tijuca, 1974.
- MONTAGU, Ashley. *Introdução à antropologia*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- MOORE, Sally Falk. In: KROTZ, Esteban (Ed.). *Antropología jurídica: perspectivas socio-culturales en el estudio del derecho*. México: Anthropos, 2002.
- MOULoud, Noel et al. *Estruturalismo e marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MOUTINHO, Mário. *Introdução à etnologia*. Lisboa: Estampa, 1980.
- MURDOCK, George Peter. *Social structure*. New York: Macmillan, 1949.
- MUSSOLINI, Gioconda (Org.). *Evolução, raça e cultura*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1969. il.
- NASH, Manning. *Organização da vida econômica*. In: TAX, Sol. *Panorama da antropologia*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1966.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- _____. Os índios Parintintim do rio Madeira. *Journal de la Société des Américanistes de Paris*. N. S. Paris, 1924. v. 16.
- NUNES DIAS, Manuel. *A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão, 1755-1778. História*. São Paulo: USP, 1971. v. 37.
- NUTTIN, Joseph. *A estrutura da personalidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1969.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.
- _____. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- _____. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- _____. *Anuário antropológico 84*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- OVCHINNIKOU, I. V. et al. Molecular analysis of Neanderthal DNA from the Northern Caucasus. *Nature*, Londres: Macmillan, 404, 2000.
- PANOFF, Michel. *Malinowski y la antropología*. Barcelona: Labor, 1974.
- PASSOS, J. Affonso de Moraes E. *Por que a história (escrita) começa no Fértil Crescente*. São Paulo: Instituto de Pré-história, USP, 1983 (mimeografado).
- PELTO, Perti J. *Iniciação ao estudo da antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PIAGET, Jean. *O estruturalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- POIRIER, Jean. *História da etnologia*. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1981.
- POUILLON, François (Dir.). *A antropologia econômica*. São Paulo: Martins, 1976.
- POUILLON, Jean et al. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

- POVINA, Alfredo. *Diccionario de sociología*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavaleiros ou da nação Guaycurú. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1908. v. 1.
- PRESOTTO NETTO, Angelo. *Psicopatologia das deficiências mentais*. Franca: Unifran, 1979.
- PRESOTTO, Zelia Maria Neves. A propósito de uma visita a um posto indígena. *Revista da Faculdade de Filosofia de Franca*. Franca: Unesp, v. 2, ano I, dez. 1968.
- _____. *Aspectos do mundo feminino Bororo*. Tese (Doutoramento) a ser publicada pelo Museu Paulista. Franca: Unesp, 1974.
- _____. Processo aculturativo dos índios Xavante. *Logos*. Faculdade de Filosofia de São José do Rio Pardo. Rio Pardo, v. 3, ano III, 1971.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- RAMOS, Arthur. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1956.
- REDFIELD, Robert. *Civilização e cultura de folk*. São Paulo: Martins, 1949.
- _____. *O mundo primitivo e suas transformações*. São Paulo: Sociologia e Política, 1964.
- REVISTA DE ANTROPOLOGIA. São Paulo, v. 2, nº 3, p. 150, 1954.
- _____. São Paulo, v. 2, nº 3, p. 123, 1955.
- RIBEIRO, Berta G. *O índio na história do Brasil*. São Paulo: Global, 1983.
- RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. Culturas e línguas indígenas do Brasil. *Educação e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 1957. v. 6.
- _____. *Kadiwéw*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. RIBEIRO, Berta G. *Arte plumária dos índios Kaapor*. Rio de Janeiro: Seikel, 1957.
- RIVET, Paul. *As origens do homem americano*. São Paulo: Anhembi, 1960.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1974.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1976. (Coleção Brasileira, nº 9.)
- ROULAND, Norbert. *Nos confins do direito: antropologia da modernidade*. São Paulo: Martins, 2008.
- SAHLINS, Marschall D. *Sociedades tribais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xoklég*. Florianópolis: Edeine, 1973.

- SATRIANI, Luigi M. *Antropologia cultural: e análise da cultura subalterna*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SCHADEN, Egon. *Aculturação indígena*. São Paulo: Pioneira: Edusp, 1969.
- SCHUSKY, Ernest. *Manual para análise de parentesco*. São Paulo: EPU, 1973.
- SCHWEITZER, Albert. *Decadência e regeneração da cultura*. São Paulo: Melhoramentos, 1948.
- SEKI, Lucy. *Gramática do Kamaiurá: língua tupi-guarani do Alto Xingu*. Campinas: Imprensa Oficial, 2000.
- SENE, André. *L'homme à la recherche de ses ascêstres*. Paris: Plon, 1954.
- SERRE, D. et al. Plos biology. *Nature*, Londres: Macmillan, 2003.
- SERVICE, Elman R. *Organização social primitiva*. Porto: Despertar, 1970.
- SHAPIRO, Harry (Org.). *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.
- SHIRLEY, Robert W. *O fim de uma tradição*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- _____. *Antropologia jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1987.
- SIERRA, Maria Teresa; CHENAUT, Victoria. *Los debates recientes y actuales en la antropología jurídica: las corrientes anglosajones*. México: Anthropos, 2002.
- SILVA, Benedicto (Coord.). *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1982.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1938. Brasil, 117.
- SPERDER, Dan. *Estruturalismo e antropologia*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- STEINER, Karl von den. *O Brasil central*. São Paulo: Nacional, 1942.
- STEWART, Julian H. (Ed.). *The indians of eastern Brazil*. Washington: Handbook of South American Indians, 1946.
- TAX, Sol et al. *Panorama da antropologia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.
- TATTE, Ian. The last Neanderthal: the rise, success and mysterious extinction of our closet human relatives. *Nature*, Londres: Westview, 2002
- TERRAY, Emmanuel. *El marxismo ante las sociedades "primitivas"*. Buenos Aires: Losada, 1971.
- TEUBAL, Ruth et al. *Violencia familiar, trabajo social e antropología jurídica*. Buenos Aires: Paidós, 2001.
- THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. São Paulo: Brasiliana, 229, 1944.
- TISCHNER, Herbert (Coord.). *Etnologia*. Lisboa: Meridiano: Fischer, 1972.
- TISCORNIA, Sofía (com.). *Burocracias y violencia: estudios de antropología jurídica*. Buenos Aires: IBA, 2004.

- TITIEV, Mischa. *Introdução à antropologia cultural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.
- TRIGGER, Bruce G. *Além da história: os métodos da pré-história*. São Paulo: Edusp, 1973.
- ULLMANN, Reinhold Aloysio. *Antropologia: o homem e a cultura*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- VALENTE, Waldemar. *Sincretismo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1976.
- VALLOIS, H. V. *As raças humanas*. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- VARAGNAC, A. (Dir.). *O homem antes da escrita*. Lisboa: Cosmos, 1963.
- VARELA, Roberto. *Natureza/cultura, poder/política, autoridade/legalidad/legitimidad*. México: Anthropos, 2002.
- VASCONCELLOS, Simão de. *Chronica da companhia de Jesus do Estado do Brasil*. 2. ed. Lisboa, 1985.
- VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- VIDAL, Lux (Org.). *O índio e a cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- WINICK, Charles. *Dicionário de antropología*. Buenos Aires: Troquel, 1969.
- WALLACE, A. F. C. *Cultura y personalidad*. Buenos Aires: Paidós, 1963.
- WHITE, Leslie A. *O conceito de sistemas culturais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *The science of culture*. New York: Farrar-Strauss, 1949.
- WILLENS, Emílio. *Antropologia social*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Índice Remissivo

A

Abrigos semi-subterrâneos, 170
Abstrações, 25
Aceitação social, 44
Aculturação, 45
 indígena, 224
 interétnica, 224
 intertribal, 228
Agricultura,
 incipiente, 122
 intensiva, 123
Aldeamento, 135
Alimentos e estimulantes, 175
Anteparos, 169
Antropologia, 1
 aplicada, 16
 cultural, 4
 física, 4
 métodos da, 11
 objetivo do estudo, 2
 social, 7
 técnica de pesquisa de, 14
Arte, 195
 do Neolítico, 204
 do Paleolítico superior, 201
 e Simbolismo, 196
 indígena brasileira, 206
 plumária, 207

 pré-histórica, 205
 rupestre ou parietal, 202
 significado e função das, 199
 tipos de, 198

Áreas, 36
 culturais, 36
 indígenas, 238

Artefatos, 83
 de 90 mil anos, 83
 no Zaire, 83

As armas, 180

As artes, 195

As questões indígenas, 238

Antigos povoadores, 214
 americanos, 213
 brasileiros, 214

B

Bandos e hordas, 142

Bebidas, 176

Bibliografia, 317

C

Cabanas, 170

Caça e pesca, 121

Casamento, 96
 formas de, 99
 modalidade, 98

Cavernas, 168
 Cerâmica, 177
 Cestaria, 177
 Chefaturas, 143
 Chefias e líder, 147
 Ciências afins, 8
 Classe social, 126
 Classificação das línguas indígenas brasileiras, 299
 Classificação zoológica do homem, 52
 Chefias e lideranças, 147
 Clima, 51
 Coleta, 121
 Complexos culturais, 34
 Comportamento, 25
 Configuracionismo, 259
 representantes do, 260
 Configurações culturais, 36
 Crenças, 27
 Crenças e rituais, 151
 Conselho, 146
 raças humanas, 69
 Critérios de classificação, 72
 Críticas e contribuições, 261
 Cultos, 153
 Cultura(s), 20/22
 do passado, 80
 do mesolítico, 86
 do neolítico, 87
 do paleolítico, 80
 e Famílias lingüísticas, 215
 e personalidade, 191
 essência da, 25
 estrutura da, 33
 função da, 32
 ideal, 27
 imaterial, 26
 localização da, 24
 material, 27
 natureza da, 21
 qualidade da, 39

D

Desenvolvimento, 77
 biológico do homem, 77
 projetos de, 19
 cultural do homem, 77
 níveis de, 143
 Desenvolvimento humano
 fases do, 55
 Diagrama de laços de parentesco, 105
 Difusão cultural, 45
 Difusionismo, 250
 Direito à autonomia tribal, 17
 Diversidade indígena, 216
 Divisão do trabalho, 125
 Divórcio e dissolução, 102

E

Economia, 138
 Elementos de parentesco, 103
 Eliminação seletiva, 44
 Endoculturação, 47
 Endogamia, 97
 Entrevistas, 15
 Eras e períodos geológicos, 49
 Escambo, 219
 Escravidão africana
 primórdios da, 270
 Escravo na economia brasileira, 271
 Especialidade, 38
 Essência da cultura, 25
 Estado, 139
 Estágio da evolução humana, 79
 Estimulantes, 176
 Estrutura da cultura, 33
 Estrutura e relações sociais, 263
 Estrutura,
 da língua, 295
 e modelos, 263
 Estruturalismo, 262
 representante do, 262
 Etnocentrismo, 32

Etnologia brasileira
 história da, 235
 Evolução humana, 49
 estágio da, 243
 Evolucionismo, 243
 representantes do, 244
 Exogamia, 97

F

Família, 92
 funções da, 95
 Fases
 do desenvolvimento humano, 55
 evolutivas do homem, 76
 de transformação da humanidade, 76
 Ferramentas, 179
 Folclore, 6
 Formas de casamento, 98
 Formulários, 16
 Fóssil de homínideo, 57
 Frentes de expansão da sociedade nacional, 225
 Funcionalismo, 255
 representantes do, 256
 Funções, 146
 Função, 32
 da cultura, 33
 da família, 95

G

Geração,
 de ego, 112
 dos pais, 110
 Glaciações, 51
 Governo, 140
 Grãos,
 origem dos, 124
 Grupos,
 de parentesco unilinear, 116

H

Habitações, 168
 Hibridação, 73

História da etnologia brasileira, 235
 Homem, 77
 desenvolvimento biológico do, 77
 desenvolvimento cultural do, 77
 passado cultural do, 76
Homo erectus, 59
Homo sapiens primitivo, 62
Homo sapiens neanderthal, 62
Homo sapiens sapiens, 67

I

Identidade étnica e cidadania, 240
 Índios,
 serviços de proteção aos, 231
 Indivíduos, 183
 Indivíduo, sociedade e cultura, 185
 Inovação, 43
 Isolamento, 73

L

Línguas indígenas brasileiras, 297
 classificação das, 299
 Línguas isoladas, 304
 Localização da cultura, 24
 Lugares sagrados, 158

M

Magia, 162
 tipos de, 163
 Manifestações culturais, 78
 Método, 13
 comparativo ou etnológico, 13
 etnográfico, 13
 estatístico, 12
 funcionalista, 14
 genealógico, 14
 histórico e estatístico, 12
 monográfico ou estudo de caso, 13
 Métodos da antropologia, 11
 Métodos rituais, 156

Miscigenação

processos de, 280

Modalidade

de casamento, 98

de troca, 129

Mudança cultural, 42

Mutação, 73

N

Natureza

da cultura, 21

da propriedade, 132

e história, 264

da organização política, 138

Níveis

de desenvolvimento, 142

de participação, 37

Normas, 29

O

Objeto de estudo, 2

Objetivo da antropologia, 3

Outras ciências, 10

Objetos sagrados, 153

Observação, 15

Obtenção da noiva, 100

Organização

econômica, 119

da produção, 125/131

das unidades de produção, 127

indiferenciada, 144

política – natureza do, 138

Oficiantes, 157

Origem

da tecelagem, 178

dos grãos, 124

dos antigos povoadores americanos, 213

Origens

africanas, 272

P

Padrões

culturais, 34

de aldeamento, 135

Paleolítico

inferior, 81

médio, 82

superior, 84

Paleontologia humana, 4

Parentes, 104

tipos de, 104

Parentesco

sistema de, 102

tipos de sistemas de, 110

Passado cultural do homem, 76

Pastoreio, 123

Peculiaridades individuais, cultura, 39

Pendor genético, 73

Personalidade, 186

Pintura

corporal, 208

em cavernas, 201

Poligamia, 98

Política indígena brasileira, 229

População indígena no século XX, 222

Posse da terra, 134

Povoadores americanos

origem dos antigos, 213

Precisão na terminologia, 108

Primeiros contatos e o escambo, 219

Primeiros estudos, 102

Primórdios da escravidão africana, 270

Processo(s)

culturais, 41

de miscigenação, 280

político, 146

Projetos de desenvolvimento, 19

Propriedade, 132

Psicologia, 9

Q

- Qualidade da cultura, 39
- Questão indígena: atualidade e abrangência, 238

R

- Raças humanas, 69
- Recrutamento, 131
- Regras
 - de residência, 101
 - de união, 97
- Relativismo cultural, 17
- Religião e magia, 150/165
- Representantes
 - do configuracionismo, 259
 - do estruturalismo, 262
 - do evolucionismo, 243
 - do funcionalismo, 255
- Restos humanos antigos, 89
- Ritos
 - tipos de, 155
- Ritual e magia, 150
- Rondon e as missões religiosos, 233

S

- Santuários, 158
- Século XIX, 221
- Seleção
 - natural, 73
 - sexual, 74
 - social, 74
- Significado e funções da arte, 199
- Símbolos e abreviaturas, 105
- Sincretismo, 46
- Sistema de parentesco, 102
- Sistemas econômicos primitivos, 124
 - características dos, 124
- Sítio arqueológico, 206
- Sobrenatural, 152
- Social, 39

- Sociologia, 8
- Sociedade
 - de estado, 145
 - sem estado, 144
- Status ou classe social, 126

T

- Tabu, 164
- Tecelagem
 - origem da, 178
- Tecidos, 178
- Técnica
 - de sobrevivência, 120
- Tendas, 169
- Teorias
 - psicológicas, 160
 - sociológicas, 161
- Terra
 - posse da, 134
- Tipos
 - de arte, 198
 - de magia, 163
 - de parentes, 104
 - de ritos, 155
 - de sistema de parentesco, 110
- Traços culturais, 33
- Transculturação, 46
- Transporte(s), 171
 - aquáticos, 172
 - terrestres, 171
- Troncos ou famílias lingüísticas, 217

U

- União e casamento, 96
- Universais, 37

V

- Valores, 28
- Vestuário, 173

Formato 17 x 24 cm
Tipologia IowanOldSt BT 11/13
Papel Alta Alvura 75 g/m² (miolo)
Supremo 250 g/m² (capa)
Número de páginas 360
Impressão Editora Santuário

Antropologia

Uma Introdução

Esta introdução à Antropologia procura oferecer aos estudantes das áreas de Ciências Humanas e Sociais os conhecimentos básicos da ciência antropológica considerados indispensáveis ao entendimento desse campo do conhecimento. Trata-se de um trabalho de longa pesquisa, baseado nos principais autores clássicos e contemporâneos, que demonstra o estágio atual em que se encontra a Antropologia, na forma como é discutida e/ou vista atualmente pelos autores em outros países e no Brasil. O estilo das autoras é claro, simples e objetivo, possibilitando uma apresentação didática de conteúdo temático exaustivamente discutido e polemizado pelos diferentes especialistas em suas áreas de pesquisa.

O livro está dividido em 17 capítulos, cujo conteúdo se resume no seguinte:

Antropologia e cultura: conceitos, objeto e objetivos; divisão e campos; histórico; métodos e técnicas; antropologia aplicada; natureza e estrutura da cultura.

Evolução biológica e cultural: origem; estágios da evolução e épocas culturais; raças humanas.

Organização sociocultural: família e parentesco; sistemas econômicos e políticos; religião e magia.

Cultura material e arte: habitações, transporte, indumentária, alimentos e outros; arte pré-histórica e arte indígena brasileira.

Cultura e personalidade: indivíduo, sociedade e cultura; componentes da personalidade.

Índigena brasileiro: origens, histórico, famílias lingüísticas; processos de aculturação indígena, cultura e linguagem.

Teorias da cultura: evolucionismo, representantes, postulados básicos; difusionismo; funcionalismo; e estruturalismo.

Culturas negras no Brasil: introdução, aspectos históricos, origens africanas, contribuição cultural do negro e processo de miscigenação e aculturação.

publicação atlas

www.EditoraAtlas.com.br

